



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DA MÍDIA**

ALICE OLIVEIRA DE ANDRADE

**AQUILOMBAMENTO VIRTUAL MIDIÁTICO:
UMA PROPOSTA TEÓRICO-METODOLÓGICA PARA O ESTUDO DAS MÍDIAS
NEGRAS**

**NATAL/RN
2023**

ALICE OLIVEIRA DE ANDRADE

AQUILOMBAMENTO VIRTUAL MIDIÁTICO:
UMA PROPOSTA TEÓRICO-METODOLÓGICA PARA O ESTUDO DAS MÍDIAS
NEGRAS

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção de obtenção do título de doutora pelo Programa de Pós-graduação em Estudos da Mídia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Área de concentração: Comunicação Midiática.

Orientadora: Profa. Dra. Maria do Socorro Furtado Veloso.

NATAL/RN
2023

ALICE OLIVEIRA DE ANDRADE

**AQUILOMBAMENTO VIRTUAL MIDIÁTICO:
UMA PROPOSTA TEÓRICO-METODOLÓGICA PARA O ESTUDO DAS MÍDIAS
NEGRAS**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção de obtenção do título de doutora pelo Programa de Pós-graduação em Estudos da Mídia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Área de concentração: Comunicação Midiática.

Tese apresentada e aprovada pela banca examinadora composta dos seguintes membros:

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Maria do Socorro Furtado Veloso (Orientadora)

Presidenta – Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

Prof. Dr. Daniel Rodrigo Meirinho de Souza

Examinador interno – Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

Profa. Dra. Denise Carvalho dos Santos Rodrigues

Examinadora interna – Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

Profa. Dra. Ana Maria da Conceição Veloso

Examinadora externa à instituição – Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Profa. Dra. Fernanda Ariane Silva Carrera

Examinadora externa à instituição – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Prof. Dr. Antonino Condorelli

Examinador externo ao programa – Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
Sistema de Bibliotecas - SISBI
Catalogação de Publicação na Fonte. UFRN - Biblioteca Setorial do Centro de Ciências
Humanas, Letras e Artes - CCHLA

Andrade, Alice Oliveira de.

Aquilombamento virtual midiático: uma proposta teórico-metodológica para o estudo das mídias negras / Alice Oliveira de Andrade. - 2023.

341f.: il.

Tese (doutorado) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-graduação em Estudos da Mídia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, 2023.
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria do Socorro Furtado Veloso.

1. Estudos da mídia. 2. Práticas sociais. 3. Quilombos. 4. Aquilombamento virtual midiático. 5. Mídias negras. 6. Jornalismo antirracista. I. Veloso, Maria do Socorro Furtado. II. Título.

RN/UF/BS-CCHLA

CDU 070

RESUMO

Apresentamos o aquilombamento virtual midiático (AVM) como proposta de tese. Trata-se de um movimento metodológico para enxergar como operam as mídias negras brasileiras, tendo três principais bases teóricas: o quilombismo (NASCIMENTO, 2019), o bios virtual (SODRÉ, 2002) e o conceito político de quilombo (NASCIMENTO, 2014); e três referências metodológicas: a transmetodologia (MALDONADO, 2011), o afroperspectivismo (NOGUERA, 2014) e a roleta interseccional (CARRERA, 2020). Por mídias negras entendemos um conjunto de experiências comunicacionais insurgentes que (co)movem pessoas na reescrita de diferentes narrativas sobre o povo negro. São grupos motivados pelas lutas contra o racismo estrutural e outras possíveis interseccionalidades, como o sexism, a história única, a dominação, a hegemonia da mídia corporativa em relação à agenda, a invisibilidade, as injustiças sociais e cognitivas do mundo, a exclusão e a colonialidade da mídia. Podem ser vistas, portanto, como grupos com significativo aspecto decolonial. Inspirado pelos caminhos que negros(as) escravizados(as) abriam nas matas em fugas para os quilombos, o AVM desenvolve-se em três rotas: 1) movimento do Sankofa; 2) reconhecimento das escrevivências; 3) balaio de vozes. O referencial empírico envolveu seis grupos de mídias negras: Alma Preta, Mundo Negro, Negrê, Notícia Preta, Portal Geledés e Revista Afirmativa. Justificamos o recorte analítico por serem práticas midiáticas exercidas em ambientes digitais que têm como objetivo central quebrar a lógica da história única e produzir conteúdos direcionados à questão de raça e outros eixos de opressão. Para a coleta de dados, articulamos ferramentas como as entrevistas, observação não-participante virtual e pesquisa bibliográfica. Um olhar metodológico aquilombado nos mostra que as mídias negras brasileiras enxergam a comunicação e, especificamente, o jornalismo, como caminho de contraposição à colonialidade da mídia hegemônica e para a construção de novas matrizes de visibilidade sobre pessoas negras. Concluímos que as mídias negras virtuais são herdeiras da resistência negra do período colonial e têm nos quilombos um instrumento ancestral para a construção de um jornalismo antirracista. Como principais referências, contribuem com a construção deste texto autoras e autores como: Abdias Nascimento, Beatriz Nascimento, Clóvis Moura, Conceição Evaristo, Edison Carneiro, Grada Kilomba, Lélia González, Muniz Sodré, Sílvio Almeida e Sueli Carneiro.

Palavras-chave: Estudos da Mídia. Práticas Sociais. Quilombos. Aquilombamento virtual midiático. Mídias negras. Jornalismo antirracista.

ABSTRACT

In this text, we present the aquilombamento virtual midiático (AVM) as a thesis proposal. This is a methodological movement to study how brazilian black media operate, based on three main theoretical bases: quilombismo (NASCIMENTO, 2019), bios virtual (SODRÉ, 2002) and the political concept of quilombo (NASCIMENTO, 2014); and three methodological references: transmetodologia (MALDONADO, 2011), afroperspectivismo (NOGUERA, 2014) and roleta interseccional (CARRERA, 2020). By black media we mean a articulation of insurgent communicational experiences that (co)move people in the rewriting of different narratives about black people. They are groups encouraged by struggles against structural racism and other possible intersectionalities, such as sexism, the danger of a single story, domination, the hegemony of the mainstream media and its agenda, invisibility, the social and cognitive injustices of the world, exclusion and media coloniality. They can be seen, therefore, as groups with a significant decolonial feature. Inspired by the trails that enslaved blacks people opened in the woods on their escape to the quilombos, the AVM develops in three routes: 1) Sankofa movement; 2) recognition of escrevivências; 3) basket of voices. The empirical reference includes six black media groups: Alma Preta, Mundo Negro, Negrê, Notícia Preta, Portal Geledés and Revista Afirmativa. We justify the analytical clipping because they are media practices developed in digital environments that consider as their central objective the breaking of the single story logic and the producing content directed to the issue of race and other lines of oppression. For data collection, we articulated some tools such as interviews, virtual non-participant observation and bibliographical research. A methodological approach from AVM shows us that the brazilian black media consider communication and, specially, journalism, as a alternative opposition to the coloniality of the hegemonic media and for the construction of new matrices of visibility about black people. We conclude that the virtual black media are heiresses of the black resistance since the colonial period and these groups find in the quilombos an ancestral instrument to build a ideia of an antiracist journalism. As main references for the preparation of this thesis, we have authors such as: Abdias Nascimento, Beatriz Nascimento, Clóvis Moura, Conceição Evaristo, Edison Carneiro, Grada Kilomba, Lélia González, Muniz Sodré, Sílvio Almeida and Sueli Carneiro.

Keywords: Media Studies. Social Practices. Quilombos. Aquilombamento virtual mediatic. Black media. Antiracist journalism.

RESUMEN

Presentamos el aquilombamento virtual midiático (AVM) como propuesta de tesis. Este es un movimiento metodológico para estudiar cómo operan los medios negros brasileños, teniendo tres bases teóricas principales: el quilombismo (NASCIMENTO, 2019), el bios virtual (SODRÉ, 2002) y el concepto político de quilombo (NASCIMENTO, 2014); y tres referentes metodológicos: transmetodología (MALDONADO, 2011), afroperspectivismo (NOGUERA, 2014) y roleta interseccional (CARRERA, 2020). Por medios negros entendemos un conjunto de experiencias comunicacionales insurgentes que (co)mueven a las personas en la reescritura de diferentes narrativas sobre las personas negras. Son grupos motivados por luchas contra el racismo estructural y otras posibles interseccionalidades, como el sexism, la historia unilateral, la dominación, la hegemonía de los medios corporativos en relación a la agenda, la invisibilidad, las injusticias sociales y cognitivas del mundo, la exclusión y colonialidad mediática. Pueden ser vistos, consecuentemente, como grupos con un importante rasgo decolonial. Inspirada en los caminos que los negros esclavizados abrieron en los bosques a camino de los quilombos, el AVM se desarrolla en tres rutas: 1) Movimiento Sankofa; 2) reconocimiento de las escrevivências; 3) "balaio" de voces. La referencia empírica involucró a seis grupos de medios negros: Alma Preta, Mundo Negro, Negrê, Notícia Preta, Portal Geledés y Revista Afirmativa. Justificamos el enfoque analítico porque son prácticas mediáticas realizadas en espacios digitales que tienen como objetivo central romper la lógica del historia unilateral y producir contenidos dirigidos al tema de la raza y otros puntos de opresión. Para la recolección de datos, articulamos herramientas como entrevistas, observación virtual no-participante e investigación bibliográfica. Una mirada metodológica desde AVM nos muestra que los medios negros brasileños ven la comunicación y, específicamente, el periodismo, como una forma posible de oposición a la colonialidad de los medios hegemónicos y para la construcción de nuevas matrices de visibilidad sobre los negros. Concluimos que los medios negros virtuales son herederos de la resistencia negra del periodo colonial y tienen en los quilombos un instrumento ancestral para la construcción de un periodismo antirracista. Como principales referentes para la elaboración de esta tesis, tenemos autores como: Abdias Nascimento, Beatriz Nascimento, Clóvis Moura, Conceição Evaristo, Edison Carneiro, Grada Kilomba, Lélia González, Muniz Sodré, Sílvio Almeida y Sueli Carneiro.

Palabras-clave: Estudios de medios. Practicas sociales. Quilombos. Aquilombamento virtual mediatico. Medios negros. Periodismo antirracista.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Síntese de referências metodológicas e conceituais	120
Figura 2 –	Síntese das dimensões do aquilombamento virtual midiático	121
Figura 3 -	Simbolização do pássaro mítico Sankofa	124
Figura 4 -	Distribuição geográfica do referencial empírico	135
Figura 5 -	Tela inicial do site Alma Preta	139
Figura 6 -	Tela inicial do portal Geledés	142
Figura 7 -	Tela inicial do site Mundo Negro	146
Figura 8 -	Tela inicial do site Mundo Negro	148
Figura 9 -	Tela inicial do site Negrê	150
Figura 10 -	Tela inicial da Revista Afirmativa	152
Figura 11 -	Capas das três edições impressas da Revista Afirmativa	153
Figura 12 -	Síntese analítica do AVM	156
Figura 13 -	Primeiro jornal da imprensa negra brasileira	161
Figura 14 -	Acervo do Portal da Imprensa Negra Paulista (USP)	164
Figura 15 -	Ilustração de matéria do Jornegro (1978)	165
Figura 16 -	Texto publicado no Mundo Negro	174
Figura 17 -	Chamada para colaboração do Alma Preta	187
Figura 18 -	Chamada para colaboração do Negrê	187
Figura 19 -	Chamada para colaboração do Notícia Preta	188
Figura 20 -	Texto publicado no Alma Preta Jornalismo	195
Figura 21 -	Representação de mídia negra e jornalismo antirracista	218

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 –	Passos preliminares da pesquisa cartográfica	79
Quadro 2 –	Seleção de principais livros por tema	85
Quadro 3 –	Seleção de principais livros por tema	86
Quadro 4 –	Quantitativo por área de conhecimento para “aquilombamento”	84
Quadro 5 –	Seleção de teses e dissertações para “imprensa negra”	88
Quadro 6 –	Seleção de artigos científicos	90
Quadro 7 -	Seleção de artigos científicos	91
Quadro 8 -	Conceitos de quilombo	107
Quadro 9 -	Princípios das mídias negras brasileiras	136
Quadro 10 -	Autodeclaração das mídias negras em seção de apresentação	180
Quadro 11 -	Textos que reivindicam a necessidade de aquilombamento	207
Quadro 12 -	Balaio de vozes sobre mídias negras e jornalismo antirracista	216

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AVM – Aquilombamento virtual midiático

BDTD - Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

Capes - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CAHL - Centro de Artes Humanidades e Letras

CEO - Chief Executive Officer

COO - Chief Operating Officer

Compós - Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação

CNK - Coletivo Negro Kimpa

FEABESP - Federação das Entidades Afro-brasileiras do Estado de São Paulo

Fopir – Fórum Permanente pela Igualdade Racial

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

PUC - Pontifícia Universidade Católica de Campinas

TI - Tecnologias da Informação

USP - Universidade de São Paulo

UNESP - Universidade Estadual Paulista

UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

UFRB - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Aos comunicadores(as) negros(as) brasileiros(as) que, ao longo da história deste país, transformaram quilombo em verbo para construir uma nação mais justa e antirracista.

AGRADECIMENTOS

Ao longo deste percurso, vivi o aquilombamento na prática. Caminhei ao lado de pessoas que foram para mim força propulsora, inspiração e coragem. Sonharam e realizaram comigo este projeto, me sacudindo e abraçando sempre que preciso. Por isso, com todo o meu afeto, agradeço:

Ao divino e à ancestralidade que me deram forças para seguir mesmo quando os problemas pareciam ser maiores que meus sonhos.

Aos meus pais, Ângela Cristina e Luiz Lourenço, por me ensinarem a importância da educação na vida; por serem exemplos de professores que eu gostaria de ser; por me darem apoio necessário para a escrita desta tese; por segurarem minhas mãos quando eu acreditava não ser possível; por me amarem incondicionalmente e viverem comigo a realização deste sonho.

Ao meu amado irmão Vinícius, cuja existência me preenche de amor, leveza e me inspira a querer ser melhor a cada dia.

Ao querido Yargo Martins, com quem dividi tanto deste processo e me foi amigo, companheiro, escuta, partilha e compreensão. Obrigada por me dizer que seria possível, mesmo sendo difícil. Obrigada por me estimular a seguir em frente, pelo amor de cada dia, companhia, cafés da tarde, pelas revisões, por suas inesquecíveis palavras encorajadoras, abraços e conselhos.

Aos meus avós, Maria Gonçalves, Maria do Socorro (*in memorian*) e Antônio Pinto, grandes de exemplos de inteligência que, embora nunca tenham passado pelos bancos da universidade, pavimentaram caminhos para que eu pudesse alcançar esse espaço.

À minha querida orientadora, Socorro Veloso, com quem construí uma relação de amizade, respeito e profunda admiração. Um exemplo de mulher, pesquisadora, jornalista e de docente genial e generosa. Obrigada pela paciência infinita, pelos incentivos sem pressão, pela construção conjunta, por seu olhar sempre generoso e atento. Obrigada por não desistir de mim e por não me deixar desistir também.

Ao professor e amigo Antonino Condorelli, intelectual brilhante que me inspirou ideias instigantes e descobertas importantes. Obrigada pelas ricas contribuições dadas não apenas a esta tese, completamente atravessada pela sua influência, mas por todo o afeto e sensibilidade que você inspira em mim e no mundo.

Às minhas amadas amigas Manu Freitas, Andrielle Mendes, Luciana Salviano, Jadeanny Arruda, Isadora Beatriz, Patrícia Moreira e Sarah Fontenelle. Agradeço por serem coragem, amparo, solidariedade, abraço, bolo quentinho, café e plantinhas. Nossa união me faz acreditar em uma prática acadêmica mais solidária e menos solitária.

Ao meu amigo Ítalo Albano por sua amizade valiosa e pelos longos áudios trocados que tantas vezes me deram a tranquilidade necessária para escrever estas páginas.

Aos tantos amigos e colegas especiais que me abrigam diariamente em um espaço amoroso e precioso. Aqui cito nominalmente alguns: Francisco Rocha, Beatriz Lima, Erick Ruan, Cledivânia Pereira, Liz Nóbrega, Natália Noro, Matheus Soares, Bruna Melo, John Willian, Marília Graziella, Veruza Ferreira, Larissa Moura, Kassandra Lopes, Emily Gonzaga, Marília Diógenes, Dilson Rodrigues, Luane Fernandes, Januza Simplício, Júlia Carvalho, Tálison Oliveira, Tatiana Diniz, Ana Cláudia Costa, Juliana Costa, Carol Reis, Cesar Barros, Hélio Cunha, Arthur Rocha, Thays Teixeira, Danilo Meireles, Gunther Guedes, Abner Moabe, Alcimar Dantas, Kati Rodrigues, Chico Ewerton, Sueny Moura, Beatriz Beltrão, Joana Mercedes, Giselle Ponciano, Gabi Gallo, Analice Carla, Arthur Santileone, Elizane Poquiviqui, Elidiane Poquiviqui, Talitta Cáncio, Taiane Cristina, Isadora Morena Ribamar Moreira, Francisco Junior, Dannilo Bruno, Arthur Barbalho, Igor Marcelino e Ourenci Siqueira.

À Denise Carvalho, Allyne Paz, Ana Paula Campos, Andressa Morais, Suewellyn Cassimiro, Rosy Nascimento, Renata Pyrrho, Beatriz Pires e Aline Juliette, mulheres negras maravilhosas e potentes que me inspiraram infinitas vezes ao longo dessa travessia. Obrigada de todo o meu coração.

Às amigas Keila Nascimento, Bianca Loer e Shielle Nunes, mulheres fortes e incríveis que, mesmo sem saberem, me fortaleceram profundamente em momentos importantes e dividiram comigo o café, o riso e a leveza que eu precisava.

À minha madrinha Ana Poquiviqui e minha tia Simone Lourenço por sempre torcerem por mim e me direcionarem preces e afeto tão importantes.

Aos que me são inspiração e modelo de uma prática acadêmica afetiva, humana e diversa, cuja sensibilidade na prática profissional sempre me encanta e estimula: Aline Lucena, Ângela Pavan, Dai Dantas, Daniel Meirinho, Fernanda Carrera, Mirian Moema, Adriano Gomes, Adriano Medeiros, Juciano Lacerda, Lívia Cirne, Janaíne Aires, Rodrigo Almeida, Marcela Costa, Ana Veloso, Patrícia Paixão, Mônica Mourão, Cida Ramos, Josenildo Bezerra, Juliana Bulhões, Jô Fagner, Cândida Nobre, Renata Othon, Breno Carvalho, Tamires Coêlho e Gustavo Bittencourt.

Aos professores e professoras do ensino fundamental e médio que me ensinaram a amar as palavras e me inspiraram a seguir pelo caminho transformador da educação: Elenilza Costa, Cida Carvalho, Paulo Pessoa, Edinelma Azevedo, Mônica Menezes, Venilsa Medeiros, Heliana Medeiros, Maria do Socorro, Carlos Bento, Gilberto Nascimento, Daniel Silva, Marleide Gorgonio, Albanisa Reis e Yano Medeiros.

Ao PPgEM, em nome das professoras Kênia Maia, Luciana Miranda e de Ana Casanova. Agradeço pela gentileza e atenção em tantos momentos.

Aos jornalistas das mídias negras que me inspiraram e construíram comigo as ideias apresentadas nesta tese, em especial Jonas Pinheiro, Alane Reis, Jész Ipólito, Larissa Carvalho, Pedro Borges, Sílvia Nascimento, Natália Carneiro e Thaís Bernardes.

Agradeço especialmente à banca avaliadora pela leitura sempre generosa do que escrevo e pelas importantíssimas contribuições que deram para esta tese.

Aos meus pequenos primos Sofia, Arthur e Gabriel, que me inspiram um afeto que é afago na alma.

Agradeço também às turmas de Fotojornalismo, Pesquisa em Comunicação, Mídia Contra-Hegemônica, Laboratório de Linguagem Jornalística, História e Teoria da Comunicação, Reportagem Multimídia e Programação Visual, que me receberam e permitiram vivenciar maravilhosas experiências na docência como docente assistida e professora substituta ao longo dos anos de doutorado.

Ao grupo de estudos DesCom, pelas descobertas conjuntas e encruzilhadas partilhadas.

Ao grupo dos Encontros Dialógicos Decoloniais pelo aprendizado e por confiarem em mim.

Agradeço às minhas psicólogas Helena Miranda e Crhistienne pelo suporte indispensável e paciência ao longo desta jornada.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pela viabilização desta pesquisa.

Agradeço com muito carinho à Universidade Federal do Rio Grande do Norte e ao Departamento de Comunicação Social, incluindo docentes, servidores, funcionários terceirizados e estudantes, que há mais de uma década é minha casa na formação acadêmica. Entre graduação, mestrado e doutorado; entre pesquisa, ensino e extensão; e mesmo em anos de cortes e ataques à educação, foi nesse solo e nessas salas que comprehendi e passei a defender uma educação pública, gratuita e de qualidade para o Brasil. Nos últimos dez anos vi de perto os rostos nas salas de aula cada vez mais pintadas de preto, de povo e trans-formadas. A educação brasileira resiste, agora com mais esperança – e resistimos juntos quando acreditamos nessa potência transformadora.

Por fim, sou grata a todo o povo negro brasileiro que acredita na comunicação como forma de (re)escrever nossas histórias, lutas e novos caminhos possíveis.

EPÍGRAFE

Quilombos que fomos,
quilombos que somos.
Poeta Seu Zé

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
1.1 Problema da pesquisa.....	24
1.2 Proposta empírica: encruzilhando vivências e partilhando escrevivências ..	31
1.3 Justificativa	35
1.3.1 Uma justificativa pessoal	40
2 MÍDIAS NEGRAS COMO MOVIMENTO CIRCULAR E DECOLONIAL.....	44
2.1 Que o giro se faça roda	53
3 REFLEXÕES SOBRE MÍDIA E QUESTÕES RACIAIS.....	56
3.1 Discussões raciais no Brasil	56
3.2 Um jornalismo que se faz à margem.....	62
3.3 O combate ao epistemicídio como necessidade	65
4 POR ONDE ANDAMOS: RODOPIOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA.....	75
4.1 De onde partimos: a primeira (des)construção	75
4.2 Mapeamento bibliográfico	83
4.2 Teses e dissertações.....	87
4.3 Artigos científicos	90
5 AQUILOMBAMENTO VIRTUAL MIDIÁTICO: UM MODO DE SER E DE OLHAR	93
5.1 O que é quilombo.....	101
5.2 O que é aquilombamento	109
5.3 O que é aquilombamento virtual midiático	113
5.3.1 Desenho metodológico do aquilombamento virtual midiático	122
Primeira rota: movimento do Sankofa	124
Segunda rota: escrevivências como (re)conhecimento.....	126
Terceira rota: balaio de vozes	130
6 SOB O ECO DOS QUILOMBOS: MÍDIAS NEGRAS E A PRODUÇÃO DE JORNALISMO ANTIRRACISTA.....	132
6.1 Apresentação empírica	134
6.2 AVM como modo de enxergar: categorias analíticas	154
6.3 Mídias negras como quilombos virtuais contemporâneos	157
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	219
REFERÊNCIAS.....	229

APÊNDICE: ESCREVIVÊNCIA DA TESE EM TRÊS TEMPOS	241
ANEXOS: ENTREVISTAS	247

1 INTRODUÇÃO

“Ninguém mais vai calar o grito de liberdade!”
(Mapeamento da mídia negra no Brasil - FOPIR, 2020)

“Negro entoou um canto de revolta pelos ares no Quilombo dos Palmares onde se refugiou”. A voz ritmada de Clara Nunes ecoa quando começo a escrever as primeiras linhas desta tese e me traz a lembrança da primeira vez que a ouvi, há muitos anos, em uma aula de História na escola. Até a primeira década dos anos 2000, era comum que o estudo da escravidão trouxesse a figura do negro como passiva, indolente e até mesmo conivente com esse processo. Na contramão, a canção mostra que negros e indígenas sempre entoaram seus cantos de revolta, posicionamento e busca pela liberdade.

Por isso, ao longo da história o empenho do ativismo negro em desenvolver senso crítico quanto às questões étnico-raciais tem se capilarizado em muitas searas. Na área da comunicação, pessoas racializadas vêm reivindicando espaços de fala não precarizados pela colonialidade que aprisiona corpos e consciências. As mídias negras brasileiras, herdeiras da imprensa negra abolicionista, das revoltas emancipatórias do período colonial, dos quilombos e do movimento ativista negro, surgem como dispositivos decoloniais de resistência ao domínio hegemônico das narrativas e ao projeto de silenciamento imposto aos povos racializados historicamente. É sobre elas que trataremos nesta investigação.

Clóvis Moura (2022) já apontava que os escravos brasileiros jamais foram passivos como a história mostrou. Ao contrário, contribuíram em diferentes níveis para a ruptura com o sistema colonial quando se portavam como elementos ativos da dinâmica histórica e social. Negavam a dinâmica escravista ao se organizaram em grupos e movimentos – como os quilombos – e se defendiam com mecanismos disponíveis à época. Por ter sido o último país das Américas a abolir a escravidão, o Brasil ainda carrega o peso desse passado escravista e traz problemáticas aos povos negros que não foram encerradas com a abolição. A estrutura institucional brasileira travou o racismo como um de seus blocos constitutivos e cria limitações cotidianas para a população negra exercer cidadania.

Por ser parte significativa de qualquer sociedade capitalista – e, no caso brasileiro, muitas vezes um apêndice da casa-grande por defender interesses empresariais de grandes conglomerados – a mídia hegemônica oferece modelos formais para ter pessoas negras ainda ligadas a estereótipos escravistas, coloniais e racistas. Desde a falsa ideia de democracia racial e “homem cordial”, até a mulata exportação e a malandragem do homem negro, o imaginário coletivo do nosso país herda essa construção de imagens do passado patriarcal e racista. É nesse contexto que os estudos da mídia se tornam ainda mais importantes, pois é preciso entender quais referências a mídia comercial constrói e quais contradiscursos são produzidos pelos espaços midiáticos insurgentes.

Na última década as reflexões a respeito do racismo e das lutas antirracistas têm crescido visivelmente, mesmo na mídia hegemônica. A questão é: de que modo isso é feito? E a serviço de quem? No ano de 2020, vimos uma sequência de acontecimentos que merece ser sublinhada nos estudos de mídia e questões étnico-raciais. No início do ano mencionado, o programa Big Brother Brasil, exibido pela Rede Globo, teve como vencedora uma mulher negra, Thelma Regina, que levantou a bandeira racial e discutiu gênero e raça em diversas oportunidades. A presença de Thelma, um corpo feminino racializado em um programa de grande audiência em TV aberta, engendrou um número massivo de debates nas redes sociais na internet sobre as temáticas abordadas por ela.

Em maio de 2020, a morte de George Floyd¹ por ação policial nos Estados Unidos motivou um levante de manifestações civis pela conscientização sobre a importância das vidas de pessoas negras, simbolizado pelo movimento *Black Lives Matter* (Vidas Negras Importam). No Brasil, o canal Globo News fez uma autocrítica após ter convidado jornalistas brancos para comentar o assassinato de Floyd e produziu um noticiário apenas com jornalistas negras: Heraldo Pereira, Zileide Silva, Flávia Oliveira, Maju Coutinho, Aline Midlej e Lilian Ribeiro². No mesmo ano, a eleição de Joe Biden (Partido Democrata) para a presidência dos Estados Unidos lançou perspectivas de mudanças para o combate ao racismo no país e também em nível global.

¹ Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/05/27/caso-george-floyd-morte-de-homem-negro-filmado-com-policial-branco-com-joelhos-em-seu-pescoco-causa-indignacao-nos-eua.ghtml>>. Acesso em: 16 fev. 2021.

² Disponível em: <<https://www.hypeness.com.br/2020/06/globonews-escal-a-so-jornalistas-negros-em-programa-apos-criticas-por-representatividade/>>. Acesso em: 08 mai. 2021.

A morte de Miguel, menino de 5 anos que caiu do 9º andar de um prédio de classe média em Recife, também trouxe repercussões midiáticas em 2020. Ele estava sob os cuidados da patroa de sua mãe, primeira-dama da cidade Tamandaré, Sari Corte-Real. Entidades da sociedade civil, em especial aquelas ligadas ao movimento negro, questionaram o desleixo que um corpo de criança negra recebe em um país estruturalmente racista. A mãe de Miguel não pôde cuidar dele porque recebeu ordens da patroa para passear com o cachorro.

Outro acontecimento do mesmo ano foi o assassinato de João Alberto Freitas³ por seguranças de um supermercado da rede Carrefour, em Porto Alegre, na véspera do Dia da Consciência Negra. A morte incitou manifestações e discussões acerca de elementos raciais, pois a figura de um homem negro foi vista como ameaça, sem que houvesse elementos concretos para caracterizá-lo como tal.

Ao final do ano, o especial *Falas Negras*, dirigido por Lázaro Ramos, foi a primeira programação em TV aberta voltada para o Dia da Consciência Negra, em 20 de novembro, com depoimentos históricos de personalidades que lutaram por causas raciais⁴. Essa iniciativa se repetiu em 2021, mas não aconteceu novamente em 2022.

Apesar desses movimentos, o eixo das discussões na mídia hegemônica brasileira segue girando em torno da representatividade – que é muito importante, mas não o suficiente – sem o necessário aprofundamento nas vertentes estruturais, como o genocídio do povo negro e o encarceramento em massa, por exemplo. Há o interesse em mostrar corpos negros em certa medida, mas não em problematizar essa ocupação de espaços ou de configurar alianças emancipatórias entre o espaço midiático comercial e as necessidades de brasileiros negros.

O Atlas da Violência⁵ mais recente até a finalização deste texto, divulgado em 2021, reitera que o contraste social entre brancos e negros existe e segue aumentando. Das vítimas de assassinato no período analisado, 77% eram pessoas negras. A taxa de homicídios de negros apresentada é de 29,2, enquanto a de não-negros foi 11,2. Ou seja,

³ Disponível em: <<https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2020/11/20/homem-negro-e-espancado-ate-a-morte-em-supermercado-do-grupo-carrefour-em-porto-alegre.ghtml>>. Acesso em: 16 fev. 2021.

⁴ Disponível em: <<https://gshow.globo.com/series/falas-negras/noticia/falas-negras-conheca-os-personagens-do-especial-de-dia-da-consciencia-negra.ghtml>>. Acesso em: 08 mai. 2021.

⁵ Disponível em: <<https://ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes>>. Acesso em: 16 ago. 2022.

negros têm mais do que o dobro de chance de serem assassinados do Brasil. Essa é uma prevalência recorrente nos estudos dos últimos anos, pois a cada nova edição do Atlas, vê-se a naturalização do genocídio negro por forças institucionais e não há, até este momento, sinais de políticas públicas concretas para a mudança desse cenário.

Ao analisar os dados na perspectiva do gênero, mulheres negras são a maioria das vítimas assassinadas no país. Nessa versão do Atlas, foram 66% do total de mulheres mortas no país, com uma taxa de mortalidade por 100 mil habitantes de 4,1, enquanto a pesquisa entre mulheres não-negras foi de 2,5. Esse triste quantitativo nos mostra que além da resistência, falar de negritude também é questão de existência. Só é possível resistir quando se está vivo – e estar vivo no Brasil é o grande desafio para quem não é branco.

Diante do contexto apresentado acima e de outros elementos históricos/socioculturais, pesquisadores têm se debruçado sobre a relação entre mídia e questões étnico-raciais em diferentes recortes. Trata-se de uma perspectiva complexa, atravessada por diversos interseccionais e que já nasce abrindo fissuras no academicismo discursivo. Olhar a partir desse lugar significa entender o *sentir* e o *viver* como eixos metodológicos, pois inspiram-se em um modo de narrar ancestral que tem como características a simplicidade e a grandiosidade das histórias contadas à sombra dos baobás. Estudar raça em qualquer área do conhecimento é um movimento de escrevivência, no termo cunhado pela escritora mineira Conceição Evaristo. É, mesmo que minimamente, autobiográfico, descritivo e vivencial. Às vezes esse caminho cruza com a rigidez epistêmica exigida pela universidade, mas através das frestas vão se passando raios de novas possibilidades.

De início, é preciso considerar que a comunicação antirracista produzida na contemporaneidade é circunscrita em um - não tão novo – panorama virtualizado. Hoje, os espaços criados em redes sociais na internet reforçam a midiatização dos processos de socialização. Subjetividades e sentidos são produzidos na *web*, tendo como base a visibilidade de si e do outro através de tecnologias midiáticas que costumam ser móveis e digitais. Em outras palavras, os ecos dos quilombos são convertidos em *bits* e as mensagens rompem barreiras analógicas para sua mais ampla disseminação.

No Brasil colonial, os escravizados uniam-se em quilombos, ocupando terras e desenvolvendo atividades de subsistência. A fuga da escravização bárbara fez com que surgissem lógicas sociais pautadas no cultivo da terra, na organização logística e no fortalecimento mútuo. Os quilombos constituíram um esforço dos africanos escravizados em resgatar sua liberdade, dignidade, cultura e condições de sobrevivência (A. NASCIMENTO⁶, 2019). Essa experiência de resistência se tornou um modelo vivencial para negros e negras ao longo da história, criando raízes em diversos modos de insurgir, como as mídias negras virtuais.

Nesta tese, o objetivo central é propor o movimento metodológico nominado de **aquilombamento virtual midiático (AVM)** visando a compreensão do modo como operam as mídias negras. Este estudo busca enxergar a comunicação midiática enquanto instrumento e espaço de resistência desenvolvido por pessoas negras com o intuito de ampliar e aprofundar a luta antirracista. Para construir essa ideia, seguiremos uma linha que passa por quatro objetivos específicos: a) contextualizar as atuais mídias negras e sua dimensão decolonial; b) discutir o jornalismo e, por conseguinte, um conjunto de noções importantes para os estudos étnico-raciais; c) estabelecer rotas metodológicas inspiradas em uma perspectiva *quilombólica*; d) refletir sobre as mídias negras enquanto espaços de comunicação antirracista.

Nesta pesquisa, entendemos os quilombos como elementos centrais de análise. Não enquanto espaço existente no período colonial, mas a conversão desse lugar em ação, desse ambiente em ambiente, dessa terra estática em paisagem dinâmica e em força social de transformação. Aqui estudamos a quilombagem (MOURA, 2020a), o quilombismo (A. NASCIMENTO, 2019), o aquilombamento (B. NASCIMENTO, 2014). A ação de ser quilombo ao longo do tempo.

As múltiplas transformações causadas pela virtualização da comunicação ao longo dos anos colocam os profissionais diante de novos modos de produção, linguagens e processos. Nas mídias negras, soma-se também a atenção às agendas temáticas abordadas, pois é a partir da (re)construção das narrativas que será possível romper com as lógicas racistas da comunicação hegemônica.

⁶ Ao longo da tese, temos três autores com o sobrenome “Nascimento” falando sobre quilombos: Abdias, Beatriz e Elisa Larkin. Para facilitar a referência e compreensão, utilizaremos o seguinte formato: (A. NASCIMENTO) para o primeiro; (B. NASCIMENTO) para a segunda; (E. NASCIMENTO) para a terceira.

Enquanto proposta teórico-metodológica, o aquilombamento virtual midiático considera que os quilombos estabeleceram uma continuidade histórica que desaguou em diversas formas de resistência negra ao longo do tempo e, mais recentemente, nas mídias negras (B. NASCIMENTO, 2021; A. NASCIMENTO, 2019). Fazem parte de um universo simbólico que impulsiona pessoas negras a orientarem suas articulações por autonomia, sobrevivência, reconhecimento e expressão.

Mesmo no Brasil, onde o período colonial e escravista foi tão cruel para pessoas negras e indígenas, o discurso intelectual formal ainda tenta apagar os vestígios deixados pelo regime de escravidão, que durou mais de três séculos. A ideia de uma “democracia racial” constitui o imaginário de uma sociedade inclusiva e igualitária, na qual ser “brasileiro” faria parte de uma ingênuas concepção de unicidade (GONZÁLEZ, 1984; A. NASCIMENTO, 2019). Nesta concepção, a suposta harmonia entre as raças impediria o racismo e outras formas de discriminação. Sobre isso, há um dado interessante, identificado na pesquisa do Instituto Locomotiva encomendada pelo Carrefour: no Brasil, 84% das pessoas reconhecem a existência do racismo, mas apenas 4% se autodeclararam racistas⁷.

A mídia hegemônica, enquanto eixo do contexto sociocultural e político, colabora para a construção de discursos a respeito de corpos negros articulando tecnologias de poder, dominação e formação de imaginários por meio de estruturas muitas vezes coloniais, racistas e sexistas. A insurgência de contradiscursos tem fincado raízes nos ambientes virtuais, evidenciando que falar e comunicar, além de serem habilidades e direitos humanos, também são formas de resistência – e da própria existência.

Diante dessa discussão que se amplia na sociedade civil e nos espaços acadêmicos, incluindo os estudos da mídia, consideramos fundamental atentar para a produção de uma comunicação na perspectiva étnico-racial.

Conforme mencionado anteriormente, a escrita acadêmica feita por um corpo negro e sobre questões relacionadas à racialidade implica, necessariamente, em um movimento de escrevivência. Sou uma mulher negra pesquisando raça e uma jornalista estudando jornalismo. A dimensão do *sentir* e do *viver* são instrumentos metodológicos

⁷ Disponível em: <<https://exame.com/negocios/no-brasil-84-percebe-racismo-mas-apenas-4-se-considera-preconceituoso/>>. Acesso em: 01 jun. 2021.

que direcionaram o olhar, pois as escolhas feitas neste espaço são tão científicas quanto existenciais. Portanto, usaremos ao longo do texto, como escolhas lexicais de referênciação, a primeira pessoa do singular e também do plural. O “eu” aparecerá na introdução das vivências da pesquisadora no contexto de construção epistemológica, enquanto o “nós” marcará as reflexões tecidas entre orientadora e orientanda ao longo da produção da tese, bem como as intersecções com os interlocutores da pesquisa. Além disso, acreditamos que a fala em referência coletiva contribui para a inserção do trabalho no macrocontexto de resistência vivida pelo povo negro dentro e fora da perspectiva midiática.

Além disso, daremos preferência a citar cada autor e autora negros com seu primeiro nome e sobrenome, em especial na primeira vez que forem mencionados. Nosso objetivo é contribuir para a desinvisibilização de pessoas historicamente apagadas do cânone científico, embora tenham contribuições fundamentais para a interpretação das sociedades.

Para contemplar todos os pontos propostos como objetivos, dividimos a tese em seis capítulos: 1) Introdução; 2) Mídias negras como movimento circular e decolonial; 3) Reflexões sobre mídia e questões raciais; 4) Por onde andamos: rodopios metodológicos da pesquisa; 5) Aquilombamento virtual midiático: um modo de ser e de olhar; 6) Sob o eco dos quilombos: mídias negras e a produção de jornalismo antirracista.

Após a contextualização inicial, no **segundo capítulo** fizemos uma discussão sobre a decolonialidade no contexto das mídias negras. A subalternização de corpos racializados surge em ideias eurocêntricas implantadas no imaginário social desde o período da colonização imperialista. Mesmo após o fim dos domínios geográficos, a colonialidade seguiu subsidiando as práticas de racismo, misoginia, preconceito de classe e outras formas de opressão. Como elemento da superestrutura capitalista, a mídia contribui para a propagação desse sistema e, por essa razão, a constituição de mídias negras implica diretamente em um movimento decolonial. Ao final do capítulo propomos a transformação do giro decolonial em roda, pois nas circularidades a comunicação se estabelece.

O **terceiro capítulo** está centralizado em três questões principais: as discussões raciais no Brasil, como o mito da democracia racial e a construção da imagem da mulher

negra; as produções jornalísticas feitas à margem da hegemonia e que têm como finalidade transpor as linhas abissais coloniais; e a necessidade do combate ao epistemicídio, pois os estudos étnico-raciais são historicamente silenciados dentro dos centros de produção de conhecimento, como as universidades. Nesse item fazemos a delimitação do que compreendemos por jornalismo antirracista e suas configurações.

É no **quarto capítulo** em que iniciamos o desenho metodológico da pesquisa, traçando o caminho que percorremos nos meses iniciais até chegarmos à proposta final. Com as interlocuções da pesquisa, percebemos que o procedimento cartográfico não se adequava ao contexto das mídias negras e preocupamo-nos em instrumentalizar novos caminhos para estudá-las.

A construção do aquilombamento virtual midiático como proposta teórico-metodológica é feita no **quinto capítulo**, no qual apresentamos o conceito de quilombo no Brasil e seu desdobramento na ação política do aquilombamento. Aqui traçamos as rotas para a elaboração desse movimento e caracterizamos o quilombo como uma continuidade histórica que aflui para as mídias negras contemporâneas.

Embora tenhamos tentado trazer as contribuições analíticas ao longo de todos os capítulos, é no **sexto capítulo** que focamos em como operam as mídias negras a partir da delimitação de características afins aos quilombos históricos. A retórica do aquilombamento espelha as mídias negras em um modo de existir ético, antirracista e comprometido com a agenda racial. Ao final, apresentamos um quadro em formato de balão de vozes para contribuir com os conceitos de mídia negra e jornalismo antirracista, respondendo nosso problema de pesquisa e mostrando que os quilombos deixaram de ser ambiente para se tornar ambiência.

1.1 Problema da pesquisa

Pensar a comunicação como uma prática para adiar o fim do mundo (KRENAK, 2019) é um exercício que inclui a construção de caminhos contra-hegemônicos, decoloniais e, em especial, antirracistas. No meio digital, grupos têm se organizado para lutar contra o racismo, que é estrutural e estruturante. Esses espaços visam romper com o imaginário coletivo – algumas vezes construído com assistência da mídia hegemônica

ao longo da história – a partir da produção de novas cadeias de visibilidade. Nestas, pessoas negras não são vistas apenas pela ótica da dor e da subalternização, e sim mostradas em condição de empoderamento, autoestima e potência.

Essa coletividade se institui nos espaços e vácuos deixados pelo poder público e também pela mídia hegemônica e que enxerga na comunicação uma potencial ferramenta de resistência contra o racismo e as múltiplas violências sofridas pelo povo negro brasileiro. Nesta pesquisa, buscamos observar sistematicamente esses coletivos, não na intenção de considerar pessoas negras como objeto de estudo, e sim de compreender e revelar esse universo e apresentar essas iniciativas. A dimensão subjetiva mora no fato de que aqui escreve uma mulher negra lançando o olhar sobre as práticas do próprio povo, como sujeito ativo da construção do conhecimento.

Toda pesquisa é um organismo vivo. Nasce, forma-se, pulsa. É inquietante na mesma medida em que busca a estabilidade das respostas. Estas, por sua vez, não são o objetivo final, e sim a trilha. Uma pesquisa nunca é, mas sempre está, porque se trata de uma atividade em constante construção, desconstrução e reconstrução. É moldada por um “nós” que se traduz na perspectiva de um “eu” e ecoa um recorte finito de possibilidades infinitas. Com esta pesquisa não poderia ser diferente.

Desde o ingresso no doutorado em Estudos da Mídia, em 2018, muito me distanciei da proposta inicial. O amadurecimento faz parte da vida em todos os âmbitos, inclusive do acadêmico. Trata-se de um processo fundamental que direciona as inquietações iniciais para o que realmente se quer vivenciar, descobrir, analisar. No entanto, a busca por novos caminhos, quando excessiva, pode trazer desencontros para a pesquisa. Por um tempo segui assim, buscando trabalhar em um projeto que fosse afim a todas as partes do processo, mas que cada vez mais se distanciava de uma definição. Após esse tempo, tive a oportunidade de experimentar novas vivências e convivências. Em um novo lugar, pude voltar a perceber a pesquisa como ferramenta científica, sociopolítica e emancipatória com uma causa, um sentido e, principalmente, com a afetividade que precisa para se desenvolver.

A trilha deste caminho acadêmico é um projeto que não é apenas de pesquisa, mas também de vida pessoal - e, ainda, coletiva, pois visa modificar concretamente o nosso entorno social por meio das aulas, leituras, orientações, vivências e consequentes

aprendizados. A pesquisa é tão nossa quanto daqueles que fazem parte do entorno desse sistema, nos termos de Luhmann (2009), pois a *autopoiese* (MATURANA; VARELA, 2005) acontece a partir de nós e do mundo externo.

A investigação acadêmica na área da comunicação implica percorrer aspectos intrínsecos à vida em sociedade. Vivenciamos a era da internet, com a reconfiguração de práticas sociais a partir da virtualização da sociabilidade. O contato, a interação e até mesmo o “ser/estar” no mundo dependem não mais da existência física, simplesmente, mas também da presença em plataformas digitais nas quais uma nova esfera existencial - ou *bios virtual* (SODRÉ, 2002) - delimita nossos comportamentos. Áreas especializadas da comunicação, como é o caso do jornalismo, também passam por transformações em suas práticas e vertentes. Essas modificações têm consequências tanto para a sociedade, de modo geral, como para os profissionais envolvidos nesse cenário de mudanças e incertezas – e ainda estamos em processo de descoberta sobre quais são.

As diretrizes políticas pessoais, somadas à inspiração que me envolve a partir da convivência com minha orientadora, fizeram surgir o seguinte questionamento: não seria a pesquisa acadêmica também uma forma de militância sociopolítica? A partir dessa reflexão, voltei-me para aspectos críticos dos meus interesses de pesquisa e retomei o desafio de buscar identificar e compreender novas narrativas jornalísticas em circulação no ciberespaço.

Neste cenário social complexo, vê-se, de um lado, as empresas de comunicação tentando adaptar-se a esse *bios virtual* (SODRÉ, 2002) para seguir ampliando sua hegemonia. Por outro, as bordas sociais estão em processo de articulação constante e surgem novas arenas de ativismo e luta, que incluem iniciativas do movimento negro. A massificação das tecnologias de comunicação permite o contínuo contraponto à mídia tradicional. De sujeitos de um discurso alheio, muitos passam a ser enunciadores da própria voz. O instrumento de trabalho é móvel e digital, mas a matéria-prima da expressão é moldada ideologicamente. Enquanto os meios tradicionais são enquadrados como imprensa, mídia ou até mesmo jornalismo, as articulações populares estão imersas em teias de subjetividades em sua significação ou conceituação.

O capitalismo, à medida que é financeiro, é também cognitivo. As incertezas nos cercam à medida em que forças midiático-político-jurídicas operam à primazia do

monopólio financeiro. “Os grupos oriundos do poder tradicional têm conseguido manter uma presença decisiva, constante e efetiva, nas formações sociais latino-americanas” (MALDONADO, 2016, p. 213). Quem está no poder, coloca em dúvida a legitimidade do povo no comando da democracia⁸. Nesse universo, emerge a resistência, que para muitos grupos é uma estratégia de sobrevivência.

Meu primeiro diagnóstico radical de nossa situação presente em nível mundial é que vivemos em sociedades politicamente democráticas, mas socialmente fascistas. Ou seja: está emergindo uma nova forma de fascismo que não é um regime político, mas um regime social. É a situação de gente muito poderosa que tem poder de veto sobre os setores mais fracos da população (SANTOS, 2007, p. 88).

E nós, pesquisadores? Como podemos somar forças? Um caminho possível é fazer vir à luz os saberes, conhecimentos, iniciativas e estratégias que nascem na luta, bem como os grupos que reivindicam uma comunicação antirracista.

O primeiro passo foi entrar em contato com autoras e autores negros para entender a corrente de pensamento constituída sob o olhar racial. Ao estudar o lugar da mulher negra na sociedade brasileira sob um ponto de vista histórico, Lélia González (2018) identifica duas dimensões: a trabalhadora do eito e a mucama. A primeira trabalhava diretamente na sustentação econômica - nas lavouras, por exemplo -, enquanto à segunda cabia o papel de manter o andamento da casa-grande por meio dos serviços domésticos e de criação das crianças brancas. Para ambas, muitas vezes o silenciamento era estabelecido como coerção, mas outras vezes era uma escolha das próprias mulheres como forma de resistência. “(...) A ausência da comunicação verbal revela, paradoxalmente, processos de comunicação. No silêncio, fazem gestos e observam outros tantos” (BARBOSA, 2016, p.30).

Entre as violentas formas de apagamento advindas do colonialismo, e também entendidas como modos de silenciamento, a máscara de metal foi uma ferramenta utilizada pelos senhores de engenho para prender a língua e o maxilar de africanas e africanos escravizados, a fim de impedir que comessem alimentos retirados das plantações durante o trabalho forçado. Considera-se que esta foi uma das principais ações coloniais para o silenciamento desses povos, pois ao mesmo tempo que torturava,

⁸ O presidente da República, Jair Bolsonaro, afirmou que “democracia só existe se as Forças Armadas quiserem”. Disponível em: <<https://goo.gl/8f79Qc>>. Acesso em: 07 mar. 2020.

também impedia a expressão, a enunciação de ideias e a contestação (KILOMBA, 2019, p.33).

No racismo praticado por sociedades contemporâneas, a negação do direito à fala é uma das formas de legitimar violências contra a história, memória e a humanidade de pessoas negras, uma vez que falar é delinear a própria existência enquanto ser social. É por essa razão que povos não-brancos foram submetidos a processos de silenciamento ao longo do tempo, como a máscara, que embora não exista mais enquanto artefato, simbolicamente se manifesta quando há interdição da fala de pessoas racializadas que buscam se expressar. Isso acontece também através de discursos simbólicos e de imagens produzidas cotidianamente e historicamente para oprimir, diminuir e subalternizar, como nos alerta hooks⁹ (2019):

Uma cultura de dominação exige a autonegação de todos os seus cidadãos. Quanto mais marginalizados, mais intensa a demanda. Uma vez que as pessoas negras, especialmente as mais pobres, são bombardeadas por mensagens de que não temos valor, de que não somos importantes, não é de surpreender que caímos na armadilha do desespero niilista ou nas formas de vício que fornecem um escape momentâneo (hooks, 2019, p.62).

Apesar das crueldades que lastreiam o processo histórico de escravização e da posterior colonialidade que se desdobra em rastros de racismo e desigualdade hoje, diagnosticar a violência desse período não deve ser o único modo de olhar para as pessoas negras no Brasil, sob o risco de se produzir outros tipos de exclusão. Deve-se, além disso, salientar as ações empreendidas pelos negros escravizados para resistir aos domínios coloniais (BARBOSA, 2016, p. 23).

No Brasil, a resistência no período colonial envolveu uma série de iniciativas que vão desde as revoltas, que visavam a emancipação e libertação de pessoas em situação de escravização, até a formação de fortalezas como os quilombos. Embora os quilombos históricos sejam espaços físicos, Beatriz Nascimento (2014) analisa o quilombo enquanto campo de estudo científico, no qual há um espaço ideológico construído contra diversas formas de opressão. Trata-se de um símbolo de resistência e sobrevivência em que é exercida uma luta contra a colonização e a opressão. Nesse sentido, desenvolvemos a

⁹ Ao longo do texto – exceto nas citações diretas – a grafia de bell hooks é escrita em letras minúsculas, pois se trata de uma escolha política da própria autora.

tese do aquilombamento virtual no contexto dos estudos da mídia, estendendo o recorte analítico para as práticas midiáticas exercidas virtualmente por parte do movimento negro.

Segundo B. Nascimento (2014), o quilombo é uma instituição genuinamente revolucionária na história das grandes migrações humanas. Quilombos eram espaços de resistência que serviam de fortaleza para os povos negros escravizados resistirem às investidas coloniais de exploração e violência. No Brasil, o mais conhecido foi Palmares, chefiado por Ganga Zumba (Zumbi de Palmares). Para a autora, os quilombos deram início a grandes Estados, como Rio das Mortes, em Minas Gerais, que durou até 1750. Foi no final do século XIX que o quilombo se tornou um espaço social constituído contra diversas formas de opressão. Devido ao seu aspecto histórico, no Brasil, se tornou símbolo de resistência, emancipação e livre pensamento para o inconsciente coletivo do movimento negro. Entendemos que os quilombos são, na atualidade, um modo de vida baseado na união, solidariedade e resistência ao que está posto pela hegemonia. Logo, a inquietação central elaborada a partir dessa problemática pode ser sintetizada na seguinte questão:

É possível propor um movimento metodológico em comunicação inspirado na potência política dos quilombos para estudar as mídias negras? A partir desse questionamento, nos propomos a construir a seguinte **tese**: as mídias negras se articulam internamente em um movimento a que chamamos de **aquilombamento virtual midiático**, que (co)move¹⁰ pessoas na construção de uma narrativa antirracista e não-colonial sobre o povo negro. Essas experiências se desenrolam no ambiente digital e instauram deslocamentos discursivos quando trazem para o foco pautas relacionadas a demandas étnico-raciais. No processo de observação, pretendemos identificar o que entendemos por um **jornalismo antirracista**. Situamos essas experiências como práticas jornalísticas sociais e contra-hegemônicas porque são **motivadas pela luta contra o racismo, o sexism, a história única, a dominação, a hegemonia da mídia corporativa em relação à agenda, a exclusão, a invisibilidade e as injustiças sociais e cognitivas do mundo**. Em síntese, ao mesmo tempo em que o aquilombamento virtual midiático representa um modo de olhar, pode ser entendido também como uma forma de

¹⁰ O prefixo “co” entra no sentido da ação coletiva. Co-mover é mover coletivamente.

articulação das próprias mídias negras em suas organizações internas. Trata-se de um movimento cíclico. Sob as lentes do AVM, consideramos que a força das mídias negras vem das margens, estando, o antirracismo, no centro da partilha do comum (SODRÉ, 2014).

Para Neusa Santos Sousa (1983), ser negro ou negra significa ser violentado cruel e constantemente, ao longo de vida, sofrendo a violência racista dos brancos que visam destruir suas identidades. Uma estratégia historicamente construída pelas pessoas negras para o enfrentamento a essa realidade é o aquilombamento. Aquilombar-se é unirse, é reconhecer-se, é resistir. É um exercício decolonial que há séculos contribui para a emancipação cognitiva e psíquica de afrobrasileiros. O movimento decolonial envolve a esfera da construção daquilo que chamamos de epistemologias outras, com a incorporação de saberes tradicionais e populares ao saber científico, mas também em uma perspectiva prática de quebra com a colonialidade social. “O decolonial busca a compreensão do mundo através de suas interioridades, de seu espaço geográfico e quer superar a modernidade europeia ao mesmo tempo que denuncia sua colonialidade” (OLIVEIRA, 2016, p.03). No aquilombamento virtual, múltiplas vozes movem essas ideias: são jornalistas e comunicadores que se manifestam midiaticamente visando romper com os pressupostos escravocratas que aprisionam as pessoas negras a estereótipos.

A partir das mídias negras, o ambiente virtual se tornou um espaço no qual o povo negro também pode se encontrar e desenvolver narrativas que visam expressar suas subjetividades individuais e coletivas. Nesses espaços, história, memória, autoestima e ancestralidade se tornam pautas que visam romper com os imaginários racistas que permeiam a sociedade brasileira.

O mundo é vasto e nele existem múltiplas iniciativas culturais, sociais, políticas e humanas, que têm como ferramenta de expressão principal a produção de comunicação que não devem ser ignoradas pois assumimos na pesquisa um caráter decolonial que “é uma transformação epistêmica, de se autocompreender e de respeitar a alteridade de outras culturas presentes ao seu redor; é a mudança de uma posição política e de um novo exercício da cidadania que atenderá a um Estado pluri-nacional” (OLIVEIRA, 2016, p.04).

Diante de tantas possibilidades teóricas e empíricas em uma área plural como a Comunicação, ciência cujo pensamento permeia subjetividades, construção de consensos e regimes de verdade da vida em sociedade, esperamos apresentar um texto que estimule, mesmo minimamente, o pensamento crítico e problematizador capaz de contribuir no âmbito acadêmico e sociopolítico. Com a escrita da tese, além das inquietações científicas que alimentaram nossas ideias, somaram-se às nossas aspirações um significativo sentimento de pertencimento e esperança, expressos, de modo direto ou indireto, na construção da nossa proposta.

1.2 Proposta empírica: encruzilhando vivências e partilhando escrevivências

Esta pesquisa de natureza qualitativa busca apresentar o aquilombamento virtual midiático enquanto um modo de olhar para as mídias negras brasileiras. Aqui, interpretamos esses espaços midiáticos como herdeiros da resistência dos quilombos e das revoltas pela liberdade do povo negro no período colonial. Este estudo foi elaborado a partir de pesquisa bibliográfica e de observação das mídias negras e de suas experiências no ciberespaço. Visamos, através dessa proposta teórico-metodológica, elaborar um modo possível para mirar esses grupos e mostrar como se articulam na prática de um jornalismo antirracista e no que se assemelham à organização dos quilombos brasileiros no período colonial. Teremos como referentes empíricos alguns dos grupos que se articulam pela causa antirracista, tendo a comunicação e o jornalismo como principal instrumento de ação, e utilizando ambientes ubíquos, móveis e digitais para problematizar assuntos referentes à raça.

Essa ideia surgiu de vivências pessoais na academia, nas quais muitas vezes mulheres negras são imersas em uma desqualificação sistêmica forjada em argumentos racistas, machistas e epistemicidas. “Estudar raça não é científico”, “seu discurso não é acadêmico, é de militância”, “eu lutei para você estar na pós-graduação”, e “sua linguagem não é adequada” são algumas das frases que corpos racializados escutam ao longo de suas trajetórias na universidade.

Dentro e fora de sala de aula, pessoas negras são colocadas na posição de objeto de estudo, e não de sujeitos da construção científica. Somos cooptadas por um sistema

colonial que nos violenta em nossa singularidade e naquilo que desejamos desenvolver nos espaços acadêmicos, pois a “objetividade” científica não dá margem para modos existenciais fundamentados em cosmovisões múltiplas. Buscar “neutralidade” faz com que diversas formas de violência aprisionem acadêmicos racializados em um lugar de inadequação e insuficiência. “Nesse sentido, a academia não é um espaço neutro nem tampouco simplesmente um espaço de conhecimento e sabedoria, de ciência e erudição, é também um espaço de v-i-o-l-ê-n-c-i-a” (KILOMBA, 2019, p.51).

Construídas para serem centros de produção do conhecimento ocupados por pessoas brancas, as universidades, mesmo que indiretamente, ainda contribuem para a reprodução de privilégios e emudecimentos. Em algumas ocasiões, fugas às normas eurocêntricas são descredibilizadas e recebem o *status* de “subjetividades”. Muitas vezes não se comprehende que o racismo faz com que a experiência de pessoas racializadas seja mais dolorosa. Sim, somos diferentes e interpretamos o mundo a partir de matrizes distintas. Mas por que isso deve ser critério para a violência, e não para a ampliação da diversidade? Em *Memórias da plantação*, Grada Kilomba pondera sobre essa paisagem:

Interessante, mas *científico*; interessante, mas *subjetivo*; interessante, mas *pessoal, emocional, parcial*: “Você *interpreta demais*”, disse uma colega. “Você deve achar que é a *rainha da interpretação*”. Tais comentários revelam o controle interminável sobre a voz do sujeito negro e o anseio de governar e comandar como nós nos aproximamos e interpretamos a realidade. Com tais observações, o *sujeito branco* é assegurado de seu lugar de poder e autoridade sobre um grupo que ele está classificando como “menos inteligente” (KILOMBA, 2019, p. 55, grifos da autora).

Exemplifico com três passagens que presenciei em espaços universitários ao longo dos últimos anos. Primeira: certo dia, participando de uma reunião de um grupo de estudos sobre descolonização, ouvi uma colega sugerir a leitura de Abdias Nascimento e Lélia González, pesquisadores negros fundamentais para os estudos étnico-raciais no Brasil. A professora branca, que ensinava sobre “descolonizar”, respondeu: “Para que lermos esses autores (Abdias e Lélia) se aqui nós já temos uma bibliografia do mais alto escalão?”. Em seguida, apontou para livros de autores homens, brancos e europeus. Nesse momento, silenciamos. Ou melhor, fomos silenciadas. O incômodo que me acometeu, naquele momento não compreendido por mim, deu lugar a uma sensação de

inadequação. O que eu fazia ali? Se não há espaço para pesquisadores negros, qual seria a minha função?

Segunda: em uma aula na pós-graduação, uma mulher negra pesquisadora de cinema e raça questionou o gênero da bibliografia da disciplina, naquele momento completamente formada por homens brancos e europeus. Por não aceitar a crítica, o docente afirmou que ela poderia ter problemas se continuasse questionando sua autoridade. A estudante trancou o componente curricular por receio de retaliações e teve dificuldades de debater pensamento racializado em seu trabalho acadêmico.

Terceira: para um professor autodeclarado branco, a minha função estava ligada, mesmo que ele não percebesse diretamente, aos serviços domésticos. Eu era constantemente chamada para preparar seu café e lavar sua louça, na mesma frequência em que fui desencorajada a ocupar espaços acadêmicos. “Acho que você não está preparada”, “estou tentando protegê-la” e “para mim você é como da família” eram os argumentos que velavam o racismo e o sexism fabricados em uma relação desigual. A esse respeito, Djamila Ribeiro (2019) pontua:

(...) Mulheres negras, ao mesmo tempo que fazem parte de algumas instituições, não são consideradas como iguais, dando o exemplo das trabalhadoras domésticas que trabalham em casas de família. **Há a tentativa das pessoas brancas em dizer o quanto elas são importantes e “quase da família”, ao mesmo tempo que elas ainda seguem ocupando um lugar de marginalidade** (RIBEIRO, 2019, p.45, grifo nosso).

Essas três situações revelam como as violências do racismo e do sexism também podem habitar as sutilezas. Mesmo no espaço acadêmico, no qual há abertura para a desconstrução, a descolonização do imaginário ainda é um desafio constante. É relevante pensar que essa relação nem sempre é baseada em uma intenção. Talvez as pessoas que protagonizaram esses episódios que relatei não tenham decidido ser racistas, mas suas atitudes causam um resultado de subalternização e violência simbólica que independe da existência de intencionalidade (A. NASCIMENTO, 2019, p.270). Apesar de as experiências narradas terem sido vivenciadas de maneira particular, não podem ser vistas como individuais. São histórias de muitas mulheres racializadas na universidade. Grada Kilomba (2019, p.57) explica que falar sobre a ocupação dessa posição marginal “evoca dor, decepção e raiva”. Audre Lorde (2020, p.54) diz que apenas

poderemos sobreviver quando transformarmos nosso medo, silêncio e verdade em linguagem e em palavras para o mundo. A indignação é pedagógica e pode funcionar como combustível para rupturas necessárias.

O que tudo isso tem a ver, porém, com a proposta do aquilombamento virtual midiático? A resposta parte de duas reflexões: a primeira, quando Patricia Hill Collins (2016, p.105) analisa que “nesse modelo, homens brancos poderosos definem-se como sujeitos, os verdadeiros atores, e classifica as pessoas de cor e as mulheres em termos de sua posição em relação a esse eixo masculino branco”. A autora propõe o desenvolvimento da criatividade, mesmo do lugar de marginalidade, para o surgimento de novas perspectivas e formas de olhar. A segunda, quando Abdias Nascimento (2019, p. 289) alerta que devemos “codificar nossa experiência por nós mesmos, sistematizá-la, interpretá-la e tirar desse ato todas as lições teóricas e práticas conforme a perspectiva exclusiva dos interesses da população negra e de sua respectiva visão de futuro”.

Motivadas pelas provocações de Collins e A. Nascimento, em conjunto com as sensações e aprendizados teóricos obtidos com a leitura autores negros e negras comprometidos com a ruptura epistêmica com a colonialidade, sentimos a necessidade de desenvolver a criatividade e codificar nossa experiência daqui deste lugar onde fomos situadas, nós, mulheres negras, na estrutura acadêmica. A ideia do aquilombamento virtual midiático surgiu dos diálogos que tive em parceria com a orientadora e co-criadora desta ideia, a professora Socorro Veloso, ao observarmos as mídias negras que estávamos cartografando no início da jornada em parceria. Em nossas reflexões, percebemos que tanto os quilombos quanto as mídias negras são espaços de luta pela autonomia: outrora a libertação física, e hoje por espaços de visibilidade, protagonismo, garantia de direitos e novas matrizes de visibilidade e comunicação.

Inicialmente, nossa ideia era mapear a mídia negra brasileira e apresentar um desenho que pudesse servir de consulta para ouvir pesquisadores e pesquisadoras da área. Nessa etapa, fizemos um mapeamento de 100 experiências, consideradas por nós como midiáticas, sendo 25 delas identificadas como jornalísticas. Porém, com o lançamento do documento “Mapeamento da mídia negra” pelo Fórum Permanente pela Igualdade Racial (Fopir), decidimos abandonar a intenção inicial e focar na proposta

teórico-metodológica. Nosso campo empírico foi recortado a partir do próprio documento do Fopir e, de início, selecionamos 25 iniciativas:

- | | |
|--|--|
| 1. Alma Preta | 14. Canal Ana Paula Xongani |
| 2. Notícia Preta | 15. Canal AD Junior |
| 3. Revista Quilombo | 16. Canal Conexão Malunga |
| 4. Site Mundo Negro | 17. Instituto Búzios |
| 5. Portal Geledés | 18. Correio Nagô |
| 6. Associação de Produtores do
Audiovisual Negro – APAN | 19. Nação Z |
| 7. Bahia 1798 – Rede de Mídia Livre | 20. Portal BlackFem |
| 8. Blogueiras Negras – Portal | 21. Projeto Afro |
| 9. Canal Corpo Político – Ana Paula
Rosário | 22. QuilomboNews |
| 10. Canal Ela Preta Afronta – Milly Costa | 23. Revista Afirmativa – Coletivo de
Mídia Negra |
| 11. Canal Sapatão Amiga | 24. Articulação de Organizações de
Mulheres Negras Brasileiras – AMNB |
| 12. Canal Afros e Afins | 25. Portal Negrê |
| 13. Canal Gabi de Pretas | |

Em seguida, escolhemos seis dessas experiências para análise, que compõem nosso *corpus* empírico final: Alma Preta, Portal Geledés, Notícia Preta, Mundo Negro, Revista Afirmativa e Portal Negrê. O critério final de escolha considerou iniciativas que se apresentam como jornalísticas e que produzem comunicação tendo a luta antirracista como meio e finalidade. No último capítulo, apresentaremos esses grupos de modo mais detalhado.

1.3 Justificativa

O ecossistema midiático atravessa momentos de transformações significativas, pois os fluxos informacionais foram reconfigurados a partir do uso de dispositivos móveis digitais conectados à internet via 3G, 4G e wi-fi. Esses aparelhos multitarefa têm

potencialidades produtivas as quais, embora ainda possuam limitações técnicas, propiciam a presença de grupos considerados alternativos ou contra-hegemônicos no território virtual. Além disso, a disseminação dos conteúdos através de redes sociais na internet traz à tona novos modos de distribuir. O conjunto de nós interconectados que forma a rede (CASTELLS, 2003) é um espaço de organização descentralizada e flexível.

No início desta pesquisa, chegamos a considerar que a tecnologia é "apropriável". Ou seja, grupos e/ou pessoas se apropriariam dessas ferramentas e as utilizariam tal qual suas visões de mundo permitissem, vivenciando e experienciando diferentes usos para uma mesma tecnologia. Logo, a primazia da informação e dos seus instrumentos de propagação não seriam mais cativos das corporações midiáticas. Na interpretação inicial, essas corporações também estariam no ambiente virtual e deteriam considerável alcance devido à curabilidade adquirida através dos meios tradicionais – como jornais, canais de televisão e de rádio, por exemplo – mas não seriam exclusivas. Um engano abissal.

Hoje concordamos com Silva (2020) e acreditamos que fomos "ingênuas", pois a produção democrática de conhecimento na internet não é garantida simplesmente por haver grupos alternativos produzindo no meio digital. As principais plataformas de redes sociais na internet, como Twitter, Instagram e WhatsApp, por exemplo, recebem cotidianamente intolerância, violência e discursos de ódio (TRINDADE, 2020, p.26).

Os recursos tecnológicos e a lógica algorítmica das redes sociais na internet fazem com que o racismo se processe de formas simbólicas e, às vezes, pouco contrastadas. Essa infraestrutura digital é dominada por gigantes da tecnologia como Microsoft, Google, Apple e Meta, por exemplo. São conglomerados que monetizam nossos fluxos de navegação e distribuem o conteúdo com bases reais das nossas preferências. Os algoritmos nos direcionam com frequência a partir dos nossos dados e já há estudos que mostram que sua programação pode gerar recomendações de materiais racistas e, consequentemente, agressões e opressões diretas contra corpos racializados (TUFEKCI, 2015; NOBLE, 2018; SILVA, 2020; CARRERA, 2020).

As democracias de todo o mundo constantemente questionam os modos de atuação das *big techs*, o modo como se apropriam de conteúdos jornalísticos de mídias alternativas e corporativas. Essas corporações se apropriam do lucro gerado pelo

engajamento desses coletivos, não remuneram adequadamente em suas ferramentas nativas de monetização e os algoritmos ainda podem contribuir para o silenciamento dessas redes e o enfrentamento de dissensos diante do racismo algorítmico. Neste estudo, não temos como foco as opressões algorítmicas racistas. No entanto, se as mídias negras estão imersas na ambiência virtual e a mercê dessas dinâmicas nocivas contra pessoas negras no mesmo ambiente onde tentam produzir contradiscursos, é preciso reforçar a importância de pesquisas voltadas para o uso das tecnologias e as violências que podem surgir nesse ecossistema de algoritmos, dados e plataformização.

O jornalismo pós-industrial, pensado na Universidade de Columbia pelos pesquisadores C. W. Anderson, Clay Shirky e Emily Bell, foca no modelo de produção jornalística de uma sociedade midiatizada por tecnologias. Com esse contexto, pode-se ampliar a reflexão para a produção jornalística de grupos alternativos, que descentralizam o monopólio da voz das organizações de jornalismo tradicional. Vivemos um momento de disputas de narrativas, enunciados opositores, imagens politizadas e fluxos contrapostos. Trata-se de uma "mobilização global político-afetiva nas ruas e nas redes" (BENTES, 2015, p.19). As ferramentas das quais dispomos para produzir esse contra-conteúdo nos tornam ativamente participantes desse processo.

Que instrumentos temos? Na realidade, contamos só com instrumentos hegemônicos para tentar enfrentar tudo isso, porque os conceitos para enfrentar o novo, a descontinuidade, a ruptura, a revolução, hoje nós não temos. É um problema complicado porque, se são instrumentos hegemônicos, por definição não vão resolver nossas inquietações, nossas aspirações, e não vão conseguir o que queremos alcançar (...). **Por um lado, tentar ver se os instrumentos hegemônicos podem ser utilizados de maneira contra-hegemônica:** se podemos desenvolver um conceito contra-hegemônico de legalidade, de direitos humanos e de democracia. **E, por outro lado, ver se nas culturas e nas formações políticas que foram marginalizadas e oprimidas pela modernidade ocidental (...) podemos encontrar embriões, sementes de coisas novas** (SANTOS, 2011, p.84, grifos nossos).

A comunicação e o jornalismo são formas de articulação e repercussão dessas pautas. Forma-se uma nova cultura política (GOHN, 2013) que estimula processos sociais de aversão ao preconceito, desigualdade e injustiças. As dinâmicas de organização permitem a formação de laços ideológicos e é a partir deles que os grupos de comunicação alternativos se estruturam para construir e divulgar movimentos

emancipatórios ou reivindicatórios. Como afirma Chomksy (2013), a partir da organização é possível descobrir que existem pessoas que pensam o mesmo que você.

A compreensão desse panorama é fundamental nos estudos de comunicação, com foco no jornalismo. Não é possível pensar a mídia, nos tempos nos quais vivemos, sem levar em consideração a criação desses novos espaços de sociabilidade, interação e articulação político-ideológica. Silverstone (2002) questiona: por que estudar a mídia? A resposta a essa inquietação é construída tão constantemente quanto a mídia se reconfigura em um contexto digital, mas alguns pontos são apontados pelo autor como justificativa para a pesquisa do âmbito midiático.

O primeiro diz respeito à dependência que temos da mídia para a informação, conforto e entretenimento. O segundo se refere à ação de ler, ver ou consumir um produto midiático. Isso nos liga a outros, de uma certa forma, pois estão simultaneamente fazendo a mesma coisa. Em um contexto de comunicação digital, ampliamos a reflexão de Silverstone para o aspecto da interação em tempo real. O terceiro aspecto é a formação de uma cultura midiática, com as mídias funcionando como rotas de produção e circulação de significados. Nos grupos alternativos de comunicação, esse ponto é significativamente explorado, uma vez que é através dessas ferramentas que a informação é produzida, organizada e disseminada para as pessoas. O autor complementa:

Enfrentamos agora o fantasma de mais uma intensificação da cultura midiática pelo crescimento global da internet e pela promessa (alguns diriam ameaça) de um mundo interativo em que tudo e todos podem ser acessados, instantaneamente (SILVERSTONE, 2002, p.17).

Ao falar de uma promessa ou “ameaça” de um mundo interativo, nos perguntamos se Roger Silverstone estaria instigado ao se deparar com a cotidianidade atual: acordar com o despertador do celular, verificar redes sociais na internet, enviar mensagens instantâneas, pagar contas, enviar e-mails, resolver assuntos de trabalho e outras atividades fazem com que os dispositivos móveis digitais tenham ampliado ainda mais sua presença como parte da “textura geral da experiência”, conforme seus próprios termos. Estudar esse contexto midiático, por conseguinte, é compreender elementos e práticas as quais circundam nossas vidas.

Esse contexto midiático digital hoje é espaço para a produção de uma comunicação que se propõe antirracista. No contexto da relevância da pesquisa para o programa, de acordo com o Regimento Interno¹¹ do Programa de Pós-graduação em Estudos da Mídia, o trabalho de tese final para obtenção do título de doutora deve apresentar uma contribuição original à área de concentração Comunicação Midiática. Dessa forma, é justificada a viabilidade e originalidade desta proposta de pesquisa através do recorte que pretendemos dar ao olhar para as mídias negras pela perspectiva dos quilombos.

A partir de levantamento bibliográfico inicial realizado no banco de publicações da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação (Compós), no arquivo de teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), se viu que não há trabalhos de pós-graduação voltados para o que temos chamado de **análise quilombólica** das mídias negras virtuais. “Quilombólico” é um neologismo com o qual pretendemos englobar as distintas dimensões dos estudos sobre quilombos, como quilombismo, quilombagem e aquilombamento, por exemplo.

Além disso, a justificativa estende-se à importância de uma análise crítica das práticas jornalísticas que permeiam nossas cotidianidades, em especial nas redes sociais na internet, visto que este estudo poderá proporcionar, aos atores envolvidos na produção de conteúdo midiático alternativo, maior entendimento sobre sua prática cotidiana e quais abordagens de fato pós-abissais e anti-imperialistas estão sendo desenvolvidas.

Destaca-se ainda a necessidade de um caráter político não-partidário, e sim crítico, nas pesquisas acadêmicas, com o objetivo de compreender o papel da comunicação nesta época de incertezas que vivenciamos. Consideramos igualmente relevante a escolha uma abordagem do jornalismo no contexto contra-hegemônico antirracista para ser possível conceber e interpretar os campos opositores ao jornalismo tradicional.

Justifica-se também o aspecto pessoal da pesquisa, pois, enquanto docente, considero que a investigação empreendida e a análise de dados referentes à prática

¹¹ Resolução nº. 098/215-CONSEPE.Seção I (Do trabalho final e da defesa pública), art. 47.

jornalística em ambientes digitais, no âmbito da comunicação e questões étnico-raciais, terá valorosa aplicabilidade no ensino, pesquisa e extensão. A estes argumentos soma-se a tentativa de empreender uma jornada metodológica que, esperamos, possa ser referência para a investigação do universo das mídias negras e do jornalismo antirracista produzido por elas.

O desenvolvimento desta pesquisa tocou dimensões para além da experiência profissional e acadêmica. A sensação de não-pertencimento me machucou, durante muito tempo, enquanto pesquisadora. O fato de não termos um número significativo de docentes e discentes negros, de perpassar por situações de invisibilização, de não pensarmos com mais frequência em formas de comunicação voltadas para a resistência desse povo diante da história única contada pela mídia comercial, me era inquietante. Reconfigurar o olhar para o aquilombamento virtual midiático é importante para minha formação pessoal e profissional, pois terei a oportunidade de ler criticamente, com viés interdisciplinar, experiências que brotam da minha própria ancestralidade.

Dessa forma, comprehende-se que esta proposta de pesquisa está enquadrada na área de concentração Comunicação Midiática – Práticas Sociais, do Programa de Pós-graduação em Estudos da Mídia, pois pretendemos empreender uma análise das dinâmicas do processo comunicacional jornalístico contra-hegemônico em um recorte racializado.

1.3.1 Uma justificativa pessoal

- Olha ali, é a mãe de Alice!
- Eu acho que é a própria Alice, viu?
- Veja como nasceu a sua família!

Entre risadas e tons debochados, essas eram algumas das frases comumente ditas pelos meus colegas de turma nas aulas de História, quando o assunto em pauta era “escravidão”. Sem falar nos diversos apelidos e brincadeiras relativas ao meu fenótipo. Para uma criança negra, ou ao menos para grande parte delas, estudar esse período histórico é uma verdadeira tortura psicológica. Lembro de torcer para que os minutos passassem logo, para eu sair ao intervalo e poder falar da novela, da banda preferida e de outros assuntos que não diziam respeito às piadas com a cor da minha pele ou meu

cabelo. Tais situações, protagonizadas por crianças inocentes, as quais nem sempre tinham, de fato, o objetivo de machucar minha autoestima, são retratos da narrativa colonizadora que domina nossas mentes e interações sociais desde a infância. “Lagartixa suja” era como me chamava, “carinhosamente”, uma colega de turma no ensino médio.

Por alguns anos fiquei de favor na casa de tias, para meus pais trabalharem. Incontáveis vezes meu nome era substituído pela “neguinha de Junior” (apelido familiar do meu pai).

- Você não foi convidada para o casamento porque o vestido era azul e “nega” fica horrível de azul, me disse um primo.

Essas falas, embora me fossem incômodas, não despertavam quaisquer reações de minha parte. Acreditava que aquele era, dolorosamente, o meu lugar. Mesmo sendo uma aluna comportada, estudiosa e sem dificuldades para me comunicar ou fazer amigos, me sentia inadequada. Ser a única garota negra da turma era algo que eu preferia ignorar e, na medida do possível, buscava formas de me embranquecer. Lembro de quando usava, escondida, os shampoos para “cabelos lisos” das minhas primas, com o objetivo de modificar meu cabelo, embora soubesse que não funcionava. Usava batons cor de rosa para ficar com o tom dos lábios semelhante ao das minhas amigas brancas. Ia ao banheiro incontáveis vezes durante a aula para molhar meu cabelo e reduzir o volume. Aos 12 anos alisei o meu cabelo pela primeira vez.

E chorei.

Chorei, pois pela primeira vez não me sentia eu mesma. E aquilo me deixava melhor.

Ser negra é, muitas vezes, ser reduzida a um constante antepassado escravizado, humilhado, torturado e morto. É ter na pele as marcas da submissão. É não se ver na TV, exceto como a empregada. É não se sentir representada pelas bonecas na infância. É não conseguir ser ou estar em todos os lugares de maneira plena. Mas existe um outro lado. Páginas da história que os livros insistem em ignorar. A ancestralidade, marca de um povo que lutou, e segue lutando, para existir, resistir e reexistir. Quantos autores e autoras negros(as) você já leu? Com quantos(as) médicos de pele escura se consultou? Qual é o quantitativo de professores retintos que já lhe deram aula? Precisamos pensar sobre isso.

Quando eu tinha 10 anos, venci um concurso de redação cujo tema era cooperativismo. Sabendo da minha dificuldade para falar em público, então entendida como timidez (hoje percebo como silenciamento pelo racismo estrutural), fui inscrita sem saber que se tratava de uma competição. Ao saber do resultado, não acreditei. Ganhei uma bicicleta. Enquanto lia meu texto na frente de tantas pessoas, por um momento pensei que eu tinha um lugar no mundo.

Aos 11, ganhei o prêmio de melhor leitora da biblioteca da escola. Recebi de presente um livro da bibliotecária. Quando fui à frente da turma para pegar um prêmio simplesmente por fazer o que eu tanto gostava, ler, decidi: quero ser escritora. Esse é o meu lugar.

Ao ler meus textos, ou quando eu lia os textos de outrem, minha raça não importava. Nem o formato do meu nariz, lábios ou cabelo. Através das palavras lidas ou escritas eu conseguia existir. Frantz Fanon disse que “falar é existir absolutamente para o outro”. Na época eu não sabia disso, mas me sentia exatamente como ele descrevia, quando falava por meio da escrita.

A resistência do povo negro não é uma questão que diz respeito apenas ao passado. Homens, e principalmente mulheres, seguem ainda hoje lutando para coabitar espaços e para sobreviver. Anos depois de tudo isso, como jornalista, mestra e doutoranda, aprendi que ser negra implica carregar um peso histórico, mas é também um *devir*, uma construção constante e, acima de tudo, é se reconhecer enquanto humano. Afinal, como nos disse Lélia González, não se nasce negro, torna-se negro quando se assume a negritude como ato político.

Patricia Hill Collins explicou que mesmo fazendo parte de instituições sociais de destaque, algumas mulheres negras não são consideradas como iguais. Até em espaços acadêmicos de constante debate e reflexão, também sofri a tentativa de ser apagada, silenciada e trazida de volta ao berço da minha ancestralidade neste continente, com feridas abertas de servidão e desapropriação de mim mesma.

É por isso que este trabalho, além de pertencer ao campo científico, também visa habitar a memória coletiva do povo negro. Minha condição de existência é parte da pesquisa que pretendo desenvolver. E embora eu saiba que o rigor científico é importante

e necessário em produções como esta, desenvolverei também uma jornada pessoal, com as marcas da “escrevivência” de que nos fala Conceição Evaristo.

Conhecer as experiências insurgentes em mídia negra no Brasil é importante para trazermos à tona iniciativas que visam à nossa presença dentro do espaço midiático e acadêmico. Não pretendemos “levar luz” a um contexto que já tem força própria. Este é um espaço de reconhecimento de que, sim, o subalternizado pode falar, mas também é preciso ouvi-lo.

Procuremos novas epistemologias. Busquemos a coexistência. A ciência abre caminho para outros olhares possíveis sobre a cotidianidade histórica e contemporânea. Enquanto parte dessa raça e dessas vivências, também posso trazer minhas marcas para construir uma dialogia com o mundo. Este também é meu lugar.

2 MÍDIAS NEGRAS COMO MOVIMENTO CIRCULAR E DECOLONIAL

“É urgente viver encantado”.
Valter Hugo Mãe (*As Mais Belas Coisas do Mundo*)

As caravelas que chegaram à nossa orla já se foram. A demarcação de capitâncias hereditárias, a dominação de territórios, exploração do ouro e outras riquezas, também. Já não se escutam os gritos dos feitores, as galopadas das expedições bandeirantes, o grito de negros e indígenas ao serem consumidos pelos chicotes, os cânticos e rezas nas senzalas e nem os passos rumo aos quilombos. A colonização, enquanto projeto político-territorial, já não existe mais.

No entanto, vemos a desigualdade social. O horizonte revela favelas, comunidades e periferias. O sistema carcerário está lotado de corpos de mesma cor. As notícias e estatísticas de assassinatos revelam que as balas perdidas sempre são encontradas em peles pretas e pardas. Escutamos o choro de mães negras. Os tiros do agronegócio invadindo as matas e massacrando povos indígenas. Até mesmo no silêncio das salas de aula universitárias, nas vozes dos docentes compartilhando conhecimento e nos textos citados, é possível ouvir os sobrenomes europeus. A *colonização* não existe mais. A *colonialidade*, por outro lado, segue dilatando raízes e envenenando solos.

A colonialidade se refere ao resquício das relações coloniais e imperialistas que continua atuando em outras frentes, como a reprodução de desigualdades estruturais em níveis simbólicos (FRASER, 2001). Em outras palavras, não se espoliam mais territórios geográficos, mas há uma dominação complexa de mentes, modos de pensamento, conhecimento, corpos e existências. Com o fim da Guerra Fria e o início do processo de globalização, o colonialismo imperialista decaiu e o capitalismo foi se adaptando a um contexto urbano e industrial. A dominação geográfica a serviço do imperialismo estendeu seu projeto global para além das conquistas de terras e traz ainda hoje, por meio das noções de modernidade, uma ideia de sistema-mundo que universaliza as experiências ocidentais como globais (MIGNOLO, 2003).

Mesmo sendo um projeto acadêmico-político com origem nas reflexões teóricas em universidades, a ideia de colonialidade também se estende à esfera social. Contudo, perceber essa última vertente muitas vezes pode ser difícil, visto que os debates sobre

esse assunto, em grande parte, se restringem ao âmbito universitário. Isso faz com que a decolonialidade se descole das lutas políticas e cause uma contradição entre o que dizem as teorias e a realidade (BERNARDINO-COSTA; MALDONADO-TORRES; GROSFOGUEL, 2019).

Sistematizar o conhecimento é um dos papéis das teorias decoloniais, mas é preciso lembrar também de como essas formulações conceituais podem servir às populações que enfrentam uma luta secular de sobrevivência e resistência, produzindo saberes e modos operativos que muitas vezes não têm espaço senão nos textos científicos. Citar autores negros e indígenas, por exemplo, bem como se aproximar dos movimentos sociais e das práticas insurgentes é um passo basilar que precisa ser dado pela decolonialidade acadêmica.

Dar foco às discussões raciais como um elemento estruturante da sociedade é fundamental. Entender o enfrentamento do racismo como parte da luta dos povos originários e tradicionais faz parte de um projeto decolonial que não se restringe às publicações e preocupação com o qualis, mas que se pretende, de fato, emancipatório e transformador.

Para os estudos em Comunicação, pode-se dizer que grande parte é alinhada a modelos e perspectivas ocidentais e eurocêntricas. Porém, quando se pensam as pesquisas voltadas para mídia e questões étnico-raciais, torna-se necessário ampliar o olhar para fenômenos, estratégias e teorias produzidas nas fronteiras subalternizadas, nas lutas populares, movimentos sociais e ancestrais. O deslocamento geográfico do olhar também é importante, em especial para diminuir o foco no eixo europeu e norte-americano e passar a observar atentamente o que acontece na América Latina, Ásia e África.

Perceber o fato histórico do colonialismo é fundamental ao se estudar raça em quaisquer áreas de pesquisa, pois foi com o imperialismo capitalista em seus primórdios, há mais de cinco séculos, que as noções de raça e racismo começaram a ser delimitadas na prática. Afinal, foi na Europa onde surgiu a ideia de exclusão e subalternização de tudo aquilo que está fora de seus eixos socioculturais (LANDER, 2005; GROSFOGUEL, 2008). A consciência europeia que invade grande parte do mundo ainda hoje determina uma separação que contrasta o moderno e avançado em oposição àquilo que chamam

de "outros" (LANDER, 2005), composto pelos demais povos e culturas do planeta fora do molde eurocêntrico. Assim, na visão europeia do mundo, tudo aquilo que está fora de seu campo de alcance territorial e cultural é considerado "inferior", "arcaico" e "atrasado", sejam culturas, políticas, religiões, conhecimento, modos de vida e/ou corpos.

Para além do domínio territorial e físico, a expansão do colonialismo ao longo do tempo e do espaço ampliou as formas de opressão de algo que antes era exclusivamente geográfico-econômico para também haver um novo modo de existência mundial. A ideia de soberania iniciou com o surgimento do Estado moderno europeu para estabelecer de forma nítida quais territórios e povos eram dominantes e quais eram os dominados (BRESSER-PEREIRA, 2016; PORTO-GONÇALVES, 2012). Com o passar do tempo e com a independência territorial-política de países e continentes, as articulações colonialistas foram se tornando mais sutis, mas ainda assim bastante cruéis. Isso porque "ao colonialismo não basta encerrar o povo em suas malhas, esvaziar o cérebro colonizado de toda forma e todo conteúdo. Por uma espécie de perversão da lógica, ele se orienta para o passado do povo oprimido, deforma-o, desfigura-o, aniquila-o" (FANON, 1968, p.31).

Portanto, fazer a leitura do mundo a partir da perspectiva europeia é, por natureza, uma universalidade excludente (LANDER, 2005, p.10). O colonialismo apresenta-se como a visão universal sobre o mundo e acerca das coisas que o constituem, tendo como referência o eixo norte do mundo. O capitalismo na forma que conhecemos hoje é construído como um avanço do colonialismo imperialista. Sendo a infraestrutura social, é visto como única alternativa possível. O que está fora dele é retrógrado. Muitas vezes essa imagem é reforçada pela mídia comercial, formada por grandes empresas imersas na lógica de funcionamento capitalistas e que, por consequência, auxiliam sua manutenção.

A era da modernidade é o período historicamente conhecido pelos últimos cinco séculos. Deve-se salientar que esse recorte envolve uma diversidade de contextos sociais, inclusive a escravização de corpos subalternizados na África, América Latina e Ásia (OYEWUMÍ, 2019). As disparidades raciais tiveram muitos formatos e lógicas ao redor do mundo, mas é basilar saber a configuração excludente e cruel que teve com

pessoas racializadas ao longo do tempo e ainda fortemente hoje, o que pode ser percebido na perspectiva da *colonialidade*.

Quando se fala sobre esse universo, há uma multiplicidade de conceitos próximos, embora não sinônimos, que acabam nebulando o debate. Termos como pós-colonial e descolonial, decolonial são amplamente utilizados no espectro acadêmico para se referir a processos semelhantes. Mesmo assim, é possível apontar também diferenças de abordagem em cada uma dessas ideias.

A principal semelhança é o objetivo em comum entre todos eles: estar em um lugar de oposição à condição de subalternização imposta pela colonização às sociedades historicamente colonizadas, fomentando a ideia de que há modos de existência, fatores culturais, filosóficos e históricos fora do eixo eurocêntrico que devem ser validados. Em um panorama amplo, esses conceitos traduzem a necessidade de deixar emergirem perspectivas cognitivas, existenciais, filosóficas, sociais e políticas fora do eixo da modernidade colonial.

Quanto às diferenças, é preciso perceber que cada ideia aborda um ponto específico dessa necessidade de ruptura com o universalismo colonial. O *pós-colonial* surgiu nas ciências sociais inglesas para analisar o contexto sociocultural de sociedades libertas politicamente do colonialismo imperialista. Ou seja, após as colônias ganharem independência das metrópoles e deixarem de ser vítimas de opressão-exploração territorial e econômica. Além dessa perspectiva temporal, há também o movimento epistêmico *pós-colonial*, dedicado às reflexões acadêmicas sobre novas possibilidades para sociedades e povos após o tempo da colonização. O movimento *pós-colonial* é formado por grupos de estudos subalternos e pelas ideias de autores como Edgardo Lander, Aimé Césaire, Franz Fanon, Homi Bhabha e Gayatri Chakrabarty Spivak, por exemplo.

A ideia de *descolonial* demarca o distanciamento do colonialismo. O significado do termo, na grafia com a letra "s", estabelece uma oposição ao colonialismo, uma ruptura com o processo iniciado ainda no século XIX com a demarcação de colônias e metrópoles (SANTOS, 2018). Aqui se pretendia passar de um momento colonial para outro que não mais o é, é uma reversão do colonialismo, uma mudança de sistema.

Já o *decolonial*, sem o “s”, não se propõe a simplesmente desfazer a colonialidade; intenciona demonstrar que, além disso, é preciso demarcar uma postura de insurgência, luta e identificação de contextos que podem ser uma alternativa. Logo, o decolonial se propõe a questionar o projeto eurocêntrico e a ocidentalização do mundo, em especial no ponto de vista epistêmico-cognitivo. É um movimento que questiona os cânones científicos e no que eles contribuem para a leitura crítica da sociedade.

A decolonialidade visa ser uma alternativa ao pensamento moderno e ao capitalismo, um eixo de enfrentamento à colonialidade, uma possibilidade de resistência aos padrões eurocêntricos e a busca pela autonomia não apenas de indivíduos, mas acima de tudo de grupos - como negros, indígenas, mulheres, pessoas LGBTQIAP+, entre outros. Autores como Walter Mignolo, Luciana Ballestrin, Boaventura de Sousa Santos, Joaze Bernardino-Costa, Enrique Dussel, Catherine Walsh, Aníbal Quijano, Nelson Maldonado-Torres e Ramón Grosfoguel são alguns daqueles que seguem por esse caminho, também adotado por nós nesta pesquisa.

Sobre a diferença dos termos decolonial e descolonial, podemos entender que:

Suprimir o “s” e nomear “decolonial”... é para marcar uma distinção com o significado em castelhano de “des”. Não pretendemos simplesmente desarmar, desfazer ou inverter o colonial; ou seja, passar de um momento colonial para um não colonial, como se fosse possível que seus padrões e traços deixassem de existir. A intenção, ao contrário, é apontar e provocar uma posição - uma postura e atitude contínua - de transgredir, intervir, insurgir e influenciar. O decolonial denota, então, um percurso de luta contínua em que podemos identificar, tornar visíveis e fomentar “lugares” de exterioridade e construções alternativas (WALSH, 2009, p.14-15, traduzido)¹².

Em suma, enquanto o descolonial busca desfazer o colonialismo, o decolonial tem como objetivo central combaterativamente e propor insurgências para se opor à colonialidade. Já o pós-colonial aponta um período histórico e um movimento epistêmico vindo de grupos considerados subalternos.

¹² Trecho original: Suprimir la “s” y nombrar “decolonial”... es marcar una distinción con el significado en castellano del “des”. No pretendemos simplemente desarmar, deshacer o revertir lo colonial; es decir, pasar de un momento colonial a un no colonial, como que fuera posible que sus patrones y huellas desistan de existir. La intención, más bien, es señalar y provocar un posicionamiento -una postura y actitud continua- de transgredir, intervenir, in-surgir e incidir. Lo decolonial denota, entonces, un camino de lucha continuo en el cual podemos identificar, visibilizar y alentar “lugares” de exterioridad y construcciones alternativas (WALSH, 2009, p.14-15).

Nas discussões decoloniais, é preliminar pensar que a colonialidade atua em diversas frentes, como no poder, saber e no ser. Enquanto a primeira fala sobre a dominação política, o saber carrega a dimensão das epistemologias e produção de conhecimento e o ser abarca a experiência dos corpos, de suas manifestações no mundo, linguagens, cultura e ocupação de espaços (MALDONADO-TORRES, 2019; 2007).

Portanto, a colonialidade atua diretamente nas imagens que as sociedades constroem ao longo do tempo, sobre tudo e todos e até mesmo a respeito das experiências vividas nos diversos espaços. A ideia que temos sobre o suposto descobrimento do continente americano é completamente engendrada pelas lógicas capitalistas que justificam o controle de corpos negros, indígenas e de mulheres durante a história. Por exemplo, as diferenças físicas e culturais dos habitantes de Abya Yala auxiliaram a construção da ideia de raça e identidade: o branco é diferente - e superior, nesse contexto - do negro e do indígena, por isso seria possível atribuir a estes um lugar social de desumanização e subalternização (MALDONADO-TORRES, 2007).

O eurocentrismo dividiu todos os povos em raças, mas devemos entender que há uma graduação entre essas. Nós, pessoas negras, fomos postas como um dos povos menos desenvolvidos na “escala” social constituída nessas imagens políticas e mentais. Esse pensamento foi usado para justificar o processo de escravização, pois o racismo também foi “um princípio organizador daqueles que podem formular um conhecimento científico legítimo e daqueles que não o podem” (BERNARDINO-COSTA; MALDONADO-TORRES; GROSFOGUEL, 2019, p.11).

A tradição científica e as ideias eugênicas importadas das nações nortecêntricas e do cartesianismo colocaram pessoas negras no lugar de seres não-pensantes, incapazes de produzir ciência e cultura, politicamente inferiores e carentes de qualificação social e religiosa. O racismo surge para universalizar a ideia de que aqueles que habitam a zona do não ser (FANON, 2008) precisam ser delimitados, controlados e, quando não, aniquilados.

As hierarquias raciais elaboram a ideia de raça a partir dessa concepção subalternizante, o que se espraia ao longo do tempo em constituições institucionais, do Estado e das demais instituições políticas. A violência colonial não cabe nas sociedades contemporâneas, mas a colonialidade faz com que sigamos tutelados e à mercê de forças

que servem à colonialidade. Aqui no Brasil, os abusos jurídicos e a violência policial nos mostram que pessoas negras seguem sendo enquadrados em categorias de subalternidade, em lugares de silenciamento e em privação dos próprios modos de existência culturais e ancestrais.

Para este texto, entendemos as mídias negras virtuais como parte de um movimento decolonial a partir do momento em que não apenas surgem contra a realidadeposta pela mídia comercial, mas também propõem alternativas e novos modos de produzir um jornalismo ancorado na luta antirracista. O esforço de homens e mulheres negras para extinguir o regime de escravização em nosso país, depois a luta política para a inserção social e as atuais experiências de construções narrativas sobre a própria história, demonstram que são espaços de ruptura social, política e cognitiva.

Quando pensamos as mídias negras virtuais, mesmo que sejam um fenômeno contemporâneo, é necessário fazer esse passeio histórico e localizá-las como uma experiência viva de combate não apenas ao racismo de forma direta, mas à própria colonialidade como princípio organizador da ideia de raça e suas consequências interseccionais. O tempo dessas mídias é anacrônico, pois estão diante de lógicas atuais na mesma medida em que precisam lidar com um passado “que existe não como um traço, mas sim como um presente vivo” (BERNARDINO-COSTA; MALDONADO-TORRES; GROSFOGUEL, 2019, p.28).

Trabalhar a ideia de decolonialidade junto às mídias também é importante, pois assim como o racismo é um item constitutivo da sociedade, veículos midiáticos auxiliam na disseminação desse princípio organizador e classificam corpos de acordo com ideais eurocêntricos e universalistas. O movimento que fomenta a instrumentalização da comunicação na construção de narrativas emancipatórias também pode ser considerado decolonial. O caráter eurocêntrico das mídias hegemônicas é percebido não apenas por operar diretamente como superestrutura do sistema capitalista, mas também pela constante elaboração de discursos e imagens brancos, ocidentais e cristãos.

A centralidade de mídias contra-hegemônicas na luta antirracista é enfática. Buscar a descolonização/decolonização pela comunicação é causa e consequência da produção de um jornalismo antirracista. Jornalistas racializados intervêm diretamente na

constituição de novos espaços midiáticos: na definição das agendas, abordagem dos temas, composição das redações e nas formas de convivência.

Se as mídias auxiliam nos moldes imaginários das imagens que compõem o mundo, o racismo deve ser confrontado pela nova geração de comunicadores negros, indígenas e de comunidades originárias. Pensar as práticas jornalísticas antirracistas implica, necessariamente, na reavaliação dos cursos de graduação em Comunicação Social. Quais pedagogias, metodologias e práticas de combate ao racismo estão contempladas pelas grades curriculares? Qual é a cor, ou cores, do corpo discente? Quais influências teóricas são percebidas nas disciplinas? Há pluralidade nas cosmovisões epistêmicas? Esses são alguns dos muitos questionamentos possíveis para se pensar sobre o poder colonizador que a universidade, enquanto instituição, ainda pode fomentar.

As imagens de pessoas negras e indígenas produzidas pelas mídias vêm comumente estereotipadas e fomentadas pelo racismo que, em um contexto interseccional, também pode retroalimentar misoginia e preconceito de classe/gênero. As mídias negras visam transformar a cadeia discursiva e imagética, revelando novas matrizes de imagens que reconhecem esses grupos sociais em sua pluralidade.

Mover a base construída há tantos anos – e, até mesmo, séculos – das imagens produzidas pela mídia comercial é um desafio. Há a cristalização de padrões que fundaram os preceitos socioculturais e dizem qual é o lugar das mulheres e homens negros e indígenas. Os elementos superestruturantes são muitos, mas a cadeia de comunicação é um elemento fundamental no letramento visual da sociedade. A refundação de tantos padrões exigiria um movimento radical, mas as mídias negras tentam ocupar espaços de maneira sutil. Não por uma questão de incapacidade revolucionária, e sim por impossibilidade de recursos dos grupos contra-hegemônicos em relação aos comerciais.

A agenda descolonizadora ou decolonial atua em muitas frentes. Uma das bases de modificação é a esfera epistêmica, pois é a partir de novos critérios na construção de saber que a realidade social pode vir a ser modificada. Reorganizar os currículos e pensar a lógica de funcionamento dos espaços universitários é fundamental para a inclusão de negros e indígenas nos processos de produção do conhecimento. A colonização do saber

é um dos rastros mais fortes percebidos na sociedade mesmo após o fim da colonização formal (WYNTER, 2003) e elaborar estratégias emancipatórias tendo a comunicação como centro desse objetivo é importante, pois:

Nos campos político, cultural, pedagógico e epistemológico é que se encontra a perspectiva negra da decolonialidade. Ela nos remete ao pensamento emancipatório construído pelos movimentos sociais nas lutas cotidianas e nas instituições educacionais. Portanto, falamos em tensões, disputas de práticas e de conhecimentos (GOMES, 2019, p.227).

Quando se colocam com a missão de formular matrizes comunicativas nascidas na própria vivência negra, essas iniciativas se põem também em uma postura decolonial e negam a necessidade de se reportarem sempre aos mesmos referenciais para compreender a própria realidade. Em uma dimensão cheia de camadas bem mais profundas que a representatividade, as mídias negras lutam pela democratização da palavra e demandam outros lugares enunciativos além daqueles impostos pela colonialidade desde o imperialismo.

Por meio de seus sites e redes sociais na internet, exercitam a decolonialidade quando propõem pautas fundamentais às causas do povo negro, constroem conteúdos repletos de subjetividade e interpretam o mundo por uma lente própria, distante dos cânones impostos pelas mídias patronais. Estamos diante, portanto, de ações comunicacionais que desencadeiam a decolonização das mentes e o estabelecimento de um modo de comunicação antirracista.

O olhar pelo aquilombamento virtual midiático (AVM) leva em conta que o que foi produzido por pessoas negras ao longo da história brasileira não pode ser desconsiderado mesmo quando temos em vista fenômenos contemporâneos. Esse direcionamento metodológico nos auxilia a considerar pessoas negras como sujeitos das próprias narrativas e “seus movimentos por emancipação como produtores de conhecimentos válidos que não somente podem tensionar o cânone, mas também o indagam e trazem outras perspectivas e interpretações” (GOMES, 2019, p.235). As mídias negras são, portanto, parte da paisagem negra decolonial brasileira.

No movimento do AVM, este é o primeiro passo. Localizar as mídias negras como parte dessa estratégia decolonial e trazer a comunicação a um lugar de centralidade significa fazer a roda da decolonialidade girar em uma mistura de passado, presente e

futuro. Um passado que começa até mesmo antes dos quilombos, mas que necessariamente passa por eles para consolidar a potência política da resistência negra no país; um presente que nos revela o desprezo ao silenciamento e a busca por decolonizar o imaginário social ainda tão fincado na colonialidade; e um futuro que tem as palavras construção, esperança, consciência e autonomia como chaves para acessar um novo mundo possível. Façamos a roda girar.

2.1 Que o giro se faça roda

Uma das proposições para reivindicação do pensamento na decolonialidade tem se fundado no "giro decolonial", conceito inicialmente cunhado por Nelson Maldonado-Torres que significa um "movimento de resistência teórico e prático, político e epistemológico, à lógica da modernidade/colonialidade" (BALLESTRIN, 2013, p. 105). Não representa apenas uma proposta teórica, mas um ponto de partida que segue a rotação planetária como um sentido. Busca se mover rumo à resistência epistemológica que combate os preceitos da modernidade e colonialidade.

A ideia do giro lembra também a conexão que as sociedades africanas e ameríndias, em especial nas dimensões religiosa e cultural, têm com a ação de formar roda. De um ponto de vista morfológico, o mundo é repleto de rodas. Os formatos produzidos pelo universo, como buracos negros, Via-Láctea, planetas, o sol e a lua, todos são esféricos. A materialidade humana se inspirou na natureza e produziu formas e linhas nesse mesmo modelo, que nos ofertam movimento, deslocamento e comunicação (GOLDSTEIN, 1996).

Ao mesmo tempo em que círculos são estáticos, as rodas comunicam movimento. Rodar é evocar algo ou alguém ao centro, por isso consideramos a roda um espaço de comunicação. Também pode ser girar em torno de uma centralidade. De toda forma, essas ideias são imbricadas e representam o foco mútuo em um mesmo eixo.

A produção de conhecimento decolonial necessariamente indica movimento, pois a colonialidade é quadrada, reta e estática. Suas formas são cheias de quinas para machucar aqueles que ousarem aproximação repentina. A decolonialidade é circular pois engloba, nos termos do professor Mogobe Ramose (2011), pluriversos. Em vez da ideia

única de universo, ele propõe que o cosmos é formado por múltiplas realidades, vários centros que coexistem e características distintas.

Como dialogamos acima, a colonialidade é responsável por interpretar o mundo de maneira equivocada porque seus parâmetros são todos eurocêntricos. O pensamento vindo de raízes europeias é incorporado à cultura brasileira erudita à medida em que os conhecimentos indígenas e africanos, que são indissociáveis de nossas práticas culturais, são vistos de um ponto de vista subalternizado e sofreram várias tentativas de exclusão. É a partir disso que surgem formas contemporâneas de resistência à colonialidade, há uma busca por libertação não apenas epistemológica, mas existencial e relacional. Por isso é preciso fugir do estaticismo colonial e valorizar a circularidade que forma a luta decolonial.

Até mesmo os quilombos são pensados como espaço de resistência ao colonialismo e reverberam essa ação-movimento que comunica a necessidade de libertação e a autoafirmação negra. Pensar um modo de olhar para as mídias negras deve considerar a dimensão da circularidade porque dar a volta na história afrobrasileira é um exercício que vai até o ontem para nos trazer de volta ao hoje.

Acreditamos que toda roda é um encontro. Mão dadas ou não, mentes abertas e olhos mirando uns aos outros, lado a lado e frente a frente. É um espaço democrático, o eixo central de uma trajetória que busca convergências entre aqueles que a compõem. Na universalidade afrodiáspórica e indígena, as rodas estão ligadas à religiosidade e filosofia, sendo importantes para momentos de comunhão e manifestações culturais como rodas de samba e capoeira.

Além dessas mencionadas, simbolizações de sociedades africanas da antiguidade encontram na figura de rodas ou círculos a força espiritual e ancestral. Na capoeira, no samba, nos terreiros, no maracatu, nos quilombos, na astronomia, na escrita, no tronco dos baobás e na dimensão estética é possível destacar essas figuras como a gráfica da ancestralidade. Ou seja, em quase todas as trajetórias africanas e afrobrasileiras há a figura da roda (CAMPOS, 2014).

A roda é encontro de ruptura com o silêncio e com o isolamento. Agrega pessoas em um circuito único que gira diante de um mesmo eixo. Estar em rodopio faz parte de uma estratégia metodológica que demanda flexibilidade, desprendimento das amarras

coloniais, pois "o rodopio configura-se como um giro que desloca eixos referenciais" (SIMAS; RUFINO, 2018, p.35). O pensamento circular reconhece as subjetividades, estéticas, ideias e vivências de cada membro da roda, pois cria coletivamente novas percepções e movimentos de pessoas negras no mundo.

Sendo assim, que o giro decolonial se faça roda, pois todo círculo em movimento e com sentido é um lugar onde a comunicação se estabelece. É fluxo contínuo, construção ancestral para ver, ouvir e participar, é cruzamento de olhares que levam ao mesmo centro. Estando em roda, ideias em uníssono e pensamentos em fluxo, que façamos o exercício epistemológico de trazer ao foco os conhecimentos africanos e indígenas, dos povos negros, originários e tradicionais, pois são eles que regeneram as feridas coloniais e fazem circular novas compreensões e possibilidades.

3 REFLEXÕES SOBRE MÍDIA E QUESTÕES RACIAIS

Racismo e sexism na cultura brasileira

“Ora, na medida em que nós negros estamos na lata de lixo da sociedade brasileira, pois assim o determina a lógica da dominação (...) o risco que assumimos aqui é o do ato de falar com todas as implicações. Exatamente porque temos sido falados, infantilizados (*infans*, é aquele que não tem fala própria, é a criança que se fala na terceira pessoa, porque falada pelos adultos), que neste trabalho assumimos nossa própria fala. Ou seja, **o lixo vai falar, e numa boa”** (GONZÁLEZ, 1984, p. 225, grifo nosso).

Especialmente no trecho grifado, as palavras de Lélia González podem gerar impacto para quem as lê. Isso porque, em 1984, uma mulher negra expressou toda a sua dor em escrita para confrontar uma sociedade que há séculos trata os corpos negros com desdém, violência e morte. Afrobrasileiros são espoliados constantemente e afastados de sua importância histórica para a formação social do Brasil. Para que as lutas sejam visibilizadas, focos de resistência negra têm surgido ao longo do tempo para dar continuidade à busca por igualdade, justiça e democracia.

Um dos caminhos trilhados por pessoas negras para o combate às desigualdades é a ruptura com os discursos propagados pela mídia durante a história. Do ponto de vista acadêmico, para compreender as mídias negras virtuais, sugerimos partir de algumas categorias referenciais que se relacionam às questões étnico-raciais e estudos da mídia. Em outras palavras, estudiosos da mídia precisam conhecer ideias, termos e conceitos principais tanto para não invisibilizarem perspectivas negras em suas construções acadêmicas quanto para desenvolverem práticas comunicativas mais responsáveis.

3.1 Discussões raciais no Brasil

Em algumas ocasiões, falar sobre racismo no Brasil é um ato considerado “coisa de gente chata”. Muitas vezes, a importância da pauta racial é minimizada e enquadrada na categoria de debate “meramente identitário”. É “mimimi”, dizem alguns. “Descansa, militante”, debocham outros. A farsa da democracia racial, em grande parte, contribui para esse entendimento. “Como todo mito, o da democracia racial oculta algo para além daquilo que mostra. Numa primeira aproximação, constatamos que exerce sua violência simbólica de maneira especial sobre a mulher negra” (GONZÁLEZ, 1984, p.228). A ideia

de que vivemos em uma sociedade cordial e miscigenada é vista de forma positiva, ignorando o fato de que a miscigenação tem origem no abuso e estupro de mulheres negras escravizadas, que sofriam um duplo ódio: do senhor de engenho e das sinhás, que com ciúmes torturavam as negras até a morte.

O mito da “democracia racial” enfatiza a popularidade da mulata como “prova” de abertura e saúde das relações raciais no Brasil. No entanto, sua posição na sociedade mostra que o fato social exprime-se corretamente é segundo o ditado popular. Nessa versão há o reconhecimento geral do povo de que a raça negra foi prostituída, e prostituição de baixo preço. Já que a existência da mulata significa o “produto” do prévio estupro da mulher africana, a implicação está em que após a brutal violação, a mulata tornou-se só objeto de fornicação, enquanto a mulher negra continuou relegada à sua função original, ou seja, o trabalho compulsório. Exploração econômica e lucro definem, ainda outra vez, seu papel social (A. NASCIMENTO, 1978, p.62)

Ainda pensando na perspectiva de Abdias Nascimento, o mulato está no meio do caminho entre a casa-grande e a senzala. Durante muito tempo foram essas pessoas que prestaram serviços aos brancos, como na figura de “feitor” ou “capitão do mato”. Na atualidade, é no “mulato”, “moreno”, “queimadinho” e outros eufemismos de cor que se encontra a justificativa da dita “pacifidade” entre as raças. A exploração sexual da mulher negra é completamente ignorada nesse processo que já começa a partir de muitas violências. Não há como considerar que um percurso como esse seja pacífico. A. Nascimento (1978) discorre que o embranquecimento, a partir da “mulatização”, também é uma estratégia de genocídio das populações negras.

E precisamos tratar dessas questões na área dos Estudos da Mídia, porque é importante compreender todas as esferas que circundam a luta antirracista para embasar a necessidade de uma prática jornalística antirracista. Devemos lutar para que as pessoas negras ocupem, ainda mais, os ambientes acadêmicos, a fim de provocarem uma ruptura com a ideia escravocrata de que este não é nosso lugar, seja através da produção de insurgências por meio de trabalhos científicos, ou, simplesmente, por meio da presença de nossos corpos indesejados em lugares historicamente pensados para a branquitude.

Além disso, é necessário, na minha construção metodológica enquanto pesquisadora negra, que eu identifique meu lugar de fala. Djamila Ribeiro (2017) nos ensina que lugar de fala não significa a exclusividade do dizer. Ou seja, não são apenas

mulheres negras que podem falar sobre feminismo negro, ou pessoas transexuais, sobre transexualidade, por exemplo. Em vez disso, significa o reconhecimento do lugar de onde se fala. Falo enquanto mulher negra fruto de miscigenação que carrega a história violenta do embranquecimento da raça. Reivindico esse lugar para reconhecer que mereço ocupar esse espaço para somar à luta em favor de pessoas como eu, e ainda mais, de pele mais escura. Muitas vieram antes e muitas ainda estão por vir.

No Brasil, quanto mais retinta a pele, maior o racismo e o preconceito. Mulheres negras de pele clara sofrem semelhante desprezo e desdém da sociedade institucionalmente branca (A. NASCIMENTO, 1978), mas algumas ainda são “toleradas” em razão de uma falsa cordialidade racial.

Sob a perspectiva teórica e reflexiva, a mídia negra pode estar inserida no contexto da comunicação contra-hegemônica porque se coloca em oposição aos pressupostos que norteiam a mídia tradicional e comercial. Podem, ainda, compor uma paisagem de iniciativas desenvolvidas sob a ideia das Epistemologias do Sul. Para Santos (2010; 2018), trata-se de uma proposta epistemológica que visa resgatar os saberes nascidos na luta e nas experiências socialmente excluídas.

O contato com a literatura dos estudos pós-coloniais, através do projeto de iniciação científica intitulado *Epistemologias Subalternas e Comunicação*, ligado ao Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (Decom/UFRN) e coordenado pelo professor doutor Antonino Condorelli, me fez vislumbrar as Epistemologias do Sul por uma ótica mais ampla – e não como única alternativa de se pensar uma ciência não-colonial.

Para Bernardino-Costa, Maldonado-Torres e Grosfoguel (2019, p.12), “os modelos de desenvolvimento científico, político e econômico são exportados dos países norte-cêntricos ao sul global, desconsiderando, dentro dessa lógica, qualquer possibilidade de projeto de emancipação elaborados pelos sujeitos que habitam a zona do não ser”. Mesmo que minoritariamente citadas em trabalhos acadêmicos, as produções científicas cujos autores são pessoas socialmente marginalizadas, como mulheres, negros, mulheres negras, indígenas, religiosos de matrizes africanas, integrantes de movimentos sociais, LGBTs, latino-americanos, africanos – nos atrevemos, ainda, a incluir nordestinos nesse contexto -, existem.

Pensar iniciativas como as epistemologias decoloniais, negras e indígenas enquanto processo de desconstrução epistemológica com foco em novos modos de existência, resistência e reexistência implica ter essas produções como foco. Trata-se de uma iniciativa de descolonização do conhecimento, como estratégia para promover a justiça epistêmica.

Nesse sentido, as ideias e reflexões desenvolvidas por Boaventura de Sousa Santos, homem branco, europeu, cis-hétero, habitante do norte global, integrante de um espaço hegemônico de produção do conhecimento, são importantes e devem ser incorporadas em trabalhos que tenham essa perspectiva. No entanto, não necessariamente devem ser o eixo estruturante, o que representaria, ademais, uma contradição à própria teoria.

A interpretação dos conceitos propostos pelo autor português é fundamental na abertura para a possibilidade de outros mundos e epistemologias possíveis. Contudo, a pluridiversidade cognitiva só será coerente quando, a ele, forem somadas outras cosmovisões, saberes e produções daqueles que são historicamente apagados na produção de conhecimento. Logo, atualizamos nossa proposta para não cometer o equívoco da incoerência com o pensamento descolonizador. Nessa perspectiva, está a seguinte reflexão de Ribeiro:

Quando falamos da questão do protagonismo, sempre vem alguém dizer: ‘qualquer um pode falar sobre opressões, não preciso ser negro para apoiar a luta’. Não precisa mesmo, e é dever dos não negros se conscientizar e lutar contra as opressões. Mas o que muitos não entendem é que eles têm falado sobre nós ao longo do tempo. Os trabalhos iniciais sobre essa questão, por exemplo, foram feitos por não negros justamente porque o racismo impede o acesso da população negra aos espaços acadêmicos. Muitos desses trabalhos são bons, muitos não, mas a questão não é essa. Se pessoas brancas continuarem falando sobre pessoas negras, não vamos mudar a estrutura de opressão que já confere esses privilégios aos brancos. Nós, negras e negros, seguiremos apartados dos espaços de poder (RIBEIRO, 2018, P.82-83).

Não se trata de eliminar a perspectiva de pesquisadores brancos ao falar de negritude, ou de homens ao falar de mulheres, por exemplo. Trata-se de diversificar o olhar que temos sobre o mundo e de darmos espaço acadêmico a conhecimentos produzidos fora de uma lógica cíclica eurocêntrica. Optamos por não fazer um enquadramento teórico-metodológico focado apenas no *locus* enunciativo negro. Embora essa tenha sido uma sugestão relevante, apontada no Seminário de Pesquisa III, para o

contexto do trabalho, existem pesquisadores não-negros que trazem contribuições relevantes para as discussões que pretendemos tecer ao longo da tese.

Dito isso, nos estudos de mídia e questões raciais, devemos considerar o pensamento abissal, problematizado por Santos (2010). Esse pensamento ainda é presente e estrutura as relações sociais. Trata-se de uma divisão simbólica que estabelece aquilo que é válido e o que não é, através de uma linha imaginária. De um lado, o existente, o real, o relevante. Do outro, o inexistente, o imaginário, o desconsiderável. É uma ilustração teórica de como a colonialidade é o colonialismo em curso na atualidade. O autor explica:

As distinções invisíveis são estabelecidas através de linhas radicais que dividem a realidade social em dois universos distintos: o universo “deste lado da linha” e o universo “do outro lado da linha”. A divisão é tal que “o outro lado da linha” desaparece enquanto realidade, torna-se inexistente, e é mesmo produzido como inexistente. Inexistência significa não existir sob qualquer forma de ser relevante ou compreensível. Tudo aquilo que é produzido como inexistente é excluído de forma radical porque permanece exterior ao universo que a própria concepção aceite de inclusão considera como sendo o Outro (SANTOS, 2010, p.32).

Uma das características principais do pensamento abissal é a impossibilidade de copresença dos dois lados da linha. O que Santos (2010) propõe é um pensamento pós-abissal para quebrar essa divisão e partilhar as experiências do mundo. Para Santos e Meneses (2010), o colonialismo fez com que culturas nativas de diversos povos fossem reprimidas em virtude da implantação de uma ideologia dominante considerada “superior”. As formas de pensamento do ocidente hegemônico são mais levadas em consideração, especialmente no contexto cultural, do que aquelas pregadas pelos povos tidos como não desenvolvidos, como, por exemplo, os nativos da América do Sul em relação aos da América do Norte ou Europa. Sobre o saber ocidental moderno, Shiva (2003, p.81) nos diz: “É um sistema cultural particular com uma relação particular com o poder”.

O colonialismo, por ser dominante diante da supressão da cultura, muitas vezes é visto como um poder detentor do conhecimento correto. Perante esse encadeamento, deve-se reconhecer a validade da pluralidade epistemológica do mundo como um todo, e não apenas nos continentes mais desenvolvidos economicamente. Esse reconhecimento é conceituado por eles como Epistemologias do Sul:

Trata-se do conjunto de intervenções epistemológicas que denunciam a supressão dos saberes levada a cabo, ao longo dos últimos séculos, pela norma epistemológica dominante, valorizam os saberes que resistiram com êxito e as reflexões que estes têm produzido e investigam as condições de um diálogo horizontal entre conhecimentos. (SANTOS; MENESES, 2010, p.12).

Não se trata, por conseguinte, de um “Sul” geográfico, e sim epistêmico. Em relação à localização dos países e sociedades, a maioria daquelas as quais vivem à margem do dito "desenvolvimento" situam-se realmente no sul do mapa *mundi*. Contudo, no Norte também há povos discriminados, seja por sua situação econômica ou por outros aspectos, como o científico e cultural. Está situado ao sul o conjunto dos saberes e dos grupos sociais que sofrem as injustiças do colonialismo, do capitalismo, do patriarcado - de acordo com Santos, em diversas obras e palestras orais, essas são as três principais formas de dominação - e do epistemicídio.

Para Akotirene (2019, p.20), é necessário descolonizar as perspectivas hegemônicas vindas de matrizes eurocêntricas para cicatrizar as feridas coloniais causadas pelo norte global, pois “no mar Atlântico temos o saber duma memória salgada de escravismo, energias ancestrais protestam lágrimas sob o oceano”.

Na maioria das vezes, quando produzidas a partir de matrizes da branquitude, as imagens que circulam no mundo sobre sujeitos negros se revelam preconceituosas, subalternizantes, fetichistas, arcaicas e estereotipadas:

No Brasil, as imagens raciais, tanto midiáticas como nas artes visuais, apontam para um campo de disputa que confronta representação e discursividade e que se mobiliza na construção, enquadramento e manutenção de um ideário simbólico da identidade negra (CARRERA; MEIRINHO, 2020, p.59).

A objetificação de pessoas racializadas em todas as dimensões, seja estética, cultural ou cognitiva, ampara uma série de construções que subalternizam existências. As mãos brancas que nos açoitaram foram as mesmas que escreveram nossa história de forma hierarquicamente inferior.

Logo, pensar novas epistemologias, pensar em formas distintas de interpretar o mundo que nascem nos saberes originários, populares e ancestrais, é fundamental. Para aderir a essas ideias como aporte epistemológico, algumas atitudes devem ser tomadas. O paradigma dominante da ciência, aquele que acredita no positivismo e na primazia da

verdade do saber científico, faz com que alguns conhecimentos sejam invisibilizados. “Além de tornar o saber local invisível ao declarar que não existe ou não é legítimo, o sistema dominante também faz as alternativas desaparecerem apagando ou destruindo a realidade que elas tentam representar” (SHIVA, 2003, p.25). Exemplo disso são os conhecimentos indígenas, considerados mágicos, milenares, lendários, mas nunca válidos.

3.2 Um jornalismo que se faz à margem

Para nossa tese, propomos essa relação com os estudos da mídia pensados a partir de perspectivas decoloniais de identidades marginalizadas. O conhecimento jornalístico cientificamente validado, produzido nas universidades e em empresas comerciais de maneira responsável, metódica e eficiente, é fundamental para as relações sociais que tecemos diariamente em nível regional, nacional e global. A prática jornalística auxilia na construção da dignidade humana e perpassa elementos sociais primários.

Contudo, existem outras formas de produção jornalísticas, não produzidas por empresas mercadológicas de comunicação, muitas vezes não consideradas válidas, que auxiliam na luta contra as formas de exclusão do mundo. São essas que consideramos como experiências insurgentes. Elas nascem como um conjunto de práticas plurais, contra-hegemônicas e de resistência que visam transpor as linhas abissais socioculturais. São avessas ao projeto de dominação capitalista, colonial e patriarcal e ao domínio narrativo da grande mídia, tendo como principal ferramenta de luta a produção de conteúdo jornalístico.

Entre essas experiências, estão aquelas que visam desconstruir a ideia do privilégio de um grupo racial (o branco) em detrimento de outro (o negro), lutar contra o racismo, reinterpretar uma história única sobre as raízes da população negra e tirar do espaço de abissalidade os conhecimentos produzidos por essas pessoas, por meio das práticas jornalísticas. Acreditamos que constituem um jornalismo antirracista.

Se o pensamento moderno ocidental ainda opera através das linhas abissais, a comunicação e o jornalismo têm papel fundamental na busca por alternativas. A justiça

social global deve ser alcançada e, para isso, precisamos atingir antes uma justiça cognitiva, que surge a partir de um pensamento pós-abissal, como o proposto neste trabalho. Os saberes múltiplos componentes do mundo podem receber visibilidade e reconhecimento a partir das práticas jornalísticas, de modo a auxiliar a luta contra o domínio hegemônico. Corroborando esse pressuposto, Maldonado afirma:

Em concreto, é necessário trabalhar confluências entre a produção de conhecimento estratégico, sabedorias ancestrais, étnicas, comunitárias e pesquisa multimidiática atual. Os processos comunicacionais renovados precisam de pensamento, investigação e projetos que incentivem a transformação cultural integral da realidade midiática hegemônica atual (MALDONADO, 2016, p.215).

Esse panorama, quando problematizado no contexto brasileiro, nos permite tecer a reflexão de que a crise social brasileira, rodeada por injustiças e desigualdades, antes de tudo é uma crise de ideias, pois estamos inseridos em um contexto de inegável exclusão e perversidade (SOUZA, 2017). Tal entendimento parte do pressuposto de que o Brasil é um país dividido em classes sociais, sendo as mais desfavorecidas aquelas que resistem ao contrato hegemônico político-cultural-midiático vigente, com viés profundamente colonialista. Nossa perspectiva parte da problematização teórica de Souza (2017), na qual a classe não é definida principalmente por critérios econômicos. Para ele, essa é uma visão superficial, pois devemos perceber as classes sociais como “construção sociocultural, desde a infância emocional e afetiva da socialização familiar” (SOUZA, 2017, p.09).

Em outras palavras, as classes sociais não podem ser delimitadas apenas pela faixa salarial de uma família. Vejamos a seguinte cena: um grupo familiar que vive com um salário mínimo, porém os pais valorizam a educação dos filhos e se sacrificam para permitir que eles estudem sem trabalhar. Em paralelo vemos outra família, com mesmo poder aquisitivo, mas cujos filhos têm de trabalhar fora para auxiliar no sustento da casa. Do ponto de vista majoritariamente econômico, ambas pertencem à mesma classe social. Contudo, na perspectiva defendida por Souza, todas essas tramas socioculturais fazem diferença no futuro das pessoas que crescerão nesses ambientes.

Para Veloso (2014, p.201), “quanto mais avançam as tecnologias de comunicação e, por consequência, do jornalismo, menos a atividade jornalística deveria ser pensada

como um mero conjunto de técnicas". Acreditamos nessa perspectiva a partir do momento em que pretendemos problematizar os pontos da tecnologia e das experiências jornalísticas insurgentes, pois o conjunto de técnicas ou os próprios aparatos tecnológicos são o pano de fundo de todo esse processo. A insurgência propriamente dita surge, em contraponto, na necessidade de resistir à estrutura colonialista de poder da sociedade. Afinal, até mesmo em um ambiente de inclusão, "não são, os computadores e a conexão à internet, diretamente responsáveis pelas formas expressivas e inovadoras que possam surgir numa experiência local de inclusão digital" (LACERDA, 2013, p.11).

Com um novo modo de pensar as mídias negras brasileiras, é preciso propor o tensionamento entre essas experiências em jornalismo antirracista a fim de estabelecer uma inteligibilidade mútua entre elas, verificando como se articulam, como atuam e com quais objetivos. É uma maneira de produzir sentido na heterogeneidade dos movimentos que compõem o mundo, enxergando suas individualidades, existências e traçando entre eles panoramas em comum, de modo que as características particulares de cada um deles seja mantida. Santos (2007, p.40) explica que traduzir é "criar inteligibilidade sem destruir a diversidade". Ele detalha:

Não há nenhuma cultura que seja completa, e então é preciso fazer tradução para ver a diversidade sem relativismo, porque os que estamos comprometidos com mudanças sociais não podemos ser relativistas. Mas é preciso captar toda a riqueza para não desperdiçar a experiência, já que sobre a base de uma experiência rica não desperdiçada podemos realmente pensar em uma sociedade mais justa. Esse procedimento de tradução é um processo pelo qual vamos criando e dando sentido a um mundo que não tem realmente um sentido único, porque é um sentido de todos nós (SANTOS, 2007, p.41).

Malini e Antoun (2013) avaliam os movimentos em rede e seu papel na narração de pautas contra-hegemônica. Tocamos, em especial, no conceito de midialivrismo por acreditarmos na ligação com nossa proposta de pesquisa, o qual eles subdividem em duas partes:

Por um lado, o midialivrismo de massa reúne experiências de movimentos sociais organizados que produzem mídias comunitárias e populares, de dentro do paradigma da radiodifusão, se afirmando como práticas da sociedade civil alternativas e antagonistas em relação ao modo de se fazer comunicação dos conglomerados empresariais transnacionais e nacionais de mídia (que controlam a opinião pública desde o nível local até o internacional). Já o midialivrismo ciberativista reúne experiências singulares de construção de dispositivos digitais, tecnologias e processos compartilhados de comunicação, a partir de um processo de colaboração social em rede e de tecnologias informáticas, cujo principal resultado é a produção de um mundo sem intermediários da cultura, baseada na produção livre e incessante do comum, sem quaisquer níveis de hierarquia que reproduza exclusivamente a dinâmica de comunicação um-todos (MALINI; ANTOUN, 2013, p.21-22).

Com Ailton Krenak (2019, p. 28) aprendemos que quando sentirmos que o céu está ficando muito baixo, “é só empurrá-lo e respirar”. Os nossos povos originários, assim como a população negra vinda de África, têm a resistência como modo de vida. Nesse contexto, Ailton Krenak nos convida a unir criatividade, sonhos e poesia para transmitir as distintas visões de mundo. Precisamos projetar nossas existências não apenas como mercadoria, e sim como narrativas que reverenciem o passado para que seja possível compreender o presente e construir o futuro.

3.3 O combate ao epistemicídio como necessidade

A epistemologia se ocupa das determinações do que diz respeito à construção de conhecimento científico. Tem, portanto, o papel de ditar o que é produzido, por quem, para quem, com qual finalidade e a partir de quê. Conhecimentos científicos são normativos e seguem um rigor próprio de objetos, problematizações, hipóteses, teses e outros elementos que justifiquem a credibilidade do que é considerado ou não ciência. Há ceticismo a respeito do conhecimento dito de “senso comum”, surgido nos setores populares, na vida cotidiana, nas crenças religiosas e espirituais, nas pessoas que não utilizam tais parâmetros acadêmicos para fundamentar suas epistemes.

Dentro dessa lógica, as universidades são centros de produção do conhecimento que estabelecem os valores de racionalidade e modernidade. Criadas pela elite econômica e política, são espaços pensados para que essas pessoas mantenham a hegemonia de ocupação desses espaços e da própria ciência. Homens brancos e ricos foram os primeiros a ocupar as cadeiras das universidades.

Mesmo na atualidade, o modelo considerado universal e válido para a produção científica é majoritariamente branco. Não é por acaso que, para compreendermos a formação social do Brasil, tenhamos que ler, por exemplo, Gilberto Freyre ou Darcy Ribeiro, mas levamos muitos anos para descobrir Lélia González, Carolina Maria de Jesus, Beatriz Nascimento. Há uma anulação dos saberes produzidos pelos povos à margem, uma questão cujo gargalo começa na escassez da educação formal de qualidade, ou da apreciação de bens culturais.

Para Santos (1997), o epistemicídio é a subalternização de formas de conhecimento de grupos sociais historicamente subordinados como indígenas, mulheres e negros. Aqui, compreendemos o epistemicídio na perspectiva de Sueli Carneiro (2005), que parte desse ponto de vista para analisar que o conceito, na prática, pode ir além e está diretamente relacionado com a racialidade: é um processo de indigência cultural, pois deslegitima o negro como possível produtor de conhecimento científico, destruindo sua autoestima dentro do próprio processo educativo. A desqualificação de pessoas negras enquanto produtoras de ciência também é epistemicídio. Para a autora, “(...) o epistemicídio fere de morte a racionalidade do subjugado ou a seqüestra, mutila a capacidade de aprender etc” (CARNEIRO, 2005, p.97).

Não há, hoje, uma proibição literal de questionamento do modelo imperialista de ciência. No entanto, existe uma invalidação dos produtos e processos acadêmicos de quem não segue lógicas positivistas e racionais de operação acadêmica. Ao levarmos em conta a perspectiva de Sueli Carneiro, é possível visualizar uma paisagem de inferiorização intelectual de sujeitos historicamente vistos como objeto de estudo, mas não como sujeitos protagonistas da produção científica.

Para mudar esse cenário, é preciso, entre outras ações, reconhecer a vasta literatura acadêmico-científica produzida por pessoas negras. No contexto dos estudos da mídia, em que obras clássicas e reconhecidas são, em sua maioria, escritas por pessoas brancas, é possível recorrer aos saberes produzidos por pensadores negros contemporâneos, recém-saídos das pós-graduações, professores universitários e pesquisadores, em especial os brasileiros e latino-americanos. Além disso, é basilar a compreensão de que uma visão interdisciplinar em estudos da mídia é importante. Chamar por autores negros da sociologia, filosofia, linguagem, artes, educação e outras

áreas afins pode contribuir para a compreensão de fenômenos atravessados pela mídia e por outras searas da comunicação.

Para Abdias Nascimento (2019), diante da lógica opressora e colonizadora, a única alternativa para os negros brasileiros é o estabelecimento de lógicas baseadas na essência quilombola. Contudo, lutar contra essa condição e não se render à pressão compulsória do epistemicídio racializado é uma maneira de utilizar o espaço científico como forma de resistência, existência e reexistência – visto que, muitas vezes, a reescrita da história contada sobre nós, os povos negros, é necessária para que possamos evidenciar que nosso modo de habitar o mundo é mais amplo e diverso do que a escravidão. O epistemicídio, analisado pela perspectiva da raça, aniquila a autoconfiança de pessoas negras em suas capacidades intelectuais, colocando em prova constante seus valores e capacidades, anulando seu protagonismo e invisibilizando suas produções e seus modos de produzir ciência. Sobre isso, Sueli Carneiro nos diz:

É fenômeno que ocorre pelo rebaixamento da autoestima que o racismo e a discriminação provocam no cotidiano escolar; pela negação aos negros da condição de sujeitos de conhecimento, por meio da desvalorização, negação ou ocultamento das contribuições do Continente Africano e da diáspora africana ao patrimônio cultural da humanidade; pela imposição do fracasso e evasão escolar. A esses processos denominamos epistemicídio (CARNEIRO, 2011, p. 92-93).

Não é possível haver justiça cognitiva do mundo enquanto houver uma história única sobre os povos descendentes de África. Enquanto conhecimentos produzidos nos terreiros, quilombos e na vida cotidiana das populações periféricas forem subalternizados. Enquanto as mulheres e homens negros dentro das universidades forem invisibilizados e enquadrados como coadjuvantes da construção científica. Por isso, pensar outras visões epistemológicas a partir de saberes comumente subalternizados, como negros e indígenas, é fundamental para a construção de uma ciência menos desigual e mais antirracista. Embora seja um passo ousado diante da hegemonia que normatiza a academia, é um posicionamento político importante para reivindicarmos a ocupação do território científico que também é nosso.

Sueli Carneiro (2011) aponta que uma das características do racismo é cercear os povos negros da diversidade, prendendo-os em estereótipos fixos, enquanto os hegemônicos raciais – pessoas brancas – têm o direito de ocuparem lugares diversos em

suas representações. Se o racismo aniquila o conhecimento produzido por povos marginalizados e destrói a autoestima de pesquisadores e estudiosos negros, fora dos muros das universidades, a morte assume o contexto literal. As balas ditas “perdidas”, comumente, encontram em corpos negros abrigo para a morte.

Retomando o Atlas da Violência de 2021, os dados apontam que 77% das vítimas de assassinato no Brasil eram pessoas negras. Ao rastro de vidas ceifadas pelo racismo, misturam-se os sonhos de Ágatha Félix¹³, de 8 anos, que voltava para casa com a avó. Misturam-se a esperança de Jenifer Silene Gomes¹⁴, de 11 anos, que esperava sua mãe. O sorriso de Kauan Peixoto¹⁵, 12 anos, que ia comprar um lanche com o irmão. A indignação esperançosa de Marielle Franco¹⁶, 38 anos, que retornava à casa após um dia de trabalho e luta. No Brasil, país no qual não há pena de morte, a morte é pena para os corpos de pele escura, pois:

Com efeito, em termos foucaultianos, racismo é acima de tudo uma tecnologia destinada a permitir o exercício do biopoder, “este velho direito soberano de matar”. Na economia do biopoder, a função do racismo é regular a distribuição da morte e tornar possíveis as funções assassinas do Estado. Segundo Foucault, essa é “a condição para a aceitabilidade do fazer morrer” (MBEMBE, 2018, p.18).

Com a reflexão de Mbembe (2018), é perceptível que o racismo é um sistema de opressões que estrutura a sociedade a partir do exercício do poder de um grupo sobre outro. No Brasil, é sentido pelas populações negra e indígena. O racismo aprisiona os corpos negros em estereótipos fechados baseados nos ideais hegemônicos de sociedade, em grande parte com foco em características fenotípicas. Na perspectiva midiática, falar de imagens construídas sobre as pessoas negras significa perceber o homem enquanto “bandido”, “malandro”, “vagabundo” ou, ainda, enquanto um corpo sexualizado. A mulher negra, além da hipersexualização construída em torno da “mulata tipo exportação”, é vista como a empregada doméstica, a mulher sem origens ou a

¹³ Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/11/19/politica/1574171033_166751.html>. Acesso em: 05 fev. 2020.

¹⁴ Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/02/14/crianca-morre-baleada-na-zona-norte-e-moradores-bloqueiam-o-transito-em-protesto.ghtml>>. Acesso em: 05 fev. 2020.

¹⁵ Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/menino-de-12-anos-morre-apos-ser-baleado-durante-operacao-da-pm-na-chatuba-23530168>>. Acesso em: 05 fev. 2020.

¹⁶ Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/vereadora-do-psol-marielle-franco-e-morta-a-tiros-no-centro-do-rio.ghtml>>. Acesso em: 05 fev. 2020.

“mãezona”. Na publicidade, os negros são a exceção, um item minoritário entre aqueles considerados universais – os brancos – como justificativa para um suposto respeito à diversidade racial.

Estudar a comunicação, especificamente o jornalismo e seus aspectos midiáticos, significa identificar e interpretar as relações sociais – aliadas, muitas vezes, à tecnologia e ao meio ambiente circunscrito – em sua realidade cotidiana, histórica e da vida em sociedade. A relação das pessoas com a tecnologia gera novos fluxos, interações e modos de ser e estar no mundo, que segundo Di Felici (2017, p.41), “em tal perspectiva, a comunicação nunca foi, assim, uma atividade exclusivamente humana”.

Com o domínio discursivo dos grandes grupos corporativos dos meios de comunicação tradicionais, surgem novas dinâmicas. Potencializadas pela internet, essas relações se convertem em estratégias de comunicação e enunciação de causas, desejos, necessidades e desconstruções sociais que precisam ter espaço. A consciência social é diretriz para a reinterpretação dos discursos midiáticos por parte de pessoas as quais não se veem comumente representadas em espaços hegemônicos de mídia, impulsionando-as a contestar um pensamento ideológico imposto e socialmente construído sobre elas historicamente. Para Coutinho (2008, p.66):

O poder das elites, sua capacidade de determinar o sentido da realidade, de criar e impor significações, ideias, valores aos grupos subalternos, é contrabalançado pela fala popular, com seus códigos estranhos à linguagem hegemônica, seus signos escorregadios, dificilmente assimiláveis e manipuláveis pelo discurso oficial – uma linguagem viva, que se refaz permanentemente no âmbito da comunicação comunitária.

Ao se referir à comunicação comunitária, Eduardo Granja Coutinho também nos leva a pensar em novos espaços de resistência no meio digital para reapropriar e ressignificar a cultura dos povos negros. Nesse sentido, Frantz Fanon (1983, p.33) nos lembra que “falar é existir absolutamente para o outro”. Para ele, falar é, além de dominar determinada linguagem morfológica e sintaticamente, assumir o peso de uma civilização e de sua cultura.

O discurso do povo negro, em sociedades ocidentais contemporâneas, foi, desde muito tempo, dominado pelas formas de opressão traduzidas pela escravatura, colonização e *apartheid* (MBEMBE, 2014). As marcas desse período histórico também

são atuais, mas esse grupo tenta, de diversas formas, ultrapassar e denunciar a ideia de uma história única (ADICHIE, 2019) que conta os fatos a partir do olhar do colonizador, diminuindo, menosprezando e reduzindo a história dos negros à escravidão.

Mas a história, antes de ser história, acontece sem datas e prazos. Os fatos nascem e morrem e só são conhecidos se a escrita, a oralidade ou quaisquer outras ferramentas de expansão da linguagem contarem. Em dezembro de 1890, Ruy Barbosa, então ministro da Fazenda, ordenou a destruição de documentos relativos ao período da escravidão¹⁷. A história do povo negro não se restringe a esse período histórico. Contudo, é preciso salientar que no Brasil a diáspora africana tem relação direta com a exploração física e moral dos habitantes desse continente. É uma parte lamentável da história que traz marcas e rastros ainda hoje, através do genocídio da população negra. Quando o colonialismo apaga esse período da história dos negros, consequentemente os apaga enquanto sujeitos (RIBEIRO, 2018). Todo contexto de colonização envolve diretamente um plano de fundo de violência. Seja física, simbólica e/ou cognitiva, as marcas da opressão se fazem presentes sempre que há a dominação ideológica de uma classe, povo ou ideias sobre as outras. Esse domínio pode ser bruto, através do uso da força coercitiva, como percebemos mais claramente na colonização territorial. No entanto, também pode ser articulado por meio de um consenso, que leva um grupo “minoritário” a desejar seguir a hegemonia.

Sob os olhares coloniais, o negro, enquanto ser humano, é específico. Se há literatura negra, há, por outro lado, literatura. O oposto de cinema negro costuma ser lido apenas como cinema. O feminismo negro é enxergado como um recorte do feminismo. A racialização é um recorte, enquanto o padrão branco é universal. Todavia, o branco também é raça e essa compreensão é um aspecto importante para a construção de vias antirracistas de ser, estar e habitar o mundo. A colonização territorial era uma forma de controle espacial que abrangeu outros aspectos da vida social ao longo da história. A produção de hierarquias, a submissão de classes, a exploração de trabalho humano e recursos naturais, o controle sobre os cotidianos, a supressão de culturas e a criação de estereótipos são alguns exemplos desse modo de dominação.

¹⁷ Disponível em: <<http://m.acervo.estadao.com.br/noticias/acervo,a-destruicao-dos-documentos-sobre-a-escravidao,11840,0.htm>>. Acesso em: 10 ago. 2019

O desprezo por si mesmo faz parte da construção do imaginário social sobre as pessoas negras. Diante disso, é perceptível que a mídia atravessa todo esse processo, quando cotidianamente reforça o lugar do negro nas imagens fixas historicamente criadas. Fanon (2008, p.108) afirma: “quando me amam, dizem que o fazem apesar da minha cor. Quando me detestam, acrescentam que não é pela minha cor”. Com essas palavras, ele reitera o ciclo sem saída da baixa autoestima que permeia as relações sociais quando se tem a pele escura. Existe, tanto sutil quanto abertamente, um sentimento de desprezo que permeia o modo de tratar os negros e negras, em especial no Brasil. Embora a escravidão, em modelo de exploração laboral, tenha terminado há mais de um século, ainda vivemos em uma sociedade de mentalidade escravocrata (SOUZA, 2017).

Uma das formas de deslegitimar a população negra é o genocídio, que se trata, além da morte física em massa da parcela preta e parda da sociedade, de uma estratégia de invisibilização e apagamento da memória. Hoje nós só somos porque ontem outros foram. Apagar o passado é desconstruir o presente. Segundo Abdias Nascimento, o genocídio concreto tem como exemplo os massacres de povos. Já o simbólico acontece quando se nega o direito à autodefinição. É por isso que generalizar é uma das formas de destruição da identidade. A pesquisadora Hija de Perra reflete sobre a teoria queer e levanta discussões que também podem ser pensadas quando refletimos o povo negro. Ela afirma:

Parece ser que nossa voz só se valoriza quando o dominante nos encontra, nos faz existir. Como se a história anterior à colonização não existisse e tudo partisse do descobrimento da América para estes indivíduos que não sabiam nem sequer onde estavam e que nós existíamos havia muitos anos livres das suas misérias imundas (DE PERRA, 2015, p.02).

Assim, algumas iniciativas surgem – e, mais ainda, surgem – como uma reconstrução do campo semântico quanto à identidade e cultura negra. São espaços de produção de conteúdo jornalístico e disseminação de informações que se somam à paisagem midiática contra-hegemônica para reconstruir as experiências sociogeopolíticas da população negra no Brasil.

A necessidade de combate ao racismo tem surgido em muitos cenários midiáticos como reivindicação de profissionais negros por mais debate a respeito desses temas. As

Comissões de Jornalistas pela Igualdade Racial (Cojiras) foram grupos de trabalho estaduais criados com o apoio do Sindicato dos Jornalistas para auxiliar no letramento racial e elaborar projetos de inclusão nas redações brasileiras. Porém, as mídias negras destacam-se entre essas iniciativas por serem espaços contra-hegemônicos e interseccionais que visam romper com o embranquecimento e com condições de invisibilidade às quais negros(as) são submetidos(as) mesmo hoje em dia (GONZÁLEZ; HASENBALG, 2022, p.125).

Para Butler (2018), embora haja um eixo central de união de grupos, como uma causa afim, também há a vontade de produzir e reproduzir novas formas de mobilização e sociabilidade. As vulnerabilidades são, nesses casos, molas propulsoras para uma “forma deliberada e ativa de resistência política, uma exposição do corpo ao poder da ação plural da resistência” (BUTLER, 2018, p. 201).

Djamila Ribeiro (2018) nos auxilia a pensar sobre a disseminação de privilégios na sociedade contemporânea. Para ela, quem está no *locus privilegiado* continua pensando processos e ferramentas para mantê-lo. Assim, as experiências jornalísticas insurgentes que focam na questão da negritude fazem parte de um projeto social democrático o qual visa contribuir para a ressignificação histórica e sociocultural dessas pessoas que há séculos veem suas agendas e pautas desleixadas pela mídia hegemônica.

Diante disso, o que podemos fazer? Enquanto mulher negra e jornalista, essa é uma inquietação que me segue também na atividade da pesquisa acadêmica. Por ser parte de uma estrutura social que segregava, opriu e nega direitos, o racismo opera também nas sutilezas. É por isso que enquanto agentes sociais participantes das construções midiáticas, devemos pensar: o que podemos fazer para combater o racismo? (RIBEIRO, 2019).

Se por um lado é preciso pensar a epistemologia, enquanto modo amplo de construção do conhecimento, a partir da matriz africana e afrodescendente, de outro é fundamental que os profissionais da mídia possam buscar caminhos de análise para não reproduzir o racismo estrutural em suas práticas.

Estudar as mídias negras no Brasil significa pensar outras possibilidades de existência que não sejam definidas pela violência e submissão históricas (RIBEIRO, 2018). É entender que essas produções são contra-hegemônicas por almejarem a

pluralidade de vozes, e não o lugar de hegemonia (PAIVA, 2008). É trazer ao âmbito cognitivo e científico as iniciativas as quais visam lutar, no campo jornalístico, pela existência, resistência e pelo direito de ressignificar a própria história.

A partir desse panorama, é possível analisar um crescente movimento, por parte de pessoas negras, para desprender o corpo negro das imagens fixas e pejorativas criadas ao seu respeito. Inspiradas pela reflexão feita por Djamila Ribeiro (2019), no livro *Pequeno manual antirracista*, buscamos mapear essas práticas para refletir, na nossa proposta de tese, sobre o que é uma prática jornalística antirracista. Segundo a pesquisadora, “reconhecer o racismo é a melhor forma de combatê-lo” (RIBEIRO, 2019, p. 21).

Compreendemos que o **jornalismo antirracista é uma prática midiática decolonial, insurgente e transformadora que visa desenvolver uma comunicação protagonizada por pessoas negras. Seu objetivo é o enfrentamento ao racismo, em seus diversos âmbitos, e à tentativa de aprisionar os povos africanos e afrodescendentes no Brasil a uma história única guiada pela colonialidade. Além da representatividade, no entanto, o principal intuito dessas iniciativas é o compromisso com a luta antirracista – e com todas as demais formas de opressão –, o combate ao imaginário social pejorativo sobre corpos de pele escura e à visão estereotipada criada pela mídia sobre as negras e negros. Essa prática contribui para a criação de novas matrizes de visibilidade para pessoas negras, seja através de discursos e/ou de imagens.**

Embora, em essência, o jornalismo antirracista seja uma prática contr-hegemônica, face às condições em que opera, a mídia hegemônica também tem, ou precisa ter, o compromisso de adotar práticas antirracistas para reforçar princípios democráticos. Quando analisa a *teoria da discriminação por preferência*, Silvio Almeida diz: “O racismo aqui não é apenas algo prejudicial ao capitalista e aos trabalhadores negros, mas a todo o capitalismo, visto que o preconceito e a ignorância impedem a otimização da produtividade e do lucro” (2019, p. 159).

O racismo acontece na criação das imagens fixas sobre o povo negro, mas também na seletividade e representatividade que enxergamos na mídia. Quantos apresentadores de TV negros você já viu? Quantos repórteres de jornal? Quantos

produtores?? Quantos jornalistas negros você conhece que trabalham na profissão? Há igualdade salarial? Essas são algumas inquietações que estimulam o debate sobre alguns reflexos trazidos pelo racismo na economia e na mídia.

Pensar um jornalismo antirracista é pensar um exercício profissional afim ao código de ética dos jornalistas brasileiros, que diz em seu capítulo II, artigo 6º:

I) É dever do jornalista: opor-se ao arbítrio, ao autoritarismo e à opressão, bem como defender os princípios expressos na Declaração Universal dos Direitos Humanos; XI) defender os direitos do cidadão, contribuindo para a promoção das garantias individuais e coletivas, em especial as das crianças, dos adolescentes, das mulheres, dos idosos, dos negros e das minorias; XIV) combater a prática de perseguição ou discriminação por motivos sociais, econômicos, políticos, religiosos, de gênero.

Ao mesmo tempo em que se trata de um pressuposto deontológico, a produção de um jornalismo antirracista torna-se ainda mais relevante quando se leva em consideração que a comunicação é um direito humano. Como tal, não deve reproduzir as lógicas discriminatórias ainda baseadas em uma colonialidade que insiste em se propagar no terreno midiático. As configurações de uma contra-comunicação negra¹⁸ perpassam, necessariamente, as ideias de ancestralidade, solidariedade e autoafirmação, como acontecia nos quilombos.

A partir daqui, vamos apresentar os caminhos metodológicos que nos levam à proposta do aquilombamento virtual midiático.

¹⁸ A contra-comunicação na perspectiva negra se estabelece em uma luta contra o racismo estrutural e os demais eixos de opressão interseccionais.

4 POR ONDE ANDAMOS: RODOPIOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Seja nas matas, praias, esquinas, rodas,
improvisos, vázeas e recantos onde se tocam tambores,
há inúmeras formas de ir ao campo de batalha.
(SIMAS; RUFINO; HADDOCK-LOBO, 2020, p.12)

Neste capítulo, compartilhamos o trajeto que percorremos em todas as fases da pesquisa, desde as primeiras escolhas até os passos definitivos para o alcance dos objetivos. Consideramos importante esse resgate por acreditarmos que a construção de uma perspectiva circular também é parte da jornada em pesquisas decoloniais. Com a roda formada, muitas vezes vimos que não fazia mais sentido trazer ao centro alguns elementos que inicialmente auxiliaram nossas construções. Todavia, passar por essas etapas tornou possível elaborar pensamentos, interações, imagens e ideias que contribuíram com o olhar que tivemos sobre as mídias negras. Afinal, o olhar aquilombado não leva em conta apenas as chegadas e partidas, mas também os processos. No círculo em movimento, acionamos o passado e o presente para pensar perspectivas de futuro.

A roda que gira comunica um novo cosmo, uma outra forma de visualizar os caminhos que podemos percorrer para entender o que nos revelam os referenciais estudados. Sendo assim, nosso percurso cíclico comunica que o ir-e-vir sistemático, que precisou rever tantos passos e recalcular a rota, se traduz em um rodopio metodológico. Convidamos para a roda e mostramos o caminho a seguir.

4.1 De onde partimos: a primeira (des)construção

Excluindo a dimensão estética, geralmente escolhemos um calçado de acordo com o solo por onde vamos caminhar. Em um terreno pedregoso, pode ser inadequado andar sobre saltos altos. Na areia granulada da praia, talvez o tênis nos impeça de sentir a textura. Em um piso escorregadio e molhado, provavelmente os chinelos de borracha seriam uma boa escolha. Quando uma pesquisadora ou pesquisador escolhe suas estratégias metodológicas, está decidindo também como vestir-se para caminhar na trilha de uma investigação.

A construção coletiva deste trabalho teve início com a concepção do projeto no início de 2020. Há três anos assumimos o compromisso de somarmos ao movimento no

qual as pessoas negras são retiradas da posição de “objeto” de pesquisa e trazidas para o protagonismo da construção da narrativa científica. Estamos cientes de que não temos o poder social de modificar uma estrutura tão solidificada quanto a acadêmica, na qual, segundo Kilomba (2019, p.53), há “estruturas de validação do conhecimento, que definem o que é erudição ‘de verdade’ e ‘válida’ (...) controladas por acadêmicas/os brancas/os”. Contudo, tal qual uma folha que cai na imensidão da floresta multicolorida, pretendemos modificar as nossas próprias experiências no fazer científico, mesmo que sejamos apenas a modesta folha.

No início da caminhada, preparamo-nos para caminhar com os calçados da cartografia como estratégia metodológica de investigação. Nossa intenção, nesse momento, era a construção de um mapa da mídia negra no Brasil – até então inexistente. Assim como Deleuze e Guatarri (1995), propusemos uma cartografia desterritorializada, visando experimentar esse procedimento metodológico aplicado às dinâmicas ativistas contra-hegemônicas, com ênfase nos produtos midiáticos disseminados nas plataformas digitais e em rede através das mídias negras brasileiras. Nossa proposta foi inspirada, entre outras experiências, por Recuero (2014), que abordou essa metodologia no campo da comunicação digital. De acordo com a autora:

Embora diversas perspectivas sejam utilizadas no estudo das redes sociais na Internet, é a perspectiva cartográfica, ou seja, aquela cujo foco está no mapeamento dessas redes, a mais popular e a mais conhecida. A partir deste ponto de vista, interessa cartografar, mapear, reconstruir e estabelecer a estrutura da rede social para a pesquisa (RECUERO, 2014, p.165).

Para nós, cartografar significa acompanhar processos em curso que se passam em um território exterior ao cartógrafo ou cartógrafa. Há, sim, uma aproximação com a perspectiva da etnografia, embora haja diferenças. Os relatos descritivos não são tão detalhados e não acontece a observação participante. “A pesquisa cartográfica consiste no acompanhamento de processos, e não na representação de objetos” (BARROS; KASTRUP, 2014, p.56). Com essa contribuição, pedimos atenção para o trecho:

A cartografia não visa isolar o objeto de suas articulações históricas nem de suas conexões com o mundo. Ao contrário, o objetivo da cartografia é justamente desenhar a rede de forças à qual o objeto ou fenômeno em questão se encontra conectado, dando conta de suas modulações e de seu movimento permanente. Para isso é preciso, num certo nível, se deixar levar por esse campo coletivo de forças (BARROS; KASTRUP, 2014, p.57).

O proposto, em início, foi uma cartografia ligada à área de concentração da Comunicação Midiática, com foco no mapeamento no meio digital, cujo objeto-processo (BARROS; KASTRUP, 2014) é o movimento de aquilombamento virtual que acontece através de práticas midiáticas antirracistas. "O preto é um brinquedo nas mãos do branco; então, para romper este círculo infernal, ele explode", diz Fanon (2008, p.126). O uso das mídias digitais como ferramenta da luta contra o racismo explode, transformando a indignação em esperança (CASTELLS, 2013).

Embora tenhamos a possibilidade de inspiração metodológica em estratégias já utilizadas em outras pesquisas, cada investigação toma suas próprias formas e segue caminhos distintos a partir de especificidades. A proposta cartográfica nos pareceu interessante no momento inicial, pois nas Ciências Sociais Aplicadas, a principal característica da cartografia é a possibilidade de o pesquisador de traçar seus próprios caminhos e estratégias para segui-los (ROLNIK, 1989). Santos (2011) define essa característica como virtualidade analítica. Contudo, a virtualidade analítica não interfere no compromisso do pesquisador com o rigor científico e todas as suas normatividades e responsabilidades. Procura-se a valorização do diálogo entre os saberes (SANTOS, 2002) relacionado à possibilidade de uma leitura subjetiva da realidade e teoricamente fundamentada.

No ponto inicial da pesquisa, nossa curiosidade era saber quais e quantas experiências em mídias negras há no Brasil, mesmo cientes das limitações que teríamos em mapear a imensidão de iniciativas existentes no país. Nossa eixo central foi definido como “Cartografia da Mídia Negra no Brasil”, com objetivo geral “cartografar a mídia negra brasileira” e com metodologia de abordagem situada na esfera quanti-qualitativa.

Partimos da pesquisa exploratória, uma das etapas mais desafiadoras e instigantes do processo investigativo. Isso porque, se um grande volume de dados é encontrado, é necessário que nós, enquanto investigadoras, possamos analisar cuidadosamente o material coletado e tomar decisões a respeito. No entanto, é uma

etapa necessária para que possamos balizar nossas observações e análises posteriores. Para Fígaro (2018, p.32), a pesquisa exploratória é um procedimento que “permite explorar conceitos, técnicas e hipóteses para propiciar um conjunto de reflexões que levem a apurar os resultados amealhados na investigação”.

Mesmo que a pesquisa, de maneira geral, seja direcionada por uma pergunta-problema, metodologicamente outras dúvidas surgem. É possível identificar as singularidades desse sistema? De que maneira podemos fazer um recorte? Como analisar o campo empírico? Quais critérios serão utilizados para fundamentar a observação? No nosso movimento de descobertas, seguimos buscando a resposta para esses questionamentos, acreditando na potência dos ventos metodológicos que nos guiam – às vezes em calmaria, outras em vendaval.

Para delinear nosso campo de pesquisa entre as mídias negras existentes, optamos por partir de duas fontes: Mapa do Jornalismo Independente¹⁹, da Agência Pública; e Mapa dos Arranjos Alternativos, do Centro de Pesquisa Comunicação e Trabalho (ECA/USP), somado ao mapeamento que já foi iniciado em 2019. Com essa base, fizemos a produção de dados inicial a partir do que chamamos no princípio de “cartografia das cartografias”, selecionando as iniciativas com foco na questão negra. A ampliação das buscas foi feita através da rede social Instagram.

Nessa perspectiva, a escolha da cartografia pareceu eficiente. Até então, acreditamos nela como metodologia de pesquisa potente para o cumprimento de nossos objetivos. Com o mapeamento, diversas questões nos foram latentes, na figura de pesquisadoras-cartógrafas que habitam, e ao mesmo tempo não, a processualidade pesquisada. Foi um intenso trabalho de dar voz ao silêncio de dentro enquanto se ouve o barulho da multidão de fora. Como complemento, entendemos que:

O cartógrafo, imerso no plano das intensidades, lançado ao aprendizado dos afetos, se abre ao movimento de um território. No contato, varia, diserne variáveis de um processo de produção. Assim, detecta no trabalho de campo, no estudo e na escrita, variáveis em conexão, vidas que emergem e criam uma prática coletiva (BARROS; KASTRUP, 2014, p.74).

¹⁹ Disponível em: <<https://apublica.org/mapa-do-jornalismo/>>. Acesso em: 05 ago. 2019.

Até esse ponto, trabalhou-se com a possibilidade de organização da cartografia a partir de alguns passos, os quais apresentamos em seguida.

Quadro 1 – Passos preliminares da pesquisa cartográfica

Passo 1: Pesquisa exploratória digital

- Seleção e arquivamento das experiências em mídia negra, no Brasil;
- Divisão em categorias analíticas temáticas (provisórias);

Passo 2: reflexões e escrevivências

- Afunilamento do campo de investigação (opção pelas experiências insurgentes com foco em negritude);
- Leitura e fichamento de autores ligados a questões étnico-raciais para associar aos estudos da mídia;

Passo 3: construção do mapa

- Estabelecimento de relações entre os campos mapeados;
- Delimitação de categorias definitivas de análise;
- Análises aprofundadas.

Fonte: elaboração própria

Nesse momento da investigação, houve um ponto fundamental que consideramos: o significado da palavra “passos”. Se a cartografia é metodologia fluída, como líquido que corre e atravessa as singularidades do processo observado, não é possível ter etapas sistemáticas e pré-estabelecidas. Os passos aqui descritos são os que damos com nossos próprios pés no solo das descobertas que a pesquisa propicia:

Como o próprio ato de caminhar, onde um passo segue o outro num movimento contínuo, cada momento da pesquisa traz consigo ,o anterior e se prolonga nos momentos seguintes. O objeto-processo requer uma pesquisa igualmente processual e a processualidade está presente em todos os momentos – na coleta, na análise, na discussão dos dados e também, como veremos, na escrita dos textos (BARROS; KASTRUP, 2014, p. 59).

A construção de mapas não permite arbitrariedades. Todas as escolhas devem ser realizadas com critérios embasados. Por essa razão, o campo de pesquisa desta proposta era, no início e ainda hoje, móvel. Em outras palavras, foi sendo construído ao longo de todos os passos da investigação, podendo ser modificado mesmo após a

conclusão das etapas. Assim foi possível aproximar o mapa construído aos nossos objetivos teóricos de forma mais coerente.

O campo principal até então selecionado para a pesquisa incluía todas as plataformas de divulgação de conteúdo jornalístico do *corpus* empírico selecionado, como sites e perfis nas redes sociais na internet. Foram cartografados os produtos jornalísticos com foco em raça, com recorte temporal de seis meses.

Por se tratar de um estudo sobre a insurgência expressada a partir da comunicação, interessava-nos saber e desvendar como são articuladas essas produções. Avaliamos que compreender tais pontos nos daria, naquele momento, a possibilidade de construir o mapa da mídia negra no Brasil.

Além disso, as experiências hegemônicas também foram observadas, visto que são fundamentais para a estrutura cíclica do universo comunicacional. Em nossa trajetória acadêmica pesquisando o olhar hegemônico, acumulamos leituras, aprendizados e partilhamos saberes fundamentais para a construção desta proposta. O que propusemos foi é a adoção de uma postura político-ideológica dentro do campo científico, valorizando as experiências insurgentes, muitas vezes invisibilizadas, mas que desenvolvem trabalhos significativos, em especial no contexto sociopolítico vigente.

Assim, a cartografia foi articulada como ponto de partida. Falar dessa opção inicial ainda hoje faz sentido porque construímos essa pesquisa em uma circularidade que envolve passado, presente e futuro como rodopios de um mesmo eixo. Exploramos as possibilidades da virtualidade analítica cartográfica e tecemos curvas diante das especificidades de cada experiência mapeada, de maneira maleável, como quem desenlaça um novelo para tecer.

Contudo, nessa trajetória, evocamos para o processo metodológico a beleza das encruzilhadas por acreditarmos que a ruptura com nossas próprias lógicas também aciona a potência criativa. Segundo Rufino, a potência das encruzilhadas está em permitir o diálogo de ideias, percepções e temporalidades, conforme explica: “(...)são campos de possibilidades, tempo/espaço de potência, onde todas as opções se atravessam, dialogam, se entroncam e se contaminam” (RUFINO, 2018, p.75).

No Seminário Doutoral I (pré-qualificação), fomos levados a encruzilhadas que alteraram completamente o rumo que seguíamos até então. A banca nos apontou

múltiplos caminhos – contribuições pelas quais profundamente agradecemos e que fazem parte desta construção coletiva. Entre tantos apontamentos relevantes, os quais levamos em consideração para chegar a este ponto, um deles implodiu nossa trilha e nos levou a questionar a escolha metodológica pela cartografia.

Apesar dos argumentos apresentados até aqui para fundamentar a construção de um mapa, vimo-nos em um dilema que nos fez identificar fronteiras em nossas interpretações. A provocação partiu do parecer do professor Antonino Condorelli, do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (Decom/UFRN), que de maneira generosa compartilhou conosco suas impressões radicais – no sentido da raiz, da origem – a respeito da cartografia. Pedimos licença para reproduzir literalmente a análise feita pelo professor:

A ciência cartográfica foi concebida pelo pensamento europeu e suas finalidades são traçar fronteiras, definir limites, ordenar a complexidade e multiplicidade de fluxos e conexões que configuram um território em uma representação visual coerente, que possa ser facilmente lida e interpretada permitindo, assim, que o observador domine cognitivamente um território e possa planejar sua ação sobre ele. Responde em última instância ao projeto, próprio da matriz eurocêntrica de pensamento, de dominação do ser humano (ocidental branco) sobre a natureza... e sobre outros povos. Não é por acaso que os grandes exploradores e cartógrafos foram homens brancos, que as grandes expedições cartográficas foram encomendadas ao longo da história por grandes potências ocidentais (geralmente, europeias) e que até mesmo governos de países não ocidentais recorreram a cientistas e exploradores ocidentais para obter mapeamentos dos seus territórios. Com certeza, quando o pensamento deleuziano se apropriou da ideia de cartografia para pensar uma forma rizomática, multidimensional, plurivetal, carregada de virtualidades e potências para explorar os fenômenos humanos e sociais torceu a ideia do cartografar retirando-lhe seu caráter originário de redução da complexidade para dominá-la e abrindo-a para a indeterminação, a desterritorialização, a multiplicidade não-orgânica e operou um necessário movimento de “des-essencialização” do conceito. Apesar de reconhecer-lhe esses méritos, porém, após o mergulho cada vez mais fundo que empreendi no questionamento permanente da colonialidade de meu próprio pensamento (processo que me propiciaram as leituras, as discussões e os encontros do grupo de estudos desCom, do qual Alice participa), parece-me que, mesmo com tudo isso, o poder da metáfora utilizada para conceber essa estratégia de método revele o horizonte geral de sentido no qual ele atua, quer seus criadores tivessem consciência disso ou não. (...) O branco mapeia territórios, para reduzir sua complexidade com o fim de controlá-los/dominá-los. E o(a) negro(a), como se relaciona com a realidade? Aliás, não o(a) negro(a): os(as) negros(as), pois a negritude é um pluriverso. Em muitos povos africanos, compartilhar experiências é sinônimo de partilha de narrações à sombra da copa

de uma grande árvore, prática ainda existente nas comunidades rurais de diversos países²⁰.

Foi quando nos perguntamos: como o pluriverso (RAMOSE, 2011) da negritude se relaciona com a realidade? A partir desse questionamento estimulado pelo professor, reconhecemos a incoerência de nossa escolha metodológica e abrimos mão da cartografia. Acreditamos em sua potencialidade contra-hegemônica, apesar da essência limitante e redutora de realidades, mas percebemos que a metodologia cartográfica poderia acorrentar a multiplicidade das experiências analisadas, da mesma forma em que os ancestrais negros foram acorrentados – literal e metaforicamente – pelo colonialismo e suas múltiplas facetas.

A edificação de regimes de verdade feita pelo eurocentrismo limitou a potencialidade cartográfica. Mesmo que tentemos desvencilhar a ideia de mapa à redução que provocam, caminhar nesse sentido seria reprimir uma expressão que é múltipla, complexa, insurgente e diversa, como as mídias negras brasileiras. Como seria possível desinvisibilizar realidades, apontar narrativas de resistência e experiências insurgentes, se a cartografia carrega tantos rastros da colonialidade? A virtualidade analítica até nos apontou alguns caminhos possíveis, mas não caminhos coerentes.

Por termos o referencial empírico reunido a partir de um afunilamento de experiências, a dimensão cartográfica, inevitavelmente, esteve presente em nossas construções metodológicas, mesmo que de maneira sutil. Todavia, o molde de um caminho atravessado pela liberdade – em oposição à ideia original dos mapas – tornou-se um compromisso que assumimos com a ancestralidade que co-constrói este trabalho conosco. E foi a partir daqui que demos os primeiros passos para olhar as mídias negras brasileiras através do aquilombamento virtual midiático. Afinal, a exemplo dos Malês, dos Búzios e dos quilombos, nossa ciência não é feita para aprisionar. É feita para libertar.

²⁰ Trecho de parecer escrito pelo professor Antonino Condorelli, para este trabalho, no Seminário Doutoral I (pré-qualificação) do Programa de Pós-graduação em Estudos da Mídia (PPgEM/UFRN).

4.2 Mapeamento bibliográfico

Como mencionamos nos parágrafos anteriores, não há como fugir dos mapas – ou ao menos do seu movimento de localização e orientação. Foi por meio deles que chegamos até aqui. As cruzadas atlânticas, salgadas de mar e vermelhas de sangue, foram possíveis com a navegação guiada pela cartografia. Esses elementos também são parte do triste recorte histórico da escravização.

Durante o percurso metodológico, consideramos importante elaborar um quadro bibliográfico com os principais textos localizados acerca da temática geral da tese e que nos ajudaram a construir nossas ideias. Certamente as escolhas feitas aqui partem do nosso processo de pesquisa em específico. O que consideramos elementar pode não ser também para outros olhares, bem como podem ser identificadas lacunas em nossas sugestões. Trouxemos um *mapa aberto*, uma síntese das principais referências que nos auxiliaram na construção da pesquisa. Esse quadro não terá fim com essa investigação. Será tão longo quanto novas ideias forem sendo compartilhadas com o mundo por pesquisadores dessa temática.

Aqui optou-se por realizar um levantamento dos materiais mais centrais para esta tese, principalmente livros, e-books, artigos, teses e dissertações. As pesquisas para a elaboração dos quadros abaixo foram realizadas no Banco de Teses de Dissertações da Capes, anais da Compós, plataforma Scielo, Biblioteca Online de Ciências da Comunicação, PortCom, anais da SBPJor e no Google Acadêmico, todas por meio de palavras-chave e conceitos abordados, entre os meses de fevereiro/2021 e fevereiro/2023. Após esse período, fizemos uma atualização com textos que nos chegaram através de canais de compartilhamento acadêmico, como a lista da Compós e da Rede Folkcom. Temos consciência de que não será possível abranger a totalidade dos estudos desenvolvidos sobre comunicação e estudos étnico-raciais, e por essa razão buscamos selecionar os artigos que mais se aproximam do nosso campo empírico de pesquisa.

Existem estudos de graduação, mestrado e doutorado voltados para iniciativas alternativas na área do jornalismo e em outras e para a imprensa negra no Brasil. No campo da comunicação contra-hegemônica, os direcionamentos são voltados,

majoritariamente, para a mobilização em rede e seus efeitos, atuação dos movimentos/iniciativas sociais na internet e ciberativismo.

Quanto ao recorte de raça, existe uma maior concentração de pesquisas relacionadas à imagem das pessoas negras na mídia. Em relação à nossa perspectiva teórica, não existem outras pesquisas de qualquer modalidade que visem problematizar o jornalismo antirracista das mídias negras e os quilombos brasileiros concomitantemente. A chave metodológica do aquilombamento virtual midiático para pensar as mídias negras brasileiras não foi desenvolvida por quaisquer pesquisadores em estudos da Comunicação ou outros campos científicos, mas há muitos textos importantes sobre a ideia de aquilombamento enquanto prática civilizacional negra. Consideramos, portanto, esta como uma abordagem que em parte apresenta caráter de ineditismo do modo como está posta, porém existem convergências entre nossas ideias e outros materiais bibliográficos produzidos a respeito do tema.

Segundo Abdias Nascimento (2009), o apagamento da memória dos afrobrasileiros é um imperativo da sociedade elitista, racista e segregadora que há no Brasil. As pessoas negras buscam espaços de fala em que se constituem como sujeitos da própria história e protagonistas por entenderem que só a partir daí poderão ter perspectivas de futuro diferentes do que impõe a colonialidade. O apagamento histórico é mais uma estratégia colonial que tenta impedir a continuidade da existência e resistência negras, suprimindo o passado para que não seja possível um futuro. A experiência deixada pelos quilombos nos inspira nesta concepção metodológica por ser, hoje em dia, um resgate ancestral para resgatar nossa dignidade.

A seguir apresentamos a tabulação das principais produções em livros, teses, dissertações e artigos científicos que apresentam relação direta, em diferentes níveis de proximidade, com o trabalho que estamos desenvolvendo.

Quadro 2 – Seleção de principais livros por tema

MICROCONCEITO	TÍTULO	AUTOR(A)	EDITORA	ANO
QUESTÃO RACIAL	O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado	Abdias do Nascimento	Paz e Terra	1978
	Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social	Neusa Santos Sousa	Edições Graal	1983
	Feminism is for everybody: passionate politics	bell hooks	Pluto Express	2000
	Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade	bell hooks	WMF Martins Fontes	2013
	Crítica da razão negra	Achille Mbembe	Antígona	2014
	O que é lugar de fala?	Djamila Ribeiro	Letramento	2017
	Pensar nagô	Muniz Sodré	Vozes	2017
	O que é racismo estrutural?	Sílvio de Almeida	Letramento	2018
	Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano	Grada Kilomba	Cobogó	2019
	O quilombismo	Abdias Nascimento	Perspectiva	2019
	Lugar de negro	Lélia González e Carlos Hasenbalg	Zahar	2022

Fonte: elaboração própria

Certamente essa é uma seleção limitada, pois é vasto o quantitativo de obras fundamentais para estudar questões raciais no Brasil. Buscamos apontar leituras centrais que podem auxiliar pesquisadores da área da Comunicação a assimilar a importância da formação histórica brasileira com a presença negra em nosso território. Como dimensão importante para a manutenção do capitalismo, as mídias, ao longo da história do Brasil,

contribuíram para a desqualificação da população negra e para a ampliação das noções de desigualdade (GONZÁLEZ; HASENBALG, 2022). Grupos dominantes se beneficiam com a submissão da imagem negra e é nessa problemática que despontam experiências insurgentes. No quadro a seguir, focamos na ideia de quilombo para a construção do referencial teórico:

Quadro 3 – Seleção de principais livros por tema

MICROCONCEITO	TÍTULO	AUTOR(A)	EDITORA	ANO
QUILOMBO, QUILOMBISMO, QUILOMBAGEM, AQUILOMBAMENTO	O quilombo dos palmares	Edison Carneiro	WMF	2011
	Sociologia do negro brasileiro	Clóvis Moura	Perspectiva	2019
	Quilombos: resistência ao escravismo	Clóvis Moura	Expressão Popular	2020
	Rebeliões da senzala	Clóvis Moura	Anita Garibaldi	2020
	Os quilombos e a rebelião negra	Clóvis Moura	Dandara	2022
	Uma história feita por mãos negras: relações raciais, quilombos e movimentos	Beatriz Nascimento	Zahar	2021
	Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento	Alex Ratts	Instituto Kuanza	2006
	Cultura em movimento: matrizes africanas e ativismo negro no Brasil	Elisa Larkin Nascimento	Selo Negro	2008
	O quilombismo	Abdias Nascimento	Perspectiva	2019
	Revoltas escravas no Brasil	João José Reis e Flávio dos Santos Gomes	Companhia das Letras	2021

Fonte: elaboração própria

A seleção acima traz os principais autores e autoras lidos para a compreensão do conceito de quilombo. Foi necessário uma trajetória ampla de leitura para entender que

os quilombos funcionaram em três dimensões: *kilombos* ancestrais africanos, abordados principalmente por Beatriz Nascimento (e através dos resgates de Alex Ratts) e Elisa Larkin Nascimento; quilombos pela resistência ao domínio colonial, vistos principalmente por Clóvis Moura e Edison Carneiro; e os quilombos como extensão de um modo de ocupar o mundo por pessoas negras, articulados ainda hoje pela transformação do substantivo em ação, *aquilombar*, pelo olhar de Beatriz Nascimento e Abdias Nascimento.

4.2 Teses e dissertações

Com a consulta ao catálogo de teses e dissertações da Capes, foram encontrados 13 resultados para a busca pelo termo “aquilombamento”, sendo 10 resultados para dissertações e 02 para teses. Com o filtro nas grandes áreas de conhecimento, obtém-se o quantitativo abaixo:

Quadro 4 – Quantitativo por área de conhecimento para “aquilombamento”²¹

GRANDE ÁREA DE CONHECIMENTO	QUANTIDADE
Ciências Sociais Aplicadas	06
Linguística, Letras e Artes	04
Ciências Humanas	02
Multidisciplinar	01

Fonte: elaboração própria

A pesquisa pelo termo “imprensa negra” nos levou a 7.650 resultados, entre teses e dissertações, mas nem todas diretamente relacionados com o tema. Utilizamos o mesmo critério metodológico de escolha, com a leitura do título, resumo e palavras-chave, dessa vez sem recorte temporal, para selecionarmos as pesquisas mais afins com nossa proposta, que apresentamos no próximo quadro. Com recorte na área da Comunicação, não há trabalhos que façam um resgate histórico da imprensa negra pelo viés dos estudos midiáticos, como também não existem pesquisas que utilizem o aquilombamento virtual midiático como viés interpretativo do referencial empírico proposto.

²¹ Consulta finalizada em 10 jan. 2023.

Quadro 5 – Seleção de teses e dissertações para “imprensa negra”

TESES E DISSERTAÇÕES					
PALAVRA-CHAVE: IMPRENSA NEGRA MÍDIA NEGRA PLATAFORMA: CATÁLOGO DE TESES E DISSERTAÇÕES - CAPES²²					
TÍTULO	AUTOR(A)	ORIENTADOR(A)	PROGRAMA	UNIVERSIDADE	ANO
Beleza e ascensão social na imprensa negra paulistana: 1920-1940	Maria Aparecida de Oliveira Lopes	Denise B. de Sant'anna	Estudos Pós-Graduados em História	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	2002
De pele escura e tinta preta: a imprensa negra do século XIX (1833-1899)	Ana Flávia Magalhães Pinto	Eleonora Zicari Costa de Brito	História	Universidade de Brasília	2006
A imprensa negra paulista entre 1915 e 1937: características, mudanças e permanências	Gilmar Luiz de Carvalho	Suely Robles Reis de Queiroz	História Econômica	Universidade de São Paulo	2009
Intelectualidade e imprensa negra paulista: os casos do Getulino e Progresso (1923-1931)	Leandro Antonio Guiro	Lucia Helena Oliveira Silva	História	Universidade Estadual Paulista Júlio De Mesquita Filho (Assis)	2013
Memória de movimento negro - um testemunho sobre a formação do homem e do ativista contra o racismo	Edson Lopes Cardoso	Roseli Fischmann	Educação	Universidade de São Paulo	2014
A imprensa negra paulista e a educação: um movimento de resistência?	Ricardo Ramos Sales	Teresinha Bernardo	Ciências Sociais	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	2015
Uma leitura sociocrítica do jornal Quilombo: vida, aspirações e problemas do negro (1948-1950)	Guilherme Souza Costa	Maria Nilza da Silva	Sociologia	Universidade Estadual de Londrina	2015
Ativismo negro em Salvador no período da	Andersen Kubnhavn Figueiredo	Antonio Mauricio Freitas Brito	História da África, da Diáspora e	Universidade Federal do	2016

²² Disponível em: <<https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses>>. Acesso em: 08 ago. 2021.

ditadura militar (1970-1980)			dos Povos Indígenas	Recôncavo da Bahia	
A racialização nas entrelinhas da imprensa negra: o caso O Exemplo e A Alvorada – 1920-1935	Angela Pereira Oliveira	Lorena Almeida Gill	História	Universidade Federal de Pelotas	2017
A voz da raça, os ecos da educação: percepções sobre as permanências da herança cultural africana no Brasil	Ariadne Guimaraes Dias	Marcelo Furlin	Educação	Universidade Metodista De São Paulo	2018

Fonte: elaboração própria

Ao utilizarmos os termos de busca “mídia negra” e “imprensa negra” na Biblioteca Online de Ciências da Comunicação (BOCC), foi encontrado apenas um resultado em artigo científico, cujos dados estão no próximo quadro. Na plataforma Scielo foi possível identificar quatro artigos que nos poderão ser referência bibliográfica. Em consulta ao site Portal de Livre Acesso à Produção em Ciências da Comunicação (Portcom)²³, a pesquisa pelos termos “mídia negra” e “imprensa negra” não encontrou resultados.

²³ Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br>>. Acesso em: 16 ago. 2021.

4.3 Artigos científicos

Quadro 6 – Seleção de artigos científicos

ARTIGOS			
PALAVRA-CHAVE: IMPRENSA NEGRA MÍDIA NEGRA PLATAFORMA: BIBLIOTECA ONLINE DE CIÉNCIAS DA COMUNICAÇÃO - BOCC			
TÍTULO	AUTOR(A)	ANO DE PUBLICAÇÃO	PALAVRAS-CHAVE
Assessoria de imprensa e comunicação ao movimento Negro de Rondonópolis (MT): diálogo entre ensino de jornalismo e crítica social	Gibran Luis Lachowski	2018	Ensino do jornalismo; crítica social; assessoria de imprensa e comunicação; minoria social; visibilidade midiática.
PALAVRA-CHAVE: IMPRENSA NEGRA MÍDIA NEGRA PLATAFORMA: SCIELO			
TÍTULO	AUTOR(A)	ANO DE PUBLICAÇÃO	PALAVRAS-CHAVE
Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos	Petrônio Domingues	2007	População negra; antirracismo; movimento negro.
<i>Black lives matter nos currículos? Imprensa negra e antirracismo em perspectiva transnacional</i>	Amilcar Araujo Pereira	2019	Racismo; imprensa negra; educação; currículo.
Pedagogias da imprensa negra: entre fragmentos biográficos e fotogravuras	Maria Angélica Zubaran	2016	Imprensa negra; fragmentos biográficos; fotogravuras; pedagogias.
A imprensa negra e o futebol em São Paulo no início do século XX	Bruno Otávio de Lacerda Abrahão; Antonio Jorge Gonçalves Soares	2012	São Paulo; jornais; imprensa negra; futebol.
PALAVRA-CHAVE: IMPRENSA NEGRA MÍDIA NEGRA PLATAFORMA: GOOGLE ACADÉMICO			
TÍTULO	AUTOR(A)	ANO LOCAL	PALAVRAS-CHAVE
O papel da imprensa negra brasileira	Valmir Teixeira de Araujo	2019 Revista Alterjor	Imprensa negra; racismo; movimento negro.
Imprensa negra: memórias, patrimônios documentais e educação antirracista	Juliana Ribeiro de Vargas; Maria Angélica Zubaran	2016 Reunião Científica Regional da ANPED	Não há.
Carolina Maria de Jesus e os discursos da negritude: literatura afro-brasileira, jornais negros e vozes marginalizadas	José Carlos Gomes da Silva	2009 Revista História e Perspectivas	Literatura negra; vozes marginalizadas; imprensa negra.

Notas sobre raça, cultura e identidade na imprensa negra de São Paulo e Rio de Janeiro, 1925-1950	Antonio Sérgio Alfredo Guimarães	2003 Centro de Estudos Afro-Ocidentais - UFBA	Não há
---	----------------------------------	---	--------

Fonte: elaboração própria

Os artigos científicos encontrados resultam de estudos de caso e pesquisas bibliográficas sobre determinada experiência em mídia negra no passado, especificamente em São Paulo e Rio de Janeiro. Um deles, de José Carlos Gomes da Silva, aborda os discursos sobre a negritude na obra de Carolina Maria de Jesus. São perspectivas distintas da nossa, mas nos ajudam a descobrir as raízes do movimento negro que ocupa os espaços digitais atualmente. O capítulo sobre o resgate histórico está em construção e a principal referência tem sido as pesquisas de Ana Flávia Guimarães Pinto.

Quadro 7 – Seleção de artigos científicos

ARTIGOS			
PALAVRA-CHAVE: AQUILOMBAMENTO PLATAFORMA: GOOGLE ACADÉMICO			
TÍTULO	AUTOR(A)	ANO DE PUBLICAÇÃO	PALAVRAS-CHAVE
Nem crioulo doido nem negra maluca: por um aquilombamento da reforma psiquiátrica brasileira	Emiliano de Camargo David e Maria Cristina Gonçalves Vicentin	2020	Racismo; Hospitais psiquiátricos; Saúde mental.
Redes de aquilombamento contra a COVID-19: uma análise das estratégias de coletivos populares na Grande Recife	Luiz Carlos Pinto da Costa	2020	Pandemia, experiência, quilombismo, narrativas, comunicação.
Aquilombamentos artísticos contemporâneos: reterritorializações simbólicas na fotografia negra brasileira	Daniel Meirinho	2021	Fotografia, aquilombamento, fotógrafos negros contemporâneos.
Aquilombamento virtual midiático: Uma estratégia metodológica para o estudo das mídias negras	Maria do Socorro Furtado Veloso Alice Oliveira de Andrade	2021	Mídia, Quilombos, Mídias negras, Aquilombamento virtual midiático.
Disputa por imaginários no século XXI: A ascensão da produção cultural negra nas mídias digitais	Samira Pinto Almeida	2021	Produção Cultural Negra, Militância Negra nas Mídias, Mídias Digitais, Mídias de Massa.

Fonte: elaboração própria

A busca pelo termo “aquilombamento” revela um grande número de textos escritos na abordagem desse tema, entre artigos acadêmicos, teses e dissertações.

Selecionamos cinco textos que trazem referências importantes para entender essa ação que visa costurar os quilombos no fio da história como experiências políticas e ancestrais que visam “reconstruir no presente uma sociedade dirigida ao futuro, mas levando em conta o que ainda for útil e positivo no acervo do passado” (A. NASCIMENTO, 2019, p.288). Mencionamos, ainda, o primeiro texto que produzimos sobre o tema e o passo inicial para a elaboração desta tese.

No próximo capítulo, iniciaremos o desenho do aquilombamento virtual midiático como movimento metodológico para enxergar as mídias negras brasileiras e suas características.

5 AQUILOMBAMENTO VIRTUAL MIDIÁTICO: UM MODO DE SER E DE OLHAR

A voz de minha bisavó
ecoou criança
nos porões do navio.
ecoou lamentos
de uma infância perdida.

A voz de minha avó
ecoou obediência
aos brancos
donos de tudo.

A voz de minha mãe
ecoou baixinho revolta
no fundo das cozinhas alheias
debaixo das trouxas
roupagens sujas dos brancos
pelo caminho empoeirado
rumo à favela

A minha voz ainda
ecoa versos perplexos
com rimas de sangue e fome.

A voz de minha filha
recolhe todas as nossas vozes
recolhe em si
as vozes mudas caladas
engasgadas nas gargantas.

A voz de minha filha
recolhe em si
a fala e o ato.
O ontem – o hoje – o agora.
Na voz de minha filha
se fará ouvir a ressonância
O eco da vida-liberdade.

(Conceição Evaristo – Vozes-Mulheres)

Nos capítulos anteriores, percebemos que transformar o giro decolonial em roda significa evocar ao centro as discussões raciais e a comunicação. Trata-se de uma perspectiva metodológica já proposta para os estudos comunicacionais (CAMPOS, 2014) e que faz sentido em nosso contexto de pesquisa. Na poesia que abre este item, Conceição Evaristo revela que a vida-liberdade chega em eco, se propagando em ondas circulares e trazendo elementos de passado para compor o presente – e também algumas ideias para o futuro. Essa mística de ancestralidade e os laços de continuidade

em muito se aproximam da proposta do aquilombamento virtual midiático que apresentaremos neste capítulo.

Para moldar essa noção, de início observamos que o movimento de resgate da ancestralidade e as práticas afrodescendentes são uma necessidade contemporânea. A comunicação resultante desse círculo exprime uma ligação entre três dimensões centrais: enfrentamento, resistência e proposições de novos caminhos. Tudo isso está ligado pelo fio da história, pois embora alguns elementos da cultura negra tenham ficado para trás na perspectiva da materialidade, o tempo presente ainda traz a silhueta daquilo que nossos antepassados propuseram - e esse molde inspira ainda hoje os movimentos negros nacionais, tendo a comunicação como instrumento principal dessas lutas.

Nesse contexto, certamente o vocábulo *aquilombamento* marca a atual geração de pessoas negras. Não apenas em espaços físicos, mas também virtuais, redes são formadas para combater os preconceitos e injustiças sociais fundamentadas no racismo. Mais que uma simples palavra, diríamos que aquilombamento é uma evocação, um enunciado e uma declaração de que a memória dos quilombos segue viva e auxiliando os combates necessários das pautas raciais.

Embora estejamos em um país construído em contextos de vulnerabilidade social, desigualdade e má distribuição de renda, ainda assim é possível notar que os últimos anos foram marcados pela presença de tecnologias digitais, móveis, ubíquas e conectadas à internet. Os movimentos negros históricos que lutam pelo enfrentamento do racismo e todas as suas problemáticas dilatam suas esferas de atuação também para essas ambientes. Quando Abdias Nascimento (2019) propõe o quilombismo e estimula a autoafirmação e organização negra em diversos espaços, temos um eixo de produções e iniciativas que articulam demandas raciais, suas interseccionalidades e colocam os povos negros em lugar de protagonismo. Esses grupos já vinham sido observados academicamente, como a delimitação das "afromídias" enquanto espaços de expressão, visibilidade e reivindicação contemporâneos (ALAKIJA, 2012, p.136).

É inegável que, durante todo o período da escravização, a resistência negra se manifestou em diversas experiências individuais e coletivas. Nas palavras de Abdias Nascimento (2019, p.282), existe uma “ideia-força” nascida nas populações de origem africana que inspira modelos de organização ainda hoje, em especial no Brasil.

São muitas e múltiplas as estratégias que africanos e afro-brasileiros desenvolveram para resistir ao avanço colonial-imperialista. Afinal, negros e negras jamais foram passivos como comumente somos representados em registros históricos (MOURA, 2022; B. NASCIMENTO, 2008). A leitura do trecho abaixo exemplifica:

Várias foram as formas de resistência do escravo negro ao regime escravista. Mesmo com todas as limitações que a estrutura do sistema impunha ao cativo, ele, ao contrário do que afirmam aqueles que seguem a chamada historiografia acadêmica, resistiu de várias formas e níveis de importâncias durante todo o tempo em que a escravidão perdurou (MOURA, 2022, p.106).

Clóvis Moura (2020a; 2020b; 2022), em sua extensa obra sobre a sociedade brasileira e os quilombos, analisa que a resistência negra em nosso país acontecia em duas frentes. Primeiro, de maneira ativa, como rebeliões, insurreições, conflitos, assassinato de senhores e capitães do mato, fuga isolada, incêndio de plantações, roubos de colheitas, bandoleirismo e os próprios quilombos. Mas também de forma indireta, como o suicídio, rapto, assassinato de companheiros negros para “libertá-los” da situação de desumanidade, o aborto praticado pelas escravas e o *banzo*, quando o negro(a) caia em melancolia até morrer (MOURA, 2022, p.106).

González (1984), ao pensar o contexto social da mulher negra brasileira e o entrecruzamento de opressões de gênero e raça que sofria, trouxe mais uma forma de resistência que poderia ser analisada na perspectiva indireta apontada por Moura (2020b): o silenciamento voluntário que mulheres negras dispunham a cumprir para que seus descendentes não fossem mortos. No texto “Racismo e sexism na cultura brasileira”, a pesquisadora afirma que o lugar que a mulher negra é colocada na sociedade brasileira revela uma dupla opressão: a de gênero e a de raça. Essa opressão intrecruzada se manifesta no imaginário coletivo a partir da noção de três estereótipos apresentados: a mulata, representada pela hipersexualização do corpo negro feminino; e a doméstica, que vem da mucama, mulher negra dedicada às tarefas domésticas. Esta última também era conhecida como “mãe preta” e “bá”, pois comumente cuidava dos filhos dos senhores escravistas na casa-grande. Considerada por autores clássicos – como Gilberto Freyre, por exemplo – no lugar de uma figura passiva, a mãe preta foi colocada por González (1984) em um lugar importante na resistência, conforme podemos perceber na citação a seguir:

Exatamente essa figura para a qual se dá uma colher de chá é quem vai dar a rasteira na raça dominante (...) O que a gente quer dizer é que ela não é esse exemplo extraordinário de amor e dedicação totais como querem os brancos e nem tampouco essa entreguista, essa traidora da raça como quem alguns negros muito apressados em seu julgamento. Ela, simplesmente, é a mãe (GONZÁLEZ, 1984, p.235).

Ou seja, as mulheres escravizadas que ocupavam a casa-grande tinham o silêncio como estratégia de sobrevivência sua e dos seus. Quando calavam, permaneciam. Quando permaneciam, levavam a cultura negra adiante, desde o seu “pretuguês”, como diz Lélia González, até a proteção de seus filhos e dos seus ensinamentos levados adiante enquanto sua oralidade permitia. Diante desse espalhamento de resistência negra pelo território brasileiro, o medo era um sentimento constante entre os senhores escravistas, pois os ideais de libertação levavam os escravizados a se rebelarem constantemente e a buscar formas de resistir (APTHEKER, 1952).

Nessa paisagem vasta de iniciativas, há um desses movimentos que perdura e funciona como elemento inspiracional ao guiar toda a resistência negra brasileira, desde o período colonial até os espaços de comunicação racializados da época atual. São os **quilombos**, instituições históricas que se configuram como uma ferramenta ancestral de posicionamento crítico e ativo diante do mundo. Ou seja, embora não existam mais no plano geográfico-físico²⁴, ainda circulam nos tempos atuais em forma de modo existencial. Evocar a potência dos quilombos por meio do verbo (ação) **aquilombar** tem sido uma prática cada vez mais comum – e necessária – em nossos tempos.

Como característica primária, é preciso considerar que, durante a colonização, os quilombos existiam em todos os lugares onde se instalou a escravidão, pois se propunham a friccionar o estado social vigente e os modos políticos impostos (MOURA, 2020b). Foi a partir desses espaços que sementes de transformação social germinaram no solo brasileiro, driblando as ervas-daninhas das investidas coloniais e revelando uma frondosa árvore que acolheu pessoas violentadas e subalternizadas pelo sistema da metrópole.

²⁴ Não existem mais dentro dos moldes coloniais, mas as comunidades quilombolas, descendentes de quilombos, fazem parte da sociedade brasileira e a demarcação territorial dos lugares que ocupam é um direito constitucional.

Na nossa proposta, entendemos que o exemplo deixado pela união de pessoas negras em torno do quilombo ultrapassou as barreiras do tempo e se tornou um fenômeno contemporâneo. Além de representar uma tática de resistência e sobrevivência, a transformação do espaço em ação mobiliza aspectos sociais, políticos e culturais que apontam para ideais de transformação social e ruptura com os modos colonialistas de se perceber o povo negro no Brasil. Como primeiro pressuposto, portanto, defendemos que **quilombo é uma forma de comunicação circular através do tempo. A mensagem afrodiáspórica que permanece do passado para o presente é: novos caminhos são possíveis para nós – e eles são coletivos.**

Para negros vindos em diáspora e afrobrasileiros, o confronto com a morte sempre foi uma constante. Se antes exclusivamente por meio do genocídio colonial, hoje a tentativa de dominação é mais sofisticada e complexa. É no racismo estrutural – e todas as suas questões adjacentes – e no genocídio físico-simbólico institucional que percebemos essa lógica, tendo uma pandemia como fator de recrudescimento das violências que nos assolam. A existência de corpos negros é cotidianamente ameaçada, inclusive - e principalmente - por forças que vêm do próprio Estado.

As referências quilombistas, necessárias aos povos negros de hoje, trazem a noção de que, mesmo nos ambientes físicos, é possível fundar espaços humanos e sociais autossuficientes em muitos aspectos que nos ajudam a sobreviver a essa barbárie (MOURA, 2020a, p.65). Tais espaços estão no mundo e seguem resistindo. Com outros formatos, linguagens e necessidades, é verdade, mas ancorados nas mesmas linhas quilombistas que tecem o manto da história brasileira – e a escrita desta tese. Seja durante a escravização ou no tempo atual, *aquilombar* é uma necessidade e uma tecnologia histórica. É um modelo deixado pela ancestralidade para contribuir com a (re)existência negra nos tempos de hoje. Portanto, acreditamos que uma possibilidade para estudos de questões étnico-raciais e comunicação é passar pela lente dos quilombos.

Quando falamos de escravização de pessoas negras, vale lembrar que pouco mais de cento e trinta anos nos separam desse triste período da história brasileira. O sangue derramado no solo pelos ancestrais negros e indígenas ainda nutre nossos pés enquanto caminhamos. As vozes racializadas, outrora emudecidas, hoje ecoam a

indignação e a esperança através de novas gerações que buscam outras formas possíveis de existência e construção do futuro. A poesia da escritora mineira Conceição Evaristo, citada no início deste capítulo, inspira-nos também a pensar – e sentir – sobre as múltiplas vozes que ecoam em cada individualidade negra.

Dentro das opressões impostas pelo colonialismo, falar é um desafio para quem foi posto no lugar da marginalidade e do silêncio (KILOMBA, 2019, p.42). Abrindo a roda para trazer uma perspectiva mais subjetiva, posso afirmar que há pouco mais de três anos estou à procura de uma conexão com a minha ancestralidade em todos os espaços que ocupo - incluindo o acadêmico – para conseguir resgatar essas tantas vozes. A professora e filósofa Katiúscia Ribeiro, em suas aulas, costuma dizer que “o futuro é ancestral”. Peço licença a essa sabedoria e acrescento: o presente também. Toda a nossa vida é a linha de um mesmo novelo, entrelaçada em história, memória e propósito. Isso porque o restabelecimento da minha voz, perdida entre as proparoxítonas dos textos acadêmicos e dos discursos racistas encontrados pelo caminho, é compromisso que carrego com a ancestralidade que me habita ainda hoje. É tarefa para o agora. É meu próprio exercício de aquilombar-me em tantos que vieram antes. É missão inescapável de todas as pessoas racializadas em algum momento da vida.

No cordão da minha genealogia, no lado materno, foi minha mãe quem rompeu com o ciclo de trabalho braçal entre as mulheres da família. Minha bisavó, descendente de indígenas e negros, era mulher ribeirinha e pescadora. Minha avó, mulher negra que foi empregada doméstica, feirante, costureira e camelô, viu apenas uma entre seus quatro filhos chegar ao ensino superior. Através da educação formal, a qual não teve acesso, ela tentou dar aos que vieram depois a oportunidade de falar aquilo que não foi autorizada a dizer.

No lado paterno, meu pai também foi o primeiro a ter acesso à educação pública no ensino superior. Meu avô, homem negro descendente de escravizados, vindo de Pernambuco, trabalhou em solo potiguar para um coronel em troca de roupa e moradia. Da sua história sabemos pouco, pois ele tinha voz, mas não conseguiu herdar o privilégio da palavra.

Esse pequeno recorte pessoal se justifica para amparar o lugar de (re)descobertas teóricas de onde falo agora e que também justifica a elaboração dessa proposta

metodológica. Daqui, teço um diálogo com as ideias de tantos pensadores que me são referência, mas também respeito e acolho os conhecimentos nascidos na luta, na tradição, no seio da minha própria árvore genealógica – e do meu sentir. Assumir o lugar da fala é um compromisso meu com o passado – não apenas na individualidade, como também na coletividade racial a qual pertenço. A comunicação que venho estabelecendo através da minha trajetória acadêmica é a materialização dos sonhos dos que vieram antes de mim e que se aquilombaram através da escrita deste documento.

Para mim e para muitas pessoas negras do espaço acadêmico, ao falar de comunicação em uma perspectiva étnico-racial, o terreno que se abre à frente é amplo e antigo. A mídia, enquanto instituição social, é precedida por uma série de práticas e vozes que nem sempre se encontraram nos textos escritos, mas também na oralidade, na espiritualidade e na resistência. A história dos povos negros no território brasileiro é marcada por um esforço contínuo pela existência, seja nos tempos antigos ou na atualidade. A busca por formas de comunicar-se era, além de uma necessidade, um modo de reexistência em um solo estranho para aqueles que vieram em diáspora.

Embora a escravidão tenha acabado oficialmente como modo de exploração de almas, corpos e mentes, seus traços seguem moldando nossas relações sociais em forma de racismo e das muitas formas de desumanização de pessoas negras. Sobre isso, Pinsky (2019, p.11) afirma: “Na escravidão, transforma-se um ser humano em propriedade de outro, a ponto de ser anulado seu próprio poder deliberativo: o escravo pode ter vontades, mas não pode realizá-las”.

No Brasil, é importante lembrar que o regime escravista aprisionou negros e indígenas. Neste texto, nossa ênfase está nos povos negros, pois esse contexto relaciona-se diretamente com o objetivo da pesquisa. Contudo, salientamos que a luta antirracista que não inclui o racismo anti-indígena não é, de fato, emancipatória. Fazemos o recorte apenas por razões metodológicas e reconhecemos a importância dos povos originários na construção desses confrontamentos.

Ao estudar esses assuntos nos anos escolares, ouvimos que os negros *vieram* ao Brasil. Mas eles foram, na verdade, sequestrados e imersos em crueldade e dor e ainda hoje o oceano Atlântico tem sob as ondas “o saber duma memória salgada de escravismo” (AKOTIRENE, 2019, p. 20). O solo brasileiro enterrou corpos sofridos que

fertilizaram a terra para nascer a resistência. Ao contrário do que comumente diz o imaginário social sobre esse período, as pessoas negras não foram indolentes diante da escravização. No Brasil, vemos o mundo pelas lentes de uma racionalidade eurocêntrica, majoritariamente branca, masculina, heterossexual, cisgênero, cristã e colonizadora. Esse direcionamento levou a sociedade a acreditar na inferiorização intelectual de pessoas negras, consequentemente na sua incapacidade de desenvolver estratégias de resistência além da braçal. O surgimento dos quilombos, mais do que um espaço físico para receber quem estava em fuga, representou também a resistência cultural e psíquica à残酷da colonização das mentes.

O movimento de fuga era, em si mesmo, uma negação da sociedade oficial, que oprimia os negros escravos, eliminando a sua língua, a sua religião, os seus estilos de vida. O quilombo, por sua vez, era uma reafirmação da cultura e do estilo de vida dos africanos. (...) Os quilombos, deste modo, foram - para usar a expressão agora corrente em etnologia - um fenômeno contra-aculturativo de rebeldia contra os padrões de vida impostos pela sociedade oficial e de restauração dos valores antigos (CARNEIRO, 2001, p.13).

Ao debruçar-me sobre a história dos quilombos para estabelecer uma relação com as atuais experiências em mídias negras, curvo-me também diante da minha própria história e caminho de mãos dadas à ancestralidade negra. Sem cometer a ousadia de equiparar-me a nomes como Abdias Nascimento, Lélia González, Clóvis Moura, Beatriz Nascimento, Edison Carneiro, Sueli Carneiro, Muniz Sodré e Conceição Evaristo, por exemplo, consigome perceber neles e nelas, pois despertam em mim uma faísca da sua potência identitária, espiritual e cognitiva. Mesmo que ainda tão insignificante diante da grandeza desses nomes, me sinto tocada por eles e motivada a compor um mesmo movimento que é tão meu quanto nosso. Por essa razão, a proposta metodológica desta investigação envolve também a dimensão coletiva do Ubuntu, filosofia africana marcada pela matriz do “nós”, pois a escrita dessas palavras é feita em eco de muitas vozes.

Neste capítulo, desenvolveremos a proposta principal da tese, nomeada por nós de **aquilombamento virtual midiático**. A partir desse olhar, acreditamos que tanto a comunicação antirracista produzida por pessoas negras quanto os quilombos têm um objetivo em comum que fortalece a relação entre os dois universos: a luta coletiva para que a roda decolonial possa girar, evocando a comunicação para decolonizar corpos, histórias e mentes.

O capítulo está dividido em três partes: 1) O que é quilombo: uma síntese a respeito desse modelo de resistência dos períodos colonial e imperial; 2) O que é aquilombamento: vamos discutir o termo comumente utilizado por pessoas negras para representar a união entre pessoas desse grupo racializado; 3) O que é aquilombamento virtual midiático: apontamentos da nossa proposta teórico-metodológica de referenciais quilombistas. Enxerguemos essas três partes não como uma linha, mas como um círculo que, ao rodopiar, se retroalimenta e usufrui da potência oferecida pela ancestralidade afrobrasileira.

5.1 O que é quilombo

De início, um curto exercício imaginativo: qual é o primeiro pensamento que ocupa o senso comum quando se pensa em história do continente africano? Geralmente se imagina seus primórdios ligados ao processo de colonialismo e escravização com a chegada dos europeus. Como analisou Beatriz Nascimento (2008, p.71), a história dos povos negros de África é comumente relacionada a acontecimentos da civilização ocidental. Esquece-se, por exemplo, do grandioso império kemético²⁵, das grandes construções arquitetônicas, da matemática, da engenharia fluvial, das articulações políticas. A escravização é uma lamentável parte do passado dos povos negros no mundo, mas essa história não surgiu daí e nem segue limitada a esse recorte.

Mesmo no Brasil, em que a escravização durou mais de três séculos, os negros não têm suas raízes delimitadas pelo tráfico escravo. Somos parte de um continente material, histórico e culturalmente rico, cujos grilhões do colonialismo aprisionaram em estereótipos de miséria. Ao longo do tempo e de diversas formas, foi a elite dominante que desenvolveu estratégias para apagar as raízes culturais, étnicas e históricas vindas de África (A. NASCIMENTO, 2019, p.273). No livro “O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado”, Abdias Nascimento (1978) define genocídio como qualquer forma de extermínio a um grupo social, podendo acontecer nas esferas física, política, econômica, histórica e cultural. No nosso caso, o genocídio simbólico apagou nossa história e manteve na literatura apenas os rastros de dor.

²⁵ *Kemet* (*km.t*), nome original do antigo Egito, significa “Terra Negra”.

Quando fazemos um recorte na chegada dos povos africanos em território brasileiro, é fato que o sequestro transatlântico de pessoas deixou rastros de dor e sangue. Foi a partir do século XVI que negros de diversas etnias e localidades, como Angola, Moçambique e Guiné, foram forçadamente retirados de suas vidas para, no Brasil, viverem na condição de escravizados²⁶, como propriedade privada de outras pessoas. Não apenas corpos, mas também mentes foram aprisionadas.

Enquanto afro-brasileiros, além de termos nossas memórias e ancestralidade vindas de África, lembramos que a estrutura da própria nação brasileira foi erguida pela força do trabalho indígena e negro. Regaram, literalmente, o solo no qual cresciam os cafezais, canaviais e algodoais com suor (A. NASCIMENTO, 2019, p. 279) e sem direito a políticas públicas de inclusão mesmo após o período conhecido como pós-abolição²⁷.

O quilombo foi uma das formas de resistência mais utilizada pelos povos negros escravizados no Brasil e, por essa razão, um elemento fundamental para entendermos a história do nosso país. Para esta tese, partimos do ponto de que há um fio que liga a sua existência às formas contemporâneas de resistência negra. Apesar de tamanho significado, há uma carência intelectual nas análises sobre eles. Isso porque a história dos povos negros no período colonial não está registrada a partir do olhar de africanos em diáspora e afrobrasileiros. As narrativas que descrevem os quilombos foram feitas pela tinta da caneta do colonizador, o que funda um imaginário preconceituoso e estereotipado desse período, sendo pessoas negras definidas como passivas e os quilombos como espaços desorganizados e destituídos de caráter político (B. NASCIMENTO, 2021, p.110).

Para Carneiro (2011, p.35), devido à vagueza de dados e informações referentes aos quilombos, os estudos de suas peculiaridades são possíveis de forma genérica. O que se conhece é graças ao olhar de intelectuais potentes como Beatriz Nascimento, Clóvis Moura, Edison Carneiro, Abdias Nascimento e Elisa Larkin Nascimento, por exemplo. Em seus escritos, todos reconhecem que os registros vindos dos próprios

²⁶ Optamos pelo uso do termo escravizados, e não escravos, partindo da ideia de que a escravidão não lhes era inerente, e sim imposta.

²⁷ O período pós-abolição acontece a partir de 13 de maio de 1888, com a assinatura da Lei Áurea.

negros sobre os quilombos são inexistentes, seja porque não tinham domínio da linguagem colonial ou porque o pouco que havia foi destruído para não haver rastros.

Os quilombos eram formados por pessoas escravizadas vindas de diferentes lugares do continente africano e afro-brasileiros, bem como indígenas, refugiados e brancos de classes sociais baixas. Alguns eram grupos de subsistência, em menor tamanho e quantidade de pessoas, que serviam de abrigo aos escravizados fugidos. Já outros se assemelhavam a estruturas estatais, com organização política, militar e cultural bem delimitadas (B. NASCIMENTO, 2021; MOURA, 2020a).

De modo geral, a bibliografia aponta alguns fatores para o surgimento dos quilombos no Brasil. Com base em B. Nascimento (2021), Moura (2020a; 2021) e Carneiro (2011), são eles: fuga ao regime escravista; sobrevivência física diante dos maus tratos; busca pela liberdade; crise no sistema econômico; reação à destribalização causada pelo tráfico negreiro. Além disso, os quilombos (ou mocambos, outra palavra para falar sobre o mesmo fenômeno) do período colonial podem ser caracterizados tanto por seu tempo de duração quanto pela abrangência no território brasileiro. Ou seja, eram instituições de longa permanência em todas as partes do país de forma concomitante.

Quanto à dimensão conceitual, se há uma palavra que une luta política, estrutura social, construção coletiva e étnico-culturalidade, é quilombo. Além de traçados geograficamente, conforme dito acima, são territórios ocupados por pessoas negras escravizadas que visavam a construção de novos modelos de sociedade distintos do imposto pelo regime imperialista. É um modo de organização ao mesmo tempo em que se constitui como espaço de luta e resistência, mas atualmente também ganha contornos de reconhecimento e demanda.

É comum pensarmos que os quilombos são instituições genuinamente brasileiras, pois são uma das poucas formas de resistência negra conhecidas formalmente nos registros históricos do país. Contudo, tratam-se de focos de resistência dos povos africanos surgido em todos os lugares onde houve domínio colonial. A noção conceitual de quilombo vem do povo africano *bantu* e significa acampamento guerreiro na mata. É uma instituição ancestral que se modifica através do tempo, pois embora exista há séculos, é formatado de acordo com as diferentes tradições, necessidades e proposições estruturais (LOPES; SIQUEIRA; NASCIMENTO, 1987, p.27).

Segundo o olhar colonial, retirado da Consulta do Conselho Ultramarino, com data em 2 de dezembro de 1740, quilombo era: “toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte desprovida, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles” (MOURA, 2022, p.30). Onde houve escravismo, no Brasil e na América Latina, os quilombos se estabeleceram.

A partir do momento em que os colonizadores impunham domínio sobre os seres humanos negros, desenvolveram estratégias de segregação, como a junção de povos de tribos inimigas, a proibição de manifestações religiosas e também a imposição da língua portuguesa. Controlar a linguagem era uma forma de controlar a comunicação, mobilizando o imaginário e os modos de agir dessas pessoas em favor da manutenção de uma supremacia branca (A. NASCIMENTO, 2019, p.37).

Em 1850, a Lei de Terras proibiu a aquisição de propriedades por meio de posse, permitindo-a somente por meio de compra. Após a abolição, a ordenação jurídica não garantiu a inserção dos negros na sociedade. Essa norma exclui da categoria de brasileiros africanos e afrobrasileiros, enquadrando-os na categoria de "libertos" e dando margem a violências e arbitrariedades devido à sua condição racial (LEITE, 2000, p. 335). Um direito social básico, como ter um espaço para ocupar, viver e subsistir, é questão de luta para pessoas negras desde os primórdios da formação da sociedade nos moldes semelhantes aos que temos hoje. Por essa razão, os povos escravizados recém-libertos passaram a ocupar precariamente as margens das atividades socioeconômicas, e a quilombagem seguiu sendo uma possibilidade de sobrevivência. Essas práticas coloniais, como a lei de 1850, envolvem mecanismos de controle e dominação sobre os povos colonizados.

Sabotar o direito à moradia e propriedade a um grupo já marcado pela lógica da exclusão social foi mais uma tentativa de extermínio daqueles que, após perderem a serventia enquanto mão-de-obra não-remunerada, não mais interessavam à elite escravocrata. Apenas 100 anos depois da promulgação da Lei Áurea, a Constituição Federal de 1988 trouxe, no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, um indicativo legislativo destinado a garantir o direito desses povos ao território: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é

reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”²⁸.

A sociedade colonial brasileira constituída nessas bases levou a ações de fuga, resistência e de organização negra em comunidades autogeridas conhecidas como quilombos²⁹ (MOURA,2020a). Os quilombos eram comumente localizados em terras férteis, propiciando o desenvolvimento de atividades agrícolas para a subsistência de seus habitantes (CARNEIRO, 2001, p.17). Segundo A. Nascimento (2019, p. 281), essas instituições resultaram da necessidade que africanos e afro-brasileiros escravizados tinham de ter de volta sua liberdade e dignidade para compor uma comunidade mais igualitária.

No Brasil colonial, a sociedade escravocrata detinha os corpos negros como objetos animalizados. Como nos explica Nogueira (2014, p.25), a “zoomorfização sistemática” é uma das consequências do racismo antinegro, pois o eurocentrismo colonial designou a esses povos o lugar de não-desenvolvimento e de inferiorização intelectual. Esse, a propósito, foi um dos fundamentos para a escravização negra. Ao serem trazidos em diáspora, esses indivíduos zoomorfizados perderam o direito à humanidade e, consequentemente, vínculos com a comunidade, família, religiosidade, cultura, identidade. Por essa razão, é importante ampliar o conceito de quilombo para além da fuga e ocupação de terras, abarcando as relações sociais de pertencimento:

Escravizados, revoltados, organizaram-se para fugir das senzalas e das plantações e ocuparam partes de territórios brasileiros não-povoados, geralmente de acesso difícil. Imitando o modelo africano, eles transformaram esses territórios em espécie de campos de iniciação à resistência, campos esses abertos a todos os oprimidos da sociedade (negros, índios e brancos), prefigurando um modelo de democracia plurirracial que o Brasil ainda está a buscar (MUNANGA, 1996, p.63).

A historiadora Beatriz Nascimento, pesquisadora da origem dos quilombos, afirma que a primeira referência aos quilombos como instituições nos períodos colonial e imperial brasileiro aconteceu por volta de 1559, porém apenas em 1740 é reconhecido

²⁸ Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm >. Acesso em: 12 mai. 2020.

²⁹ A palavra quilombo tem origem etimológica na língua africana bantu, como derivação de *kilombo* (MUNANGA, 1996).

pelas autoridades portuguesas (2008, p.78). Dos quilombos brasileiros mais conhecidos, é possível citar o dos Palmares, localizado no estado de Alagoas; e o do Piolho, no Mato Grosso do Sul.

As reflexões de B. Nascimento (2008) também abordam que as instituições quilombolas se reinventavam de acordo com alguns fatores, tais como o período histórico, a diversidade étnica, o espaço geográfico ocupado e a repressão do Estado. Para Carneiro (2001, p.16), o modo de vida nos quilombos era harmônico e fraterno, pois “os quilombolas viviam em paz, numa espécie de fraternidade racial. Havia, nos quilombos, uma população heterogênea, de que participavam em maioria os negros, mas que contava também mulatos e índios”. Esses modos de sobrevivência marcaram os três séculos de escravização. Após a abolição, em 1888, as comunidades quilombolas se mantiveram e seguiram sobrevivendo da agricultura.

Entre as definições de quilombo encontradas no trabalho de pesquisadores que estudaram a importância histórica desses espaços para a formação social do Brasil, selecionamos aquelas que consideramos basilares para o entendimento da ideia de aquilombamento. São elas:

Quadro 8 – Conceitos de quilombo

CONCEITO	AUTORIA	LIVRO
O quilombo foi, portanto, um acontecimento singular na vida nacional, seja qual for o ângulo por que o encaremos. Como forma de luta contra a escravidão, como estabelecimento humano, como organização social, como reafirmação dos valores das culturas africanas, sob todos estes aspectos o quilombo revela-se como um fato novo, único, peculiar, - uma síntese dialética. Movimento contra o estilo de vida que os brancos lhe queriam impor (...) (CARNEIRO, 1947, p.24).	Edison Carneiro	<i>Quilombo de Palmares</i>
O quilombo brasileiro é, sem dúvida, uma cópia do quilombo africano reconstruído pelos escravizados para se opor a uma estrutura escravocrata, pela implantação de uma outra estrutura política na qual se encontraram todos os oprimidos (...) eles transformaram esses territórios em espécie de campos de iniciação à resistência, campos esses abertos a todos os oprimidos da sociedade: negros, índios e brancos (MUNANGA, 2001, p.32).	Kabengele Munanga	Artigo: “Origem e histórico dos quilombos em África”, publicado no livro <i>Os quilombos na dinâmica social do Brasil</i> (Clóvis Moura)
De modo geral, definem-se os quilombos como se em todo o tempo de sua história fossem aldeias do tipo que existia na África, onde os negros se refugiavam para “curtir o seu banzo”. No período colonial, o quilombo se caracterizou pela formação de grandes Estados (NASCIMENTO, 2008, p.80).	Beatriz Nascimento	Artigo: “O conceito de quilombo e a resistência afro-brasileira”, publicado no livro <i>Cultura em movimento</i> (Elisa Larkin Nascimento)
O quilombo é um avanço, é produzir ou reproduzir um momento de paz. Quilombo é um guerreiro quando precisa ser um guerreiro. E também é o recuo quando a luta não é necessária. É uma sapiênci, uma sabedoria. A continuidade de vida, o ato de criar um momento feliz, mesmo quando o inimigo é poderoso, e mesmo quando ele quer matar você. A resistência. Uma possibilidade nos dias de destruição. (B. NASCIMENTO, 2018, p.07).	Beatriz Nascimento	Quilombola e intelectual: possibilidade nos dias de destruição
Quilombo era “toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem se	Clóvis Moura	<i>Quilombos e a rebelião negra</i>

achem pilões neles", segundo resposta do Rei de Portugal a consulta do Conselho Ultramarino datada de 2 de dezembro de 1740 (MOURA, 2020b, p. 16).		
Quilombo não significa escravo fugido. Quilombo quer dizer reunião fraterna e livre, solidariedade, convivência, comunhão existencial (NASCIMENTO, 2019, p.289-290).	Abdias Nascimento	<i>O quilombismo</i>

Fonte: autoria própria com base nos autores e autoras citados(as).

Levando em consideração essas definições, vemos que o quilombo é uma das heranças que os africanos escravizados deixaram para os afrobrasileiros. E não apenas como território físico, mas também como simbologia, ideia, inspiração e sistema de valores combinados para a resistência e formação de uma identidade étnica. Essa identidade, no entanto, é permeada por traços de colonialidade que seguem inferiorizando os corpos negros.

Esse modo de vida e resistência ameaçava a hegemonia branca, pois embora a dominação simbólica e física estivesse a seu favor, as elites de poder reconheciam a força imperativa que africanos e afro-brasileiros potencialmente tinham. Os quilombos sofreram massacres e tentativas de destruição ao longo de sua existência, pois "uma possível tomada do poder pelos negros foi sempre um pesadelo perturbando o sono tranquilo das classes dominantes e governantes do país durante todo o decorrer da história" (A. NASCIMENTO, 2019, p.43). Clóvis Moura (2019, p.83) nos explica que quaisquer formas de manifestação dos negros, incluindo a religiosa, eram vistas pelos senhores como um instrumento de resistência ideológica ao sistema e, por essa razão, deveriam ser combatidas.

Em 1947, Edison Carneiro escreveu a obra *Quilombo dos Palmares*. Em suas análises, apontou que os "ajuntamentos de escravos" não tinham intenção agressiva. O objetivo era a manutenção das próprias vidas. Segundo Carneiro (1947, p.18-19), os quilombolas viviam em "fraternidade racial" e esses espaços, apesar de compostos em maioria por negros, eram heterogêneros e abrigavam também mestiços e indígenas. Nos quilombos havia a prática da policultura, diferentemente da monocultura vigente na colônia, e as produções eram permutadas entre negros, brancos e indígenas (A.

NASCIMENTO, 2019, p. 69). Esse é mais um ponto que demonstra a potência de comunhão dos quilombos, que reproduziam a lógica africana do comunitarismo.

Em *O quilombismo*, Abdias Nascimento (2019, p. 82) questiona: “quem nega que a aristocracia colonial portuguesa e todo o grupo colonizador do Brasil foram incondicionalmente racistas e trataram os africanos escravizados como se destituídos fossem de qualquer humanidade?”. O privilégio da construção de narrativas históricas pertenceu – e ainda pertence – à hegemonia branca. Foram os intelectuais brancos das classes dominantes que articularam a ideia de uma relação racial harmônica no Brasil. Todavia, o combate à supremacia eurocêntrica sempre foi uma necessidade de pessoas negras ao longo dos séculos. Os quilombos abriram fissura no abissal de desigualdades fundadas nas hierarquias de raça no Brasil, espelhando o surgimento de outros combates à colonialidade.

O quilombo deixou de ser apenas uma instituição do passado e se tornou um pleito para o presente e o futuro. A necessidade de reconhecimento e de construção dos próprios espaços vivenciais resistiram ao longo do tempo e mostram que a história brasileira é “feita por mãos negras” (B. NASCIMENTO, 2021).

Levando esses fatos históricos em consideração, percebemos que a agregação do povo negro é uma necessidade secular. De espaços físicos, os quilombos tornaram-se um modo de vida nutrido da busca pela liberdade, partilha e comunhão entre grupos sociais marginalizados. Na contemporaneidade, novas formas de resistir são necessárias aos povos negros, todas tendo a resistência como eixo central. Na gramática do tempo, quilombo tornou-se verbo.

5.2 O que é aquilombamento

“É tempo de formar novos quilombos em qualquer lugar que estejamos. E que venham os dias futuros. [...] A mística quilombola persiste afirmando: a liberdade é uma luta constante”. Com esses versos, a escritora negra Conceição Evaristo saudou o ano de 2020, em artigo publicado no jornal O Globo³⁰. Costurando passado e futuro, Evaristo

³⁰ Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/cultura/em-textos-ineditos-escritores-expressam-desejos-para-2020-1-24165702>>. Acesso em: 06 mai. 2020.

nos lembra da importância histórica que a união do povo negro representa, independentemente do espaço-tempo que ocupamos.

De tão significativos para a história do Brasil, os quilombos se transformaram em verbo: aquilombar é o ato de se unir para existir não só fisicamente, mas nas demais dimensões do humano. É (re)educar, dialogar, compartilhar, enfrentar, co-construir. É o corpo individual que se transforma em experiência coletiva de luta, resistência e partilha.

Aquilombar é um modo de comunicação. É permitir-se rodopiar na dinâmica circular da decolonialidade. É conectar-se em rede.

Se, em 1580, Zumbi dos Palmares organizou o povo negro em territórios livres; se nas décadas de 1970 e 1980, o Movimento Negro Unificado (MNU) reuniu militantes em favor da igualdade racial, democrática e de direitos; na contemporaneidade, o aquilombamento precisa seguir como estratégia de sobrevivência do povo negro diante de uma sociedade estruturalmente racista. O aquilombamento é um movimento de luta e resistência do povo negro africano em território brasileiro. A primeira pensadora a abordar os quilombos como ação foi Beatriz Nascimento. Para ela, são brechas no sistema colonial elaboradas pelos negros e representam “um instrumento vigoroso no processo de reconhecimento da identidade negra brasileira para uma maior autoafirmação ética e nacional” (B. NASCIMENTO, 2008, p.91).

Um exemplo recente e dramático: em meio à crise provocada pela pandemia da Covid-19, que atinge o Brasil desde fevereiro de 2020, dados epidemiológicos da prefeitura de São Paulo constataram que o risco de morte de negros, pela doença, é 62% maior em relação aos brancos³¹. A justificativa não está na natureza do vírus, mas na desigualdade social. Sabe-se que falta de saneamento básico, desemprego, dificuldade de acesso à assistência médica e moradia precária aumentam as chances de adoecimento e morte. O extermínio do povo negro por meio da degradação das suas moradias e baixas condições de saúde é historicamente posto (A. NASCIMENTO, 1978). Por essa razão, o resgate histórico das ações de aquilombamento é fundamental para a resistência negra.

³¹ Disponível em: <<https://saude.estadao.com.br/noticias/geral,em-sp-risco-de-morte-de-negros-por-covid-19-e-62-maior-em-relacao-aos-brancos,70003291431>>. Acesso em: 06 mai. 2020.

Ainda nesse contexto, nos primeiros meses da pandemia, um escritório de advocacia gerenciado por profissionais negros decidiu oferecer orientação virtual gratuita para pessoas negras e periféricas³². Um projeto independente monitora os casos de Covid-19 nas favelas do Rio de Janeiro para pressionar o poder público a realizar testagem em massa³³. Nas redes sociais da internet, pessoas negras evocam outras para a união em “tempos de fim do mundo”³⁴. Conceição Evaristo está certa: aquilombar-se é uma necessidade atemporal. É uma forma de vida que agrega a reconexão com a ancestralidade e o desenvolvimento de ambiências interacionais que propiciem a existência dessas pessoas autonomamente. Aquilombamento é uma ação frente a uma sociedade racista.

Do período pós-abolição até os dias de hoje, a retórica dos quilombos direciona a resistência negra onde quer que aconteça. Esses símbolos da busca pela liberdade foram sementes para árvores frondosas vindouras – como as mídias negras. A identidade brasileira estaria marcada definitivamente pela presença africana em todas as suas manifestações. De quilombo para aquilombar: da palavra se fez o ato.

Alguns autores apontam esse movimento como fundamental para a simbologia da história negra. Beatriz Nascimento (2008, p.87) apresenta os quilombos enquanto símbolos de uma utopia, assumindo forte papel ideológico a partir do fim do século XIX. O aquilombamento passou a ser uma fissura na colonialidade, mostrando que onde há povo negro, há proposição de outros caminhos e matrizes de imaginário.

Sendo aquilombamento uma coletividade em movimento, diversos grupos de pessoas negras têm feito esse exercício de reafirmação, co-construção, partilha da experiência afrodiáspórica e um “tornar-se” que é muito de si e também muito de todos, pois:

“O termo ‘aquilombar-se’ vem a cada dia tornando-se mais popular em movimentos de resistência ativista da cultura negra brasileira. Para esses grupos, o quilombo parte de uma importante prática ancestral coletiva que possibilitou a sobrevivência da identidade e culturas negras (MEIRINHO, 2021, p.164).

³² Disponível em: <<https://www.almapreta.com/editorias/realidade/advogados-negros-orientam-gratuitamente-vitimas-de-racismo-na-pandemia>>. Acesso em: 06 mai. 2020.

³³ Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/04/22/voz-das-comunidades-faz-monitoramento-independente-do-coronavirus-em-favelas-do-rio.ghtml>>. Acesso em: 06 mai. 2020.

³⁴ Disponível em: <https://revistaafirmativa.com.br/cronica-poetica-aquilombar-em-tempo-de-fim-do-mundo>. Acesso em: 06 mai. 2020.

Aquilombar é a ação coletiva negra que ultrapassa a barreira do tempo. Beatriz e Abdias Nascimento também abordam o aquilombamento como movimento de emancipação e inspiração para pessoas negras ao longo do tempo, embora não usem esse termo. A proposta teórica do “quilombismo” faz menção à necessidade política de os negros resgatarem sua memória agredida sistematicamente pela hegemonia social, tendo nos quilombos um foco de resistência cultural e libertária (A. NASCIMENTO, 2019, p. 281). Aquilombamento e quilombismo não são sinônimos, visto que o segundo conceito carrega um modelo mais amplo de organização de afrobrasileiros, mas ambos os termos caminham na mesma direção.

Em seus estudos sobre o Quilombo dos Palmares, Edison Carneiro (1947, p.24) afirma que esse modo de organização não era apenas um ambiente, mas um movimento contra o modo de vida imposto pelos brancos colonizadores. O autor usa o termo “aquilombados” (CARNEIRO, 1947, p.22), indicando que deixam de ser apenas um lugar e passam a ser uma ação.

A objetificação de corpos negros tem sido uma máxima instrumentalizada pelo racismo estrutural e revela os rastros do eurocentrismo. Pelo viés interseccional, a ideia de imagens de controle serve ao cisheteropatriarcado, à sociedade de classes e ao sistema racista que insistem em estabelecer padrões subalternizados para, principalmente, pessoas negras (COLLINS, 2019). Mecanismos ideológicos que têm espaço na mídia hegemônica legitimam a exploração não apenas dos corpos, mas de performatividades, ideias e modos de vida de pessoas racializadas.

É preciso sistematizar contranarrativas e outras matrizes imagéticas que se sobreponham àquelas instauradas pela colonialidade, pois a (re)constituição do mundo só vai acontecer na disputa daquilo que se põe no mundo através da fala (BORGES, 2020). Na *práxis* comunicativa, as linguagens possíveis são múltiplas. Texto, fotografia, vídeo, cinema, podcast, estéticas e poéticas, por exemplo, são apropriados por produtores de conteúdo e profissionais da área para flexionarem os discursos existentes sobre pretos e pardos. Transfere-se o centro produtivo, pois em vez de falarem sobre nós, somos nós falando de nós mesmos; e direciona-se a consciência histórico-identitária para reivindicar espaço e agenda.

Isso é possível porque entre o emaranhado de imagens e ideias que permeiam o universo discursivo das mídias negras têm a luta quilombola como matriz central de referência. Portanto, consideramos que a transformação dos quilombos em modo de ver e viver o mundo define o aquilombamento. Aquilombar-se é reconhecer-se, como defendemos anteriormente. A potência de pessoas negras unidas vem sendo demonstrada ao longo da história, salientando que a organização de povos que foram aqui escravizados também é um legado de cuidado mútuo e partilha. Aquilombar é ato político de negros africanos e afrobrasileiros inspirado na revolução dos quilombos e tendo como guia a liberdade, o respeito, a dignidade e a comunhão.

Sendo assim, o aquilombamento pode ser observado em todas as esferas sociais, visto que onde há povos negros, há fortalezas sendo edificadas. A partir dessa ideia, entendemos que as mídias negras também são campos de resistência e que o aquilombamento, no contexto da ambiência digital, também pode ser compreendido como prática virtualizada (SODRÉ, 2002).

5.3 O que é aquilombamento virtual midiático

“É na luta que a gente se encontra”, cantou a Estação Primeira de Mangueira no carnaval de 2019. O ritmo e a letra do samba enredo ecoaram pelo mundo, especialmente por meio das redes sociais digitais, replicando sua mensagem central: quem luta junto, luta melhor e chega mais longe. E a amplitude dessa repercussão está relacionada ao fato de que já não é possível escapar à presença das mídias, pois estão em nossa vida de forma ubíqua e fazem a informação circular em ritmos jamais pensado em tempos analógicos (SILVERSTONE, 2002).

Como mencionado anteriormente, no embate contra as lógicas de dominação das elites ao longo da história do Brasil, indivíduos e grupos negros encontraram nas múltiplas formas de comunicação – como é o caso da música, fotografia e poesia - ferramentas basilares para a luta antirracista. Essas insurgências acompanham o acelerado processo de transmutação das mídias, seja enquanto forma de conhecimento ou de prática social.

Assim como o acesso às plataformas digitais tem crescido no Brasil³⁵, principalmente por causa das tecnologias digitais e móveis, a exploração dos potenciais produtivos e disseminadores das redes sociais virtuais também se intensifica.

Esses espaços de invocação dos brasileiros descendentes de África parte de um objetivo comum, tendo as mídias como ferramentas de construção: o de serem sujeitos protagonistas da própria história e produtores das próprias narrativas. Neste contexto, além das manifestações artísticas que usam a comunicação como instrumento citadas no parágrafo anterior, chama atenção também um conjunto de experiências jornalísticas mantidas pelo povo negro no Brasil, cujo objetivo é visibilizar pautas voltadas para a questão racial. Essas narrativas estão organizadas no que conhecemos hoje como mídias negras, constituídas e operadas por grupos racializados que pensam, produzem e distribuem conteúdos em diversos formatos, interagindo com audiências interessadas nas temáticas abordadas.

Organizados por jornalistas, estudantes de jornalismo e outros atores sociais vinculados à comunicação social, esses coletivos são espaços onde causas e lutas do povo negro mobilizam as agendas (BENTES, 2015). Operam à revelia e muitas vezes em contraponto às corporações midiáticas, e por essa razão podem ser entendidos como contra-hegemônicos (VELOSO, 2014). São mídias marcadas pela multiplicidade de vozes, porque o povo negro é heterogêneo, diverso. Mesmo como experiências localizadas, servem para visibilizar o contexto comum da subjetividade coletiva, gerando produtos editoriais que circulam nos meios digitais buscando responder às demandas por informação, mas também por representatividade, desses grupos sociais.

Nesse caminho, nos deparamos com a citação: “Precisamos desse exemplo de união legado pela República de Palmares para superar e radicar o racismo e seus duplos”. As palavras de Munanga (1996, p.63) parecem o lema adequado para os

³⁵ Não é possível generalizar o aumento de acesso à internet. Segundo a pesquisa TIC Domicílios 2019, divulgada em 2020 pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil, por meio do Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br) do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br), a exclusão digital é mais intensificada na população negra e pobre. Esses grupos acessam a rede, em maioria (65% e 85%, respectivamente) através de smartphones, em comparação com 51% da população branca. Isso demonstra a precarização da realização de atividades escolares e de trabalho. Sendo assim, embora seja possível observar um aumento do acesso à internet pela população brasileira (são 134 milhões de pessoas conectadas), um número significativo (47 milhões) segue desconectada. Disponível em: <<https://forbes.com.br/forbes-tech/2020/05/negros-e-pobres-sofrem-com-exclusao-digital-durante-a-pandemia/>>. Acesso em: 20 fev. 2021.

objetivos aos quais as mídias negras se propõem. Nessas mídias, os sujeitos são parte das processualidades. Não apenas constroem os discursos disseminados pelos meios, como também inserem nessas narrativas suas subjetividades socioculturais e históricas. Faz-se necessário, por conseguinte, desenvolver uma ferramenta metodológico-interpretativa que se distancie das construções acadêmicas coloniais e possibilite o entendimento dos mecanismos que movem esse fenômeno.

Por se tratarem de experiências midiáticas desenvolvidas e dirigidas ao povo negro, interpretá-las à luz do instrumental metodológico tradicional embute o elevado risco de se produzir análises afetadas pela perspectiva colonial³⁶. Acreditamos, portanto, que o mais adequado é fazê-lo por meio de uma articulação que contemple a *práxis* sociocultural do movimento negro, então propomos o **aquilombamento virtual midiático** como chave teórico-metodológica para o estudo das mídias negras.

O objetivo da nossa proposta, inspirada em especial pelas leituras de Beatriz Nascimento e Abdias Nascimento em seus diversos textos que abordam a questão histórica do negro no Brasil, é considerar a continuidade dos quilombos hoje em outros modos sociais de organização. Na atualidade, os quilombos representam um universo simbólico que mobiliza ideologicamente pessoas negras no sentido de uma afirmação racial e cultural (B. NASCIMENTO, 2021, p.109). Como mencionamos ao longo deste texto, os quilombos resistem não mais como ambiente, mas como ideologia e resistência organizada que correm o tempo tomando diferentes formas. Acreditamos que as mídias negras são exemplos disso, pois encontram na potência simbólica quilombola um modo de ocuparem o mundo.

Aqui não temos a pretensão de lançar uma metodologia fechada que se equipare aos métodos tradicionais de observação e análise. Para cumprir esse papel, tivemos auxílio de técnicas metodológicas já em circulação, como a observação não-participante em contexto digital, entrevista, pesquisa bibliográfica e análise documental. Visamos, na verdade, apresentar um modo de olhar para um fenômeno que se desenvolve nas lógicas racializadas e emancipatórias do povo negro, pois fazê-lo sob as lentes do eurocentrismo – como a cartografia inicialmente escolhida para a abordagem metodológica desta

³⁶ Em um contexto social estruturalmente racista e forjado em bases eurocêntricas/ocidentais, nada está completamente livre da colonialidade. Nossa objetivo é o afastamento consciente, mas estamos cientes de que não somos imunes às lógicas hegemônicas impregnadas no fazer científico.

investigação – pode não revelar todas as potencialidades analíticas possíveis. Entendemos as mídias negras como parte do movimento negro, por isso pretendemos adaptar a arquitetura ideológica científica, tantas vezes eurocêntrica e epistemicida, a essas necessidades.

Sugerimos o aquilombamento virtual midiático como perspectiva metodológica baseada no método histórico-descritivo que possibilite aos sujeitos negros a produção de narrativas não-subalternizantes sobre o seu povo. A essa demanda estão associados o fortalecimento da luta antirracista; o empoderamento econômico, social e cultural do povo negro; a justiça cognitiva para as epistemologias negras, e igualdade de direitos à existência plena por meio do estabelecimento e/ou valorização de políticas públicas. Se o aquilombamento também é um modo de ser/existir, entendemos o aquilombamento virtual midiático como um modo de conhecer/perceber.

Para elaborar essa proposta, partimos de três referências conceituais e três referências metodológicas. As conceituais são:

1) ***Bios virtual***: o conceito de Muniz Sodré (2002) se refere a uma nova esfera existencial formada pela sociedade contemporânea que caminha no solo informacional, em especial a partir da comunicação eletrônica. Sodré parte do pressuposto aristotélico sobre três esferas (política, dos prazeres e do conhecimento) para defender a existência de um quarto *bios*, o midiático ou virtual, marcado por recursos tecnológicos.

2) **Quilombismo**: a proposta de Abdias Nascimento (2019), ideia edificadora de um futuro melhor para o povo africano em diáspora, nasce da organização coletiva, solidariedade e reinvenção. Trata-se de uma formulação política orientada por uma lógica pan-africanista que insere a cosmovisão africana como guia social rumo à emancipação. Para A. Nascimento (2019, p.291), o fundamento ético do quilombismo é: “Assegurar a condição humana do povo afro-brasileiro, há tantos séculos tratado e definido de forma humilhante e opressiva”.

3) **Quilombos**: Beatriz Nascimento (2008) reflete sobre o quilombo como instituição genuinamente revolucionária na história das grandes migrações humanas. De acordo com a pesquisadora, quilombos eram espaços de resistência que serviam de fortaleza para os povos negros escravizados resistirem às investidas coloniais de exploração e violência, como foi o caso de Palmares, chefiado por Ganga Zumba (Zumbi

dos Palmares). No final do século XIX, passaram a representar um instrumento ideológico contra as diversas formas de opressão, ultrapassando a dimensão física e assumindo a simbologia da união para o fortalecimento dos negros.

Quanto às metodológicas, temos:

1) Transmetodologia: na busca por metodologias que fugissem dos enquadramentos da colonialidade, encontramos na transmetodologia uma abordagem que valoriza as múltiplas dimensões do pesquisador(a) na construção das investigações. A transmetodologia enxerga o fazer científico como uma artesania. Ou seja, não é possível trabalhar com fórmulas e resultados exatos, pois cada processo é único e reflexivo. Os pesquisadores são carregados de valores, vivências e experiências que afetam diretamente a realização de cada atividade, então é inevitável considerar que o trabalho científico também é humano e repleto de afetações. A capacidade de questionar, duvidar, contrapor, criar e rever é valorizada pela transmetodologia, visto que a ciência está sempre em movimento e é permitido nesse espaço ser tocado pela realidade oferecida pela pesquisa (ALMEIDA; MALDONADO, 2020). Nessa abordagem, busca-se:

Mais do que uma opção metodológica, a transmetodologia é uma postura epistêmica que exige compromisso para conseguir enxergar as multidimensionalidades. Trata-se de uma reflexão densa e profunda, que é construída, não está dada. Filiar-se a essa perspectiva é também refletir sobre si mesmo, sobre sua responsabilidade social e científica, é atentar para os diferentes contextos da produção acadêmica (ALMEIDA; MALDONADO, 2020, p.101).

A transmetodologia inspira nossa proposta por se propor a superar os modelos tecnicistas e se coloca como uma possibilidade de se observar "o papel central da comunicação na formação dos conflitos sociais e, mais ainda, na formação do campo simbólico nacional" (ALMEIDA, 2019, p.06). Aqui, buscaremos a centralidade da comunicação em formas contemporâneas de resistência negra para identificar suas características centrais.

As reflexões levantadas pela transmetodologia dialogam, em certo modo, com a abordagem decolonial e complexa quando coloca o(a) pesquisador(a) em um lugar de questionar o campo de ideias que nos é posto pela ciência eurocêntrica e ocidental. "A ciência precisa de desestabilizações para avançar e isso pede, inevitavelmente, desconfiança a respeito dos saberes que consideramos canônicos" (ALMEIDA;

MALDONADO, 2020, p.96).

Os passos dados são sempre desconfiados, reconhecendo que nenhum conhecimento é absoluto e que o arcabouço teórico é complexo demais para delimitar os chamados "objetos" de investigação. Aqui, nesta construção metodológica, evitamos a palavra "objeto" pela simples razão de que esse vocábulo reforça a objetificação sociohistórica pela qual a população negra passa. Quem contribui com a nossa pesquisa e os fenômenos para os quais olhamos são referenciais, sujeitos, agentes, interlocutores; enquanto as mídias negras são campo, espaço, ambiência, mas nada disso será tratado como mero objeto.

2) Afroperspectivismo: temos como inspiração metodológica a filosofia afroperspectivista, proposta do pesquisador e filósofo Renato Nogueira para releitura da história da filosofia fundamentada em uma abordagem filosófica pluralista que tem como base “repertórios africanos, afrodescendentes, indígenas e ameríndios” (NOGUERA, 2014, p.46). Da filosofia afroperspectivista tiraremos como contribuição central a “roda de filosofia” como método, que tem como inspiração nas rodas de samba, umbanda, candomblé e capoeira para pluralizar os pontos de vista de um debate intelectual e construir um produto coletivo.

No caso da roda de filosofia, as ideias são apresentadas pelas pessoas que integram a roda, e o embate intelectual segue como base para um texto coletivo. Cada pessoa apresenta o seu argumento dentro da roda e procura responder as contradições de modo resumido, conceitos ancorados em argumentos trabalhados numa métrica filosófica afroperspectivista. O texto coletivo é o resultado da roda (NOGUERA, 2014, p.50-51).

Assim como a roda de filosofia, o método que buscamos desenvolver é circular porque as ideias e conceitos trazidos para o centro das discussões dialogarão entre si, atravessados pela vivência da pesquisadora e dos demais colaboradores(as) da investigação, trazendo um texto coletivo escrito a muitas mãos e pensamentos.

3) Roleta interseccional: a proposta metodológica da roleta interseccional (CARRERA, 2020) propõe aprofundar o conceito de interseccionalidade (CRENSHAW, 1989) e articulá-lo às dinâmicas comunicacionais para "expor injustiças representacionais e discursivas, propondo ferramentas de equidade" (p.11). A roleta interseccional auxilia no questionamento do lugar da raça nas relações sociais, abordando não apenas um

contexto de representação e representatividade, mas também do peso político das escolhas, do lugar social ocupado comumente por pessoas negras e nas intenções das construções comunicativas. O objetivo central é:

Identificar as marcas, os rastros destas avenidas de opressão que se revelam nas interações cotidianas, na comunicação midiática e nas representações discursivas. É mostrar, também, como a comunicação se constrói também a partir destas estruturas interseccionais (CARRERA, 2020, p.11).

A pesquisadora entende que sujeitos subalternizados são atravessados por múltiplas opressões e usa a metáfora das cores para construir uma metodologia de análise que envolve elementos como: raça, peso, sexualidade, idade, gênero, classe, geolocalização e deficiência. A partir dessa proposição, entende-se que as pesquisas em Comunicação compõem um universo complexo e repleto de cruzamentos, por isso deve considerar esses marcadores tanto isoladamente quanto de maneira combinada. Ao girar a roleta, entrecruzam-se elementos sociais fundamentais às análises e evita-se que algum(s) deles seja negligenciado.

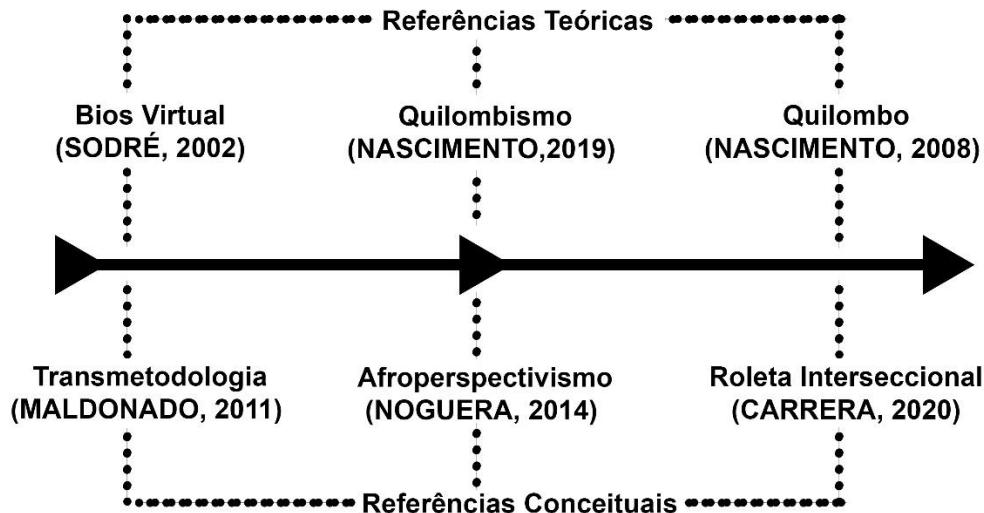
Nesta pesquisa, a roleta interseccional inspirou a elaboração de uma construção metodológica em uma dimensão circular, pois giramos a roleta e nos vimos em uma encruzilhada com vários marcadores de análise possível. No aquilombamento virtual midiático, decidimos manter o foco da vareta no elemento racial³⁷, visto que não analisaremos experiências jornalísticas a nível de discurso. Entretanto, o exercício de fazer a roleta girar nos mobilizou olhar para outras avenidas e ver que as mídias negras estão situadas em um caminho de múltiplos atravessamentos. Se a roleta interseccional "tem como objetivo fundamental expor injustiças" (CARRERA, 2020, p. 15), no aquilombamento virtual midiático faremos esse movimento para expor experiências, processos e construções feitas por pessoas negras que realizam esse processo de exposição das injustiças e sua ressignificação.

Dessa forma, a união dos dois grupos de referências: conceituais – *bios virtual*, quilombismo e a ideia de quilombo; e metodológicas – transmetodologia,

³⁷ Na abordagem da roleta interseccional, em cada giro a roleta ilumina um marcador que não se apaga para que, ao final das rodadas necessárias, tenhamos uma cor secundária formada pelo entrecruzamento de cada elemento. A opção por um giro que pare no centro de raça foi uma necessidade metodológica, mas as mídias negras atuam em frentes interseccionais e outros marcadores aparecerão em suas agendas.

afroperspectivismo e roleta interseccional – formam a espinha dorsal do aquilombamento virtual midiático, sintetizada na figura abaixo:

Figura 1 – Síntese de referências metodológicas e conceituais



Fonte: autoria própria

Este caminho metodológico também pode ser subdividido nestas quatro dimensões: *dimensão virtual*, nascida na virtualização da vida fundamentada pelo *bios* virtual; *dimensão política*, cuja raiz circunscreve o quilombismo; e *dimensão operativa*, que surge do modo de operação dos quilombos brasileiros.

Há, ainda, uma dimensão do aquilombamento virtual midiático que passa pelo acolhimento da ancestralidade a partir de uma escrita acadêmica livre no sentido da linguagem, com despreendimento às ideias de neutralidade e individualidade. Mais uma vez evocamos a sabedoria da escritora Conceição Evaristo, cuja escrita através de *um eu* se traduz em uma escrita *de nós*. A *dimensão das escrevivências* considera que o texto científico, em especial aquele que trata a respeito de questões raciais, também é lugar para o olhar coletivo.

Abaixo apresentamos essas dimensões sintetizadas em formato de figura:

Figura 2 – Síntese das dimensões do aquilombamento virtual midiático



Fonte: autoria própria

A intenção dessas perspectivas atravessadas é articular as ferramentas necessárias para um modo de olhar as mídias negras que tenha a matriz política dos quilombos como elemento central. Contudo, não basta unir esses preceitos teóricos e metodológicos para alcançarmos os objetivos da pesquisa. É preciso ligá-los pelo fio da tecnologia ancestral que negros em diáspora e afro-brasileiros nos deixaram para entender o mundo. O aquilombamento virtual midiático é um modo de olhar, uma chave interpretativa que tem como eixo principal a potência política dos quilombos e sua ação contemporânea.

A intenção da investigação no contexto do AVM é inverter o lugar que a colonialidade determina para a população negra brasileira através da comunicação. Exacerbados por lógicas racistas, protagonismo, silenciamento e violência (LORDE, 2020, p.), comunicadores negros se aquilombam para jogar ao mundo palavras que precisam ser ditas, contestar imaginários construídos ao longo do tempo (HALL, 1997) e trazer à tona a presença potente de um “corpo-quilombo, que rompe as barreiras dos

mundos habitáveis e arma contra os arquivos coloniais a partir de repertórios para novos mundos” (MEIRINHO, 2021, p.174).

Aquilombar-se é um instrumento eficaz para legitimar o direito à existência e fraternidade dos negros no Brasil. O aquilombamento virtual midiático, por sua vez, é uma ação que opera metodologicamente na *práxis* da união negra, quando os aparatos digitais e as linguagens de comunicação servem de instrumento logístico e orgânico para a mobilização.

Em suma, o aquilombamento virtual midiático é uma ferramenta que encontra suas origens na ancestralidade negra para se alinhar a contextos de comunicação em uma ótica teórica racializada e decolonial. Temos inspiração metodológica no deslocamento epistêmico da transmetodologia, no olhar afrocentrado da filosofia afroperspectivista e dos questionamentos relevantes da haste de raça da roleta interseccional. Tratando-se de um método quilombólico, tudo isso está unido por uma linha de continuidade histórica que enxerga nos quilombos um lugar atemporal, um modo de ser para pessoas negras que se estende ao longo do tempo e dos continentes e como um “projeto insurrecional” (A. NASCIMENTO, 2021, p.116) que tem uma nova dimensão histórica nestes tempos centralizada na comunicação digital.

O aquilombamento virtual midiático é modo de olhar os quilombos digitais comunicacionais formados hoje, comprometido com o antirracismo e com as múltiplas opressões que assolam o mundo, alicerçado no reconhecimento do valor do sentir e do viver como práticas metodológicas. Não é o único caminho, mas um caminho possível que enxergamos a partir das trocas com todos os referenciais de pesquisa mencionados até aqui e com o trabalho das mídias negras brasileiras que trazem o mesmo eco dos quilombos históricos.

5.3.1 Desenho metodológico do aquilombamento virtual midiático

À medida em que estendíamos o olhar para o estudo teórico dos quilombos e para a prática jornalística das mídias negras, ficava mais nítida necessidade de explorar outros caminhos para entender nosso referencial de pesquisa. As técnicas escolhidas, como observação sistemática, pesquisa bibliográfica e entrevistas, foram fundamentais para o

desenho analítico. No entanto, considerando que pesquisar é explorar percursos e buscar trajetórias enquanto se caminha, a interação com o campo revelou que o caminho para (re)conhecer as mídias negras é um método quilombólico. Ou seja, a trajetória metodológica por esse caminho nos leva a espreitar, planejar, entender que nenhum conhecimento está dado, mas que é construído pelo olhar do pesquisador e das nuances dos referenciais de pesquisa. O aquilombamento virtual midiático é o movimento que une, dialoga, resgata, vislumbra possibilidades e encontra na circularidade da comunicação um caminho para a (re)existência de pessoas negras no contexto sociocultural.

Para Maldonado (2008), em construções acadêmicas devemos pensar o método e a teoria em ligação mútua, pois diversos aspectos tornam os campos de pesquisa distintos e exigem que métodos não funcionem como "caixinhas" pré-estabelecidas. Assim, ter um olhar aquilombado para as mídias negras estimula a experimentação e o questionamento, pois as estruturas física e não-geográfica dos quilombos se opunham à dominação, à estrutura sociopolítica e a proposição de novos modelos de sociedade (MUNANGA, 1996; BIRMIGHAM, 1974; MOURA, 2020a).

Conforme entendemos e pensamos as mídias negras, vemos que o aquilombamento virtual midiático se constitui em sua própria prática, pois é uma ferramenta pensada a partir da ancestralidade e simbologia negra de nossa história. Os povos negros têm o enfrentamento como modo de vida desde que foram trazidos em diáspora. Não é mais necessário explorar as matas e buscar refúgio em terras distantes, mas é preciso criar caminhos que se distanciem do racismo estrutural e de todas as opressões que se ligam a ele. No ambiente virtual, o aquilombamento representa uma organização sociocultural e política, uma alternativa, uma fuga ao neoliberalismo que fragmenta e uma necessidade de colocar a própria voz em eco.

O principal modo de se desenhar o aquilombamento virtual midiático é na própria imagem das mídias negras que apresentaremos no próximo capítulo. No entanto, três rotas são fundamentais para ampliarmos espaço nessas clareiras: Sankofa, a prática das escrevivências e o balaio de vozes. Acreditamos que o aquilombamento virtual midiático e todas as suas rotas são uma das possibilidades infinitas existentes na constelação de saberes que habitam o mundo.

Primeira rota: movimento do Sankofa

Ao nos depararmos com essa encruzilhada no caminho, precisamos escolher uma direção. Seguramos a bússola, apontada sempre para o norte, mas foi no sul que encontramos um curso possível. Optamos por fazer o movimento do Sankofa, simbologia africana que representa um pássaro mítico. O termo Sankofa é composto por “san”, que significa retornar, “ko”, cujo significado é ir, e “fa”, entendido como procurar, buscar. Sankofa significa “volte e pegue no passado aquilo que você esqueceu”. Perceba: aquilo que **esqueceu**, e não aquilo que **perdeu**. Ao contrário do que a colonialidade nos fez acreditar, nossas raízes não se perderam quando nos rastros de sangue pelo Atlântico. Foram arrancadas e semeadas em solo pindorâmico. Brotaram em dor e multiplicaram na resistência. Esse olhar para o passado busca encontrar aquilo que já está em nós, mas que por alguma razão (como pela colonização de nossas mentes) caiu no esquecimento. O pássaro voa para frente, mas sem deixar de olhar para trás. Foi assim que escolhemos seguir daqui em diante.

Figura 3 – Simbolização do pássaro mítico Sankofa



Fonte: Itaú Cultural³⁸

Atores sociais afrodiáspóricos têm reivindicado o direito à fala ao longo da história,

³⁸ Disponível em: <<https://www.itaucultural.org.br/ocupacao/abdias-nascimento/sankofa/>>. Acesso em: 17 fev. 2021.

mas é na atualidade que vemos dispositivos digitais, móveis e conectados à internet facilitarem, mesmo que minimamente, esse projeto de não-silenciamento iniciado pelo ativismo negro durante a década de 1970. As diferentes formas de comunicação têm papel central nesse processo, pois podem operar como ferramentas de resistência diante das estruturas sociais de opressão. Papéis pré-fixados a nós têm sido motivo de questionamento para dar lugar a uma multiplicidade característica dos povos negros, sem que para isso seja preciso perder o sentimento de unidade entre os povos afrodiáspóricos.

A paisagem midiática composta pelas mídias negras tem proporcionado novos enlaces e dimensões operativas que recompõem a essência libertadora de uma expressividade devastada por séculos de subalternização e silenciamento. A norma masculina, eurocêntrica e capitalista atribui às pessoas negras, em especial às mulheres, um lugar de objetificação e alteridade. Olhar para esse contexto significa reconhecer uma emergência de vozes que colocam o antirracismo como centralidade do fazer comunicativo.

Dividimos nosso eixo metodológico de acordo com as especificações da metodologia de Marconi e Lakatos (2003): método de abordagem, de procedimento e as técnicas de coleta de dados. Para este trabalho, o *método de abordagem* está na sociologia da comunicação, pois centra-se na relação entre as experiências do mundo e os meios de comunicação, com foco na interpretação, impactos e compreensão de suas práticas sociais. A abordagem se apoia no método hipotético-dedutivo, pois além de partirmos de uma situação geral para a particular, este trabalho de pesquisa “se inicia pela percepção de uma lacuna nos conhecimentos”.

Além disso, esta pesquisa tem sido classificada como qualitativa, pois “a informação coletada pelo pesquisador não é expressa em números, ou então os números e as conclusões neles baseadas representam um papel menor na análise” (DALFOVO; LANA; SILVEIRA, 2008, p. 09).

Perante um projeto de pesquisa que visa compreender uma realidade empírica, mesmo em redes digitais, se faz necessária, como passo inicial, uma pesquisa exploratória para auxiliar a construção do delineamento da pesquisa. Sobre isso, Bonin (2012, p. 12) diz: “No amadurecimento de um projeto investigativo, a pesquisa

exploratória é uma prática metodológica relevante, pois possibilita uma aproximação ao fenômeno concreto a ser investigado com o intuito de perceber seus contornos, suas singularidades". O *método de procedimento* é histórico-monográfico, com a construção do mapa da mídia negra no Brasil por meio do procedimento teórico-metodológico principal da pesquisa quilombólica.

Nesse processo, a pesquisa bibliográfica acompanha todo o percurso de investigação, do início à conclusão que ainda virá. Inicialmente, foi elaborado um quadro bibliográfico envolvendo os macro e micro conceitos significativos para a construção teórica da tese.

Ampliamos o olhar para uma produção acadêmica feita, em maioria, por pessoas negras, indígenas e LGBTQIAP+. Ver através dessas lentes propicia um olhar enriquecido pela ancestralidade, cultura, história e memória. Kilomba (2019, p.50) nos estimula a questionar a ligação entre ciência, erudição, conhecimento e autoridade racial. Isso porque o eurocentrismo limita o olhar sobre o saber a matrizes não-racializadas, estipulando os escritos científicos produzidos no eixo europeu como totalitários e universais.

(...) O centro acadêmico, não é um local neutro. Ele é um espaço branco onde o privilégio de fala tem sido negado para as pessoas negras. Historicamente, esse é um espaço onde temos estado sem voz e onde acadêmicas/os brancas/os têm desenvolvido discursos teóricos que formalmente nos construíram como a/o "Outras/os" inferior, colocando africanas/os em subordinação absoluta ao sujeito branco (KILOMBA, 2019, p.50).

Grada Kilomba também nos faz refletir sobre essa lógica que transforma a academia não apenas em um lugar de produção de saber, mas também como espaço de violência (2019, p.51). Portanto, nosso exercício caminha no sentido de romper com as múltiplas violências sofridas por pessoas negras no âmbito acadêmico, seja nas escolhas teóricas para referencial bibliográfico, mas também com a presença de nossos corpos racializados insurgentes contra a opressão de raça e gênero na universidade.

Segunda rota: escrevivências como (re)conhecimento

"Escrever é uma maneira de sangrar. Acrescento: e de muito sangrar, muito e muito...". (EVARISTO, 2016). Este é um texto que sangra. Quando a dor se transforma

em indignação, vê-se a luta de quem precisa resistir para existir. Quando ela se encosta à nossa vida, é possível deixá-la doer enquanto ajudamos a mover estruturas.

Para pessoas negras, a dor é uma constante. E para mim também foi. Talvez não a mesma dor que meus ancestrais sentiram quando o chicote lhes roubava a carne e o sangue. Talvez não a mesma dor que a minha avó materna, mulher negra, sentiu quando foi empregada doméstica para sobreviver. Pode não ser a mesma dor que ela teve nos dedos ao ser costureira de fábrica para criar os filhos. Ou que meu avô, homem negro, sentiu ao vir de Garanhuns (PE) para poder viver. Não é a dor que ele sentiu trabalhando pesado na fazenda, mesmo sendo homem “livre”. É a dor do racismo estrutural, que rouba humanidades, forças e sonhos.

Na universidade, uma das dores que pessoas negras podem sentir é o apagamento. Falar de metodologia na construção deste trabalho é recordar uma trajetória de violência simbólica, em que tentei ser reduzida a serviços ligados aos que minha avó fazia, como doméstica; a ouvir que sou “acorrentada pelo pé à mesa” de um professor, me levando a um *status* de objeto e propriedade dele que dolorosamente rememora os tempos da escravização; a ser escritora fantasma para retroalimentar o ego da branquitude; a ser subalternizada diante de um espaço que não foi pensado para pessoas como eu.

“Os sonhos são apenas para doutores”, ouvi alguém, em situação hierárquica de poder, dizer a uma amiga que é pesquisadora indígena. “Você é fraca demais para a área acadêmica”, escutei também. “Sua escrita é muito militante; isso não é uma tese”, escutamos nós duas. Por um momento, isso nos fez sentir em uma queda do céu sem paraquedas. A nós, a essa pessoa, e a outras pessoas que pensam assim, dedicamos a leitura de Ailton Krenak, que nos conta:

De que lugar se projetam os paraquedas? Do lugar onde são possíveis as visões e o sonho. Um outro lugar que a gente pode habitar além dessa terra dura: o lugar do sonho. Não o sonho comumente referenciado de quando se está cochilando ou que a gente banaliza “estou sonhando com o meu próximo emprego, com o próximo carro”, mas é uma experiência transcendente na qual o casulo do humano implode, se abrindo para outras visões da vida não limitada. Talvez seja outra palavra para o que costumamos chamar de natureza. Não é nomeada porque só conseguimos nomear o que experimentamos. O sonho como experiência de pessoas iniciadas numa tradição para sonhar (KRENAK, 2019, p.66).

Falar de metodologia no contexto desta pesquisa é, nas palavras de Fanon (2008), compartilhar uma experiência subjetiva. É invocar o significado literal da palavra para falar de trajeto. Cientificamente, a definição da metodologia de pesquisa em um trabalho acadêmico é fundamental para que sejam sistematizados os passos de investigação. Logo, é importante destacar que a nossa proposta metodológica tem como objetivo central proporcionar maior visibilidade às dinâmicas de insurgência com foco em negritude e raça, de modo que as experiências plurais que compõe o mundo não sejam desperdiçadas (SANTOS, 2007).

Para escrever um texto, mesmo o acadêmico (com suas normatividades e exigências), precisamos fazer escolhas. A seleção das palavras usadas para a transmissão de uma ideia pode afetar diretamente o modo como serão recebidas e interpretadas. Quando guiada pela via das escrevivências, a escrita acadêmica apreende o mundo através de um olhar plural, que embora ganhe corpo através da singularidade de cada pesquisadora e pesquisador, reverbera vivências, sensações e apreciações de uma multiplicidade. A respeito da escolha de palavras, Conceição Evaristo (2020, p.37) diz: “Vou ao dicionário, sim, para acordá-las e levá-las para se movimentarem no texto. E quando não as tenho disponíveis, invento, aglutino umas às outras”. Ela continua:

E o que seria escrever nesse mundo? O que escrever, como escrever, para que e para quem escrever? Escrevivência, antes de qualquer domínio, é interrogação. É uma busca por se inserir no mundo com as nossas histórias, com as nossas vidas, que o mundo desconsidera. Escrevivência não está para a abstração do mundo, e sim para a existência, para o mundo-vida. Um mundo que busco apreender, para que eu possa, nele, me autoinscrever, mas, com a justa compreensão de que a letra não é só minha (EVARISTO, 2020, p.35)

O conceito de escrevivência nasce no berço da literatura. As personagens construídas nessa base têm uma singularidade que reflete as vidas de muitas outras mundo afora. Há pouco falei que o aquilombamento virtual midiático surge da essência de comunhão dos quilombos e extrapolam quaisquer limites concretos. O processo criativo para a escrita da tese que estamos construindo não permite desconsiderar o fato de que sou uma mulher, negra e nordestina que carrega as marcas de todos esses atravessamentos. Essa também é uma forma de aquilombar e resistir.

É importante dizer que a escrita pelas escrevivências não deve ser uma ação narcisista, e sim uma escrita de ressonância, pois o eco pela liberdade não pode

encontrar barreira nas burocracias normativas. Aquilombaremos nossas consciências em uma escrita que dá as mãos ao “nós” e apreende o mundo em uma postura explicitamente política.

Um dos passos importantes desta pesquisa envolveu acolher a dimensão do sentir e do viver na escrita do texto científico. Não apenas as minhas vivências particulares, mas a situação de mulheres negras que ocupam o espaço acadêmico e perpassam por situações de apagamento. Não temos como objetivo a ruptura completa com padrões normativos acadêmicos, porém seguiremos o ponto de vista de Kilomba para nos inserirmos no processo de escrita e questionar “como eu, uma *mulher negra*, posso produzir conhecimento em uma arena que constrói, de modo sistemático, os discursos de intelectuais negras/os como menos válidos” (2019, p.54). Não é possível reduzir experiências de pessoas negras a uma “neutralidade” que mais parece mitológica, mas também é importante considerar que a escrita de si não se trata de um posicionamento egocêntrico, e sim uma postura política.

Escrever sobre o próprio corpo e explorar os significados do corpo pode, obviamente, ser visto como um ato de narcisismo ou de essencialismo, escreve Felly Nkweto Simmonds. Ela conclui, contudo, que essa é uma estratégia importante usada por mulheres africanas e afrodiáspóricas para desconstruir sua posição dentro da academia (KILOMBA, 2019, p.63).

Particularmente, ao escrever a respeito de minhas experiências, tentei assumir uma postura mais coletiva do que individual, mesmo que em algumas passagens tenha falado de um lugar pessoal. Para mulheres negras, há uma batalha contra as vozes da colonialidade que insistem em nos dizer que não somos suficientes para este espaço e que nossas impressões pessoais não importam. A rota das escrevivências acontece aqui, do nosso espaço de pesquisadoras, mas também dos jornalistas que compõem as mídias negras e escrevem sobre si mesmos. Uniremos as vivências às reflexões teóricas, às entrevistas e às colaborações para aquilombar as ideias para a próxima rota, um balaio de vozes.

Ao final da jornada, prevista para o fim de março de 2023, esperamos poder somar-nos às narrativas pela liberdade concebidas por pessoas negras que cotidianamente tracejam rotas e enfrentam disputas para que fissuras sejam abertas no imaginário coletivo dominado pela colonialidade. O percurso reflexivo que temos feito nos leva para um lugar de múltiplas possibilidades, pois todo conhecimento produzido no seio

da ancestralidade africana foge de dicotomias, dualismos e visões totalitárias.

A proposta de estudar uma comunicação antirracista nascida da insurgência das mídias negras passa pelo esboço de novas formas de olhar por parte das pesquisadoras e pesquisadores da área.

Terceira rota: balaio de vozes

A terceira rota pressupõe que toda pesquisa sobre questões raciais feita por pessoas negras é escrita por muitas mãos, mentes e ideias. Se aquilombar pode ser unir, “abalaizar” é unir para misturar, articular e transformar muito do que já existe em muito do que pode ser. A roda de filosofia nos serve de inspiração para a criação do **balaio³⁹ de vozes**, pois enxergamos que esta pesquisa não é construída apenas por um olhar individual da pesquisadora, e sim por um somatório de forças e ideias de todas as consciências com as quais cruzamos nas encruzilhadas da pesquisa. Trata-se de um modo de operação analítico do aquilombamento virtual midiático, no qual as análises serão construídas a partir de nossas observações e também dos olhares de entrevistadas(os) co-construtores. Escolhemos a palavra *balaio* por nos remeter, simultaneamente, a uma prática ancestral e regionalista que tem relação com a ideia de elementos juntos em um mesmo espaço. Para algumas pessoas, o termo tem conotação negativa com significado de “bagunça”. Para nós, significa a união de pensamentos diversos, a liberdade de múltiplas percepções coexistirem. O balaio de vozes é ancorado na cosmopercepção africana que rejeita dualismos e acolhe a existência concomitante de incontáveis visões.

Além disso, o vocábulo também nos reporta à Balaiana, revolta popular realizada no Maranhão entre 1838 e 1841, por negros escravizados, pobres e mestiços, motivada pela opressão que sofriam dos grandes latifundiários e políticos provinciais. Reivindicavam o direito à terra e a legitimidade de lideranças populares.

Assim, nesta tese absorvemos a noção de aquilombamento – que não é restrita a uma fortaleza física, mas torna-se também ideia – e expandimos a discussão para o modo

³⁹ O balaio é um cesto de palha artesanal comumente confeccionado em comunidades indígenas, latinas e em algumas tribos africanas. É um instrumento também de uso comum no nordeste brasileiro.

de vida virtualizado (SODRÉ, 2002) no qual estamos socialmente organizados. Essa proposta enxerga a comunicação como instrumento de reexistência em um contexto no qual o racismo é elemento social estruturante que contribui para tentativas de apagamento histórico e sociocultural das pessoas negras escravizadas e de seus descendentes diretos e indiretos.

Considerar o aquilombamento virtual midiático como perspectiva metodológico-interpretativa significa partir de uma matriz quilombólica para trazer à tona experiências que têm a comunicação como ferramenta de combate ao racismo. Pressupõe recusa a um ângulo colonial e a valorização da observação desses fenômenos comunicacionais pelas lentes das lutas antirracistas, antissexistas, antimachistas e de quaisquer outras formas de desigualdade.

Em nossa proposta, a vertente analítica ocupa um lugar de fala, mas também um lugar de escuta e acolhimento de pontos de vista em uma perspectiva pluriversal. É por isso que além de lançarmos nossas interpretações a respeito das mídias negras brasileiras investigadas, também escutamos um representante de cada uma delas⁴⁰ e pessoas que nos inspiram nessas vias de conhecimento nesse balaio de vozes. No próximo capítulo, apresentaremos as mídias negras virtuais que compõem nosso campo empírico e buscaremos mostrar, sob a ótica desta proposta metodológica, quais são seus objetivos e o que entendem por sua prática jornalística antirracista.

⁴⁰ O planejamento inicial envolvia viagens a Bahia, Ceará e São Paulo para entrevistas presenciais com o maior número possível de integrantes das mídias negras selecionadas como *corpus* empírico. Contudo, com o início da pandemia da Covid-19, precisamos reordenar nosso plano metodológico e substituir as entrevistas presenciais pelas virtuais. Em razão de as agendas das pessoas também estarem em reorganização por causa do modo remoto de trabalho, optamos por entrevistar um ou uma representante de cada veículo de comunicação. Esperamos que, em breve, seja possível o encontro presencial para a elaboração de trabalhos complementares a esta tese (como artigos científicos, por exemplo). Essa etapa da pesquisa aconteceu ao longo dos três anos porque a pandemia e as dificuldades do contato remoto seguiram inviabilizando a realização de algumas entrevistas no tempo previsto inicialmente.

6 SOB O ECO DOS QUILOMBOS: MÍDIAS NEGRAS E A PRODUÇÃO DE JORNALISMO ANTIRRACISTA

Quando eu morder a palavra,
por favor, não me apressem,
querer mascar,
rasgar entre os dentes,
a pele, os ossos,
o tutano do verbo,
para assim versejar
o âmago das coisas".

(Conceição Evaristo – Da calma e do silêncio)

A estrofe da acima nos faz pensar que lidar com as palavras pode ser um exercício intenso e necessário, principalmente para pessoas negras. Isso porque, ao longo da construção social do Brasil, o direito à palavra tem sido privilégio hereditário de grupos hegemônicos dominantes que escreveram a história com base em padrões eurocêntricos - ou seja, brancos, ocidentais, masculinos, cisgênero, heterossexuais, binários e cristãos. Tais padrões formam definições estereotipadas sobre o povo negro, criando matrizes de dominação que suprimem vozes e roubam humanidades.

Para a pesquisadora Winnie Bueno (2020), matrizes de dominação consistem "na forma com que as opressões se desenvolvem e também na maneira com que as mesmas se articulam mutuamente a partir de uma organização social que fortalece os sistemas de dominação que estruturam o poder hegemônico" (2020, p.34). Mesmo com o fim legal de sistemas de exploração como a escravização, as matrizes de dominação seguem elaborando formas concretas e simbólicas de extermínio negro.

As mídias configuram um aspecto social basilar para a elaboração e manutenção das matrizes de dominação. Se o racismo é a sistematização de uma discriminação que tem a raça como fundamento e se manifesta como um processo em que subalternidade e privilégios se contrastam, nosso país de histórico escravista segue reproduzindo essas mesmas ideias em roupagens mais modernas (ALMEIDA, 2019; SOUZA, 2019). Para Sodré (2019), há uma "lógica de domínio" que se baseia nessas ideias e segue reproduzindo a primazia da branquitude dentro da hierarquia social. A diferença entre brancos e negros é uma construção social que produz disparidades nas dinâmicas interpessoais e institucionais. Afinal, a Lei Áurea (1888) delimitou o fim da escravização

de pessoas negras no aspecto político e jurídico, mas não impede que a colonialidade siga se manifestando de forma direta e sutil através do racismo estrutural e das relações raciais.

A memória escravagista molda imaginários e constrói vantagens para pessoas racializadas como brancas, o que reflete nas maneiras sofisticadas como o racismo se materializa em nosso país. Collins (2019) conceitua as imagens de controle para definir construções estereotipadas sobre negras e negros. Essas imagens são cotidiana e historicamente acomodadas pelo repertório midiático, contribuindo para a construção simbólica de imagens e narrativas racistas. A imagem da negra hipersexualizada ou do negro bandido, por exemplo, foram continuamente espalhadas pelos produtos midiáticos, causando interpretações muitas vezes inconscientes sobre o que é ser racializado como negro(a). Trata-se de um mecanismo potente por ser simbólico, indireto, contínuo e ideológico, construindo uma memória coletiva e um imaginário consolidado na sociedade (COLLINS, 2019).

É por isso que resistir à dominação é um modo de vida secular para afro-brasileiros que buscam atuar em diversas áreas para abrir fissuras na lógica da colonialidade. Quando Lélia González (1984) dizia que estamos na lata de lixo da história - mas vamos falar, sim - ela nos revelou a necessidade de autodefinição para refutar o olhar colonial sobre nossos corpos e mentes. Nesse contexto, a palavra, a fala e a comunicação são instrumentos de resistência.

Neste capítulo, refletiremos sobre o conceito de mídias negras, quais são seus objetivos e como operam a prática jornalística antirracista. Como principais referências para o delineamento desse conceito, teremos as dissertações tituladas “Alma Preta e Afirmativa: experiências contemporâneas de mídias negras na luta contra o racismo”, de Jonas Pinheiro, e “A nação em pauta: projetos políticos e vidas negras na Revista Afirmativa” (ainda não publicada), de Alane Reis, ambos pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB); e o Mapeamento da Mídia Negra no Brasil, lançado pelo Fórum Permanente pela Igualdade Racial (Fopir).

A ferramenta central de coleta de dados são sete entrevistas semiabertas realizadas por meio de plataformas digitais como Google Meet, além de WhatsApp e ligação telefônica, e foram realizadas entre 2020 e 2022 com representantes das seis

mídias negras selecionadas como referencial empírico. A intenção da pesquisa era a realização das entrevistas presencialmente nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Ceará e Bahia. Contudo, com a pandemia de coronavírus, essa etapa ficou inviabilizada em 2020 e tivemos que cancelar viagens e modificar o formato.

A maior dificuldade foi espaço na agenda dos entrevistados(as) para conversar, pois a pandemia alterou todas as agendas. Algumas conversas foram remarcadas mais de cinco vezes e o contato pelo WhatsApp durou meses para ser concluído. Justificamos esses percalços devido ao modo como tivemos que nos (re)adaptar à vivência digital ao longo do período pandêmico, que prejudicou não apenas a organização das rotinas, mas a saúde mental de grande parte das pessoas.

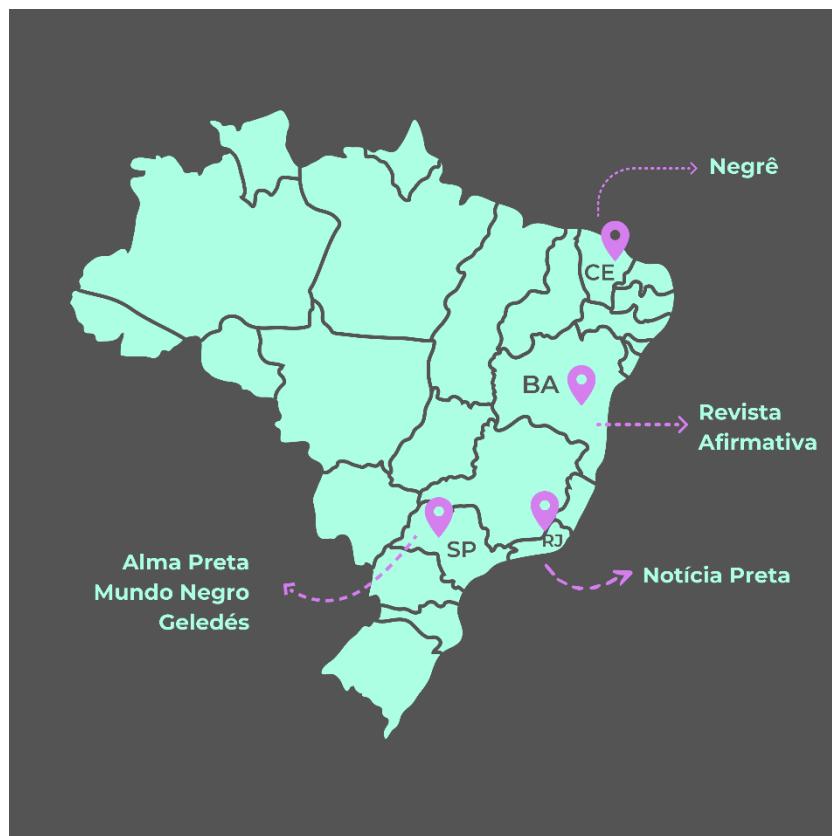
Sodré (2017) analisa que o aspecto da ética e da moralidade são muito valiosos para o universo afro. Não apenas como o conglomerado de regras e ajustamento de costumes, e sim “toda a envergadura das realizações transtemporais de um grupo humano guiado pelo brilho de sua verdade própria e pelo apelo de sua dignidade, isto é, da regra ancestral instituída ao mesmo tempo em que se fundou o grupo” (p.113). Portanto, nos colocamos em uma postura de respeito aos(as) nossos(as) colegas interlocutores(as) da pesquisa, respeitando seu tempo e reafirmando o movimento ético de escuta grupal, entendimento e dinâmica que a ética nagô exige (SODRÉ, 2017, p.113-114).

6.1 Apresentação empírica

Neste trabalho, visamos investigar se é possível propor um movimento metodológico inspirado na lógica dos quilombos para se alinhar ás mídias negras brasileiras. Portanto, o foco não é estudar a fundo cada case, e sim desenvolver a reflexão metodológica partindo dessas experiências. Escolhemos seis grupos de mídia negra autodeclarados jornalísticos: Alma Preta, Geledés, Mundo Negro, Notícia Preta, Negrê e Revista Afirmativa. A ideia inicial era fazer uma seleção de três mídias negras nordestinas e três mídias negras do Sudeste, mas a inviabilização de alguns contatos durante o isolamento pandêmico nos fez incluir o portal Geledés e remover do referencial

empírico um dos grupos nordestinos. Assim, as mídias negras que nos auxiliam no embasamento do aquilombamento virtual midiático estão distribuídas da seguinte forma:

Figura 4 – Distribuição geográfica do referencial empírico



Fonte: elaboração própria

Segundo o Mapa da Mídia Negra no Brasil⁴¹, publicado pelo Fopir, há outras iniciativas de caráter jornalístico no Brasil. A pesquisa resultou em um mapeamento de veículos de comunicação que se identificam como mídias negras ao redor do país. Ao todo, foram 65 veículos de comunicação que se declaram dessa forma e pensam suas produções tendo a luta antirracista como eixo principal.

No manifesto da mídia negra brasileira intitulado "Ninguém mais vai calar o grito por liberdade", os grupos subscrevem um texto afirmando que as mídias negras brasileiras estão unidas para defender a população negra e a reforma do sistema político

⁴¹ Disponível em: <http://fopir.org.br/wp-content/uploads/2020/08/ebook_mapeamento_da_midia_negra-1.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2023.

do país. Colocam-se como continuidade da imprensa negra do período colonial e assumem o uso das tecnologias de comunicação para denunciar o racismo, reportar direitos, mobilizar os pares e propor novas narrativas de liberdade⁴². Nessa carta de compromisso, as mídias negras se alinham a cinco princípios:

Quadro 9 - Princípios das mídias negras brasileiras

01	Garantir o Direito à Comunicação da maior parte da população brasileira, composta em 54% de autodeclarados negros.
02	Producir narrativas alternativas, ou de enfrentamento direto, às lógicas racistas e sexistas da mídia hegemônica brasileira.
03	Fazer frente às diversas formas de Genocídio da População Negra, com discursos em defesa das #VidasNegras – banalizadas e descartadas pelas estruturas do Estado e da sociedade, sob legitimidade da mídia hegemônica.
04	Reverberar narrativas de felicidade e bem viver protagonizadas por pessoas negras, bem como, priorizar o bem-estar, a saúde e a qualidade de vida em nossas políticas editoriais, e em nossas atuações políticas-profissionais.
05	Refletir e questionar todas as lógicas opressoras de poder na sociedade que agregadas ao racismo potencializam nossas vulnerabilidades, tais como o sexismo, a cisheteronormatividade, desigualdade de classe e as geopolíticas de poder.

Fonte: autoria própria com base no manifesto da mídia negra brasileira

Ao se posicionarem dessa maneira, as mídias negras brasileiras continuam abrindo caminho por um espaço discursivo já inaugurado pela imprensa negra no contexto das lutas abolicionistas, especialmente ao longo do século 19. No entanto, por haver uma mudança no período histórico, há também uma modificação dos sistemas de desigualdade e, consequentemente, diferenças entre esses dois modelos de comunicação com foco em raça. Enquanto na imprensa negra do período abolicionista e pós-abolição (entre os séculos XIX-XX) a luta se deu contra o sistema escravista e pelo abolicionismo dos negros escravizados, nas atuais mídias negras virtuais o mote é a luta contra a sociedade estruturalmente racista e em prol da existência de práticas comunicacionais abertamente antirracistas.

As mídias negras assumem característica multiplataforma e têm em redes sociais na internet e nos dispositivos móveis digitais, como *smartphones*, ferramentas importantes para as etapas jornalísticas de produção, distribuição e consumo de

⁴² O manifesto da mídia negra brasileira compõe o mapeamento realizado pelo Fopir e está disponível em: <http://fopir.org.br/wp-content/uploads/2020/08/ebook_mapeamento_da_midia_negra-1.pdf>. Acesso em 26 fev. 2022.

conteúdo jornalístico (SILVA, 2015). Incluídas nesse panorama, o cenário midiático negro tem se dedicado a formar redes enunciativas que criam conexões entre a ancestralidade, a identidade negra e a libertação de séculos de matrizes de dominação, silenciamento e subalternidade. Ao focar no Mapa da Mídia Negra no Brasil e em seus compromissos assumidos, tem-se a compreensão de que somos capazes de ir além das barreiras impostas a nós pelo escravagismo e racismo. O repertório desses grupos jornalísticos é construído em uma visão pluriversal da vida que considera o protagonismo negro à revelia dos traços coloniais ainda existentes.

As primeiras manifestações de resistência negra pela comunicação surgiram mais concretamente na imprensa negra abolicionista, mas é preciso perceber que as tecnologias digitais e o *bios* virtual (SODRÉ, 2002) são o pano de fundo do trabalho das mídias negras hoje. Nesses espaços, pessoas racializadas constroem seus próprios discursos e imagens ancoradas no exemplo histórico que os quilombos deixaram. Sueli Carneiro (2017, p.17) constatou que o movimento social negro tem um ativismo que se renova ao longo do tempo e que “essa multiplicidade de agentes, vozes e iniciativas vai ser capaz de engendrar um campo organizado de ação política e resistência que haverá de conter essa ação genocida do Estado, em cumplicidade com grande parte da sociedade brasileira contra nós”. A reverberação das demandas raciais contribui diretamente para o fortalecimento da sociedade, da cidadania e do sistema político democrático.

Abaixo, uma síntese das mídias negras selecionadas nesta pesquisa:

Alma Preta

(<https://almapreta.com>)

O Alma Preta é uma agência de jornalismo paulista com foco na questão racial. Surgiu entre o final de 2014 e o início de 2015, idealizada por um grupo de estudantes negros do curso de Jornalismo da Universidade Estadual Paulista (Unesp) em Bauru (SP). Diante da cobertura midiática corporativa que reforçava o lugar subalternizado dos corpos negros e não questionava o genocídio ou a violência do Estado contra a população preta e parda, eles formaram o Coletivo Negro Kimpa (CNK) para debater relações raciais e lutar por políticas afirmativas, em especial as cotas raciais. Devido

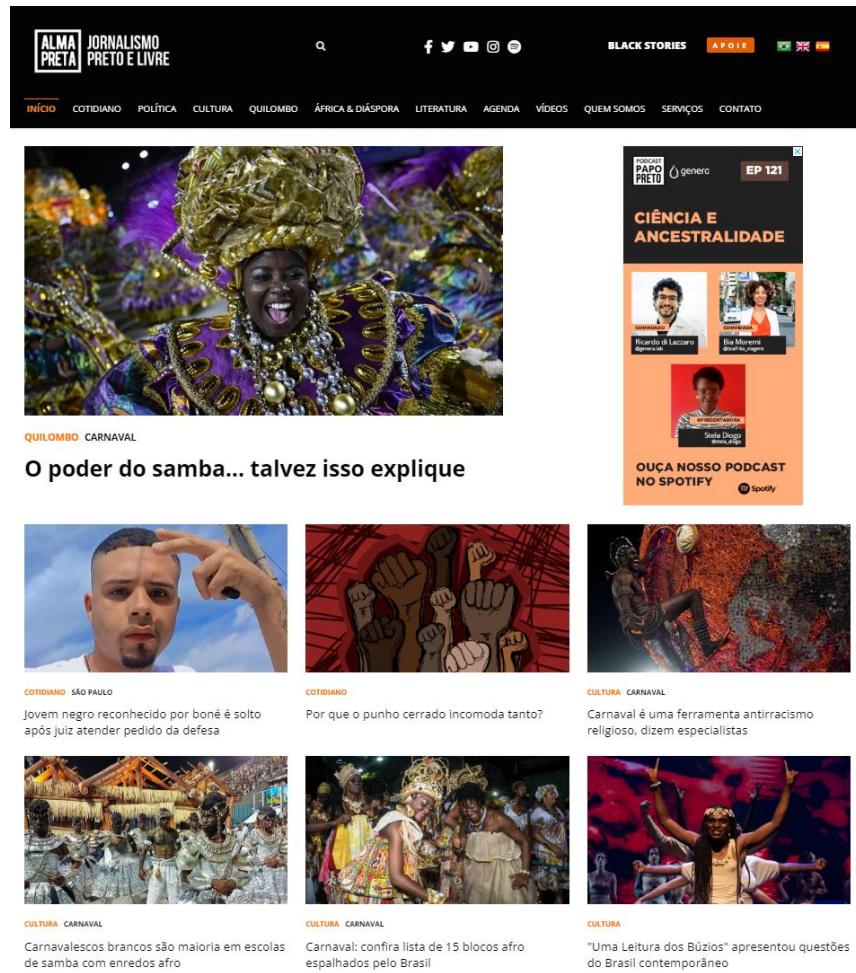
também ao trabalho do coletivo, a Unesp/Bauru foi a primeira universidade estadual do estado a instituir as cotas raciais. A Universidade de São Paulo (USP) adotou as cotas de raça apenas três anos depois, em 2017. Esse movimento estudantil foi fundamental para a história do jornalismo antirracista brasileiro, pois foi o primeiro passo para a formação do Alma Preta enquanto veículo de comunicação.

Estimulados pelos debates do CNK, Pedro Borges (atual editor-chefe), Solon Neto (atual repórter) e Vinícius Martins (atual gerente de audiovisual) co-fundaram o Alma Preta como portal jornalístico de notícias e, mais a frente, como agência de comunicação preta e antirracista. Juntos, os idealizaram esse espaço e convidaram Vinícius Araújo (designer) para criar a identidade visual do portal. O nome do site surgiu ainda nas reuniões do CNK como uma ressignificação da frase racista "preto de alma branca", usava por pessoas brancas para subalternizar negros(as) e atribuir-lhes um ponto positivo apenas se estiver relacionada à branquitude.

O espaço universitário foi o lugar onde esse grupo se articulou e entendeu a importância de pensar um jornalismo focado na temática racial. A ideia-geradora foi produzir um jornalismo que convocava o tema de raça à centralidade do debate, em oposição à mídia hegemônica que interdita e deturpa essas discussões a partir de ideias racistas, coloniais e estereotipadas. Em abril de 2015, o portal entrou em funcionamento e as publicações eram feitas também no Facebook. Escolheram a atuação virtual na internet porque uma publicação impressa demandaria custos que não poderiam ser mantidos pelos então estudantes.

Ao longo dos seus oito anos de existência, o Alma Preta passou por transformações que envolveram tanto o modo como os integrantes se articulam nas funções quanto a proposta do grupo em si. A linha editorial se manteve com o combate ao racismo, mas o modo como esse trabalho é apresentado mudou com o tempo. Hoje em dia o Alma Preta funciona na capital de São Paulo e a equipe é composta por profissionais formados que presta serviços de agência de comunicação focada em questões raciais.

Figura 5 – Tela inicial do site Alma Preta



Fonte: Alma Preta

A criação do Alma Preta é narrada por Pedro Borges como uma rede de afeto e solidariedade entre amigos, pois partilhavam, além da autodeclaração racial, a vontade de atuar politicamente na luta antirracista por meio da comunicação. Beatriz Nascimento (2021, p.124) aponta que os quilombos se formam muito mais pela necessidade humana de se articular por um ideal do que pela imposição de colonizadores. Desse modo aconteceu no Alma Preta, um espaço pensado para agregar comunicadores pretos que enxergavam na comunicação uma ferramenta potente de posicionamento negro no mundo.

No portal as editorias são Cotidiano, Política, Cultura, Quilombo, África&Diáspora, Literatura, Agenda, Vídeos, Quem Somos, Serviços e Contato. No site, além de pautas raciais, também é possível encontrar assuntos interseccionais à questão de classe, como

o cotidiano das periferias. O portal produz conteúdos jornalísticos em formato de artigos, reportagens, colunas, coberturas jornalísticas, produções audiovisuais, ilustrações, notícias e divulgações.

Geledés

(<https://www.geledes.org.br/>)

O Instituto da Mulher Negra - Geledés é uma organização civil que desenvolve ações e projetos para combater o racismo e sexismo ainda muito presentes na sociedade brasileira. Fundado em abril de 1988, posiciona-se, de acordo com informações do site, em defesa de negros e negras por entender que esses dois segmentos sociais padecem de desvantagens e discriminações no acesso às oportunidades sociais em função do racismo e do sexismo vigente na sociedade brasileira. No site, além de centralizar a questão racial, também fomenta o debate em um viés interseccional, pois traz temáticas como gênero, classe, comunidade, políticas públicas, saúde, educação, emprego, entre outros pontos. O Instituto apresenta-se como:

Fundada em 30 de abril de 1988, Geledés é uma organização da sociedade civil que se posiciona em defesa de mulheres e negros por entender que esses dois segmentos sociais padecem de desvantagens e discriminações no acesso às oportunidades sociais em função do racismo e do sexismo vigente na sociedade brasileira (GELEDÉS, 2022)⁴³.

Quando iniciamos a pesquisa e selecionamos o portal Geledés para referencial empírico de pesquisa, entendemos seu trabalho como sendo de uma mídia negra virtual porque tinha a comunicação como centro de uma roda cujos eixos circulares reforçavam a dignidade de pessoas negras, defesa dos direitos humanos e a própria luta antirracista. Surpreendeu-nos ouvir a jornalista Natália Carneiro (Coordenadora de Redes Sociais e Comunicação Institucional) afirmar enfaticamente que o Geledés não se considera como parte do espectro de mídias negras brasileiras. Ela pontua:

⁴³ Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/geledes-2/>>. Acesso em: 03 fev. 2022.

O portal Geledés nunca se propôs a ser uma mídia. Nunca se propôs a disputar com veículos de mídias negras ou com veículos hegemônicos. A nossa proposta desde o início foi ser um braço dos programas da organização. Sem querer, isso foi muito sem querer mesmo, ele foi se tornando um veículo midiático pelos seguidores que acompanhavam o Geledés desde o início. Então, para a gente, ele não é um veículo de comunicação. Ele nem tem a pretensão de ser ainda, porque a gente não tem a estrutura de um veículo de comunicação com repórteres, editores, chefes, fotógrafos, videomakers. A gente não tem essa estrutura. A gente não tem como financiar essa estrutura para viabilizar o trabalho desses profissionais de comunicação. Mas, para o público, involuntariamente, isso acabou ocorrendo. As pessoas têm Geledés como referência de mídia negra. Se você for ver dentro do nosso site, por exemplo, em nenhum momento a gente se põe como uma mídia negra (CARNEIRO, 2021, informação verbal)⁴⁴.

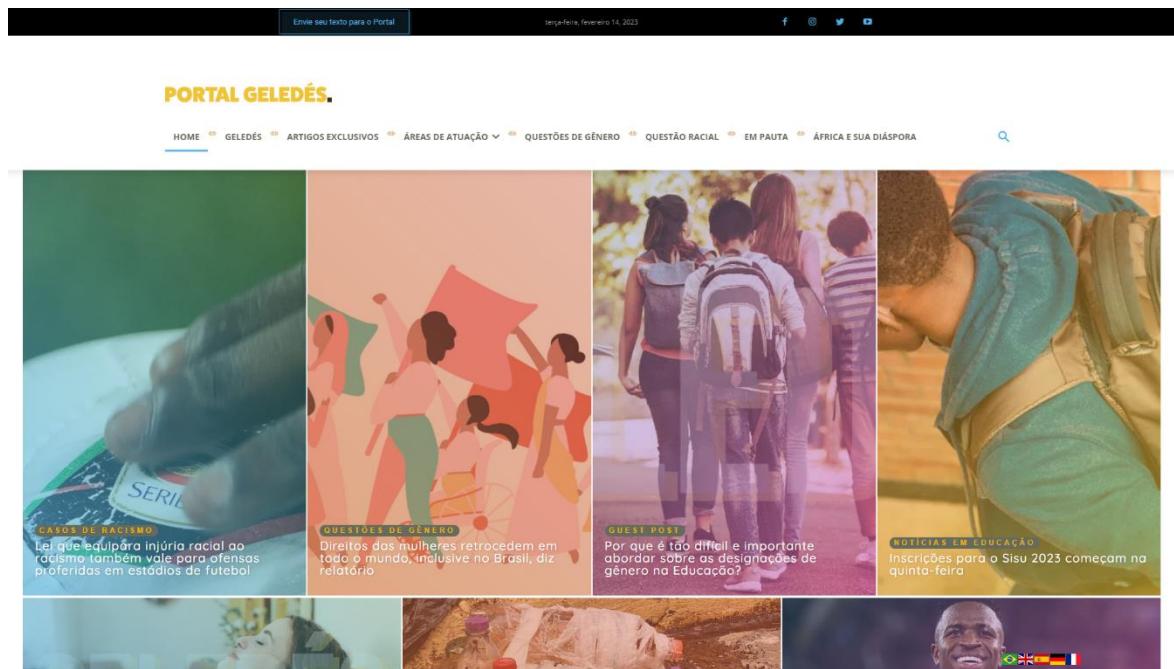
Em outras palavras, o site do Geledés foi criado para ser um ponto de apoio para o trabalho da organização civil que atua diretamente com mulheres negras em contexto de vulnerabilidade. Foi pensado para divulgar ações, refletir sobre questões-problema encontradas no cotidiano de atendimento a essas pessoas, mas de início não se propunha a combater o racismo tendo a comunicação como instrumento central de luta.

Para desenvolver as ações de erradicação do racismo e do sexismo, o Geledés conta com apoiadores e parceiros que financiam o Instituto e auxiliam a remuneração dos jornalistas do portal. Educação, Direitos Humanos e Comunicação. É a partir desse último lugar que o Geledés desenvolve atividades como mídia negra e colabora para a prática do jornalismo antirracista ao atuar pela comunicação para combater o racismo e suas interseccionalidades.

González e Hasenbalg (2022, p.44-50) narram experiências de iniciativas que, ao atuarem com a população e se aproximarem do MNU, passaram a formar outras especificidades e a notar transformações na estrutura de funcionamento. A partir da presença em espaços físicos de articulação racial, criaram-se iniciativas adjacentes que se somaram em torno de uma finalidade maior – nesse caso, a erradicação do racismo.

⁴⁴ Entrevista síncrona concedida por Natália Carneiro (Geledés) pela plataforma Google Meet, dez. 2021. Entrevistadora: Alice Oliveira de Andrade. A transcrição encontra-se no anexo deste texto.

Figura 6 – Tela inicial do portal Geledés



Fonte: Geledés

O portal foi lançado em 2009 para divulgar as ações do Instituto em um período de diminuição dos financiamentos e doações. Sueli Carneiro, idealizadora e fundadora do Geledés, questionou sua equipe: "Se algum dia a organização fechar, é possível a gente existir pela internet?". Foi quando viram que era possível ampliar sua atuação para a ambiência virtual.

De início, além de repercutir ações próprias, o Geledés trabalhava com a reprodução de conteúdos de outros veículos de imprensa da mídia hegemônica e contra-hegemônica. Hoje em dia atua nas duas frentes, com a produção editorial própria e a reprodução de textos publicados em outros portais. Porém, está nos planos da equipe de Comunicação desenvolver atividades ainda mais focadas nessa área.

É importante pensar que o Geledés desenvolve um trabalho de destaque no campo da Comunicação que vem sendo construído ao longo dos anos, junto à existência do próprio instituto. Trabalham para multiplicar as histórias sobre negros no Brasil e romper com as imagens fixas pejorativas que a mídia hegemônica muitas vezes produz:

A gente é uma equipe muito pequena, então jornalista veio entrar recentemente em Geledés, por exemplo. Então durante esse período a gente só conseguia reproduzir conteúdos de outros veículos; Logo no início temas como racismo não eram colocados nos títulos das matérias, então era “Homem sofre discriminação ao ser chamado de macaco”. A gente alterava os títulos “Fulano de tal sofre racismo ao ser chamado de macaco”, então a gente resolveu, naquele período, dar novos, a gente não podia alterar o contexto das matérias, mas a gente tinha autorização para alterar os títulos. Então dar novos títulos para essas reportagens. Muitas reportagens, por escolha do editor, como bolsa de estudos, sempre vinham com uma fotografia de uma pessoa branca, então a gente alterava essas fotografias por pessoas negras, porque a gente sempre entendeu que dentro desse imaginário social, como que a mídia reforçava esses estereótipos né, de que pessoas negras não podiam ingressar nas universidades, que a gente sempre estava dentro das páginas policiais. Então a gente foi fazendo esse formato que era o único que a gente conseguia no momento, onde a gente não tinha jornalista, a gente não tinha profissionais da comunicação trabalhando com a gente. É mais ou menos assim que o Geledés surge (CARNEIRO, 2021, informação verbal)⁴⁵.

Mesmo que não tenha sido seu objetivo inicial, o portal Geledés atua para a desinvisibilização da pauta do racismo na produção jornalística e intenciona os deslocamentos discursivos de um lugar estereotipado para uma referência discursivo-imagética mais digna. Essa é uma das linhas de existência das mídias negras virtuais que desafiam a posição de subalternidade e abrem as janelas do mundo para que sua voz seja ouvida (KILOMBA, 2019, p.49). O Geledés está digitalmente no site, Instagram, no Twitter, TikTok, Youtube e no Facebook.

Embora o Geledés tenha sede fixa do Instituto em São Paulo (SP), a redação do portal é virtual. Cada um dos membros da equipe trabalha de forma remota e as reuniões de redação são feitas no aplicativo WhatsApp, geralmente são mensais ou semestrais.

Nosso sonho é ter uma redação, ter jornalistas, uma pessoa em cada canto desse país, para poder noticiar, dar notícias de alguma forma, mas sem perder os princípios básicos da organização. Por exemplo, o portal Geledés é importante e relevante para a gente e para a sociedade, mas o nosso primordial é manter a organização e não transformar o portal em uma mídia (CARNEIRO, 2021, informação verbal)⁴⁶.

Nesta pesquisa, consideramos a dimensão de mídia negra desenvolvida pelo portal Geledés por reconhecermos sua significância para o movimento antirracista por

⁴⁵ Entrevista síncrona concedida por Natália Carneiro (Geledés) pela plataforma Google Meet, dez. 2021. Entrevistadora: Alice Oliveira de Andrade. A transcrição encontra-se no anexo deste texto.

⁴⁶ Entrevista síncrona concedida por Natália Carneiro (Geledés) pela plataforma Google Meet, dez. 2021. Entrevistadora: Alice Oliveira de Andrade. A transcrição encontra-se no anexo deste texto.

meio da comunicação. As publicações do site difundem um posicionamento político pela garantia dos direitos humanos e com o centro das discussões no aspecto étnico-racial. Tenta-se continuamente refutar o racismo no trabalho virtual do Geledés e há uma leitura de mundo fundamentada em parâmetros mais positivos sobre pessoas negras.

Um dos diferenciais do Geledés é o trabalho com a comunicação interna. Aquilombam-se não apenas quanto equipe, mas auxiliam a agregação de mulheres negras nas lutas contra o racismo e sexismo que engendram violências múltiplas e destrutivas.

Eu acho que o Geledés, dentro de seus programas, tem uma comunicação que é muito importante, mas que não é digital. É uma comunicação física. Hoje a gente tem sempre essa comunicação que é para fora, que é digital, mas também existe uma comunicação que é feita para os programas especificamente. Uma comunicação que vai fazer com que a comunicação também seja um processo de entendimento das pessoas. Por exemplo: "Você está sendo vítima de violência contra a mulher, como você pode se defender?" Isso você tem num plano geral dentro do portal, mas também é feito internamente com mulheres vítimas de violência doméstica, com promotoras legais populares. "Como você pode contribuir para que outra mulher não seja vítima de violência doméstica?". **Então existem dois momentos de comunicação: essa comunicação que todo mundo vê, que é a digital, que está dentro do portal Geledés. Mas também tem a comunicação institucional, uma comunicação que a gente faz internamente e que não é pública, mas é efetiva, porque é mais para os programas** (CARNEIRO, 2022, informação verbal).

Onde há necessidade de resistência, lá instituem-se os quilombos (A. NASCIMENTO, 2019; B. NASCIMENTO, 2021; MOURA, 2020a, 2020b). Ao pensar a comunicação nessas duas dimensões, o Geledés contribui, como instituto e como mídia negra, para viabilizar o jornalismo antirracista como uma prática que envolve a etmologia do termo *comunicação* – ação em comum (SODRÉ, 2017) – e a própria ideia de quilombos. Consideramos o portal Gedelés como uma mídia negra em que os conceitos de comunicação e quilombos se aproximam, pois significam algo semelhante: se conectar em redes, sejam elas físicas ou digitais.

Mundo Negro

(<https://mundonegro.inf.br/>)

O Mundo Negro é um veículo de mídia negra brasileira pioneiro no formato digital. Fundado em 2001 na cidade de São Paulo pela jornalista Silvia Nascimento

(coordenadora), tem como objetivo produzir informações com credibilidade e enfoque no aspecto racial. Quando era estudante de Jornalismo na Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas) em 1998, Silvia vivenciou o início da popularização da internet no Brasil. A imersão no mundo digital a fez perceber que ali poderiam surgir maneiras diferentes de se comunicar.

Nessa época, o único veículo de comunicação negro ao qual ela teve acesso era a Revista Raça. Devido à sua familiaridade com as questões raciais e sua autodefinição enquanto mulher negra, escolheu essa mídia para ser tema de seu trabalho de conclusão de curso. Após finalizar a graduação, foi aos Estados Unidos para estudar inglês e teve contato com outros veículos de imprensa negra norte-americanos. Considerada na época uma forma de menor custo para a produção de comunicação, a internet pareceu uma oportunidade de iniciar no mercado de trabalho jornalístico. O planejamento aconteceu entre 1999-2000 e o site foi lançado no ano seguinte.

Atualmente, além do portal jornalístico, o Mundo Negro atua em redes sociais na internet como Facebook, Instagram, Twitter, TikTok, Pinterest e YouTube. Para Silvia Nascimento, a maior força está no Facebook, pois seu público tem preferência pela leitura de textos mais longos. O coletivo tem uma equipe fixa de cinco pessoas e terceiriza uma empresa para a manutenção do site. Para a produção de conteúdo, recebe também textos de aproximadamente 10 colaboradores. No entanto, durante os primeiros 16 anos de existência do site, era mantido apenas pela fundadora. Da equipe, Silvia Nascimento é a única de São Paulo. Os demais participantes trabalham remotamente de Brasília, Pernambuco, Bahia e Campinas.

Figura 7 – Tela inicial do site Mundo Negro



ÚLTIMAS NOTÍCIAS

- | | | |
|--|---|--|
|  <p>Figurino de 'Pantera Negra: Wakanda Para Sempre' chega como favorito ao...
26 de fevereiro de 2023</p> |  <p>Criado por três mulheres negras, 'Falas Femininas: Histórias Impossíveis' é a...
25 de fevereiro de 2023</p> |  <p>Load Comics compra apartamento para o pai e faz homenagem emocionante...
23 de fevereiro de 2023</p> |
|  <p>Podcast Tereza, criado por Débora Simões, destaca a relevância das trajetórias...
25 de fevereiro de 2023</p> |  <p>Em reunião com Anvisa, fabricantes de pomadas modeladoras culpam clientes e...
24 de fevereiro de 2023</p> |  <p>Gleici Damasceno denuncia episódio de racismo no aeroporto de Guarulhos: "me...
24 de fevereiro de 2023</p> |
|  <p>Ernie Hudson revela que foi cortado da divulgação de "Os Caça..."
24 de fevereiro de 2023</p> |  <p>"Sou mãe e pai de Melanie": MC Loma pede para internet...
24 de fevereiro de 2023</p> |  <p>R. Kelly recebe pena por pornografia infantil e deve seguir preso...
23 de fevereiro de 2023</p> |

Fonte: Mundo Negro

Quando nasceu, a agenda do Mundo Negro era majoritariamente política e girava em torno do letramento racial. A fundadora do portal salienta que durante os primeiros governos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), a efervescência do debate racial e o investimento em políticas públicas voltadas para a negritude estimulavam o debate político. Com o tempo, Silvia começou a refletir sobre as notícias do site e se incomodar com aquelas de cunho negativo.

Foi a partir dessa reflexão que Silvia optou por uma linha editorial pautada em uma agenda positiva, na última década. Ou seja, são evitadas notícias de tragédias e violência contra pessoas negras enquanto prioriza-se a agenda cultural e de entretenimento. A

jornalista salienta, no entanto, que não se trata de ignorar os problemas pelos quais a população negra passa no Brasil, e sim de ocupar um nicho importante para a formação da autoestima e identidade negra.

A gente fala sobre beleza, a gente fala sobre o comportamento, a gente fala sobre cinema - muito sobre cinema - que é uma coisa que nosso público gostar bastante, porque é onde a gente se vê mais representado, principalmente se a gente falar do cinema americano, nos streamings da Netflix, Prime Amazon. Então no nosso conteúdo eu acredito que as boas notícias elas também são revolucionárias, né, porque você se sente representado, você se sente parte do mundo. E só que se a gente não fala sobre as coisas boas, a gente acha que ser negro é só ruim, então nossa linha editorial é muito nesse sentido (NASCIMENTO, 2022, informação verbal)⁴⁷.

Atualmente o Mundo Negro funciona com as seguintes editorias: Últimas Notícias, Cultura, Mulher Negra Hoje, Artigos, Carreira e Negócios, Cinema Negro, Celebridades e Movimento Black Money.

Notícia Preta

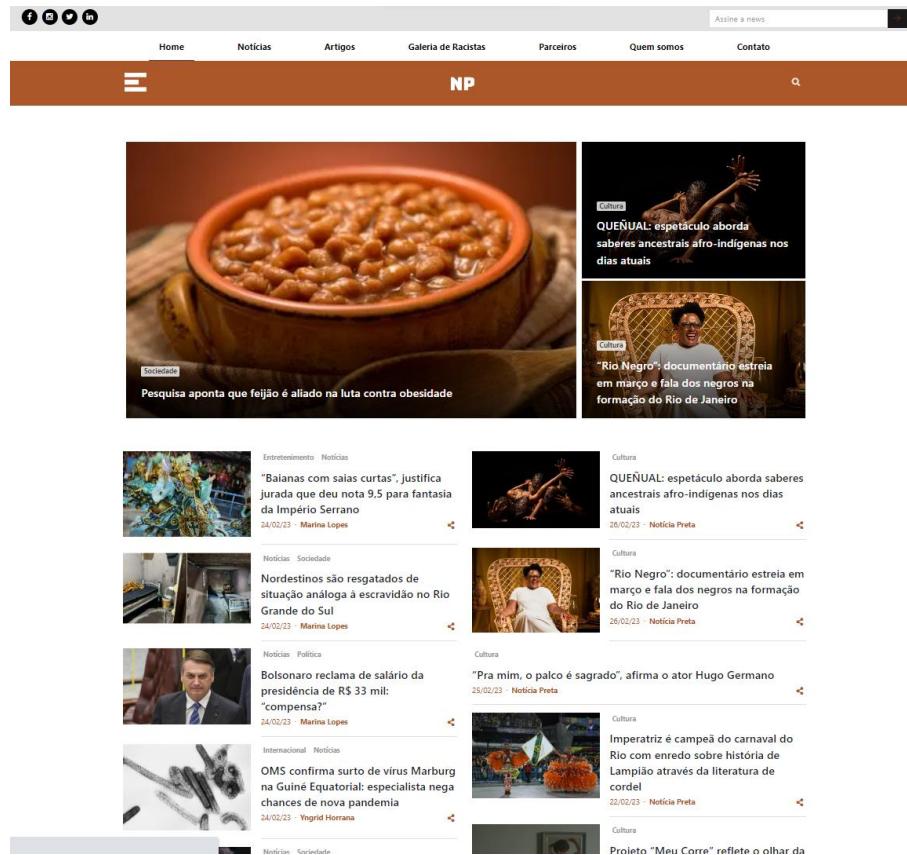
(<https://noticiapreta.com.br/>)

O Notícia Preta (NP) é um site iniciado em 2018 pela jornalista Thaís Bernardes, pois buscava representatividade e foco em raça que não encontrou nos espaços da mídia comercial. Apresentado como mídia antirracista, o portal se concentra na produção de notícias, em especial nas pastas de política e cidades. O objetivo do Notícia Preta é ser um espaço no qual jornalistas negros podem falar sobre eles mesmos com liberdade na escolha das pautas. As abas do site são divididas nos seguintes temas: Notícias, Artigos, Galeria de Racistas, Parceiros, Quem Somos e Contato.

O NP se declara diretamente como um "jornal antirracista feito por profissionais, estudantes e comunicadores negros(as) que acreditam que, através da comunicação e da educação, é possível ter uma sociedade mais justa e com equidade racial". Trabalham com três objetivos: 1) recorte antirracista das notícias; 2) ferramenta de transformação social para criar novas linguagens menos violentas sobre pessoas negras; 3) empregabilidade, por fazerem pontes entre comunicadores negros e empresas.

⁴⁷ Entrevista assíncrona concedida por Silvia Nascimento (Mundo Negro) pelo aplicativo WhatsApp, jan. 2022. Entrevistadora: Alice Oliveira de Andrade. A transcrição encontra-se no anexo deste texto.

Figura 8 – Tela inicial do site Mundo Negro



Fonte: Notícia Preta

Quando ocupava o cargo de coordenadora de comunicação da Secretaria de Estado de Direitos Humanos do Rio de Janeiro, a jornalista Thais Bernardes percebeu que as matérias que chegavam até ela, publicadas na imprensa comercial, representavam pessoas negras, principalmente mulheres, em uma perspectiva comumente negativa e subalternizada. Esse fato, somado aos seus anos na cobertura jornalística na imprensa hegemônica, causaram um incômodo que a levou a criar um site no qual pudesse escrever as próprias notícias de um outro lugar enunciativo.

A divisão das funções segue o organograma de uma redação tradicional. Thais Bernardes é a Chief Executive Officer (CEO) responsável pela gestão e captação de recursos. Há editores, repórteres, setores comercial e financeiro e equipe de tecnologia da informação. O Notícia Preta não tem redação física e mantém colaboradores em todas as regiões do Brasil. Semanalmente, às segundas-feiras, há uma reunião de redação virtual na qual as pautas para a semana não coletivamente selecionadas. O Notícia Preta

é um veículo de mídia negra que, ao se autodeclarar como fomentador de um jornalismo antirracista, se propõe a impedir que a mídia hegemônica “determine os emissários das mensagens que mais importam para nossas vidas” (LORDE, 2020, p.170).

Negrê

(<https://negre.com.br/>)

O portal Negrê foi lançado em 2020 pelas jornalistas cearenses Larissa Carvalho e Sara Sousa, mulheres negras recém-formadas em jornalismo que sentiram a necessidade de promover o debate racial negligenciado pelas empresas hegemônicas de comunicação. Autodeclarado como “primeiro portal de notícias e mídia negra nordestina no Brasil”⁴⁸, o site tem como princípio o desenvolvimento de um jornalismo antirracista, descolonizador, ancestral e que amplifica vozes negras. Dividido em oito editorias fixas e uma temporária (Covid-19), o portal agrupa jornalistas dos nove estados nordestinos e dá peso ao recorte regional dentro das pautas raciais.

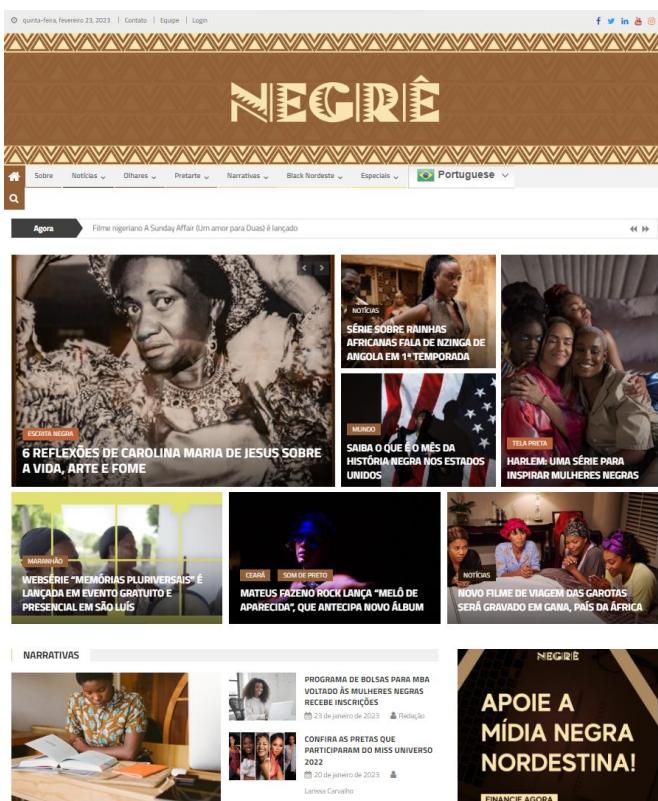
O Negrê é um dos mais recentes grupos de mídia negra brasileira. A sua idealização começou em 2018, quando a jornalista e pesquisadora Larissa Carvalho fazia o curso "Abdias Nascimento: Comunicação e Igualdade Racial" promovido pelo Sindicato dos Jornalistas do Ceará (Sindjorce). O trabalho de conclusão de curso era um projeto de comunicação e ela aproveitou a oportunidade, junto a quatro outros colegas que compunham seu grupo, a tirar do papel uma vontade que já tinha de desenvolver um espaço voltado para a comunicação antirracista. Na sua projeção inicial, pretendia centralizar a agenda em pautas locais, abordando apenas o Ceará. Após a experiência de trabalho na África do Sul e a movimentação no Twitter pela hashtag #BlackTwitterNordestino, iniciada por Stephany Souza, Larissa percebeu que há muitas pessoas no Nordeste que discutem questões raciais, embora muitas vezes o debate fique centralizado no Sudeste.

⁴⁸ A Revista Afirmativa, de origem baiana, foi fundada seis anos antes do portal Negrê. O Ceará Criolo, mídia negra cearense, surgiu oficialmente dois anos antes e se declara no Twitter como “primeiro portal negro e antirracista do Ceará”.

E se você puxar a estatística, não sei se existe essa estatística, mas se puxar, a gente vai ver que a maioria dos jornalistas desempregados são negros e isso me irrita. Eu sou o número dessa estatística, né. Terminei a faculdade, terminei o estágio e não me contrataram. Voltei ao Brasil desempregada, então, fiquei pensando em criar o meu próprio mercado ou entrar no mercado que provavelmente seria mais receptivo para mim, né. Assim que seria esse mercado da mídia negra. Porque já havia tendo conexões do pessoal da "Notícia Preta", do "Alma Preta Jornalismo" e eu vejo, sabe, essa rede sendo levantada, sendo cada vez mais fortalecida, e eu fico muito feliz, sabe? E aí foi muito nesse sentimento, nesse feeling, né, e todas essas movimentações na internet, de inquietações pessoais, minhas e profissionais, né, de montar o Negrê, de lançá-lo (CARVALHO, informação verbal, 2020).

A escolha pela identidade visual na cor marrom representa os tons de pele que mais se aproximam das encontradas no Brasil. O Negrê se posiciona como uma mídia negra nordestina e tenta trazer pautas de todos os estados do Nordeste brasileiro. O site foi lançado em 18 de julho de 2020, data em de aniversário ex-presidente sul-africano Nelson Mandela (1918-2013). O Negrê surgiu em um período de efervescência do debate racial no Brasil e no mundo, além do recrudescimento das desigualdades da população negra no contexto pandêmico.

Figura 9 – Tela inicial do site Negrê



Fonte: Negrê

Esse portal surgiu da necessidade de haver uma mídia negra regional para mostrar a diversidade negra nordestina. Em 2020, o site recebeu o 1º prémio Neusa Maria de Jornalismo; em 2022, a jornalista e CEO, Larissa Carvalho, foi selecionada para integrar um intercâmbio do Programa de Liderança para Visitantes Estrangeiros Internacionais (IVLP) nos Estados Unidos, a convite da Embaixada Americana no Brasil, junto a outros jornalistas de mídias negras como Pedro Borges (editor-chefe do Alma Preta Jornalismo – São Paulo (SP), Silvia Nascimento (Fundadora e CEO do site Mundo Negro – São Paulo), Valéria Lima (editora do portal Correio Nagô - Bahia) e Raimundo José (Fundador e Diretor da Rádio e TV Quilombo - Maranhão).

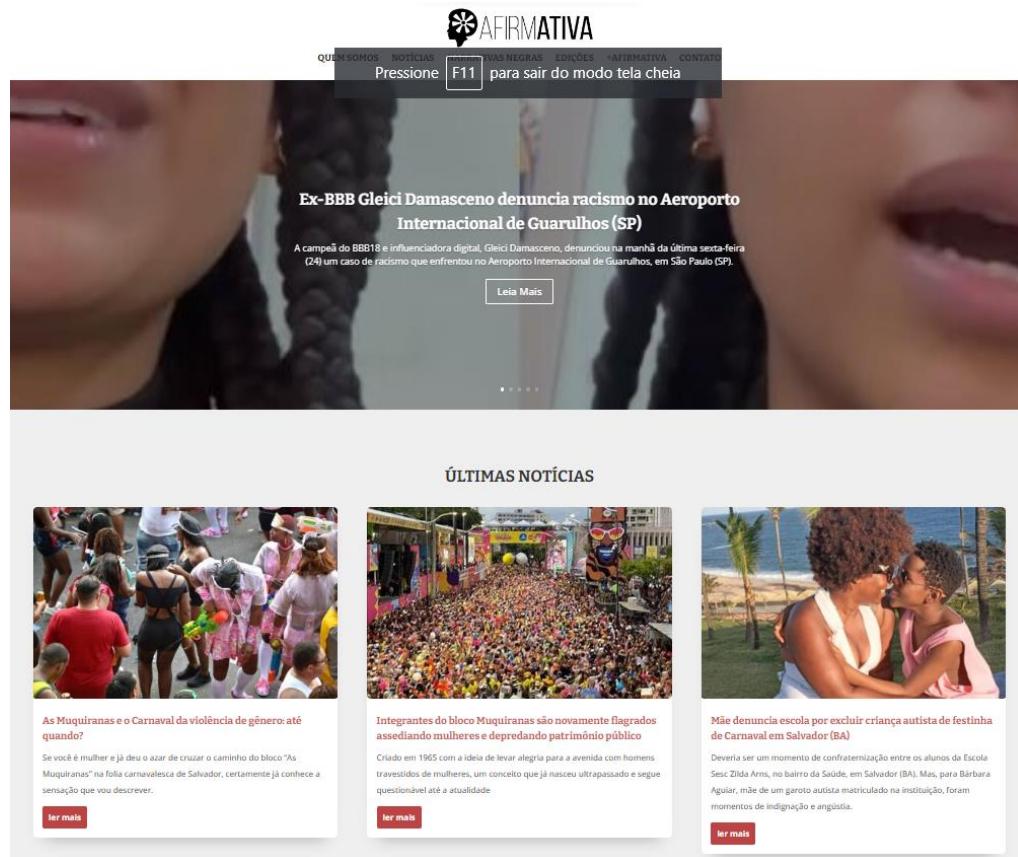
Por contar com jornalistas de todos os estados nordestinos, a redação do Negrê é virtual. Comunicam-se pelos aplicativos WhatsApp e Telegram para fazerem a reunião de pauta e alinharem as produções. As formas de financiamento do Negrê vêm de investimentos diretos da CEO, anúncios publicitários, assinaturas, doações e contribuições de financiamento coletivo. O Negrê enxerga as questões raciais no Brasil como um debate interseccional e centraliza a regionalidade como um ponto importante para as pessoas negra do país.

Revista Afirmativa

(<https://revistaafirmativa.com.br/>)

A Revista Afirmativa foi criada em 2014, na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), por estudantes de Jornalismo que, insatisfeitos com o discurso construído pelos meios de comunicação hegemônicos, buscavam construir suas próprias narrativas. Por ser uma mídia negra, já nasceu com um propósito: desenvolver um veículo livre, plural e comprometido com o combate ao racismo. No início, as produções eram direcionadas para a plataforma impressa, mas logo os integrantes da revista perceberam que estar no meio digital era fundamental para a propagação dessas ideias. Hoje, o foco da Afirmativa é o portal para a produção de notícias sobre as questões raciais brasileiras.

Figura 10 – Tela inicial da Revista Afirmativa



Fonte: Revista Afirmativa

A idealização da revista começou entre os anos de 2013 e 2014 como um periódico impresso de comunicação interna para debater questões relacionadas à políticas afirmativas no contexto da UFRB. A instituição é pioneira no tema por ter criado uma pró-reitoria voltada para pensar a política de cotas e permanência de estudantes negros na universidade, a Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis (PROPAAE). A jornalista Alane Reis, que na época era estudante e estagiária da PROPAAE, já era mobilizada a pensar questões raízes por fazer parte do Núcleo de Estudantes de Negros e Negras do Centro de Artes Humanidades e Letras (CAHL).

Por ser uma mulher negra da área da comunicação, era inquietada pela produção da mídia hegemônica e interessou-se pela história da imprensa negra no Brasil através das discussões do CAHL. Alane Reis planejou a Revista Afirmativa para executar em seu estágio na PROPAAE como um jornal impresso produzido por estudantes negros(as) para contar a luta pelas políticas públicas afirmativas no Brasil. A Revista Afirmativa teve

início com três edições impressas⁴⁹, sendo duas de 2014 e a terceira em 2018. "Cotas na pós-graduação", "Racismo religioso" e "Juventude negra" foram os temas abordados em cada uma delas.

Figura 11 – Capas das três edições impressas da Revista Afirmativa



Fonte: Revista Afirmativa

Pinheiro (2019, p.114) explica que “a revista é criada junto com um portal de internet e uma série de redes sociais, que estão se tornando centrais na forma com que nós consumimos comunicação na contemporaneidade”. Uma das características da Afirmativa é a prática de jornalismo multimídia e multiplataforma, pois entendem que as mídias negras contemporâneas estão situadas em uma ambência de virtualidade e precisam se adaptar às necessidades do meio digital.

Atualmente, o foco da Revista Afirmativa é a atuação digital, com publicação de conteúdo editorial para o site e a comunicação por meio de redes sociais na internet como Facebook, Instagram, YouTube e Twitter. O grupo conta com oito integrantes fixos, além de colaboradores, o trabalho de todos costuma ser voluntário.

Em 2020, a Revista Afirmativa apresentou os resultados de mais uma estratégia que reforça seu viés de aquilombamento: Lab Afirmativa de Jornalismo – Respeita a

⁴⁹ Disponível em: <<https://revistaafirmativa.com.br/edicoes/>>. Acesso em: 04 out. 2022.

Favela⁵⁰. O projeto foi uma seleção pública de jornalistas e estudantes de jornalismo para participarem de uma formação laboratorial em mídia negra. Devido à pandemia, o projeto funcionou de forma remota e resultou em seis grandes reportagens multimídia de jornalismo antirracista.

6.2 AVM como modo de enxergar: categorias analíticas

As mídias negras brasileiras são exemplos de como grupos articulados pela causa antirracista fazem frente ao racismo que se desenvolve também na área midiática. Essa luta que continua ativa há tantos séculos em nosso país vai além da dimensão intelectual e epistêmica, pois reconhece a importância de não apenas debater, mas de organizar ações e contramovimentos para mudar o que o domínio colonial impôs (SODRÉ, 2018).

Um dos grandes desafios das mídias negras é pensar como articular a comunicação para produzir mudanças. Segundo Almeida (2019), é necessário combater o racismo institucional através de práticas antirracistas efetivas que causem sentido desde as instituições até a sociedade de modo geral. Desenvolver estratégias para colocar corpos negros em outras referências no imaginário social demanda um compromisso de centralizar a comunicação junto à decolonialidade.

A articulação negra em nosso país, iniciada pelas pessoas em diáspora e continuada pelos afrobrasileiros, é uma luta em movimento porque teve diversas manifestações ao longo do tempo. O Movimento Negro Unificado (MNU) surgiu no início do século XX e fortalece a tradição da luta antirracista quando reivindica a centralidade da questão racial para o debate social e, principalmente, para a construção de políticas públicas. O próprio MNU já é uma organização cujas raízes podem ser encontradas na resistência negra iniciada ainda quando éramos colônia, como revoltas e quilombos. Para fundamentar o olhar sobre as mídias negras brasileiras, recorremos ao AVM por notarmos uma base em comum entre os quilombos e os grupos de comunicação atuais.

Se os quilombos eram um movimento de negação – pois instituíam novas sociedades que se distanciavam não apenas fisicamente, mas politicamente do regime

⁵⁰ O material pode ser acessado no site da Revista Afirmativa: <<https://revistaafirmativa.com.br/editorial-lab-jornalismo-respeita-a-favela/>>. Acesso em: 21 set. 2021.

econômico da colônia – eram também de afirmação da cultura, religiosidade e modos de ocupar o mundo surgidos nas raízes africanas (CARNEIRO, 2011). Na contemporaneidade, as mídias negras se inspiram nesse formato e seguem a mesma lógica: negam o racismo estrutural da sociedade e a matriz de dominação dos discursos midiáticos, mas se reafirmam enquanto sujeitos da própria história e articulam novos caminhos estéticos e discursivos para falar sobre corpos negros.

As categorias analíticas desta pesquisa foram baseadas nos estudos dos diversos textos citados de Beatriz Nascimento, Abdias Nascimento, Clóvis Moura e Edison Carneiro sobre o funcionamento logístico dos quilombos. Conforme discutido ao longo deste texto, as reações de pessoas negras à escravização foram intensas, embora a história formal tente nos colocar em um lugar de indolência. Carneiro (2011, p.04-05) aponta três aspectos centrais dessas formas de resistência: revoltas organizadas, insurreições armadas e fugas para o mato que resultaram nos quilombos. A leitura crítica de Beatriz Nascimento a respeito das organizações quilombolas nos leva a pensar que esses espaços não foram apenas locais de fuga, mas compõem um “universo simbólico em que seu caráter libertário é considerado um impulsionador ideológico na tentativa de afirmação racial e cultural do grupo” (B. NASCIMENTO, 2021, p. 109).

Quando aborda os quilombos também como potência política, a pesquisadora nos leva a refletir que a visão sobre essa instituição afrobrasileira apresenta uma característica atemporal, moldável ao longo do tempo de acordo com as necessidades da resistência negra. Ou seja, os quilombos têm uma constância durante o tempo, embora mudem de formato. A transformação do lugar em verbo – quilombo > aquilombar – é a herança que a ancestralidade africana deixou para a descendência brasileira poder lutar contra a colonialidade. Nascidas nessa lógica, as mídias negras são quilombos virtuais que oferecem novas dinâmicas de união, agregação e conexão com uma ferramenta principal de atuação: a comunicação.

Pessoas negras aquilombam-se onde quer que haja necessidade de resistir e contrapor, inclusive na mídia. Logo, os quilombolas que hoje pertencem à dinâmica social brasileira não precisam mais abrir clareiras nas florestas, mas reterritorializam-se no *bios virtual* (SODRÉ, 2002) e constroem uma evolução histórica em moldes semelhantes ao que os ancestrais negros(as) ensinaram. No caso das mídias negras, os espaços

territoriais físicos onde eram localizados os quilombos foram transferidos para a internet e trazem uma tônica de continuação da resistência iniciada pelos negros(as) em diáspora. Os quilombos virtuais midiáticos são forjados em um arcabouço ideológico que ecoa a retórica da luta antirracista.

Devido à linha de continuidade histórica que liga os quilombos coloniais aos quilombos virtuais das mídias negras, o AVM é organizado em oito categorias inspiradas no modo como essas instituições foram organizadas pelos ancestrais afrobrasileiros:

Figura 12 – Síntese analítica do AVM



Fonte: elaboração própria

Inspiradas nos movimentos teórico-metodológico circulares como o "giro decolonial" (MALDONADO-TORRES, 2005) e a "roleta interseccional" (CARRERA, 2020), enxergamos que o olhar para as mídias negras também se faz em roda. A comunicação está no eixo central, pois por meio dessa forma de expressão criam-se novos repertórios de existência negra. Oito características que moldaram os quilombos podem ser vistas nos grupos de comunicação negros, mesmo que sejam tensionadas de formas diferentes hoje, significando:

- 1) Articulação:** as mídias negras são históricas;
- 2) Fuga:** as mídias negras negam as imagens fixas da mídia tradicional;
- 3) Estratégia:** as mídias negras são contra-hegemônicas;
- 4) Sobrevivência:** as mídias negras são autogeridas;
- 5) Resistência:** as mídias negras são interseccionais;
- 6) Território:** as mídias negras são virtuais;
- 7) Estrutura:** as mídias negras são aquilombadas;
- 8) Combate:** as mídias negras são antirracistas.

Enquanto abordagem, o aquilombamento virtual midiático parte de uma perspectiva interpretativa ao tratar os referenciais estudados. Nós, autora e orientadora, olhamos para as mídias negras com a centralidade dos quilombos e construímos coletivamente neste balão de vozes - junto aos(as) autores(as), interlocutores(as) da pesquisa e professores(as) da banca avaliadora - o entendimento sobre como operam a partir desses oito eixos ligados ao funcionamento dos quilombos.

Sob o olhar do AVM, neste capítulo interessa identificar e refletir a respeito das características principais que formam as mídias negras brasileiras e instigam sua existência hoje. Avaliamos que o pressuposto de um jornalismo antirracista inclui o compromisso dos sites jornalísticos de mídia negra de romper com a lógica colonial do racismo estrutural - mas também de outras formas de opressão - e de ampliar a visibilização das subjetividades negras. Envolve, ainda, a desconstrução do imaginário racista, o levante de pautas étnico-raciais, a promoção da diversidade racial e de gênero, a provocação a políticas públicas que garantam os direitos dos povos negros no Brasil e a instrumentalização da comunicação enquanto prática de enfrentamento ao racismo.

6.3 Mídias negras como quilombos virtuais contemporâneos

Diante do racismo que molda a estrutura social brasileira, na contemporaneidade também há diversas experiências que ecoam gritos de justiça e liberdade. Entendo as **mídias negras** como iniciativas motivadas pela luta contra o racismo, o sexism, a história única, a dominação, a hegemonia da mídia corporativa em

relação à agenda, a exclusão, a invisibilidade e as injustiças sociais e cognitivas do mundo. Têm a comunicação como principal ferramenta de resistência e reivindicam o direito à construção das próprias narrativas. As atuais mídias negras são herdeiras da imprensa negra, das revoltas pela liberdade, dos quilombos e dos tantos modos de insurgência de povos escravizados.

Para o jornalista e mestre em Comunicação pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), Jonas Pinheiro, mídias negras são “meios de comunicação produzidos e gerenciados por pessoas negras com ênfase neste marcador sociocultural e que têm como intuito a luta contra o racismo em suas diversas instâncias sociais e políticas” (2019, p.165). Nessa perspectiva, assim como a imprensa negra, são meios pensados, elaborados e construídos por negros e negras para a escrita de si, do que vivenciam e para a articulação de suas lutas.

Além de lugar de luta, mídias negras também são polos de autoafirmação. Muitas pessoas racializadas enxergam nas mídias negras espaços de referência na luta antirracista, tornando-as centros de inspiração e motivação.

Beatriz Nascimento (2021, p.22) já alertava que, embora fossem formados pela mesma finalidade histórica, os quilombos no Brasil apresentavam características logísticas, organizativas, geográficas e ambientais distintas. Ou seja, não eram iguais, mesmo que apresentassem correlações e a mesma motivação de resistência negra. Da mesma maneira, os quilombos virtuais da atualidade têm diferentes panoramas dependendo das áreas onde se situam.

No caso das mídias negras, consideramo-las como quilombos virtuais por ecoarem a mesma potência política de libertação das amarras coloniais que tinham os quilombos coloniais. Esses grupos retomam o tempo da história em que a agregação e solidariedade entre pessoas negras era condição fundamental para escapar da opressão e entender quem somos nós. As manifestações racistas da sociedade exigem, em diferentes tempos, nosso aquilombamento para que o confronto seja possível. Quando colocamos as mídias negras nesse lugar, enxergamos que trabalham por um desafio, uma reação e um projeto antirracista.

Com essas oito características afins que elencamos entre os quilombos coloniais e os virtuais, não pretendemos igualá-los, mas aproximá-los enquanto movimento

necessário na história viva dos povos negros no Brasil. As mídias negras são parte da formação histórico-social da sociedade brasileira hoje e cumprem seu papel político de herdar a resistência da ancestralidade negra baseada no aquilombamento. É o que buscaremos mostrar a partir de agora.

1) Articulação: as mídias negras são históricas⁵¹

O primeiro apontamento localizado ao enxergar o campo empírico de pesquisa pelas lentes metodológicas do aquilombamento virtual midiático é que existe um mesmo fio histórico iniciado nos quilombos que chega até a atualidade através de iniciativas de agregação afrobrasileira, como as mídias negras. Partimos do entendimento de que esses grupos germinaram das sementes plantadas não apenas pelos quilombos, mas também por revoltas, insurreições e pelos veículos de imprensa fundados ainda na época do domínio colonial.

Para compreendê-las de modo mais completo, é preciso revisitar aspectos da história da imprensa negra, levando em conta outras pesquisas que tratam o tema de maneira mais aprofundada, em especial (PINTO, 2006; 2010), (PINHEIRO, 2019) e (E. NASCIMENTO, 2008). A contextualização histórica é o passo inicial para entender as mídias negras virtuais atuais. Neste item, objetivamos sintetizar alguns de seus passos ao longo da história. Uma leitura detalhada a respeito do histórico da mídia negra brasileira está organizada na dissertação *Alma Preta e Afirmativa: experiências contemporâneas de mídias negras na luta contra o racismo*, escrita por Jonas de Jesus Pinheiro para o Programa de Pós-graduação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

Pinheiro (2019) divide a imprensa negra em três fases: 1^{a)} imprensa negra no século XIX; 2^{a)} as associações e grupos organizados dos homens de cor (1903 – 1963); 3^{a)} imprensa negra no processo de abertura política e na década de 1990. Um outro

⁵¹ Discussão iniciada no texto “Comunicação pela liberdade: o papel das mídias negras na luta antirracista”, publicado na mídia negra Revista Afirmativa. Disponível em: <<https://revistaafirmativa.com.br/comunicacao-pela-liberdade-o-papel-das-midias-negras-na-luta-antirracista/>>. Acesso em: 30 ago. 2021.

momento que acontece no pós-imprensa negra é o surgimento mídias negras virtuais⁵² (2000-atual), nascidas aproximadamente nas últimas duas décadas já imersas no contexto digital e que têm sofrido adaptações constantes devido às transmutações tecnológicas em contexto de mobilidade e ubiquidade (SILVA, 2016).

Desde as revoltas coloniais, negros e negras utilizavam a comunicação como forma de articulação das lutas pela liberdade. Na Revolta dos Búzios, movimento negro revolucionário ocorrido em 1798, a comunicação foi uma importante estratégia por meio de bilhetes ou boletins escritos em árabe que eram escondidos em bandejas das quituteiras negras. Por meio de diversas formas de comunicação, da oralidade à escrita, homens e mulheres negros(as) tentam lutar contra o sistema que os aprisiona. Desde o século XIX há registros de experiências do universo comunicacional voltadas para a sobrevivência, validação de existência e propagação de vozes. E, conforme as tecnologias de comunicação se desenvolveram, os modos de enunciação eram modificados, não sendo restritos apenas à esfera oral (BARBOSA, 2016). Ao contrário do que a história hegemônica tenta nos fazer crer, negros escravizados faziam parte da sociedade e não estavam alheios às suas dinâmicas, práticas e formas de ruptura com os silêncios.

Acho que, sem dúvida, o que a imprensa negra faz, historicamente, é o que a gente faz. O que outras mídias... uma frase que a gente sempre - eu sempre falo, né - você já viu outras falas minhas. Os nossos passos vêm de longe. Então, o que é afirmativa faz, o que o Alma Preta faz, o que tantas outras mídias negras fazem, atualmente, não é novidade. Primeiramente, não vêm do nada. Isso vem de um histórico de resistência (PINHEIRO, informação verbal, 2020)⁵³.

Além das revoltas, a imprensa também foi um espaço de enfrentamento à discriminação racial. Indivíduos e coletivos organizados na chamada imprensa negra tinham a comunicação como espaço de produção de contradiscursos. No Brasil, comunicação midiática fez parte da história da resistência negra desde o período do regime de escravização, embora seja um ponto invisibilizado nos estudos de historiografia do jornalismo em instituições de ensino superior.

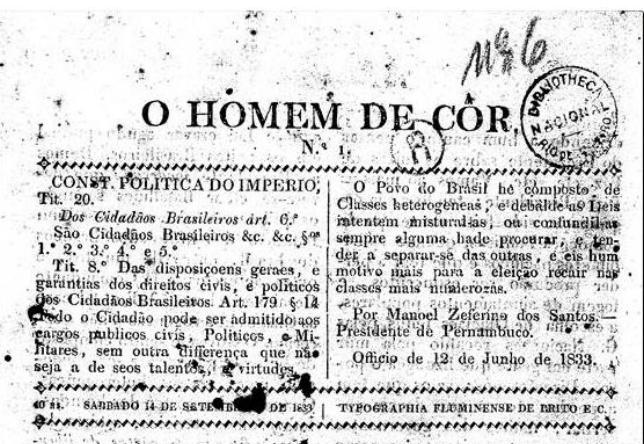
⁵² Pinheiro (2019) define como mídias negras contemporâneas.

⁵³ Entrevista síncrona concedida por Jonas Pinheiro (Revista Afirmativa) pela plataforma Google Meet, ago.2020. Entrevistadora: Alice Oliveira de Andrade. A transcrição encontra-se no anexo deste texto.

Segundo a pesquisadora Ana Flávia Magalhães Pinto (2006), a imprensa negra integra o conjunto de veículos de comunicação, em especial os jornais impressos, que surgiram para somar à luta contra a discriminação racial no Brasil. Bastide (1983) define a imprensa negra como o relato que "pessoas de cor fazem" de si mesmas e salienta sua importância como espaço de comunicação, educação e reivindicação. Moura (2019, p.249) analisa que a imprensa negra reflete uma "marca étnica, os negros concentram nessa marca o potencial de sua revalorização simbólica, do reencontro com sua personalidade". Já para Pinheiro (2019, p.57), a imprensa negra é "formada pela prática jornalística feita por e para pessoas negras que buscam (...) controlar os códigos da dominação e subvertê-los". Esses agrupamentos de pessoas negras em torno da produção comunicativa visavam construir uma narrativa à margem daquela apresentada pela imprensa comercial, vinculada aos interesses coloniais, durante o período da escravização no Brasil.

O Correio Braziliense foi o primeiro jornal brasileiro, fundado com a vinda da família real portuguesa ao país em 1808 (WENECK SODRÉ, 1996). Trinta e três anos depois, a data 14 de setembro de 1833 marca o início da imprensa negra no Brasil, na capital imperial do Rio de Janeiro. O periódico "Homem de Côn/O Mulato" foi impresso na Tipografia Fluminense, do jornalista Francisco Paula de Brito, e circulou até novembro do mesmo ano em cinco edições. Nessa época, os responsáveis pela escrita do jornal eram negros(as) libertos da escravização que buscavam comunicar suas demandas abolicionistas à população brasileira.

Figura 13 – primeiro jornal da imprensa negra brasileira



Fonte: Acervo digitalizado da Biblioteca Nacional

Há uma lacuna muito grande de registros das formas de resistência negra na história do Brasil. A ausência de documentos que comprovem os levantes de escravizados contra o regime vigente subsidia a ideia de que há pouca tradição da luta antirracista por parte dos nossos ancestrais (E. NASCIMENTO, 2008, p.95). Os registros de imprensa negra que restaram ao longo do tempo trazem as marcas das violências enfrentadas pelas pessoas em situação de escravização – como anúncios de vendas, prisões, espancamentos e ofensas – mas também demarcam importantes iniciativas de combate. Mostram que, de maneira equivocada, a história escrita por mãos brancas delega ao invisível a relação entre pessoas negras, imprensa e comunicação. Elementos como o mito da democracia racial e da cordialidade da rala negra, como propostos por Gilberto Freyre para subsidiar a tese de que a escravidão brasileira foi branda, contribuem para que a imagem de pessoas negras seja aprisionada nas ideias de incapacidade reflexiva e indolênciа.

O trabalho do sociólogo Roger Bastide (1973) e de Ana Flávia Guimarães Pinto (2006) e, mais recentemente, de Pinheiro (2019), são marcos na historiografia da imprensa negra, em especial ao abranger outras partes do território brasileiro que não seja São Paulo. Mesmo tendo a causa do abolicionismo em comum e existindo em mesmo período histórico, a imprensa negra não tinha tanta agregação entre si e apresentava características bem diversificadas (PINHEIRO, 2020, p.32). Eram, contudo, iniciativas corajosas que buscavam rupturas em uma realidade dominada pela hegemonia, uma demonstração da radicalidade negra constituída em ideais de resistência:

No contexto de uma população em que a esmagadora maioria era de ascendência europeia, cujas políticas públicas eram axiomaticamente racistas e cuja cultura tradicional era exclusivista, o próprio ato de instituir uma publicação dedicada a negros e escrita por eles já constituía um passo radical alternativo (DOWNING, 2002, p.206).

Na mesma época de Homem de Côn (1833), outros periódicos também constituem o primeiro tempo da imprensa negra brasileira: O Lafuente, O Crioulinho, Brasileiro Pardo e O Cabrito. Os jornais tinham afim a agenda da identidade afrobrasileira e iniciaram as problematizações sobre o estigma do racismo, na época chamado de “preconceito de cor”. Questionava-se a Constituição de 1824, que trazia uma garantia de igualdades

completamente desrespeitada pelo Império e pela sociedade, já que negros e negras não tinham reconhecimento de sua cidadania.

Sodré explica que a imprensa negra foi importante para a “denúncia contra o preconceito de cor, na consciência discriminatória e informações históricas” (2015, p.275). Após a abolição no século XIX, periódicos como O Progresso e A Pátria surgiram em São Paulo como uma tentativa coletiva de combate à discriminação racial. Homens e mulheres negros(as) integravam a imprensa negra para realocar o olhar social sobre seus corpos, visando a inserção social e ascensão econômica em um período no qual o escravagismo ainda era muito forte, embora juridicamente abolido.

A Universidade de São Paulo (USP) disponibilizou um acervo significativo de periódicos negros do período pós-abolição. Entre os veículos da época, O Clarim d’Alvorada (1924-1932), Progresso (1928-1931), A Voz da Raça (1933-1937) e Novo Horizonte (1946-1961) foram os que tiveram maior duração, mesmo com descontinuidades durante seu período ativo. O Portal da Imprensa Negra Paulista da USP abrange 26 publicações: A Liberdade, A Rua, A Sentinella, A Voz da Raça, Alvorada, Auriverde, Chibata, Correio D’Ébano, Elite, Evolução, Hífen, Mundo Novo, Niger, Nosso Jornal, Notícias De Ébano, Novo Horizonte, O Alfinete, O Baluarte, O Bandeirante, O Clarim, O Clarim Da Alvorada, O Estímulo,O Mutirão, Progresso, Senzala e Tribuna Negra. O acervo está disponível publicamente para consulta⁵⁴.

⁵⁴ Disponível em: <<http://biton.uspnet.usp.br/imprensaneira/>>.

Figura 14 – Acervo do Portal da Imprensa Negra Paulista (USP)



Fonte: Portal da Imprensa Negra Paulista

Entre as publicações do século XX da imprensa negra paulista, algumas eram ligadas a publicações norte-americanas e a instituições como a Frente Negra Brasileira (FNB), um movimento conservador que causou esse fosso de incoerência e conservadorismo no histórico da imprensa negra.

Um dos maiores grupos de negros organizados do país possuía majoritariamente um viés integralista (movimento de extrema direita brasileiro) e em seu subtítulo o pasquim trazia a frase: 'Deus, Pátria, Raça e Família'. Apesar de um ponto em comum, a luta antirracista, percebe-se ao longo da história e, sobretudo neste momento, as diferentes tendências políticas assumidas dentro da imprensa e das organizações negras (PINHEIRO, 2020, p.34).

Jacino (2022) estudou a ligação entre as lideranças negras da década de 1930 e a Ação Integralista Brasileira da extrema-direita. As aproximações com o nazifascismo europeu no histórico da imprensa negra são chocantes, pois nesse prisma político o racismo atinge níveis profundos. O pesquisador aponta, entre outras razões, duas

principais: a adoção do pensamento da democracia racial por parte dos grupos negros articulados; e o distanciamento dos movimentos de esquerda como o Partido Comunista do Brasil (PCB) das reivindicações raciais da população negra.

Nos anos da ditadura militar no Brasil, a partir de 1964, a militância negra foi desarticulada por causa da repressão. A censura impedia o debate sobre pautas que se aproximasse do movimento comunista, como a igualdade racial. "O golpe militar de 1964 desarticolou o movimento negro, pondo suas lideranças praticamente na semiclandestinidade, como aconteceu com outras lutas políticas que estavam em curso no período" (PINHEIRO, 2019, p.85). Um dos jornais de destaque dessa época é o Jornegro (1978-1981), dirigido por Odacir de Matos e produzido pela Federação das Entidades Afro-brasileiras do Estado de São Paulo (FEABESP). O periódico reivindicava nomear os preconceitos de raça e a problematização de assuntos do ponto de vista afrobrasileiro.

Figura 15 – Ilustração de matéria do Jornegro (1978)

JORNEGRO
ANO I - Nº 4 SETEMBRO 1978

O negro exige o fim da discriminação racial

O Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial composto de indivíduos, grupos e algumas entidades negras, distribuiu carta junto à comunidade de São Paulo, convocando-a para que fosse a Praça Ramos de Azevedo, no fim do Viaduto do Chá, em frente ao Teatro Municipal, dia 7 de julho às 18,30 horas para protestar contra a discriminação racial que é um fato marcante na sociedade brasileira, que barra o desenvolvimento do negro, destrói sua alma e a sua capacidade de realização como ser humano.

Forças progressistas e democráticas da sociedade brasileira, que se preocupassem não só com problemas raciais, como também com as injustiças e o desrespeito aos direitos humanos. Depois da demonstração pública de 7 de julho o Movimento Unificado através de cartas distribuídas junto à comunidade negra de São Paulo e outros Estados marcou uma Assembleia Geral e aberta para dia 23 de julho com objetivo de discutir sua organização e ampliação, ao que foi acrescida questão relativa ao nome do próprio Movimento. Nesta Assembleia,

Ximo, no Rio o Movimento Negro caminha em direção a organização do negro, pois necessária, conforme a nossa irmã Heronilda de Alcantara, «A liberação do negro que não aconteceu no dia 13 de maio de 1888 e nem mesmo no dia 7 de julho de 1978 (ato público) só acontecerá quando o negro se unir para estudar e lutar por esta liberdade, pela igualdade e pelo direito de se assumir como NEGROS».

direito a voz e voto nas discussões de todas as questões colocadas pela comunidade.

Após o ato público quais os trabalhos práticos que vêm sendo desenvolvidos?

Estamos desenvolvendo a estrutura organizativa aprovada em Assembleia Geral, principalmente no que diz respeito a criação dos Centros de Luta. Também estamos iniciando campanha em defesa da comunidade do Cafundó, inclusive prestando assistência jurídica.

Fonte: negritos.com⁵⁵

⁵⁵ Edição disponível para consulta em: <<http://negritos.com.br/wp-content/uploads/2020/05/Jornegro-IV.pdf>> Acesso em: 13 dez. 2022.

Outro periódico importante de ser destacado nesse período é o Nzinga Informativo (1985-1989), criado por Lélia González e outras mulheres negras ligadas ao movimento unificado. Esse periódico é um marco nos debates midiáticos sobre interseccionalidade, pois levantava discussões englobando ideias de gênero, raça e classe para pensar o lugar das mulheres negras na sociedade (PINHEIRO, 2019, p.91).

Os jornais citados aqui, contudo, não chegam perto da totalidade de publicações desenvolvidas no período colonial, com ideais abolicionistas; no momento do pós-abolição, para integrar pessoas negras à sociedade; e a partir dos anos 1970, com reivindicações mais diretas pela luta antirracista. Sugerimos a leitura de Pinto (2006) e Pinheiro (2019), em especial a consulta do quadro com o histórico da imprensa negra no Brasil (1798-1996).

No início dos anos 2000, com a expansão da internet no Brasil, outras expressões midiáticas foram surgindo marcadas pelo contexto digital e pela virtualização das experiências. A partir desse ponto, por terem características mais específicas voltadas para a nova ambiência, deixam de ser chamadas de imprensa negra e passam a se reconhecer como mídias negras. No entanto, em todas as miradas para as mídias negras virtuais, como aqui chamamos, ou mídias negras contemporâneas (PINHEIRO, 2019), é fundamental recordar que os primeiros passos foram dados pelo jornalismo abolicionista e pelo jornalismo emancipatório da imprensa negra ao longo da história. Os formatos jornalísticos das mídias negras são reconhecidos por sua característica multimídia e multiplataforma, além do objetivo da luta contra o racismo e com a mudança das matrizes de visibilidade sobre corpos negros.

2) Fuga: as mídias negras negam as imagens fixas coloniais da mídia tradicional

O elo que une a formação dos quilombos, o surgimento da imprensa negra e das mídias negras no Brasil é a resistência ao colonialismo e à colonialidade que articulam, em diferentes momentos históricos, o silenciamento de grupos racializados. A busca pela autossuficiência nas práticas comunicativas também surge de uma lacuna deixada pelos veículos de comunicação hegemônicos, que reproduzem imagens fixas pejorativas sobre

pessoas negras enquanto abafa vozes que querem reconstruir a própria história. Trata-se, nos termos de hooks (2019, p.47), da prática da “cultura negra de resistência”.

Herdeiras dos quilombos, das revoltas coloniais e da imprensa negra, as atuais mídias negras estão inseridas em um panorama de recrudescimento do racismo e de outras desigualdades interseccionais, como gênero e classe. Esses grupos constroem um cenário que tem o aquilombamento como principal regime de visibilidade, enxergando nos corpos, na ancestralidade e na subjetividade instrumentos políticos de emancipação através da comunicação. Aquilombar é colocar em prática o mote dos quilombos: é unir para resistir. É comunicar junto.

Foi apenas um século após a abolição legal da escravidão que o Estado começou a discutir políticas sociais e populacionais para a população negra. A partir da década de 1980 o debate sobre ações afirmativas passou a compor o cenário de cidadania nacional (ARAUJO; PERUZZO, 2021). A luta por direitos civis, que desde o início deveriam ter sido garantidos pelas instituições, tornou-se mais uma demanda da parcela negra da sociedade. A participação política também é uma construção que vem sendo reivindicada. Quanto mais pessoas negras comprometidas com ideais democráticos ocuparem cargos na política, maiores as chances de centralizarmos a raça nos debates públicos. Educação, saúde, moradia, emprego, cultura e lazer são garantias constitucionais que infelizmente ainda não contemplam toda a nossa população preta, parda e periférica. Um resultado da abolição desligada de ação política para inclusão.

A necessidade de transformar a imagem do(a) negro(a) na mídia se intensificou a partir dos primeiros anos após a abolição oficial. Mesmo que a construção do olhar negativo sobre corpos racializados tenha iniciado ainda no período colonial com argumentos eugenistas e racistas para justificar a escravidão, a complexificação do racismo foi aumentando na contemporaneidade. Os suportes comunicacionais, como subsidiários da superestrutura capitalista, construíram códigos e sentidos para orientar o olhar social a padronizar e fixar imagens pejorativas.

Lélia González já nos alertava que o combate ao racismo é indissociável ao debate de classes porque a dominação de classe funda o preconceito racial em nosso país, visto que a superestrutura da sociedade fixa a imagem do negro(a) como uma figura distante da humanidade e passível de ser explorada. “Os arranjos racistas operam em benefício

da classe capitalista e em detrimento de todos os trabalhadores" (GONZÁLEZ; HASENBALG, 2022, p.96).

As escolhas na mídia não são por acaso, pois há uma rede que circula em nossas mentes mesmo inconscientemente, fundada ainda no período colonial, que baliza os ideais eurocêntricos excludentes. Os imaginários são formados em múltiplos campos, como o cultural, social, político, jurídico e midiático. Este reforça todos os outros porque auxilia a fixação desses símbolos que, com o tempo e a constância, vão produzindo sentidos quase que automáticos em quem os vê. Basta lembrarmos de imagens fixas mais comuns, como "índio é preguiçoso", "mulata sabe sambar", "homem negro é malandro" e "mulheres negras são fortes e suportam mais dor".

Embora muitas vezes circulem no cenário cultural, essas imagens fixas trazem consequências reais aos povos racializados, como a ampliação da necropolítica, e espalham-se constantemente porque "o fluxo do discurso e o curso do significado se apresentam como a continuidade do conhecimento, do vivido, do fluxo normal das coisas, da boa rotina do mundo, fazendo com que o significado guarde sempre o mesmo sentido" (BORGES, 2012, p.182). Foi no pós-colonialismo em que pessoas de corpos não-brancos foram cristalizadas nesse lugar de marginalidade, silenciamento, subalternidade e incompetência (KILOMBA, 2019). Foram não apenas impedidas de nomear suas questões e escreverem autonarrativas, como também de se perceberem fora desse lugar que lhes foi imposto.

Em seu discurso mais conhecido, Chimamanda Ngozi Adichie (2019) nos alerta para os perigos da história única. A escritora revela que as imagens pré-moldadas sobre pessoas negras confinam o imaginário coletivo em um lugar de preconceito, racismo e ignorância. A necessidade do enfrentamento às visões coloniais sobre o mundo estimula, em todos os períodos históricos, a formação de centros de potência e ruptura.

Quando negros africanos e afrobrasileiros aquilombaram-se no período colonial, compuseram, para além de um refúgio físico, uma estrutura fundamental para contrapor e fazer ruir a sociedade escravista no país. Afinal, para realizar mudanças que sejam de fato ideológicas, "o escravo, pela sua posição no espaço social, para dinamizá-la tem de negá-la, já que não lhe oferecem possibilidades de ascensão capaz de modifica-la. Essa necessidade é que leva o escravo a se organizar em movimentos ou grupos de negação

ao sistema" (MOURA, 2022, p.23). As mídias negras de hoje negam o sistema midiático hegemônico-corporativo quando se impõem ativamente contra o histórico de imagens fixas produzidas ao longo do tempo sobre seus corpos e modos de existir. Este é um entendimento nítido entre os representantes de mídias negras que dialogaram conosco ao longo dos últimos anos:

A maioria dos jornais de imprensa negra e mídia negra ou revistas, eles surgem justamente pelo descontentamento dessas pessoas com o que se produz na hegemônica. Então, a Afirmativa tinha isso muito no início, no "sobre", nos primeiros editoriais da revista sempre se diz que o que é produzido na mídia hegemônica, ou mídia tradicional ou grande mídia, não contempla as populações negras como deveria. Por isso, a Afirmativa surge para ocupar esse lugar (PINHEIRO, informação verbal, 2020)⁵⁶.

O que a gente faz no Negrê é tentar desconstruir estereótipos e narrativas que são muito ruins sobre o nosso povo. Assim, jamais vai ter uma editoria de polícia no Negrê, sabe? Não tem necessidade de estar noticiando morte de pessoa negra que morreu com policial ou tráfico, sei lá o quê, sabe? Mas é adoecedor ainda para o nosso povo. Então, eu acho que a gente tá na contramão desse discurso, que já é enraizado na mídia tradicional, na mídia brasileira, e algumas outras particularidades também (CARVALHO, informação verbal, 2020)⁵⁷.

Nos termos da professora Rosane Borges (2012, p.184), os "enunciados imagéticos" acabam circulando em categorias prévias que instalaram linhas divisórias que delimitam enfaticamente o lugar do "outro", o que é aceitável e aquilo que não é. A intenção das mídias negras é abrir fissuras nesse projeto hegemônico que a imprensa tradicional semeou com ideais eurocêntricos e colonialistas, levantando a possibilidade de um sistema diferente de representações dos corpos negros para livrá-los desse lugar subalternizante (hooks, 2009).

Quando evocam a ancestralidade dos quilombos e de outras formas de resistência afrobrasileira ao longo do tempo, as mídias negras anunciam a potência, a criatividade e a necessidade negra – e humana – de existência em moldes bem distantes dos precarizados em que foram postas. Convidam a uma dinâmica de circularidades que desloca o olhar colonial para um lugar de emancipação, chamam para o movimento, um girar o pescoço, um olhar para o outro lado, um “pensar muito bem, girando a roda que

⁵⁶ Entrevista síncrona concedida por Jonas Pinheiro (Revista Afirmativa) pela plataforma Google Meet, ago.2020. Entrevistadora: Alice Oliveira de Andrade. A transcrição encontra-se no anexo deste texto.

⁵⁷ Entrevista síncrona concedida por Larissa Carvalho (Negrê) pela plataforma Google Meet, out.2020. Entrevistadora: Alice Oliveira de Andrade. A transcrição encontra-se no anexo deste texto.

pode encantar esse mundo entristecido" (SIMAS; RUFINO; HADDOCK-LOBO, 2020, p.10). Essa é uma preocupação necessária ao trabalho das mídias negras. Os jornalistas que a compõem enxergam a comunicação como um instrumento de trabalho, mas também como uma oportunidade de se proteger da colonialidade ao mesmo tempo em que a combatem:

Eu sou umbandista e eu sempre falo do poder que tem as cantigas, os pontos, de um bando de Candomblé, porque ali eles contam uma história. Quando a gente pensa em mídia, sempre que eu falo em mídia, na verdade eu falo de formas de se comunicar, porque essa mídia tradicional, do papel, muitas vezes ela não foi acessível para nós. Mas nós, pessoas negras, a gente tinha diversas, a gente tinha e tem diversas estruturas e formas e maneiras de se proteger, de se comunicar (BERNARDES, informação verbal, 2021).

O trabalho das mídias negras auxilia a libertação das consciências de nossos ancestrais afrobrasileiros que se aquilombaram para se proteger e nos deixar um exemplo de como resistir à dominação e à exploração. Ecoam as letras escritas por Conceição Evaristo ao dizer que nossa vivência importa; a audácia de Lélia González ao dizer que "o lixo vai falar e numa boa"; a articulação de Beatriz Nascimento ao declarar que conhecemos nosso caminho e nossas rotas alternativas; e a potência de Carolina Maria de Jesus que enxerga na própria vida e na própria história a validação necessária para existir no mundo. Sem a luta antirracista não há democracia possível, por isso a atuação de espaços de comunicação racializados devem estar na centralidade da enunciação contra-hegemônica. Consideramos as mídias negras como "a diáspora negra dizendo que sobreviveu e sobreviverá, superando as cicatrizes que assimilam sua dramática trajetória, trazendo em suas mãos o livro" (GONZÁLEZ; HASENBALG, 2022, p.35).

Há quem defina essas manifestações como culturas de sobrevivência, culturas de resistência, culturas de supravivência, culturas de franjas e culturas de frestas. Gosto dos conceitos e sugiro que passemos a mesclar isso com a ideia de culturas solidárias e culturas de contra-ataque (SIMAS, 2020, p.125).

Ainda acrescentaria à observação de Simas o termo culturas de aquilombamento, que abriga iniciativa como as mídias negras, pois desenvolvem um papel que vai além da produção de informação jornalística e têm experiências que reelaboram imaginários sobre as formas de existência negra em camadas profundas do tecido social (BORGES, 2020, p.41).

Embora a mídia hegemônica venha ampliando os debates voltados para estudos étnico-raciais, o que se nota, em especial desde o assassinato de George Floyd em maio de 2020, nos Estados Unidos, as matrizes de dominação e as imagens de controle seguem atribuindo significados pejorativos ao imaginário coletivo. As discussões até pautam a representatividade em alguns momentos, mas os fatores estruturais seguem ocupando o lugar do silenciamento. É raro ver os veículos de comunicação comerciais questionando o genocídio da população negra, a necropolítica e o perigo das imagens de controle na formulação de opressões, por exemplo. É nas mídias negras que comunicadores ocupam vácuos deixados pela mídia hegemônica e se colocam como protagonistas na construção das próprias narrativas.

A mídia hegemônica tradicional não pauta, não consegue pautar mais, sem as pautas que o movimento social coloca. Desde 2013 a gente vem pautando de uma forma diferente. Hoje a gente vê veículos de comunicação que tradicionalmente não pautavam questões de gordofobia, lgbtqifobia, as questões de raça, gênero, e isso vem muito carregado dos movimentos que surgiram na internet desde 2009. E o portal Geledés vem com essa leva, vem com uma leva de pessoas que estão sendo contra-hegemônicas desde o início (CARNEIRO, 2021, informação verbal)⁵⁸.

Dessa forma, pensar a mídia negra é pensar a comunicação como ferramenta de resistência de povos cuja luta secular se capilariza em múltiplas manifestações. Esse trabalho feito por elas tem raízes históricas, mas a trilha para o futuro ainda é longa. A criação de novos espaços de reexistência faz parte de uma luta complexa e, muitas vezes, engolida por matrizes de dominação, pois se propõe a confrontar estruturas de poder.

Nesse enfrentamento, as mídias negras compõem uma temporalidade que reconstrói imaginários, produz discursos alternativos e oferece novas dimensões estéticas. São experiências que revelam “a escrita de um mundo a ser lido/visto/ouvido”, nas palavras da professora Rosane Borges (2020, p.41). Essa construção é um esforço colaborativo no qual a subjetividade de cada pessoa envolvida traduz as vozes de um todo. A comunicação produzida nesses espaços, além de comprometida com a luta antirracista, percebe na união das experiências a potência para a construção de

⁵⁸ Entrevista síncrona concedida por Natália Carneiro (Geledés) pela plataforma Google Meet, dez. 2021. Entrevistadora: Alice Oliveira de Andrade. A transcrição encontra-se no anexo deste texto.

caminhos possíveis. É por isso que enxergo as mídias negras como parte de um movimento de aquilombamento.

Abdias Nascimento (2019) ensina que a simbologia do quilombo significa partilha, união, agregação. Nas mídias negras, vozes se aquilombam no solo fértil da comunicação para romperem com os silenciamentos históricos da colonialidade que há tanto tempo tentam nos aprisionar. Se, no século XIX os jornais eram movidos pelo fim da escravização, hoje as mídias negras seguem mobilizadas contra o genocídio e pela construção de novas narrativas sobre os povos afrodescendentes. Liberdade segue sendo o objetivo principal e a comunicação, como ferramenta, um modo determinante de luta.

Em artigo publicado no Mundo Negro, de título: *Os estereótipos de negros na mídia reforçam a imagem racista de que somos bandidos*⁵⁹, a jornalista Silvia Nascimento faz um levantamento de personagens negros construídos na área do entretenimento, especialmente em telenovelas, para questionar o lugar estereotipado e negativo no qual corpos negros são continuamente enquadrados na mídia hegemônica. Ao se perceberem fora do mesmo eixo midiático que a hegemonia racista, esses grupos encontram novas referências estéticas e discursivas para localizar sujeitos negros.

Se os meios de comunicação são formas significativas de formação sociocultural na sociedade, é necessário repensar os modos de representação que estigmatizam e minimizam. "As malhas verbovisuais que compõem a cena intersemiótica (imagens, textos escritos, som, projeções gráficas e diagramáticas) posicionam sujeitos e temas nos espaços de representação de modo a fixá-los em categorias predeterminadas" (BORGES, 2012, p.188). O jornalismo antirracista construído pelas mídias negras caminha em direção oposta porque propõe uma nova ordem de produção de sentidos, outros ângulos para olhar e diferentes repertórios midiáticos.

A mídia hegemônica, ao construir imagens e discursos, muitas vezes tonifica as formas de violência simbólica contra a população negra. A construção de estereótipos sobre pessoas racializadas apresenta ao imaginário coletivo regimes de visibilidade muitas vezes pejorativos, contribuindo para a invisibilização desses sujeitos e a

⁵⁹ Disponível em: <<https://mundonegro.inf.br/os-estereotipos-de-negros-na-midia-reforcaram-nossa-imagem-como-bandidos/>>. Acesso em: 15 jan. 2023.

incorporação de parâmetros ocidentais e eurocêntricos como universais. Fanon (2008, p.30) já alertava: “aquilo que se chama de alma negra é frequentemente uma construção do branco”.

Pensar a comunicação a partir de questões étnico-raciais é compreendê-la enquanto parte incontornável de um movimento de insurreição secular que vai de encontro às matrizes de dominação e às estruturas hegemônicas de poder. As mídias negras brasileiras reconhecem o comunicar como direito humano e produzem novos discursos, visibilidades, imaginários e dimensões estéticas. São construções colaborativas nas quais as subjetividades e vivências de cada pessoa negra podem ser traduzidas pela voz coletiva, visando transformar realidades e reconstruir as próprias histórias.

O percurso trilhado no AVM nos leva a pensar sobre as mídias negras brasileiras como espaços de produção de uma comunicação comprometida com a luta antirracista e com a construção de novas visualidades acerca de corpos racializados. Esses grupos têm como inspiração a resistência dos quilombos, das revoltas insurgentes no período colonial e da imprensa negra. Se a comunicação é a partilha social do comum (SODRÉ, 2014) e a raça um elemento estruturante da sociedade (ALMEIDA, 2018), é preciso pensar caminhos possíveis para as práticas comunicacionais enquanto canais das subjetividades étnico-raciais.

Figura 16 – Texto publicado no Mundo Negro

MUNDO NEGRO

HOME CARREIRA E NEGÓCIOS FALE CONOSCO

PROJETOS - PUBLICIDADE - PARCERIAS XP INC.

Home Artigos > Os estereótipos de negros na mídia reforçam a imagem racista de que...

Artigos

Os estereótipos de negros na mídia reforçam a imagem racista de que somos bandidos

Silvia Nascimento - 19 de junho de 2021



Sabiá (Jonathan Azevedo) da "Força do Querer" um dos vários negros traficantes das novelas da Globo - Foto: Divulgação

Mesmo após as diversas reflexões depois da morte de **George Floyd**, que perpassaram a inclusão de pessoas negras em projetos audiovisuais, nós ainda nos deparamos com produtos nacionais na TV que reforçam nossa imagem de forma estereotipada.

Um exemplo recente, foi o desperdício de talento **Douglas Silva** como o traficante **Marconi** em **Amor de mãe**. O núcleo dele, com exceção do amigo branco Sandro que virou moço bom e rico, era negro e criminoso.

Fonte: Mundo Negro

No contexto brasileiro, analisar essas vertentes pressupõe colocar em discussão os regimes de visibilidade produzidos pelo colonialismo e pela colonialidade, em um panorama que se desdobra desde o período da escravização. Para Mbembe (2018, p.21), o conceito de raça foi articulado pela colonização como um dispositivo de controle que ultrapassa os critérios biológicos e se coloca em um contexto biopolítico, visto que no sistema escravista perdia-se o lar, os direitos sobre si mesmo e o estatuto político. Em suma, forjou-se um modo de dominação que retirou de pessoas negras o direito à própria condição de humanidade.

Borges (2019b) explica que cada período histórico apresenta configurações estéticas, sociais, éticas e políticas que moldam as relações e modos de expressão. Segundo a autora, no século XXI as configurações de tais regimes têm sido marcadas por tensões e peculiaridades na ordem do imaginário, na qual a ideia de visibilidade ocupa um lugar central de reivindicação. Em consonância, Moura (2019, p.53) observa que este século tem sido construído a partir do “privilégio branco e da estrutura semiótica a ele associada para a manutenção do poder e da opressão”.

O surgimento de grupos compostos por pessoas racializadas que reivindicam lugares de fala distantes da precarização e da marginalização imposta pelos padrões hegemônicos ilustram bem a formação das mídias negras. No contexto do movimento negro brasileiro, elas articulam um cenário no qual a comunicação – principalmente em âmbito digital – é entendida como uma ferramenta de resistência e reconstrução das narrativas. O que está em disputa nessas mídias não é apenas o direito à expressão a partir do domínio técnico. É, principalmente, pelo modo como se fala e pelo conteúdo subjetivo moldado nas vivências e na história de um povo que tem a luta como modo de vida desde que foi sequestrado das terras de seus ancestrais para este lugar das Américas.

A luta contra o racismo, a construção de uma identidade e as construções de narrativas por e para pessoas negras são pontos centrais que observamos nas mídias negras brasileiras até então. A paisagem simbólica na qual vivemos é marcada por disputas que nascem no processo colonial e se desenvolvem ainda hoje através de dinâmicas racistas também disseminadas pela mídia hegemônica. O direito à fala é eixo dessa disputa que envolve não apenas a linguagem em si, mas a intencionalidade na elaboração de cada mensagem. Nesse cenário, inspiradas pela resolução de tais problemáticas e na essência de resistência dos quilombos e revoltas do período colonial, as mídias negras emergem.

A partir de Borges (2019a, p.18), entende-se que as categorias de raça e racismo renovam as práticas midiáticas, pois questionam as diversas facetas da comunicação e suas enunciações tantas vezes subalternizantes. Fanon (2008) já analisava os efeitos psíquicos individuais e coletivos causados pelo racismo nas vidas de pessoas negras. Os parâmetros criados pelo colonialismo - ocidentais, positivistas, brancos,

eurocêntricos, masculinos, cisgênero, heterossexuais e cristãos – oferecem ao mundo a universalização da imagem dos colonizadores, levando para um lugar de inexistência, invalidação e não-aceitação tudo aquilo que é diferente.

Adichie (2019) problematizou o perigo que narrativas pré-estabelecidas acerca de pessoas negras representam na criação de ideias racistas e intolerantes na sociedade. A autora advoga pelo enfrentamento ao olhar colonial com o intuito de contestar estereótipos historicamente construídos. Para contrapor os lastros de colonialidade impostos, um movimento decolonial envolve a incorporação de saberes tradicionais e populares ao saber científico.

Do ponto de vista do jornalismo, o decolonial instrumentaliza as indignações e opera contradiscursos que subvertem a ordem hegemônica, trazendo uma multiplicidade de vozes e elementos marcados pela subjetividade e ancestralidade. Como ensina Oliveira (2016, p.3), o “decolonial busca a compreensão do mundo através de suas interioridades, de seu espaço geográfico e quer superar a modernidade europeia ao mesmo tempo que denuncia sua colonialidade”

As mídias negras operam em contraposição a um modelo econômico de comunicação midiática capitalista e globalizado, nos quais as empresas virtualizam a ideia de “real” e naturalizam esses padrões como fonte do bem-estar humano (SODRÉ, 2014, p.56). Em outras palavras, as mídias corporativas colaboraram na formação de uma infraestrutura cognitiva a respeito de determinados grupos sociais. Essas lógicas, além de incentivarem a retroalimentação de discursos estereotipados, aportam privilégios estabelecidos há séculos, quando a colonização de corpos e territórios passou também a representar a colonização de ideias.

O trabalho das mídias negras resgata a liberdade dos modos de falar e de mostrar pois as imagens fixas sobre pessoas negras são deformadas pelo racismo. "É preciso intervir no já-dado e no já-dito e edificar, de forma multiperspectívica, outras representações desse grupo racial, liberando-o de suas prisões imagéticas" (BORGES, 2012, p.202). A tentativa de criar modelos eficientes que refundem os estereótipos coloniais não é fácil, pois são séculos de naturalização das hierarquias raciais e da produção de sentido pejorativa em corpos racializados. Contudo, as mídias negras estão contribuindo substancialmente para essa transformação por desafiarem as estruturas

sociais, rearticularem o mosaico imagético engendrado pela mídia comercial e estimularem novas dinâmicas que resgatem a dignidade, liberdade, protagonismo e pensamento negros. Reivindicam um espaço de enunciação mais emancipatório e menos colonial.

3) Estratégia: as mídias negras são contra-hegemônicas

As tecnologias da informação e da comunicação produzem novas rationalidades na sociedade, em especial por serem mediadas pela virtualidade (SODRÉ, 2014). Se por um lado Wallerstein (2007, p. 27) mostra que o universalismo europeu institui um sistema-mundo que deve ser tido como universal e que é responsável por modos de colonização do campo das ideias, por outro aponta que é preciso construir uma alternativa real ao estrato dominante. É nesse contexto de contradiscursos e empreendimentos decoloniais que surgem as atuais mídias negras, agora no ambiente virtualizado.

Grupos sociais subalternizados têm tecido políticas transgressoras que vão de encontro à hegemonia e às matrizes de dominação, que seguem operando devido à colonialidade. De acordo com Bueno (2020, p.34), matrizes de dominação são a “forma com que as opressões se desenvolvem e também na maneira com que as mesmas se articulam mutuamente a partir de uma organização social que fortalece os sistemas de dominação que estruturam o poder hegemônico”. Embora a escravização não exista mais no Brasil como regime econômico e de exploração, pessoas negras ainda sofrem apagamentos e violências simbólicas em diversos espaços, em razão das formas de dominação que ocupam o cotidiano de sociedades estruturalmente racistas.

Nesse contexto inserem-se as mídias negras, que buscam subverter as matrizes de dominação coloniais por meio das narrativas que se contrapõem ao discurso da mídia hegemônica e pelo comprometimento com a agenda antirracista. Buscam, com a matéria-prima da comunicação e as formas jornalísticas disponíveis, reorganizar as matrizes imaginárias cristalizadas pela colonialidade hegemônica ao longo do tempo.

As delimitações conceituais de hegemonia foram desenvolvidas pelo filósofo Antonio Gramsci e têm relação com a formação de consensos, em especial das classes dominantes sobre as outras. A hegemonia é alcançada por um processo histórico em que

um bloco consolida sua influência sociocultural sobre os demais, formulando visões de mundo, crenças, sentimentos e vontades coletivas que sejam do interesse da dominação (GRAMSCI, 2002).

Também na esteira marxista e gramsciana, Downing (2002, p.21) propõe a ideia de mídia radical para se referir à mídia “que expressa uma visão alternativa às políticas, prioridades e perspectivas hegemônicas”. Para o autor, há uma urgência no ativismo midiático diante das interdições do debate exércitos pelos grupos poderosos e instituições estatais diante de pautas fundamentais para a sociedade. A mídia radical é ativista que ajuda a esquentar o “caldo fervente e multifacetado que chamamos de sociedade” (idem, p. 25) para questionar os consensos impostos pela hegemonia.

Embora a mídia radical também possa acontecer no âmbito oposto das lutas democráticas, como nos grupos racistas e fascistas, para Downing centraliza sua pesquisa naqueles grupos que são fundamentais para a manutenção do Estado democrático por meio da comunicação.

Williams (1979) define a hegemonia como um processo complexo de relações sociais e uma visão de mundo baseadas na hierarquia da classe dominante sobre as outras. É renovada ao longo do tempo, adaptada, modificada e moldada a algumas necessidades sociais para resistir às pressões que surgem contra o seu domínio. Para ele:

Hegemonia é todo um conjunto de práticas e expectativas sobre a totalidade da vida: nosso senso e alocação de energia, nossa percepção de nós mesmos e nosso mundo. É um sistema vivido - constituído e constituidor - de significados e valores que, ao serem experimentados como práticas, parecem confirmar-se reciprocamente. Constitui assim um senso da realidade para a maioria das pessoas na sociedade, um senso de realidade absoluta, porque experimentada, e além da qual é muito difícil para a maioria dos membros da sociedade movimentar-se, na maioria das áreas de sua vida. Em outras palavras, hegemonia é no seu sentido mais forte uma 'cultura', mas uma cultura que tem também de ser considerada como o domínio e a subordinação vividos de determinadas classes (WILLIAMS, 1979, p.114).

A resistência contra o domínio hegemônico faz surgir a ideia de contra-hegemonia. Os representantes das mídias negras se consideram contra-hegemônicos porque se posicionam diante do consenso estabelecido pela hegemonia sobre pessoas negras. Ao se movimentarem por um deslocamento discursivo para longe dos padrões hegemônicos,

os grupos midiáticos racializados tentam des cristalizar os estereótipos estigmatizantes. Segundo Barthes, estereótipos são:

Palavra repetida, fora de qualquer magia, de qualquer entusiasmo, como se fosse natural, como se essa palavra que retoma fosse sempre milagrosamente adequada por razões diferentes, como se o imitar pudesse deixar de ser sentido como uma imitação: palavra sem cerimônia, que pretende a consistência e ignora sua própria insistência (BARTHES, 2001, p.85)

Lima (1996) situa o conceito gramsciano de hegemonia no contexto de domínio e subalternização entre classes a partir das ideias de poder e influência. Ele acrescenta as ideias de contra-hegemonia ou hegemonia alternativa para pensar um contraponto a esse sistema de significados e valores que surgem socialmente como uma imposição, mesmo que simbólica e não-coercitiva. O autor localiza os sistemas de comunicação de massa como necessário para a perpetuação hegemônica. É exatamente esse o campo de combate das mídias negras, que são contra-hegemônicas por se colocaram do lado oposto da organização discursiva que subalterniza corpos racializados:

Quando você diz “Fulano morreu porque tinha antecedentes criminais”, isso você tá querendo dizer “ele mereceu morrer, olha, é boa pessoa ele não era”, sabe, esse jornalismo é um jornalismo que a gente não faz. E **se esse jornalismo dos antecedentes criminais for esse jornalismo da hegemonia, pode ser que eu faça um jornalismo contra hegemônico, porque esse jornalismo que estereotipa e justifica a morte de pessoa preta periférica**, né, e marginalizada, é um jornalismo que a gente não faz (BERNARDES, informação verbal, 2021, grifo nosso).

Ao se apresentarem em seus sites, as mídias negras já assumem um compromisso político contra-hegemônico nas seções *Sobre/Quem somos* de cada portal, de acordo com o quadro a seguir.

Quadro 10 - Autodeclaração das mídias negras em seção de apresentação

Mídia negra	Apresentação	Fonte
Alma Preta Jornalismo	"A Alma Preta é uma agência de jornalismo especializada na temática racial. Nosso objetivo é construir um novo formato de gestão de processos, pessoas e recursos através do jornalismo qualificado e independente".	https://almapreta.com/quem-somos
Geledés	"É também um espaço onde celebramos a contribuição de africanos/as, negros/as e/ou afrodescendentes, nas mais variadas modalidades de expressões culturais, entendendo que as culturas africanas e afrodescendentes compõe o patrimônio cultural de africanos/as e afrodescendentes de qualquer lugar do mundo. No Portal expressamos o orgulho que temos de nosso pertencimento, às lutas empreendidas por homens e mulheres africanas e afrodescendentes, do passado e do presente, em incansável busca pela realização de seus sonhos de liberdade e igualdade."	https://www.geledes.org.br/geledes-missao-institucional/
Mundo Negro	"O Mundo Negro é um portal de notícias voltado para comunidade negra brasileira e demais etnias que se interessem pelos assuntos relacionados à cultura e ao cotidiano dos negros no Brasil e no mundo".	https://mundonegro.inf.br/sobre-nos/
Notícia Preta	"O Notícia Preta é um jornal antirracista que acredita na comunicação como uma ferramenta de não reprodução de preconceitos e estereótipos, estigmatizantes ou pejorativos em relação à população negra na imprensa (...) Fazer jornalismo antirracista é, sobretudo, uma ação educativa pois, reforça a importância	https://noticiapreta.com.br/sobre/

	do respeito entre as pessoas e reduz os casos de preconceito”.	
Portal Negrê	“Negrê tem como lema unir modos de ver, ser, sentir e escrever sobre questões raciais. Nosso portal de notícias e mídia preta nordestina amplifica vozes negras e seus múltiplos olhares, pois somos pretos nordestinos e bem diversos. O Negrê tem como princípio um jornalismo ancestral, antirracista e descolonizador. Nosso compromisso é de contribuir na luta contra a colonização, o racismo, a xenofobia e as demais opressões marcadas na sociedade brasileira, na imprensa e no mundo, enquanto agente catalisador de debates essenciais”.	https://negre.com.br/sobre/
Revista Afirmativa	“A Revista Afirmativa é um veículo multimídia de mídia negra. Rompemos com o discurso de pretensa imparcialidade pregado pela grande mídia, tradicionalmente racista, machista e heteronormativa, e já no slogan declaramos nosso lugar de fala: Somos nós, falando de nós, para todo mundo. Todo veículo de comunicação possui orientações políticas, negar este fato faz parte das estratégias dos veículos conservadores pela manutenção dos poderes que representam”.	https://revistaafirmativa.com.br/quem-somos/

Fonte: autoria própria, com base nos sites citados

Ao se apresentarem ao público, as mídias negras salientam a valorização dos povos negros na construção de narrativas que visam romper o imaginário coletivo colonial-hegemônico. Como resultado de um sistema historicamente racista, vozes negras têm sido desqualificadas em distintos espaços por meio de uma ordem violenta que coloca indivíduos racializados em lugar de “outridade” (KILOMBA, 2019, p.51). No

âmbito midiático, essa situação é sublinhada com a criação de estereótipos, falta de representatividade e unicidade de vozes hegemônicas.

De fato, com frequência, brancos integrantes dos sistemas mercadológicos de produção midiática projetam em corpos negros uma narrativa sexual advinda do século XIX e que, ainda hoje, molda percepções e imaginários (hooks, 2019, p. 130-131). González (1984) já analisava a figura da mulata como a sexualização da imagem negra feminina cultivada em território nacional e exportada a países estrangeiros. Quando isso não acontece, remete-se à ideia da “mãe preta” para transmitir passividade e indolência. Já o corpo negro masculino, ora hiper-sexualizado, ora subalternizado ao lugar do “bandido”, “marginal” ou “ladrão”, compõe também um espectro de imagens de controle (COLLINS, 2016) que reduzem a realidade e embasam ideias racistas de que pessoas negras são objetificáveis.

Ao comprometer-se com práticas que vão de encontro a essa lógica, as mídias negras propõem um modelo de comunicação que rotaciona a hegemonia e dá lugar a narrativas que elaboram novas lógicas, estéticas e poéticas. Levando em consideração que “(...) a força da expressão conceitual, experiência estética reside na dimensão relacional e articulada aos aspectos simbólicos, políticos e culturais, em suas respectivas materialidades” (CARDOSO FILHO; GUTMANN, 2019, p.105), essas práticas também representam posturas político-culturais de agentes negros que utilizam instrumentos históricos e discursivos para subverter a negação do corpo negro fundada em uma colonialidade branca. Em síntese, nesses espaços, a presença negra sinaliza “outros regimes de visibilidade, tomando o corpo como mecanismo de instituição de modos variados de existência” (BORGES, 2020, p. 42).

O reforço à subjetividade discursiva e o resgate das vivências e da ancestralidade negra, como pode ser visto nos discursos de apresentação das mídias negras, são fatores presentes no compromisso assumido por esses coletivos. Assim, nota-se que as escrevivências, conceito forjado por Conceição Evaristo (2020) no âmbito da literatura, aparecem como característica inerente da produção jornalística antirracista, pois dão lugar à apreensão do mundo através de um olhar individual que se coletiviza. Os jornalistas das mídias negras escrevem para existir, para resistir e para reexistir em um mundo diferente daquele lapidado pela colonialidade e pela hegemonia.

Ao serem questionadas sobre o posicionamento contra-hegemônico, representantes das mídias negras salientaram:

Essa pergunta sempre me fazem, se o Notícia Preta é uma mídia contra-hegemônica, e eu faço algumas ressalvas, porque quando você pensa o que que é hegemonia, hegemonia quer dizer supremacia. Então quando você acredita que tem uma mídia contra-hegemônica, é porque você acredita que existe uma mídia da supremacia, uma mídia né, de influência, uma mídia de autoridade soberana, que são os sinônimos de hegemonias, e eu me recuso a classificar a mídia tradicional como uma mídia da supremacia. É uma mídia predominante, porque quando a gente pensa em comunicação fora da TV Globo, o que que é a comunicação, né? Tem localidades, por exemplo, que não tem televisão. Mas que ali você tem veículos de comunicação, formas de se comunicar daquele grupo, então eu sempre questiono: que hegemonia é essa? (BERNARDES, informação verbal, 2022)⁶⁰.

Sob a perspectiva do aquilombamento virtual midiático, as mídias negras são pensadas como espaços de contra-hegemonia, decolonialidade, solidariedade e afetação. Quando a comunicação é antirracista, quem escreve/fotografa/filma/grava e quem lê/vê/assiste/escuta saem transformados desse processo. Essas práticas estão associadas ao acontecimento comunicacional, pois, segundo Marcondes Filho (2019), comunicar não é uma ação passiva, uma vez que mobiliza, desestabiliza, provoca: “A comunicação tem essa capacidade de não apenas ser absorvida, mas incorporada e tornar-se constituinte de um novo momento de nossa própria identidade” (MARCONDÉS FILHO, 2019, p.19).

Oficialmente, a escravização de pessoas no Brasil teve fim há apenas 135 anos. Nessa época, com o seu fim, não foram pensadas políticas públicas para a introdução do povo negro na sociedade. As heranças escravocratas da colonialidade, através do racismo estrutural, edificam nossa vida e dão base direta para as relações socioculturais, de poder e de domínio das narrativas. “Das senzalas fomos para as favelas”, constata Ribeiro (2018, p.72).

Dessa forma, a monocultura do pensamento hegemônico midiático deve ser combatida. A vida em sociedade, bem como a pesquisa acadêmica, é formada pela interlocução entre uma multiplicidade de saberes heterogêneos, distintos e únicos. Na

⁶⁰ Entrevista assíncrona concedida por Thais Bernardes (Notícia Preta) pelo aplicativo WhatsApp, jan. 2022. Entrevistadora: Alice Oliveira de Andrade. A transcrição encontra-se no anexo deste texto.

prática jornalística, a procura pela desconstrução da hegemonia perpassa pela participação ativa de sujeitos na produção de conteúdo e formação sociocultural das narrativas. As experiências midiáticas que se apresentam como alternativas dentro desse contexto apresentam sinais e características que as configuram como uma prática contra-hegemônica, estando comprometidas com a contra-agenda e com a ruptura dos consensos coloniais.

A comunicação a serviço de uma sociedade mais justa e menos racista mobiliza as mídias negras cotidianamente em trilhas contra-hegemônicas. O eco dos quilombos segue ressoando resistência em cada produção midiática dos jornalistas antirracistas que entendem seu espaço profissional como ato político. Afinal, a insubmissão é modo de vida de pessoas no Brasil há quatro séculos, desde que foram trazidas em diáspora. Insurgências, revoltas, rebeliões, articulações políticas e quilombos são alguns exemplos do constante enfrentamento negro à escravização de seus corpos e mentes. Mesmo com a submissão e os silenciamento historicamente impostos, a passividade jamais nos foi uma característica. Para o pesquisador Abdiás Nascimento, urge a necessidade do resgate de memórias históricas do povo brasileiro, pois “a memória dos afro-brasileiros, muito ao contrário do que afirmam aqueles historiadores convencionais de visão curta e superficial entendimento, não se inicia com o tráfico de escravos” (2019, p.273). Há novas histórias a serem escritas e as mídias negras operam formas de abrir frentes e caminhos para a palavra passar.

4) Sobrevivência: as mídias negras são autogeridas

Os quilombos subsistiam da força do trabalho negro. Contudo, a atividade laboral não era forçada como nas fazendas e engenhos, e sim aderida de acordo com habilidades e condições físicas de cada pessoa para contribuir com a coletividade (MOURA, 2020b). Em algumas ocasiões específicas, pessoas eram escravizadas como prisioneiros(as) de guerrilhas e conflitos, mas esse trabalho forçado se diferenciava da escravização colonial europeia por três razões principais: não destituir humanidades, ser provisório e por incluir os prisioneiros nas dinâmicas do quilombo como parte integrante daquela sociedade. Na execução da servidão negra, “o escravo cativo podia elevar sua

posição social no seio da sociedade do captor, e não perdia sua condição humana" (A. NASCIMENTO, 2019, p.323).

Os quilombolas viviam, em maioria, do cultivo da terra. Além de caça e pesca, a agricultura era a fonte principal de sobrevivência, tanto para alimentação direta quanto para comercialização com comunidades próximas que viviam da monocultura – em especial por meio da troca de mantimentos, ferramentas e produtos. A propriedade da terra era coletiva e os negros só possuíam individualmente o terreno que conseguiam cultivar. Os trabalhadores eram divididos entre agricultores e artesãos. Dos poucos registros sobre esse período, encontra-se que as mulheres eram responsáveis pela fabricação de roupas com cascas de árvores, peles de animais, algodão, cestos, potes, vasilhas e trançados (CARNEIRO, 2011, p.42-43). Sobre a sobrevivência econômica dos quilombos, Clóvis Moura escreve:

O quilombo desenvolvia, internamente, atividades para se manter e alimentar sua população. Tinha seu setor artesanal, que desenvolvia constantemente metalurgia, tecelagem; finalmente, organizava-se internamente para conseguir, em caso de isolamento de guerra, manter-se sem grandes crises internas de produção. Essa dupla atividade do quilombo – de um lado, mantendo intercâmbio com outras unidades populacionais produtivas e, de outro, desenvolvendo sua própria economia interna – permitiu-lhe possibilidades de sobrevivência na sociedade escravista que o perseguia (MOURA, 2020a, p. 41-42).

Se a autogerência econômica dos quilombos coloniais lhes proporcionou segurança ao longo dos anos de existência, pois organizavam a própria logística de funcionamento e buscavam sozinhos aquilo que faltava, os quilombos virtuais atuais, inclusive as mídias negras, não se beneficiam dessa característica compartilhada. Desde a virada do século vivemos em uma sociedade permeada por novas – e algumas nem tão novas assim – tecnologias para a expansão do capital e o acúmulo de riquezas que geram a “financeirização do mundo” (SODRÉ, 2009, p. 11-12). Por mais compromisso social e político que grupos independentes de mídia tenham, não é possível escapar das necessidades financeiras demandadas pela vida contemporânea. É preciso se sustentar, pagar as próprias contas e ser remunerado pelo trabalho que executa. Enquanto for vigente, o capitalismo é inescapável para nós que estamos inseridos nesse sistema.

Um dos maiores desafios enfrentados pelas mídias negras são os custos envolvidos no mantimento de um grupo de comunicação. Apesar de as ferramentas de

redes sociais na internet serem, em maioria, de acesso gratuito⁶¹, a manutenção dos sites, investimento em anúncios publicitários para aumentar a visibilidade e a remuneração dos profissionais envolvidos no processo jornalístico precisam de subsídios financeiros. A sustentabilidade econômica é uma necessidade que os integrantes das mídias negras já têm como prioridade, mas ainda não há modelos bem definidos.

Dos seis grupos com os quais dialogamos, há seis principais formas de captação de recursos financeiros: 1) financiamento coletivo; 2) projetos submetidos a editais públicos; 3) monetização dos acessos em plataformas de sítio eletrônico; 4) anúncios publicitários nos sites; 5) prestação de serviços de comunicação; 6) investimento pessoal. Todas as iniciativas são independentes de vínculos com outras instituições e nenhuma se declara sem fins lucrativos, pois almejam lucro em algum momento. Entre as mídias negras pesquisadas, as únicas em que os trabalhadores são remunerados em totalidade são Alma Preta e portal Geledés.

Fiorucci (2011, p.08) salienta o peso expressivo da publicidade para a manutenção de mídias independentes. Embora sua análise seja centralizada em veículos independentes impressos, com maiores custos com impressão, ainda assim os anúncios não conseguem suprir toda a necessidade financeira de mídias negras virtuais e por isso há chamadas para a colaboração da sociedade com o jornalismo independente antirracista, conforme vemos nos exemplos abaixo:

Clóvis Moura (2019) foi outro autor que narrou os desafios financeiros enfrentados ainda pela imprensa negra. Por ser constituída de pessoas que não tinham sua cidadania reconhecida, os jornais dedicados à comunidade negra eram geridos por recursos escassos das próprias pessoas que acreditavam na ideia. Ele questiona: “Como manter jornais representativos de uma comunidade cuja maioria era constituída de marginais, subempregados, favelados, biscoateiros e desocupados?” (idem, p.253). O desafio da gestão financeira se perpetua e faz com que as mídias negras precisem elaborar estratégias de subsistência, manutenção e, para algumas delas, para planejar a ideia de um modelo de negócios.

⁶¹ Algumas ferramentas dentro das redes sociais na internet são pagas, como os anúncios publicitários e selos de verificação (Twitter).

Figura 17 – Chamada para colaboração do Alma Preta

Fonte: Alma Preta

Figura 18 – Chamada para colaboração do Negrê

Apoie o primeiro portal de notícias e mídia negra nordestina do Brasil!

Fonte: Negrê

Figura 19 – Chamada para colaboração do Notícia Preta



Fonte: Notícia Preta

Mundo Negro, Revista Afirmativa e portal Geledés não têm chamadas para colaboração financeira ativas em seus sites. Por canais de busca na internet é possível localizar uma chamada para colaboração já encerrada da Revista Afirmativa no contexto da pandemia pela plataforma Fundo Brasil.Org⁶².

O financiamento coletivo é adotado por duas das mídias negras investigadas: Negrê e Notícia Preta. Esse método se baseia na colaboração social voluntária e depende diretamente do engajamento das pessoas em prol do projeto apresentado pelas mídias negras. Conhecido também como *crowdfunding*, foi popularizado no Brasil pela plataforma Catarse e possibilita que os doadores se integrem às metas e objetivos de cada mídia.

Na atual configuração do Negrê, há quatro pessoas remuneradas: a CEO, Diretora Executiva e Editora-chefe do portal, Larissa Carvalho; a Chief Operating Officer (COO) e Diretora de Operações, Sara Sousa; o contador, Jório Cézar; e uma estagiária da reportagem que ainda será contratada após o encerramento desta pesquisa. Quando há necessidade dos serviços de designer e na área de Tecnologias da Informação (TI), a CEO contrata pontualmente por trabalho prestado. As atuais formas de financiamento do Negrê têm sido o financiamento coletivo por meio de três plataformas: APOIA.se (no qual os(as) interessados(as) podem fazer uma doação "fixa" e mensal - podendo o apoio ser

⁶² Disponível em: <<https://www.fundobrasil.org.br/projeto/revista-affirmativa-coletivo-de-midia-negra/>>. Acesso em: 02 jan. 2023.

retirado/cancelado na própria plataforma a qualquer momento), Pic Pay (aplicativo no qual o Negrê tem uma conta no Pic Pay empresas, e a doação direta por PIX.

Em paralelo a isso, estamos recebendo apoio financeiro para desenvolvimento institucional através de uma iniciativa da organização Open Society com o Alma Preta Jornalismo. Além do recurso financeiro, temos uma reunião semanalmente focada em mentoria para ajustar demandas internas e potencializar projetos institucionais em prol do nosso crescimento enquanto empresa de comunicação/jornalismo independente, agora que temos nosso CNPJ devidamente oficializado (CARVALHO, 2023, informação verbal)⁶³.

Além do apoio financeiro junto ao Negrê, o Alma Preta trabalha tanto com assinatura mensal e doações diretas quanto com prestação de serviços em comunicação, como a produção editorial para outros sites da mídia hegemônica, por exemplo. “A gente presta serviços para outros canais de mídia: Yahoo Notícias, UOL Notícias, a gente presta, vira e mexe, também serviço para o Intercept, serviço para Folha de São Paulo” (BORGES, 2020, informação verbal)⁶⁴. Alves e Bitar (2016) analisam que as assinaturas de veículos de imprensa são importantes para que os grupos não fiquem completamente dependentes da receita publicitária ou conteúdos patrocinados.

A problemática em torno da questão financeira não surgiu com as mídias negras na internet. A imprensa negra brasileira enfrentou dificuldades de estruturação desde o princípio. Mesmo no período democrático, a partir da segunda fase, muitos jornais surgiram do movimento negro e as pessoas que os compunham colaboravam de forma voluntária (BASTIDE, 1983, p.131). John Downing também fala sobre as dificuldades que mídias radicais têm de subsidiarem sua autonomia financeira. "Podemos também dizer que esses meios são tipicamente de pequena escala, dispõem em geral de poucos fundos" (DOWNING, 2002, p.29). Essa é uma preocupação constante dos jornalistas integrantes desses grupos, pois gostariam que esse trabalho fosse de dedicação exclusiva para ser possível disputar as narrativas com as mídias hegemônicas.

⁶³ Entrevista assíncrona concedida por Larissa Carvalho (Negrê) por e-mail, fev. 2023. Entrevistadora: Alice Oliveira de Andrade.

⁶⁴ Entrevista síncrona concedida por Pedro Borges (Alma Preta Jornalismo) por chamada telefônica, set.2020. Entrevistadora: Alice Oliveira de Andrade. A transcrição encontra-se no anexo deste texto.

Dinheiro é um grande desafio, essa coisa da sustentabilidade, mas mais do que isso, eu acho que o nosso desafio é nos constituir como um movimento político, como uma associação, enfim, porque isso vai inclusive nos fortalecer para conseguir dinheiro, para aumentar a nossa disputa narrativa que a gente faz com as mídias hegemônicas (REIS, informação verbal, 2020)⁶⁵.

Ainda não há um modelo de gestão específico para negócios nessa área de atuação. Os portais de mídia negra se mantêm como sites independentes e não contam com grandes patrocínios e nenhum fundo de investimento. As estratégias de captação de recursos são uma preocupação para todos(as) os(as) interlocutores(as) desta pesquisa, pois mesmo que queiram se consolidar enquanto veículo de comunicação que oferece condições financeiras para dedicação exclusiva, há também cautela com as parcerias e acordos feitos para que não ultrapassem os princípios de cada grupo. As mídias negras se assemelham ao modo de operação da imprensa alternativa porque "defende esses métodos anticomerciais como uma demonstração deliberada dessas publicações do seu compromisso prático com sua estratégia política, que é contra o capitalismo e o gerencialismo"⁶⁶ (ATTON, 2002, p.34).

Quando se propõem a ser independentes e contra-hegemônicas, as mídias negras não negam a necessidade de subsistência financeira e nem o objetivo de, em algum momento, conseguirem ter lucro para se manter. As dificuldades de captação financeira fazem com que, em algumas ocasiões, o trabalho precise ser voluntário com motivação ideológica, que haja conciliação entre as atividades das mídias negras e um emprego remunerado, e também o investimento próprio para viabilizar um projeto no qual acreditam.

Hoje, a gente tá assim nesse esquema de tentar também atrair pessoas novas a se empolgar, a se interessarem pela ideia, a querer aderir, porque eu falo muito isso: o que é a mídia negra no Brasil é o que nós fazemos. Com toda dificuldade que é manter uma mídia, é fazer dos nossos sonhos. Porque a Afirmativa é o sonho da minha vida. Eu quero que isso vire uma empresa de jornalismo mesmo, e que esteja a serviço do movimento social, e que esteja a serviço das demandas da população negra, porque a gente é mídia negra (REIS, 2020, informação verbal).

⁶⁵ Entrevista síncrona concedida por Alane Reis (Revista Afirmativa) pela plataforma Skype, out.2020. Entrevistadora: Alice Oliveira de Andrade. A transcrição encontra-se no anexo deste texto.

⁶⁶ Tradução nossa. Trecho original: "The alternative press still espouses such anti-commercial methods today, as a deliberate demonstration by such publications of their practical commitment to their political strategy, one that is against capitalism and managerialism".

A articulação de uma coletividade negra para assegurar condições humanas ao povo afro-brasileiro é um sonho que começou a ser sonhado pela ancestralidade quilombola (A. NASCIMENTO, 2019, p.291). No entanto, na contemporaneidade esse sonho necessita de recursos para viabilizar sua execução. A parte financeira é uma questão delicada para as mídias negras que precisam se autogerir e buscar financiamentos para a realização do trabalho. Em mídias comerciais, essa não costuma ser uma responsabilidade dos jornalistas. Nas contra-hegemônicas há a necessidade de envolvimento da equipe no planejamento do negócio como um todo, a parte editorial e a gestão de recursos. A maior mobilização dessas pessoas para viabilizar o trabalho são suas ideias, sonhos e a necessidade de contribuir para a luta antirracista do lugar onde estão: a comunicação. “A gente tem pensado em estratégias. Porém, inicialmente são projetos. A gente só financia a revista, o que ainda mantém a revista viva: projetos e vontade” (PINHEIRO, 2020, informação verbal)⁶⁷. De um modo ou de outro, mesmo com as tentativas de financiamento por canais disponíveis, as mídias negras ainda sobrevivem por autogerência. O compromisso ético com a luta antirracista é o que as mobiliza, mas espera-se que a experiência com a prática jornalística na internet ainda propicie lucro e modelos de negócios possíveis para os grupos midiáticos racializados.

5) Resistência: as mídias negras são interseccionais

“Brasil, chegou a vez de ouvir as Marias, Mahins, Marielles, Malês”. Este trecho faz parte do samba-enredo da escola de samba Estação Primeira de Mangueira, do Rio de Janeiro. Com esses versos, lembramos de corpos negros que, historicamente, falam. O que também recorda Gayatri Spivak, quando questiona: pode o subalterno falar? A Mangueira nos diz que sim. A história nos mostra que sim. A questão é: eles são escutados? E elas, são?

O silenciamento de pessoas racializadas é um imperativo histórico em nosso país cujas bases foram forjadas na colonialidade, conforme discutimos no segundo capítulo desta tese. Mesmo quando falaram - e até mesmo gritaram - sua voz foi abafada pelas

⁶⁷ Entrevista síncrona concedida por Jonas Pinheiro (Revista Afirmativa) pela plataforma Google Meet, ago.2020. Entrevistadora: Alice Oliveira de Andrade. A transcrição encontra-se no anexo deste texto.

opressões que estruturam a sociedade brasileira, como o patriarcado, o racismo e o preconceito de classe. Indivíduos racializados são silenciados em muitos espaços porque não interessa à sociedade racista o que têm a dizer. Mas a partir do momento em que tomam ciência da potência de suas vozes, escrevem para que as palavras que lhes habitam possam povoar o mundo com a própria história, que é a história de muitos e muitas – os(as) que vieram antes de nós, os(as) que existem comigo, os(as) que ainda virão.

Quando propôs o quilombismo, Abdias Nascimento sublinhou a importância de se discutir temas transversais à questão de raça, como a questão de classe e a situação de mulheres negras em nosso país. Para o autor, a combinação desses temas é imprescindível para interpretar a formação social do Brasil, visto que até mesmo nosso rótulo de democracia racial foi fundado na concubinagem forçada e na violência sexual contra mulheres negras (A. NASCIMENTO, 2019, p.257-259). Ao refletir sobre os papéis socialmente reservados às mulheres negras, Lélia González (1984) destacou os termos “doméstica” e “mulata” e mostrou que a imagem cristalizada no imaginário social nacional a respeito de corpos negros femininos é racista.

A formação da sociedade brasileira é marcada pelas matrizes de dominação do patriarcado, racismo e divisão de classes. Essas opressões comumente operam juntas em processos de subalternização, pois não há como hierarquizar cada uma delas (CRENSHAW, 2002). Quando Crenshaw fundou o termo interseccionalidade para definir a "forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras" (CRENSHAW, 2002, p. 177), Lélia González (1984) já havia nos convidado para discutir racismo e sexismo na cultura brasileira e Sueli Carneiro (2003) já havia posto as mulheres em movimento para debater questões raciais. Devido à nossa história, as teóricas negras brasileiras compreenderam muito cedo que não há como isolar a variável de raça em análises críticas sobre sociedades que foram colonizadas.

As mídias negras têm a luta antirracista como objetivo principal, mas entendem que em um país como o Brasil não é possível ignorar outras opressões que circundam a vida de pessoas negras. Mesmo em iniciativas de mídia independente que têm

centralidade na temática das classes sociais, como Voz das Comunidades⁶⁸ e Fala Roça⁶⁹, é perceptível a presença do tema racial e de gênero. Da mesma forma, as mídias indígenas como Mídia Índia⁷⁰ e Visibilidade Indígena⁷¹ abordam esses assuntos.

Por serem realmente comprometidas com a decolonialidade e a contrahegemonia, veículos de mídia negra reconhecem que não há luta antirracista que minimize outras opressões sofridas por corpos negros. Essa noção vem ainda da ligação com o Movimento Negro Brasileiro surgido “na periferia, na experiência da pobreza, na ação cotidiana, nas vivências sociais, na elaboração e reelaboração intelectual de sujeitos negras e negros” (GOMES, 2019, p.224). Vozes negras que reverberaram gritos e ações contra o colonialismo hoje reconhecem a permanência da colonialidade e lutam não só contra o racismo, mas para romper a misoginia, o machismo, o preconceito religioso, a LGBTQIA+fobia e a dimensão complexa do racismo que atinge corpos indígenas e amarelos da mesma forma.

O processo de decolonização através das mídias negras envolve, necessariamente, o reconhecimento da interseccionalidade. Ao delimitar esse conceito, Crenshaw baliza perspectivas já anunciamadas na América Latina e amplia um importante campo de discussão que acaba se tornando um dos fundamentos de quilombos virtuais. “Trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras” (CRENSHAW, 2002, p. 177).

A abordagem interseccional dos grupos midiáticos estudados revela que o capitalismo reorganiza constantemente métodos de subalternização de corpos racializados, femininos e não-binários, impondo estruturas subjetivas no imaginário coletivo que aprisionam esses seres em imagens fixas pejorativas. No mesmo caminho, Djamila Ribeiro (2016, p.100) pontua que "pensar como as opressões se combinam e entrecruzam, gerando outras formas de opressão, é fundamental para se pensar outras

⁶⁸ Disponível em: <<https://www.vozdascomunidades.com.br/>>. Acesso em: 26 dez. 2022.

⁶⁹ Disponível em: <<https://falaroca.com/>>. Acesso em: 26 dez. 2022.

⁷⁰ Disponível em: <<http://midiaindia.org/>>. Acesso em: 12 out. 2021.

⁷¹ Disponível em: <<https://www.visibilidadeindigena.com/>>. Acesso em: 04 ago. 2020.

possibilidades de existência". Essa compreensão está embutida em trechos como o que segue:

Então eu sou uma mídia contra-hegemônica, eu sou mídia independente, a gente faz um jornalismo que não é estereotipado, um jornalismo que não é transfóbico, que não é lgbtfóbico, que não é misógino, que leva em consideração a pauta indígena e as questões indígenas, um jornalismo que não estereotipa, sabe, o jornalismo que não é violento com as suas imagens. Isso é um jornalismo antirracista, que informa sem pré-conceitos, sem reproduzir clichês, como por exemplo, a gente vê diariamente na mídia tradicional, e eu sempre bato nesse ponto (BERNARDES, 2021, informação verbal)⁷².

Carrera (2020, p.11) analisa que "a interseccionalidade em Comunicação serve, portanto, como um aparato para expor injustiças representacionais e discursivas, propondo ferramentas de equidade". Se trouxermos essa reflexão metodológica, conforme a autora propõe, para o contexto das mídias negras, percebemos que a interseccionalidade é um instrumento que as mídias negras operam para construir uma comunicação que desinvisibilize a figura negra e não hierarquize esses sujeitos em concepções hegemônicas. Ao seguirem o viés interseccional, as mídias negras contradizem discursos racistas e valorizam lutas decoloniais de vários grupos sociais distintos.

Eu acho que a gente trabalha dentro de uma noção de mídia que é uma mídia de causas, né? A gente tem nossa causa, a gente tem nosso lado, a gente defende nosso lado. Então assim, a gente segue a tradição da imprensa negra, que sempre foi muito orgânica ao movimento negro. A gente tem uma relação orgânica pra caramba [sic], principalmente eu, uma relação muito orgânica (BORGES, 2020, informação verbal)⁷³.

Nas mídias negras, a causa antirracista e suas possíveis interseccionalidades são a agenda. Sobre os modos de comunicação em Palmares, Moura (2019, p.198-201) fala sobre um dialeto específico através do qual os habitantes do quilombo se comunicavam. Nas mídias negras, essa linguagem não é constituída por uma combinação de idiomas, mas por sua potência política. A comunicação é interpretada como um processo simbólico que transforma a realidade.

⁷² Entrevista assíncrona concedida por Thais Bernardes (Notícia Preta) pelo aplicativo WhatsApp, jan. 2022. Entrevistadora: Alice Oliveira de Andrade. A transcrição encontra-se no anexo deste texto.

⁷³ Entrevista síncrona concedida por Pedro Borges (Alma Preta Jornalismo) por chamada telefônica, set.2020. Entrevistadora: Alice Oliveira de Andrade. A transcrição encontra-se no anexo deste texto.

Figura 20 – Texto publicado no Alma Preta Jornalismo

The screenshot shows the homepage of Alma Preta Jornalismo. At the top, there's a navigation bar with links for 'INÍCIO', 'COTIDIANO', 'POLÍTICA', 'CULTURA', 'QUILOMBO', 'ÁFRICA & DIÁSPORA', 'LITERATURA', 'AGENDA', 'VÍDEOS', 'QUEM SOMOS', 'SERVIÇOS', and 'CONTATO'. Below the navigation is a search bar and social media links for Facebook, Twitter, YouTube, and Instagram. A 'BLACK STORIES' section is also visible. The main content area features a headline in bold: "'Não é dia do Índio': 19 de abril marca luta e resistência dos povos indígenas". Below the headline is a subtext: 'Relatórios publicados recentemente revelam o tamanho das violações aos direitos dos povos originários nos últimos anos, que sofrem com o avanço desenfreado do garimpo ilegal e de conflitos pela garantia de seus territórios'. The main image is a collage of indigenous people, including one in the foreground wearing a traditional headdress and another holding a flag. To the right, there's a sidebar for a newsletter sign-up with fields for email and a 'RECEBER' button, along with links to Spotify and other platforms.

Fonte: Alma Preta

Um exemplo de produção que retoma diferentes relações de poder e opressão pode ser a matéria jornalística da figura acima, de título "*Não é dia do Índio*: 19 de abril marca luta e resistência dos povos indígenas"⁷⁴, escrita por Fernanda Rosário e editada por Nadine Nascimento para o Alma Preta Jornalismo em abril de 2022. O texto denuncia violações aos direitos de povos originários, debate a ressignificação de 19/04 como dia de luta indígena e traz a temática do ataque aos povos Yanomami pelo garimpo ilegal ao longo dos últimos quatro anos.

Em 28 de agosto de 2020, no contexto do projeto Lab Afirmativa de Jornalismo, desenvolvido pela Revista Afirmativa, foi publicada a reportagem *#CovidNaFavela: as redes de proteção colaborativa nas periferias de Salvador*⁷⁵ pelos estudantes de Jornalismo Gabriel Rodrigues, Luana Gama e Paloma Gonçalves, com edição do

⁷⁴ Disponível em: <<https://almapreta.com.br/sessao/cotidiano/nao-e-dia-do-indio-19-de-abril-marca-luta-e-resistencia-dos-povos-indigenas>>. Acesso em: 02 jan. 2023.

⁷⁵ Disponível em: <<https://revistaafirmativa.com.br/covidnafavela-os-impactos-da-pandemia-e-as-redes-de-protecao-colaborativa-nas-periferias-de-salvador/>>. Acesso em: 02 fev. 2023.

jornalista Jonas Pinheiro. A pauta foca em questionar o papel do Estado para garantir o bem-estar e a subsistência de moradores de comunidades periféricas durante a pandemia de coronavírus.

A reportagem *Mulheres negras recebem 71% menos que mulheres brancas, aponta pesquisa*⁷⁶, escrita pelo repórter e editor Igor Rocha para o Notícia Preta, discute o levantamento “A mulher negra no mercado de trabalho brasileiro: desigualdades salariais, representatividade e educação entre 2010 e 2022”, realizado pela Associação Pacto de Promoção da Equidade Racial. Esse é mais um exemplo de uma abordagem midiática balizada pelo viés interseccional que torna visíveis “estruturas coloniais de poder geradoras de discriminações que se entrecruzam” (VELOSO; CONDORELLI; ANDRADE, 2020, p.08).

O pensamento interseccional desses grupos insurgentes encontra mais uma vez a comunicação no centro de uma roda com múltiplos marcadores. Tornar interseccional tem ligação direta com a ideia de quilombo no sentido de agregação e existência mútua, impulsionando intervenções midiáticas que enxerga corpos negros como complexos no contexto das relações sociais. “Interseccionalizar”, digamos assim, é afim ao aquilombar; não no sentido de unir para gerar, e sim de agregar para interpretar mais profundamente e romper com a parcialidade das hierarquias. “A interseccionalidade das lutas nos leva a pensar que toda luta é luta ‘junto com’ outro, o companheiro, contra um estado de coisa injusto” (TIBURI, 2018, p. 55).

Eu defendo esse lugar, nós somos portais de notícias que têm informação não violenta e racializada né, entendo a importância da mídia negra ao longo da história, mas eu acho que hoje a gente tem que batalhar por esse lugar de ser lido como imprensa, e não colocado na caixinha na mídia negra. “Vocês só falam de coisas de preto”, porque não é isso. Você pega qualquer uma das nossas mídias e a gente fala de tudo, porque a pauta racial é uma pauta transversal, a gente fala de política, a gente fala de economia, a gente fala de educação, a gente não fala só de causa racial, porque a pessoa pensa que “tá falando de causa racial, tá falando de racismo”, não. O racismo é uma pauta transversal, a gente fala de tudo (BERNARDES, 2021, informação verbal)⁷⁷.

⁷⁶ Disponível em: <<https://noticiapreta.com.br/mulheres-negras-menos/>>. Acesso em: 23 fev. 2023.

⁷⁷ Entrevista assíncrona concedida por Thais Bernardes (Notícia Preta) pelo aplicativo WhatsApp, jan. 2022. Entrevistadora: Alice Oliveira de Andrade. A transcrição encontra-se no anexo deste texto.

Trabalhar diferentes categorias raciais e outros marcadores sociais, como gênero e classe, fazem parte da construção de um jornalismo antirracista. Reelaborar a agenda e direcioná-la para as lutas pela emancipação de povos historicamente subalternizados é tarefa potente e importante que compõe o mosaico de compromisso assumido com a decolonialidade do pensamento. É uma contraposição de forças em que os grupos midiáticos racializados se posicionam em um lugar de resgate do lugar de fala, contra o racismo e pelo respeito ao regime democrático.

Além disso, trata-se de um reconhecimento das contribuições afrobrasileiras, indígenas e da América Latina. Nilma Lino Gomes defende que a perspectiva negra decolonial brasileira garanta a existência de um pensamento engajado. Ou seja, “os sujeitos produtores de um pensamento engajado são aqueles que refletem e, ao mesmo tempo, agem” (GOMES, 2019, p.244). A abordagem interseccional é um dos caminhos para isso.

6) Território: as mídias negras são virtuais (e digitais)

Quando optamos por seguir a rota do balaio de vozes no aquilombamento virtual midiático, vislumbramos uma constelação de interlocuções possíveis que teríamos ao longo desse processo não somente com os jornalistas das mídias negras e os(as) autores(as), mas também em diálogos com colegas e com professores(as) da banca avaliadora. Na qualificação, a professora Fernanda Carrera fez um questionamento que nos acompanhou ao longo do último ano sobre a escolha de nome para a nossa proposta metodológica na qual escolhemos o termo *virtual* em vez de *digital*. Ela compartilhou conosco que não são sinônimos, pois enquanto o digital está na esfera da digitalização dos dados a partir de conexões à internet, o virtual indica potência e projeção de algo não-materializado.

Estimuladas por essa indagação basilar, o AVM trocou de nome para aquilombamento digital midiático (ADM) algumas vezes ao longo desse percurso, em um movimento inspirado em nosso referencial teórico do afroperspectivismo que percebe “flexibilidade e criatividade como valores muito relevantes, articulados com a segurança de autorreconhecimento do seu próprio eixo histórico e cultural” (NOGUERA, 2014, p.80).

Ficamos como uma galinha-d'angola, mantendo a energia vital (axé) em circulação para encontrar o equilíbrio, conforme metaforiza a mitologia ioruba (NOGUERA, 2014). Foi exatamente mobilizando a potência do axé e visitando o pensamento nagô de Muniz Sodré (2017) que optamos por permanecer no eixo do *bios* virtual (idem, 2009) e enxergar que, de fato, as mídias negras também atuam em um lugar de não-materialização e não-território. Sodré (2017, p.137) liga diretamente o axé ao virtual quando diz que: “O axé pressupõe uma virtualidade (...) ele permite que a origem, ao invés de intelectualmente vista, seja de fato vivenciada”. As dinâmicas regidas pelo axé são virtuais na medida em que são potências reais e, ao mesmo tempo, englobando o universo virtualizado de uma sociedade que se ancora diretamente em ferramentas ligadas à internet.

Uma vez que estão presentes ativamente na internet e utilizam de tecnologias móveis para a produção de conteúdo, as mídias negras, de certo modo, também são digitais. Mas isso não implica na exclusão da dimensão da virtualidade, pois precisam das novas mídias enquanto instrumentos de trabalho concretos na mesma medida em que atuam nessa nova qualificação da vida, uma forma social midiática em um solo informacional, o *bios* virtual (SODRÉ, 2009).

Ao pensar a comunicação virtual, Pierre Lévy (1996) situa essa prática dentro de um contexto social em que os recursos da informática fazem parte dos processos de produção e disseminação demensagens. Logo, nos encontramos diante de uma nova situação da sociedade marcada por transformações nas sociabilidades e do próprio modo de vida da espécie humana.

Um movimento geral de virtualização afeta hoje não apenas a informação e a comunicação mas também os corpos, o funcionamento econômico, os quadros coletivos da sensibilidade ou o exercício da inteligência. A virtualização atinge mesmo as modalidades do estar junto, a constituição do “nós”: comunidades virtuais, empresas virtuais, democracia virtual (LÉVY, 1996, p.11).

A virtualização da vida impacta as interações sociais no ponto de vista da comunicação, mas também as próprias paisagens do mundo. Há uma profusão intensa de dados que nos chegam através de dispositivos midiáticos e redes de comunicação, pois a sociedade está impactada diretamente pelo universo criado pelas mídias (BAUDRILLARD, 2011, p.24).

Essas mudanças levantam novos contextos de ruptura no modo como a comunicação se estabelece. As experiências virtualizadas colocam as imagens e os discursos em lugar central, então seguimos a linha de Lévy (1996) quando pensa a virtualização do mundo como um campo de possibilidades e de produção de sentido. "Para Baudrillard, o virtual significa o fim do sentido, para Lévy é a criação de novos sentidos: a virtualização seria uma característica da própria comunicação" (COELHO, 2001, p.05).

O virtual engloba uma realidade simulativa para pensar um outro mundo, uma visualização daquilo que pode ser baseado em referências concretas. Essa esfera diminui a sensorialidade e dá lugar a uma consciência que percebe o mundo por meio de possibilidades, e não pelos sentidos tradicionais (como olfato, paladar e tato, por exemplo). Muniz Sodré delimita o conceito de virtual, principalmente, em dois momentos:

Aquilo que existe em potência, que não é objetivável como “coisa”. A segunda é o virtual entendido como a realidade de uma aparência desencarnada, com a coisa ou o corpo noutra dimensão representativa, simulativa de um “outro mundo” (SODRÉ, 2009, p.120).

Virtual, por sua vez, indica uma dinâmica de realização do real – a capacidade de passar de um nível da ordem para outro mediante a integração de suas possibilidades -, portanto, o potencial de produção de todos os campos humanos de ação. Integra, assim, a estrutura do real (...) e pode gerar realidades que dependerão necessariamente da ordem humana (SODRÉ, 2009, p.123).

Clóvis Moura afirmou que “onde quer que a escravidão tivesse se instalado, os quilombos eram uma constante” (2020a, p.48). Logo, na dimensão do real, os quilombos existiram no período colonial do Brasil para desgastar as relações escravistas e fundar um modelo de resistência para defender a descendência negra das investidas inimigas. Já na dimensão virtual, os quilombos existem como potência, como uma ideia, como um mundo possível que se cristaliza na realidade através das mídias negras e de outras formas de união, partilha, solidariedade e compromisso político coletivo da negritude.

Alma Preta, Geledés, Notícia Preta, Negrê, Mundo Negro e Revista Afirmativa possuem perfis ativos em redes sociais na internet, em especial no Instagram, Twitter, Facebook e YouTube. O uso de meios digitais e a produção para a ambiente virtual faz parte da cotidianidade dos coletivos. Porém, ainda há uma outra dimensão que os liga à virtualidade, a existência de redações virtuais:

A gente tem uma vida muito dinâmica em relação a essa coisa do que fazer e aí a gente acaba fazendo mais reunião quando tem uma coisa mais específica, mas necessária, ou a gente faz uma reunião mais geral para falar dos nossos vários assuntos e aí a gente faz também essa reunião de pauta nesse momento. Mas como quem fica nesse processo de edição né? De coordenar essa nossa redação virtual? (REIS, 2020, informação verbal)⁷⁸.

Entre as seis iniciativas de mídia negra, apenas o Alma Preta relatou a possibilidade da construção de uma redação física para breve em São Paulo. Por enquanto, assim como os outros cinco grupos, funciona em formato de redação virtual. Os dispositivos móveis digitais colaboram para o desenvolvimento de trabalhos em modo remoto. Os celulares, por exemplo, com conexão em rede e característica multiferramenta, concentram as dinâmicas necessárias ao espaço das redações. Através deles é possível desenvolver as etapas de produção, edição, distribuição e consumo de conteúdos jornalísticos em um processo conceituado como jornalismo móvel digital (SILVA, 2015).

O contexto pandêmico e a necessidade de isolamento coletivo intensificou as distâncias entre os integrantes das mídias negras. Mesmo aqueles que habitavam a mesma cidade tiveram que se apropriar e se adaptar à cultura da convergência (JENKINS, 2008). Ao contrário de mídias corporativas que têm capital financeiro suficiente para arcar com os custos de uma redação física, as mídias negras precisam se adaptar ao que é chamado de redações convergentes (GARCÍA; FARIÑA, 2010). Em outras palavras, os processos de trabalho que comumente são realizados em salas de prédios partilhadas por jornalistas das mídias tradicionais são substituídos por um território (ou não-território) virtualizado a partir das potencialidades propiciadas pelas tecnologias digitais. Percebemos as redações virtuais como:

Local do ciberespaço onde os jornalistas trabalham de forma suficiente e sinérgica sem necessitar de espaço físico compartilhado. Assim, paradoxalmente, pode-se dizer que a produção jornalística se dá de forma dispersa, sem reunir os profissionais no mesmo espaço físico, mas centralizada e/ou coordenada, no mais das vezes concomitante, em um “lugar” do ciberespaço que se torna também ambiente de destino da produção, onde é processada e de onde é distribuída para o consumo (BARCELLOS; GONZATTO; BOZZA, 2014, p.85).

⁷⁸ Entrevista síncrona concedida por Alane Reis (Revista Afirmativa) pela plataforma Skype, out.2020. Entrevistadora: Alice Oliveira de Andrade. A transcrição encontra-se no anexo deste texto.

Ao perceber metodologicamente as mídias negras, acreditamos que o termo *virtual* acolhe com significância a proposta da tese, pois se o território dos primeiros quilombos era material, atualmente é virtual, digital, conectado em rede, interessado em engajamento, compartilhamento, propagação e até mesmo na financeirização da experiência.

7) Estrutura: as mídias negras são aquilombadas

A paisagem política do Brasil nos últimos quatro anos revelou que pessoas negras precisam estar sempre vigilantes em qualquer tempo histórico que vivem. Assistimos a uma série de retrocessos e ataques institucionais contra povos racializados e periféricos, além da ampliação das desigualdades, desemprego e sucateamento da estrutura pública que atende as classes sociais mais baixas. Na pandemia de coronavírus, a primeira pessoa a morrer no Brasil foi uma mulher periférica trabalhadora doméstica⁷⁹. Uma pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostrou que pretos e pardos morreram mais do que brancos da doença. Entre as pessoas que receberam a primeira dose da vacina em 2020, 3,2 milhões eram brancas e 1,7 milhão, negras. Quando cruzamos as variáveis, a realidade é ainda pior. Indivíduos habitantes de contextos socialmente vulneráveis têm 23% de chances a mais de serem contaminadas e 32% a mais de virem a óbito⁸⁰.

Em qualquer período em que estejamos, é nítida a necessidade de resistência para sujeitos(as) negros(as). Vivemos em um constante campo de guerra e, mesmo em circunstâncias nas quais nos dizem que o racismo é mais "sutil", ainda assim colocamos nossa saúde psíquica em risco.

A diáspora negra nos deixou diversos exemplos de contraposição ao sistema. Guerrilhas, insurreições, revoltas e ataques foram formas ativas de mostrar autonomia diante da sociedade dominante. Os quilombos são um exemplo significativo de insurgência que deixou um montante de significados para orientar movimentos de reação

⁷⁹ Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2020/03/19/trabalhadora-domestica-e-a-primeira-vitima-do-coronavirus-no-estado-do-rio>>. Acesso em: 12 dez. 2022.

⁸⁰ Disponível em: <<https://www.epsjv.fiocruz.br/podcast/negros-sao-os-que-mais-morrem-por-covid-19-e-os-que-menos-recebem-vacinas-no-brasil>>. Acesso em: 25 fev. 2023.

à hegemonia. No passado eram áreas territoriais físicas, mas devido à sua continuidade temporal, relataram à descendência negra que "o rompimento com a sociedade só poderia ser feito dentro de uma luta" (B. NASCIMENTO, 2021, p.131).

Um dos aspectos da organização interna dos quilombos é a articulação bélica e militar. Lutas armadas contra agentes coloniais eram comuns, pois precisavam se defender das investidas que visavam destruir suas habitações quilombolas. Todavia, Beatriz Nascimento (2021) nos alerta para um momento que aparece escassamente nos registros oficiais, mas que eram comuns e poderiam também caracterizar os modos de vida nesses refúgios: a paz quilombola. Nesse período, conviviam em harmonia com pequenos proprietários nos arredores, com indígenas, brancos de classes sociais mais baixas e entre si, mesmo negros vindos de diversos lugares de África e com culturas distintas.

Conforme discutimos nas páginas anteriores, a pesquisadora defende a tese de que os quilombos continuaram existindo no pós-abolição e foram absorvidos em outros formatos. Esse espaço-símbolo “reafirma a herança africana e busca um modelo brasileiro capaz de reforçar a identidade étnica” (B. NASCIMENTO, 2021, p.165).

Quilombo tornou-se sinônimo de união negra, partilha, resistência e esperança. Aquilombar é tomar posse da herança ancestral e multiplica-la como símbolo que reúne ideias de autonomia e antirracismo. Esta pesquisa revelou que as mídias negras valorizam o exemplo quilombola quando projetam seus modos operativos na sociedade contemporânea.

Ao perguntar aos(as) interlocutores(as) da pesquisa se acreditam que as mídias negras fazem parte de uma dinâmica de aquilombamento, recebemos respostas afirmativas que reforçam tónicas de articulação em duas dimensões. Na primeira, o aquilombamento interno, em que há na organização de cada mídia negra um ambiente de partilha, confiança e construção coletiva. Na segunda, o aquilombamento integrado representa o respeito e admiração mútuos entre os veículos de mídias negras, mesmo que todas se entendam como empresas que visam lucrar para se autofinanciar.

Acho que o que nos resta, meio que muito menos por escolha do que qualquer outra coisa, é simplesmente **se juntar para se lutar**. Então, você vai pegar os projetos de mídia negra, dificilmente é uma pessoa que produzia sozinho e tudo mais, ou até a pessoa que produz sozinho, sozinha, essa pessoa, ela estava buscando alterar a realidade de um coletivo, né? Quando você trabalha a temática racial, está buscando de certa forma o que as mídias negras fazem desde o seu princípio, é justamente tentar alterar essa realidade. **E, logicamente, de forma coletiva, tentar alterar uma realidade que é coletiva e que é comum às pessoas negras brasileiras. Então a Afirmativa e demais mídias negras são frutos sim de aquilombamentos.** Essa ideia que você teve de olhar por esse caminho, por essa ótica, acho que é muito acertada. Porque, como tantos outros movimentos negros, para além das mídias negras, essas tecnologias forjadas para resistência também são formas de aquilombamento (PINHEIRO, 2020, informação verbal, grifo nosso)⁸¹.

Em sua análise, Jonas Pinheiro (Revista Afirmativa) reforça a ideia de que os quilombos são uma continuidade presente em muitas temporalidades (B. NASCIMENTO, 2021). Quando jornalistas negros colocam o quilombismo como uma prática cotidiana, dão sentido à conexão entre comunicação e aquilombamento. A discussão sobre o significado da palavra comunicação caminha para mostrar que há vários usos e sentidos para o termo. Pesquisadores como Luiz Martino, Vera Veiga França, Muniz Sodré e Antonio Hohlfeldt, por exemplo, levantaram reflexões importantes sobre os diversos caminhos para a construção desses significados, que variam desde a compreensão da troca de mensagens entre seres até a partilha de formas simbólicas. Recortando o sentido etimológico, a palavra “comunicação” vem do latim *communicatio* e está ligada à ideia de “agir em comum”, “partilha” e “vínculo” (MARTINO, 2014, p.13). Nessa perspectiva, aquilombar é comunicar.

Faz parte das estratégias de retroalimentação capitalista a obtenção do lucro sem partilha, mesmo entre aqueles que contribuem diretamente para a acumulação. O impacto da economia digital ampliou esse cenário e reforçou o modelo neoliberal como base estruturante para as empresas envolvidas nessas lógicas (SODRÉ, 2009). Logo, empresas do mesmo nicho apostam em divergências para contrastar os próprios diferenciais. As mídias negras rotacionam esse sentido e demonstram respeito, solidariedade e colaboração entre suas formas de trabalho.

⁸¹ Entrevista síncrona concedida por Jonas Pinheiro (Revista Afirmativa) pela plataforma Google Meet, ago.2020. Entrevistadora: Alice Oliveira de Andrade. A transcrição encontra-se no anexo deste texto.

Eu nunca, nunca, em quase quatro anos de *Notícia Preta*, tive um problema com nenhuma mídia negra; não existe, não teve um episódio, muito pelo contrário. Às vezes, por exemplo, Renê, do *Vozes da Comunidade*, meu amigo pra caramba, entrou em contato num outro dia tá aí “vamos fazer uma parada junta, não sei o que lá, com uma matéria”, e para mim aquilo foi ótimo, porque ele estava cobrindo, ele tava no lugar que eu não tava. Teve uma vez, um evento no Teatro Municipal do Rio de Janeiro, que a Sílvia do *Mundo Negro* me ligou e falou: “mano, tu consegue ir lá cobrir para o *Mundo Negro*? Faz pro *Notícia Preta* também” eu fui para o evento no Teatro Municipal, fiz para o *Mundo Negro* e para o *Notícia Preta*, sabe. Revista Afirmativa, de Salvador, a gente fez um consórcio que era As Blogueiras e consórcio de imprensa pra gente conseguir dinheiro no Google, *Notícia Preta*, Blogueiras Negras e Revista Afirmativa. Hoje mesmo no *Notícia Preta*, “As meninas da Revista Afirmativa conseguiram dinheiro do fundo Baobá”, peguei e fiz matéria no *Notícia Preta*. Botei lá, faz isso aí que é matéria das meninas, fechamento do caramba, entendeu? **Então assim, isso é incrível, e não é feito de maneira forçada, eu não sei explicar. A gente não se fala com frequência, mas essa relação ela é construída, sabe? E não tem uma competição né, tipo, nunca teve** (BERNARDES, 2022, informação verbal, grifo nosso)⁸².

Eu senti porque a nossa propaganda que a gente veiculou no Negrê, a gente conseguiu com o pessoal da Alma Preta, que colocou a gente dentro da ideia, botaram a gente em contato com a agência, a ZYGN, que fez e ajudou tudo nesse suporte de instalar essa propaganda no site. O pessoal do *Notícia Preta* também, eles têm financiamento coletivo. Então eu já vim trocando essa ideia com eles também, para ter um pouco de noção, a partir da experiência deles. **Alma Preta Jornalismo e Notícia Preta foram os que eu mais tive contato para trocar ideia. O Mundo Negro fez uma matéria quando a gente lançou o Negrê também** (CARVALHO, 2020, informação verbal, grifo nosso)⁸³.

Nos dois trechos acima é possível perceber as distinções entre as interações do aquilombamento integrado e o que acontece na rotina de uma empresa jornalística comercial. Uma relação assim é inimaginável na imprensa corporativa para as quais a competitividade e a busca exacerbada pelo “furo jornalístico” estão ainda mais intensas por causa das cobranças do meio digital. Nos trechos abaixo, Alane Reis (Revista Afirmativa) e Silvia Nascimento (Mundo Negro) trazem um contraponto importante para compor esse balaio de vozes:

⁸² Entrevista assíncrona concedida por Thais Bernardes (*Notícia Preta*) pelo aplicativo WhatsApp, jan. 2022. Entrevistadora: Alice Oliveira de Andrade. A transcrição encontra-se no anexo deste texto.

⁸³ Entrevista síncrona concedida por Larissa Carvalho (Negrê) pela plataforma Google Meet, out.2020. Entrevistadora: Alice Oliveira de Andrade. A transcrição encontra-se no anexo deste texto.

A gente, querendo ou não, vive com uma sociedade capitalista que estimula muito esse movimento da competitividade. As pessoas, quando elas dialogam no mesmo ecossistema (e aí não é só da mídia, mas de qualquer área, na arte, no cinema, da própria academia), de que você faz uma coisa parecida com outra pessoa, né, que você necessariamente é concorrente dessa pessoa. Por exemplo, no universo acadêmico, isso é muito feio e rola muito. E aí, **eu acho que nós, pessoas negras, a gente também incorpora essa mentalidade colonizadora capitalista de que existe um processo de disputa entre pessoas que dialogam no mesmo campo, que constroem experiências no mesmo campo. Eu acho que vencer isso é um desafio para que a gente consiga, de fato, botar em prática mais o exercício do quilombismo** (REIS, 2020, informação verbal, grifo nosso)⁸⁴.

Sim, eu faço parte desse grupo de pessoas que foram disruptivas e criaram coisas da internet que causaram impactos social assim, né. E aí depois vieram outros veículos, e esses outros veículos, eu sou amiga do Pedro do Alma Preta, sou amiga da Thaís do Notícia Preta, e eles sempre falam que o Mundo Negro é uma inspiração mesmo para eles. A gente troca algumas informações, às vezes quando acontecem coisas sensíveis a gente conversa, eu já participei de eventos promovidos para Alma Preta, já participei de lives feitas pelo Notícia Preta, mas **as pessoas também tem que ver o que a gente faz como modelo de negócio né, então você não vê o SBT fazendo parceria com a Globo, você não vê o Estadão fazendo parceria com a Folha de São Paulo, então a gente também vê nisso de forma muito independente, mas por trás né, se existe oportunidade e tal, a gente troca algumas figurinhas, mas institucionalmente assim, nós somos negócios muito distintos, com linhas editoriais Independentes, e mantendo o mesmo critério dos outros veículos. Assim, eu não compartilho as minhas fontes, e eu gosto de dar os meus furos e eu aposto que os meus colegas também** (NASCIMENTO, informação verbal, 2022, grifo nosso)⁸⁵.

Kilomba (2019, p.79) divide a percepção de corpos negros em cinco formas e uma delas é a “infantilização” para garantir que o sujeito negro seja posto no lugar do “Outro”. Estudar as mídias negras contemporâneas com um olhar simplista e exageradamente ingênuo desloca-as da condição de potência e as reduz a uma mera reprodução do que já é feito na hegemonia. Não é preciso idealizar o aquilombamento para reconhecer que é um movimento de autoafirmação e esperança. Por buscarem lucro e financiamentos, são parte de um sistema que é maior que o nosso controle. Logo, como empresas construídas e em construção que são, são concorrentes de um mesmo nicho e a agregação pode ser exercitada para evitar a animosidade entre os nossos. Há o reconhecimento da competitividade, mas não a competição.

⁸⁴ Entrevista síncrona concedida por Alane Reis (Revista Afirmativa) pela plataforma Skype, out.2020. Entrevistadora: Alice Oliveira de Andrade. A transcrição encontra-se no anexo deste texto.

⁸⁵ Entrevista assíncrona concedida por Silvia Nascimento (Mundo Negro) pelo aplicativo WhatsApp, jan. 2022. Entrevistadora: Alice Oliveira de Andrade. A transcrição encontra-se no anexo deste texto.

O aquilombamento interno acontece quando integrantes de mídias negras demonstram cuidado, acolhimento e se colocam tanto no lugar de fala quanto no de escuta. Corpos negros carregam características partilhadas que vão além da cor da pele. Uma delas é a sensibilidade diante da dor do outro, exatamente por terem vivido experiências semelhantes. A "dororidade" é um conceito da professora Vilma Piedade (2017) que significa enfrentar diretamente as violências da colonialidade, sanar o epistemicídio e acolher as lutas de pessoas racializadas entre si. Aquilombar também está na dimensão do acolher porque as mulheres negras nos ensinaram que o cuidado mútuo, mesmo distante do barulho das grandes insurreições, também é uma forma imponente de resistência (GONZÁLEZ, 1984).

É muito engraçado que nas nossas reuniões de pauta tem um momento em que às vezes elas viram uma grande sessão de terapia. As pessoas do nada, do nada, vêm alguém falar “nossa eu tô muito chateado hoje, porque aconteceu tal caso comigo, não sei o quê” e aquilo ali, o que era só para a gente bater pauta vira uma grande terapia, e para mim isso é um espaço de aquilombamento, porque é um espaço onde a gente se sente seguro para falar, onde a gente sente confortável, independente das pautas assim, sabe? Sempre falam que uma vez Notícia Preta, sempre Notícia Preta (...) eu acho que sim, eu acho que o Notícia Preta é um espaço de aquilombamento né, além do jornalismo, é um espaço onde a gente também traz as nossas questões, as nossas dores, e a gente debate ali enquanto um grupo de colegas, essas 60 pessoas que passaram pelo Notícia Preta, mais de 60 nesses três anos, a gente tem, eu tenho um carinho muito grande por cada uma delas, e cada uma delas compartilhou um pouquinho de si ali dentro (BERNARDES, informação verbal, 2021).

As mídias negras revelam que não é possível ver os quilombos somente como um recorte pretérito. Ao transformarem-se em ação frente a uma sociedade racista, criam um panorama não-territorializado em que pessoas negras são protagonistas na enunciação de si mesmas. Corpos políticos de jornalistas negros desempenham um papel de compromisso com a produção de um jornalismo antirracista. As iniciativas de aquilombamento midiático articulam suas agendas para romper com imaginários colonialistas e trazer à tona novas referências que se distanciem da subalternização.

Parte delas a necessidade de evocar o aquilombamento como uma prática necessária à insurgência negra. Para exemplificar, destacamos seis textos publicados em cada uma das mídias investigadas que têm a palavra “aquilombar” como chave para um posicionamento político em prol da emancipação de corpos negros. O objetivo dessas

publicações, em diferentes pontos de vista, é mostrar que se aquilombar é uma demanda negra latente e urgente.

Quadro 11 – textos que reivindicam a necessidade de aquilombamento

Título	Autor(a)	Site de publicação	Data	Endereço
Crônica Poética – Aquilombar em Tempos de Fim do Mundo	Maya Quilolo	Revista Afirmativa	05/05/2020	https://revistaafirmativa.com.br/cronica-poetica-aquilombar-em-tempos-de-fim-do-mundo/
“É fundamental aquilombar-se para ter musculatura emocional”, diz Adriana Barbosa CEO da PretaHub	Rodolfo Gomes e Victória Gianlourenço	Mundo Negro	17/07/2021	https://mundonegro.inf.br/e-fundamental-aquilombar-se-para-ter-musculatura-emocional-diz-adriana-barbosa-ceo-da-pretahub/
“Aquilombamento é reunião de forças entre professores, alunos e responsáveis”, diz a professora Joana Oscar	Bárbara Souza	Notícia Preta	02/12/2022	https://noticiapreta.com.br/educao-antirracista-aquilombamento-professores/
É tempo de se aquilombar	Juninho Junior	Alma Preta	30/04/2019	https://almapreta.com.br/sessao/quilombo-e-tempo-de-se-aquilombar
Quilombos regionais e o Black Twitter Nordestino	Stephany Sousa	Negrê	17/07/2020	https://negre.com.br/quilombos-regionais-black-twitter-nordestino/
Aquilombar é ocupar	Gleide Davis	Portal Geledés	28/11/2016	https://www.geledes.org.br/aquilombar-e-ocupar/

Fonte: autoria própria com base nas mídias negras investigadas

Clóvis Moura destacou que os quilombos criaram um novo sistema de convivência que não tinha hierarquias subalternizantes como o imperialismo. “A dicotomia senhor/escravo deixava de existir para se estabelecer outra que funcionava dentro dos padrões de controle dos próprios elementos do quilombo” (2020b, p.160). Nos grupos negros de comunicação antirracista, a organização interna não pressupõe a existência de hierarquias autoritárias. Funcionam em linha semelhante por se aquilombarem e aprenderem juntas, cada uma do seu lugar, a pensar o mundo como protagonistas de suas histórias passada e presente. É na ação do aquilombamento que se fazem democráticas, solidárias e antirracistas.

8) Combate: as mídias negras são antirracistas

As mídias negras são articuladas com múltiplos objetivos, mas se pudermos elencar um central que serve como base para o seu desenvolvimento, está na busca por novas matrizes discursivas e de visibilidade sobre pessoas negras no imaginário social brasileiro. Isso porque o Brasil é marcado por “elementos de estigmatização no imaginário social que associam a representação das pessoas negras a uma herança negativa constituída no período escravocrata e marcada por desigualdades, estigmas e discriminação” (CARVALHO, 2021, p.07).

Sodré (2017, p.35), ao construir o pensamento voltado para uma perspectiva nagô, afirma que no pensamento contemporâneo “afetos e paixões também constituem uma espécie de modo irrepresentável do sentido que atravessa o ser desde a origem”. Na mesma linha, Lorde (2020, p.51) estimula a transformar o silêncio em linguagem em ação. A mobilização de sentimentos como ódio e raiva são parte da construção cotidiana das mídias negras, pois a luta antirracista exige lidar com esse tipo de emoção. Estamos falando sobre sujeitos(as) da própria história, pessoas que nasceram com um histórico colonial de sofrimento articulado até hoje em uma sociedade estruturalmente racista. Sentimos na própria pele, literal e metaforicamente, o ardor das feridas que a colonialidade espalha em forma de racismo, sexism, misoginia e preconceito de classe contra nossos corpos, expressões culturais e religiosas, mentes e modos de existência.

Ser não-racista diferencia-se do antirracismo pela postura ativa diante do racismo. Não é apenas se distanciar do problema, mas confrontá-lo. As mídias negras produzem contradiscursos que são *contra* o racismo impregnado no pensamento colonial que as mídias corporativas ajudaram a consolidar. O pensamento racista sobre corpos negros violenta existências, causa patologias sociais e sofrimentos psíquicos quando formaliza estereótipos e delimita zonas de “não ser”, fixando pessoas negras sob as lentes do olhar imperial (FANON, 2008, p.27-28). Guerreiro Ramos (1957, p.181) também apontava a coexistência de dois eixos existenciais nos indivíduos negros: a inferioridade adquirida pelo preconceito e hierarquias raciais; e a superioridade de desejar ocupar um espaço social menos subalternizado.

Afinal, corpos que no período colonial foram escravizados são os mesmos que hoje são postos em situações de racismo, exploração, discriminação e violência institucional do Estado. O projeto colonial assumiu características contemporâneas e atualiza as formas de desumanização, subalternização e estereotipização de pessoas negras (FANON, 2008). A luta antirracista é uma postura crítica e uma ação que rejeita o pensamento da colonialidade e suas formas sofisticadas de atuação na sociedade de hoje. Combate o racismo surgido em um pensamento colonial, escravista e discriminatório e reconhece sua dimensão interseccional.

Os veículos de imprensa hegemônicos fizeram sua parte para elaborar e disseminar estereótipos de raça por décadas. Hoje em dia, mesmo que se abram fissuras em suas elaborações, ainda assim não é suficiente para penetrar no imaginário coletivo e transformar as cadeias estéticas já cristalizadas com imagens e textos negativos. Violentam simbolicamente a existência negra porque a mercantilização dessas imagens fixas gerou lucros – e é isso que interessa aos empresários de mídia.

A mídia brasileira é um espelho das relações de poder estabelecidas historicamente na sociedade, condicionando e disseminando práticas e valores sociais, políticos, econômicos, culturais e ideológicos. O poder da mídia é, acima de tudo, simbólico. Afinal, os veículos de comunicação comerciais surgiram de um mesmo processo: nasceram e foram legitimados por um modelo capitalista de concentração e, em tese, são eficientes mantenedores desse discurso (LEITE; VELOSO; LIMA, 2021, p.05).

As mídias negras se posicionam contra o racismo, resistem e reinterpretam o mundo tendo a comunicação como instrumento central de luta. A categoria política do quilombismo (A. NASCIMENTO, 2019, p.203) dá base a essa sustentação por ter no modelo político dos quilombos uma nova possibilidade de articulação negra com dignidade, solidariedade, partilha e significações. “O modelo quilombista vem atuando como ideia-força, energia que inspira modelos de organização dinâmica desde o século XV”, afirma Abdias Nascimento (2019, p.282).

Assim, ao propiciar ambientes de debate, de reivindicações e de reconstruções, as mídias negras visam romper com os grilhões da imprensa hegemônica, que se pauta por uma perspectiva existencial colonialista para a definição de sua agenda e para a construção de narrativas – o que, evidentemente, contribui com diversas formas de apagamento simbólico do povo negro. Em outras palavras, o aquilombamento é basilar

para a luta antirracista em todas as suas frentes, principalmente no universo midiático. Ao aquilombar-se, as mídias negras tornam-se efetivamente antirracistas e fortalecem a construção da identidade negra no Brasil.

Hall (2003) levanta análises sobre identidade no caminho da pluralidade, pois são compostas por muitos marcadores sociais: raça, gênero, classe social, sexualidade, etnia, entre outros pontos. Por terem sido sequestrados e levados em diáspora ao redor do mundo, negros(as) africanos(as) incorporaram também elementos culturais às suas identidades porque "em condições diáspóricas, as pessoas geralmente são obrigadas a adotar posições de identificação deslocadas, múltiplas e hifenizadas" (HALL, 2003, P.75-76).

A partir do recorte desses grupos midiáticos, que invocam a multiplicidade das narrativas midiáticas no tratamento às questões étnico-raciais, é possível vislumbrar a ação de jornalistas e demais comunicadores, que se organizam e se manifestam em rede, na tentativa de romper com a subalternização de pessoas que cotidianamente sofrem com injustiças sociais e ações de extermínio físico, o que Mbembe (2018) define como necropolítica⁸⁶.

No caso dos coletivos de mídia, apropriando-se de aparatos disponíveis na internet para a produção de conteúdos, pessoas negras engendram espaços contrahegemônicos para contar histórias comumente silenciadas pela mídia corporativa. Tendo como eixo a luta antirracista, essas experiências são auto-organizadas para estabelecer vínculos de acolhimento, reconstrução histórica, memória, identidade, representatividade, práticas de consumo e sociabilidade por meio da produção midiática, podendo, dessa forma, ser consideradas como formas de aquilombamento virtual midiático.

Potencializadas pela internet, essas dinâmicas se convertem em estratégias de comunicação e enunciação de causas, desejos, necessidades e desconstruções sociais que precisam ecoar. Ao mesmo tempo, a consciência crítica se impõe na reinterpretação dos discursos midiáticos por parte de pessoas que não se veem neles representadas, impulsionando-as a contestá-los. Para Coutinho (2008, p.66):

⁸⁶ Segundo Mbembe (2018), trata-se do poder e da capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer, geralmente exercido pelo Estado.

O poder das elites, sua capacidade de determinar o sentido da realidade, de criar e impor significações, ideias, valores aos grupos subalternos, é contrabalançado pela fala popular, com seus códigos estranhos à linguagem hegemônica, seus signos escorregadios, dificilmente assimiláveis e manipuláveis pelo discurso oficial – uma linguagem viva, que se refaz permanentemente no âmbito da comunicação comunitária.

Ao se referir à comunicação comunitária, Coutinho também nos leva a pensar em novos ambientes de resistência no meio digital para a reapropriação e ressignificação cultural do povo negro. As tradições culturais, religiosas, linguísticas e sociais são formas de resistência identitária incorporadas pelas mídias e amplificadas em múltiplas linguagens. Nesse sentido, Fanon (1983, p.33) nos lembra que “falar é existir absolutamente para o outro”. Portanto, resume o autor, falar é, além de dominar determinada linguagem morfológica e sintaticamente, assumir o peso de uma civilização e de sua cultura.

As formas de apagamento simbólicas - questão central nas agendas das mídias negras - são múltiplas. A título de exemplo, as expressões religiosas ilustram como o silenciamento operou no contexto colonial. Negros escravizados foram destituídos do direito de cultuar deuses de matrizes africanas e obrigados ao culto de santos católicos. Atualizadas, as marcas da colonialidade daquele período seguem sequestrando humanidades.

Apesar de, como já dito, a história do povo negro não se restringir ao período da escravização, é necessário sublinhar que, no Brasil, a diáspora africana tem relação direta com a exploração física e moral dos habitantes desse continente – e também com seus processos de resistência. Quando o colonialismo apaga esse período da história dos negros, consequentemente os apaga enquanto sujeitos (RIBEIRO, 2019).

Esses exemplos demonstram que a violência é pano de fundo das ações do colonizador. Sejam físicas, simbólicas e/ou cognitivas, as marcas da opressão se fazem presentes sempre que há dominação de um povo sobre os outros. Sob os olhares coloniais, o negro, enquanto ser humano, não tem individualidade, mas tem especificidades. Por exemplo: se há literatura negra, há, por outro lado, literatura. O oposto de cinema negro costuma ser lido apenas como cinema. O feminismo negro é enxergado como um recorte do feminismo. Logo, a racialização é um recorte, enquanto o padrão branco é universal. Todavia, o branco também deve ser racializado, e essa

compreensão é um aspecto importante para a construção de vias antirracistas para a sociedade.

Diante dessas lógicas de opressão, o desprezo sobre si mesmo faz parte da construção do imaginário social das pessoas negras. Podemos entender as mídias hegemônicas como atravessadoras desse processo quando, cotidianamente, reforçam o lugar do negro nas imagens fixas historicamente criadas, e nas imagens de controle (COLLINS, 2016). Para Collins, imagens de controle são padrões pré-estabelecidos culturalmente sobre pessoas negras para a reprodução de sexismo, racismo e controle sobre condutas e corpos. Por serem culturais, são dinâmicas, e têm como ponto central de combate a autodefinição (BUENO, 2019). As mídias, no desenvolvimento de seus produtos e processos, também podem operar na circulação dessas imagens.

As imagens de controle são propagadas de forma tão massiva e constante na mídia por uma razão bastante específica: é confortável para a comunidade branca que existam justificativas que lhes retirem a responsabilidade de responder pelo contínuo de violência que a exploração econômica do povo negro significou na construção do status quo da branquitude. (BUENO, 2019, p.112).

Quando as mídias hegemônicas retroalimentam as imagens de controle (COLLINS, 2016) criadas para mulheres pretas e pardas, prepondera a imagem da negra empregada doméstica, submissa, hipersexualizada ou escravizada. No caso de homens negros, estes costumam ser socialmente vinculados ao estereótipo do criminoso, do malandro, do sujeito perigoso ou objeto sexual. São ideias fixas que desumanizam pessoas negras e tentam reduzir suas existências. Essa ideia reitera o ciclo sem saída da baixa autoestima que permeia as relações sociais quando se tem a pele escura. Embora o regime de escravidão no Brasil, em modelo de exploração laboral, tenha terminado há mais de um século, ainda vivemos em uma sociedade de mentalidade escravocrata (SOUZA, 2017), o que causa sofrimento psíquico.

Uma das formas de deslegitimar a população negra é o genocídio, que, segundo Abdias Nascimento (1978), pode ser concreto ou simbólico: vai da morte física em massa da parcela preta e parda da sociedade, a estratégias de invisibilização e apagamento da memória. É concreto quando há o massacre de corpos; é simbólico quando se nega o direito à autodefinição. Por essa razão, generalizar é uma das formas de destruição da identidade – e a mídia hegemônica pode ser um dos instrumentos dessas práticas.

O desenvolvimento de estratégias quilombistas deve ser um ponto de reinvenção e mobilização rumo a novas possibilidades de existência dos negros. Por essa razão, também, é que apontamos para a pertinência de se pensar as mídias negras a partir da ideia de aquilombamento virtual midiático, visto serem resultantes históricas de redes sociais que ao longo do século vêm operando resistências dos povos afrodescendentes em diáspora.

A semântica do termo “rede” está ligada à ideia de entrelaçamento, conjunto, sistema. Na internet, remete à conexão de pessoas por meio de plataformas digitais. Observar os quilombos nessa perspectiva implica compreender que a ligação, partilha e união de pessoas negras formam estruturas de resistência em redes de pessoas. Esse tipo de conexão tem como matriz a ação político-social coletiva para a transformação, e inspira experiências contemporâneas a reinventar essas ligações.

Lemos (2013) pontua que o conceito de rede é dinâmico, pois não é necessariamente o que conecta, e sim o resultado dessas ligações. Castells (2013) defende que as redes são operadas pelo ato da comunicação, no sentido da partilha de significados. Isso porque o impacto do desenvolvimento tecnológico, ao longo do tempo, moldou a constituição de novas formas de expressão cultural e das relações sociais, com sociabilidades estabelecidas através das redes (CASTELLS, 1999). Nelas, a contestação do poder fomentou a criação de espaços de autonomia. Castells (2013) define o uso de redes digitais para as ações comunicativas como “autocomunicação de massa”:

Nos últimos anos, a mudança fundamental no domínio da comunicação foi a emergência do que chamei de autocomunicação – o uso da internet e das redes sem fio como plataformas da comunicação digital. É comunicação de massa porque processa mensagens de muitos para muitos, com o potencial de alcançar uma multiplicidade de receptores e de se conectar a um número infinidável de redes que transmitem informações digitalizadas pela vizinhança ou pelo mundo. É autocomunicação porque a produção da mensagem é decidida de modo autônomo pelo remetente, a designação do receptor é autodirecionada e a recuperação de mensagens das redes de comunicação é autosselecionada (CASTELLS, 2013, p.15).

Nas mídias negras, observamos que a autocomunicação de massa acontece quando atores sociais constroem redes que buscam autonomia e fortalecimento da luta antirracista. Se no aquilombamento histórico as redes eram humanas, no aquilombamento virtual se convertem em conexões digitais com múltiplas expressões. A

busca pela transformação, que parte da indignação com o racismo estruturante da sociedade, caminha no sentido de produzir ações político-sociais que respondam às demandas do povo negro. A potência desses movimentos estabelece um fenômeno midiático que pode ser observado metodologicamente pela ótica do aquilombamento virtual, visto que essa ampla constituição de redes perpassa a instrumentalidade técnica para projetar, criar e co-construir uma alternativa ao anseio de subjetividades individuais e coletivas.

Esses grupos buscam alternativas que permitam ecoar seus anseios e com este intuito juntam-se em blocos, aliam-se a outros movimentos sociais, desenvolvem estratégias midiático-comunicacionais, outras linguagens, ferramentas, enfim, novos modos de se projetarem como sujeitos organizados atentos aos seus direitos (LOPES, 2018, p.22).

Como exemplo, em texto⁸⁷ publicado no Portal Alma Preta, em 30 de abril de 2019, o jornalista Pedro Borges chama atenção para um movimento de integração do povo negro no qual é possível reforçar o direito à existência, pois a jornada coletiva oferece maiores possibilidades de resistir às intempéries:

O aquilombamento foi uma experiência concreta, que demonstrou na prática que era possível construir uma outra sociedade mais humana, mais justa, mais ambientalmente viável. Os quilombos são o resultado da ousadia, da perspicácia de um povo que não se curvou diante das dificuldades e das barreiras que pareciam intransponíveis. O fim da escravização foi fruto dessa luta (BORGES, 2019, s/p).

Se os quilombos eram unidades radicais de resistência dos povos escravizados que desestabilizavam a lógica escravista e sublinhavam a necessidade de transformações na ordem social (MOURA, 2020b), o aquilombamento virtual midiático, a partir de dispositivos digitais de comunicação, torna possível a construção de espaços onde cultura, história, memória e narrativas contemporâneas dos negros são reorganizados para serem melhor compreendidos. Aquilombar-se virtualmente, portanto, pressupõe a tarefa de descolonização das narrativas midiáticas em prol de uma comunicação antirracista, que atenda às demandas da população negra e reconecte o passado e o presente como uma forma de conceber o futuro. Significa assumir um compromisso, pois:

⁸⁷ Disponível em: <<https://www.almapreta.com/editorias/o-quilombo/e-tempo-de-se-aquilombar>>. Acesso em: 30 abr. 2020.

Partindo de uma cidadania negada a uma cidadania conquistada através de ações afirmativas, ao longo da história, foram os próprios afrodescendentes os responsáveis por denunciar o racismo, colocar na agenda política nacional a pauta das desigualdades raciais e reivindicar a cidadania dos afro-brasileiros, privilegiando as áreas da educação e comunicação como impulsionadoras dos direitos humanos (MACHADO, 2012, p.240)

Sob as lentes do aquilombamento virtual midiático, as experiências jornalísticas insurgentes reunidas nas mídias negras fazem parte de um projeto social democrático que visa contribuir para a ressignificação histórica e sociocultural do povo negro e de suas diferentes demandas. As mídias negras no Brasil atuam em um movimento definido como um conjunto de iniciativas auto-organizadas por pessoas negras que (co)move outras na construção de uma narrativa antirracista, decolonial e que troque a história única por histórias múltiplas sobre os povos negros. Essas experiências, embora diversas, podem ser articuladas em razão das características afins, como tentamos fazer no AVM. Como história única comprehende-se, a partir da perspectiva de Adichie (2019), uma narrativa fixa e pejorativa a respeito de sujeitos negros, com base em estereótipos que podem levar à marginalização, invisibilização e anulação dessas pessoas.

Para concluir este item, sintetizamos as interlocuções com os jornalistas negros que compartilharam suas ideias conosco sobre **mídias negras e jornalismo antirracista** neste balaio de vozes:

Quadro 12 – Balaio de vozes sobre mídias negras e jornalismo antirracista

Interlocutora(o)	Ideias
Natália Carneiro, portal Geledés	<p>Uma comunicação antirracista é uma comunicação que está atenta aos desafios da nossa sociedade, aos desafios da população negra. É uma comunicação que não titubeia ao denunciar o racismo existente na sociedade. É uma comunicação que está lá para, de certa forma, incomodar e também para mostrar que não estamos calados. Que nós não viemos para ficar calados. Que nós temos pesquisadores, intelectuais, pessoas que estão engajadas com a luta antirracista brasileira.</p>
Thais Bernardes, Notícia Preta	<p>O que eu faço é jornalismo antirracista e isso faz parte de um movimento muito maior, né, eu sou um grãozinho de areia dentro de tantos movimentos que tem, então não existe um movimento negro, existem movimentos negros, e todos eles juntos é o que faz com que a gente hoje tenha avanços na temática racial, e que a gente ainda vai ter muito, muito, muito mais.</p>
Pedro Borges, Alma Preta	<p>A hegemonia é a supremacia branca, a gente se coloca como uma mídia antirracista. Não é antirracista porque a hashtag é bonita, porque é marketing, mas porque a gente é mesmo, entendeu? É uma mídia que foi formada por mulheres e homens pretos. Tem um compromisso real com a luta de pessoas. A gente produz para esse público-alvo, é nosso principal público, mas não só. Eu também quero que o branco leia o Alma Preta, porque o branco disputa o imaginário do branco e do preto, os caras fazem uma lavagem cerebral na cabeça do povo, eu quero fazer na deles também, entendeu? Mas majoritariamente o nosso foco é para o público negro. É a grande maioria do público do Alma Preta.</p>
Larissa Carvalho, Negrê	<p>Para mim, enquanto jornalista negra e nordestina, além de CEO, diretora-executiva e editora-chefe de um portal de mídia negra nordestina, o jornalismo antirracista é um jornalismo que busca essencialmente reportar contra a redução do racismo (pois é impossível acabar com um sistema tão antigo e forte ainda nos dias de hoje) e defender a causa das questões raciais. É um tipo de jornalismo que está inserido dentro dos "Jornalismos de causa", pois abraça uma causa. O jornalismo existe, essencialmente, para mudar a vida das pessoas, para trazer qualidade de vida. Esse é um dos principais pontos. E, olhando para a comunidade negra especialmente, o jornalismo antirracista existe (também) para isso! Para desconstruir</p>

	"conceitos" e "verdades" sobre o racismo e a população negra. E com isso, fazer com que esse tipo de informação chegue para as pessoas negras e melhore a vida delas.
Silvia Nascimento, Mundo Negro	A mídia negra é uma que dá visibilidade ao que a nossa comunidade tem feito dentro desse filtro histórico de saber de onde a gente veio, onde a gente tá, e aonde a gente vai chegar, mas que principalmente é a mídia, os que trata o negro como humano, não só como objeto, mas como agente de transformação social também. Eu acho que só o jornalista negro pode fazer esse tipo de comunicação de forma genuína, porque a gente tá falando de pessoas como a gente, como pessoas da nossa família.
Alane Reis, Revista Afirmativa	Mídia negra é toda experiência de comunicação social organizada por pessoas negras que tenha como centralidade de pauta os direitos da população negra ou as experiências da população negra no combate ao racismo; e que tenha como objetivo de anunciação, que tenha como destino, público de outras pessoas negras (...) Só que essas mídias precisam ser gestadas por pessoas negras para manterem seus conteúdos como prioridade e que seu público-alvo também sejam pessoas negras (...) Acho que mais do que ter uma ferramenta, eu tenho refletido muito sobre isso, mais do que uma ferramenta do movimento negro, a mídia negra é uma expressão do movimento negro.
Jonas Pinheiro, Revista Afirmativa	Acho que as mídias negras e a imprensa negra sempre foram uma parte dos movimentos negros. Se você olhar a dimensão maior do movimento negro (...) desde a existência do quilombo, passando pela Frente Negra, chegando ao MNU, são movimentos, organizações, pessoas organizadas que têm a pauta racial como ponto principal e buscam enfrentar o racismo. Portanto, são antirracistas. Acho que sim, a Afirmativa e as demais mídias negras fazem parte desse processo.
Contribuição nossa	Mídias negras virtuais são coletivos inspirados na potência política dos quilombos que enxergam na comunicação um instrumento central da luta contra o racismo. O jornalismo antirracista é o produto do trabalho desses grupos que se aquilombam para propor novos espaços de existência e matrizes de visibilidade para pessoas negras.

Fonte: elaboração própria com base nas entrevistas em anexo

De acordo com os jornalistas das mídias negras, as ideias de mídias negras e jornalismo antirracista estão imbricadas como partes de um mesmo processo. Por conseguinte, se pudéssemos representar graficamente os dois conceitos, teríamos um quadro anuviado em que ambas as ideias se condensam. Não porque são sinônimas, e sim por serem geradoras uma da outra:

Figura 21 – representação de mídia negra e jornalismo antirracista



Fonte: autoria própria

As mídias negras, enquanto paisagem decolonial de produção de contradiscursos antirracistas, ampliam a possibilidade de o negro não ser visto apenas como alteridade e sim como potência de autorreconhecimento e afirmação social de existência. Aquilombam-se virtualmente e combatem o racismo na arena de disputa da comunicação.

Na recusa aos modelos hegemônicos de mídia fundamentados por ideais de colonialidade, racismo e outros marcadores de opressão, as mídias negras brasileiras articulam as próprias formas enunciativas. A base na ação política dos quilombos nos faz crer que a construção coletiva é um caminho possível no combate ao extermínio, ao silenciamento, à subalternidade e à dominação. Esses grupos criam a partir das referências culturais e ancestrais negras um espaço de existência que tem a comunicação como centro. Apesar dos desafios enfrentados, esses grupos insurgentes fazem um esforço comum de aquilombarem seus corpos e mentes para pensar outras perspectivas. Como propôs Beatriz Nascimento (2021, p.136): "o quilombo, embora transformado, perdura".

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fogo! Queimaram Palmares,
Nasceu Canudos.

Fogo! Queimaram Canudos,
Nasceu Caldeirões.

Fogo! Queimaram Caldeirões,
Nasceu Pau de Colher.

Fogo! Queimaram Pau de Colher...
E nasceram, e nasceram tantas outras comunidades
Que vão cansar se continuarem queimando.

Porque mesmo que queimem a escrita,
Não queimarão a oralidade.
Mesque que queimem os símbolos,
Não queimarão os significados.
Mesmo queimando o nosso povo
Não queimarão a ancestralidade.

Nego Bispo - Quilombo Saco-curtume em São João do Piauí/PI

Os quilombos são parte da história viva do Brasil. Uma inteligência legada aos povos negros brasileiros pela ancestralidade. Estão inscritos não apenas na consciência coletiva negra, por meio da necessidade de um posicionamento crítico diante do racismo estrutural, mas também na corporeidade racializada que carrega a herança mística deixada pela ancestralidade africana e afrobrasileira. Quilombo é ferramenta ancestral que supre nossas necessidades onde quer que seja evocado, apresentando diferentes dinâmicas ao longo do tempo para se adaptar à demanda de grupos negros em várias áreas. No olhar sobre a formação histórica e social nacional, quilombos são elemento de fundamental importância para delimitar um universo simbólico com caráter emancipatório que surgiu no passado e existe ainda hoje.

No documentário Ôrí, de Beatriz Nascimento e Raquel Gerber, as autoras localizam o quilombo como uma consequência cultural e ancestral. Mostra que fugir não é um ato de indolência, mas de oposição ao sistema. Os coletivos de mídia negra reverberam uma necessidade antiga de se distanciar das imagens reduzidas e distorcidas sobre existências negras. Na música, cinema, fotografia, artes e também na mídia, há problemas na representação racial porque os traços coloniais fomentam a subalternização desses corpos e mentes negras. Existem estratégias de enfrentamento para todas essas frentes, mas no contexto midiático a comunicação é eixo central das

circularidades. Sua proposta ultrapassa a representatividade que, embora seja importante, não é suficiente para penetrar imaginários e modificar cadeias de produção de sentido. Está no campo do compromisso, do posicionamento político e do enfrentamento ao racismo e suas interseccionalidades. O trabalho das mídias negras pode ser visto como "agentes de uma renovação estética e discursiva de narrativas negras" (MEIRINHO, 2021, p.175).

O avanço no debate sobre questões raciais percebido nos últimos anos é resultado do esforço do movimento negro brasileiro que atua em diversas frentes. Ter consciência dos fatos históricos que ladrilharam o caminho até este momento é imprescindível, pois as formas de resistência que pessoas negras tiveram em nosso país configuram um modo de vida secular que nos foi imposto.

Agora é momento de novas temporalidades e a reformulação desses imaginários exige a produção de contra-narrativas para rotacionar esses lugares de enunciação até que estejam direcionados a outros ângulos. É preciso tomar a própria imagem para si e reivindicar a posse da caneta para a escrita no livro da história. O mundo que as mídias negras brasileiras querem oferecer é pintado de muitas cores, musicado com tambores, cânticos e rezas de diversas religiões, montado com as peças de um quebra-cabeças que sinaliza diversidade e igualdade. Por meio da comunicação, formulam novos modos de fazer política e se posicionarem diante da dominação hegemônica. A ocupação do bios virtual, nos termos de Sodré (2002), tem como objetivo a fundação de moldes mais frouxos para que novos regimes visuais e enunciativos possam circular.

As mídias negras brasileiras, portanto, atuam para deslocar as matrizes discursivas e imagéticas sobre pessoas racializadas de um lugar de subalternização e preconceito para uma posição de protagonismo e ação.

Os mecanismos que a colonialidade articula para silenciar a potência negra no Brasil existem desde que nosso território foi tomado pela Metrópole e nossos povos foram sequestrados em diáspora. A resistência não é simplesmente uma escolha, mas um modo de vida imposto por nossa história primórdia e se estende ainda hoje em um Estado que, embora democrático, ainda é tomado pelo consenso hegemônico-capitalista e subsidia desigualdades, racismo, misoginia e diversas formas de opressão contra corpos tidos como racializados.

O aquilombamento virtual midiático é um convite a pensar novas abordagens metodológicas para o estudo das mídias negras. Consideramos que enxergá-las através da perspectiva quilombólica é um caminho viável e coerente porque ambos são elementos sociais ligados por um fio invisível que costura a história, memória, resistência e solidariedade negra no Brasil. Falar sobre união e agregação em um contexto empresarial, mesmo que contra-hegemônico, não pode direcionar um olhar ingênuo. As mídias negras trabalham para se consolidar enquanto um modelo de negócios em comunicação que, além de emancipatório, também seja suficiente para subsidiar financeiramente os jornalistas trabalhadores. Os próprios quilombos eram mais harmonizados internamente do que entre si, pois se tratavam também de organizações bélicas que prezava pela autoproteção e autossubsistência (CARNEIRO, 2011; MOURA, 2022).

Não é possível afirmar que havia guerras entre quilombos, pois os registros históricos são defazados e delimitados pela vontade da branquitude, mas havia uma parcela de negros e negras que não aderiu aos ideais quilombolas e se posicionou pela colonialidade. Há, contudo, registros de intensa solidariedade interna dentro dos quilombos, aspecto que inclusive foi responsável pela abundância produtiva e o sucesso do trabalho comunitário (MOURA, 2022, p.49).

Do mesmo modo, os agrupamentos de jornalistas negros no bios virtual (SODRÉ, 2002) têm uma perceptível unidade de solidariedade interna. Os jornalistas enxergam-se como colegas, amigos, companheiros, irmãos, parceiros de um projeto importante, pessoas que partilham dores, experiências de vida e lutas coletivas em comum. Há, inclusive, um caráter educativo em que os mais jovens têm a oportunidade de aprender com os que vieram antes, como no projeto Lab Afirmativa de Jornalismo, da Revista Afirmativa.

Mais destacadamente do que na época dos quilombos coloniais, as mídias negras têm interações entre si e respeitam-se mutuamente. Com as entrevistas, encontramos registros de colaboração e o incentivo entre alguns dos grupos, pois reconhecem que todos são importantes no cenário nacional do jornalismo antirracista. Por outro lado, tentam consolidar-se estrutural e financeiramente de modo independente uma da outra,

pois embora não haja uma concorrência tão acirrada quanto na mídia comercial, há a necessidade de manutenção financeira.

Cremos na construção de um novo modo de olhar as mídias negras no Brasil como um movimento decolonial que combate o racismo estrutural social e a opressão de uma classe racial, a branca; sobre a outra, a negra. A proposta tem como característica a diversidade de saberes e práticas e, como intenção primeira, a quebra da história única sobre o povo negro. De acordo com Shiva (2003), existe uma relação intrínseca entre o sistema dominante e o poder que é saber.

Portanto, a pesquisa aqui apresentada visa combater a monocultura hegemônica que a mídia tradicional impõe dentro de suas narrativas cotidianas, que muitas vezes aprisiona corpos negros em imagens fixas e pejorativas. Como âmbito contextual, estamos empreendendo uma reflexão acerca do uso de práticas jornalísticas em contexto digital para o desenvolvimento da insurgência, uma vez que esses aspectos são basilares para a compreensão, interpretação e análise dos estudos da mídia na contemporaneidade.

O estudo das experiências jornalísticas insurgentes e antirracistas, aquelas cujas “causas se transformam em pautas e vice-versa” (BENTES, 2015, p.18) proporcionará, além das configurações e características desse modo de ser-estar no mundo, a análise do encontro entre a cooperação, a experimentação e a procura pela liberdade de expressão, unidas pela intenção da mobilização e disseminação epistemológica. No caminho trilhado, encontramos alguns outros resultados que consideramos relevantes:

- 1) Os quilombos são uma base importante para enxergar metodologicamente as experiências negras em comunicação. Existem muitos caminhos pelos quais isso pode ser feito e aqui propusemos o aquilombamento virtual midiático como uma possibilidade;
- 2) Existem iniciativas de caráter jornalístico, as mídias negras, que têm a causa antirracista como principal objetivo e são inspiradas pela potência político dos quilombos;
- 3) Esses grupos operam tendo a comunicação como ferramenta de resistência e se articulam ao movimento negro antirracista a partir desse lugar;
- 4) No aquilombamento virtual midiático, podemos nos debruçar sobre o referencial empírico de pesquisa ao olharmos para oito pontos de articulação comuns entre os quilombos históricos e as mídias negras atuais. São: **articulação**: as mídias negras são históricas; **fuga**: as mídias

negras negam as imagens fixas da mídia tradicional; **estratégia:** as mídias negras são contra-hegemônicas; **sobrevivência:** as mídias negras são autogeridas; **resistência:** as mídias negras são interseccionais; **território:** as mídias negras são virtuais; **estrutura:** as mídias negras são aquilombadas; **combate:** as mídias negras são antirracistas; 5) Essas experiências visam, sinteticamente, a produção de uma comunicação comprometida com a luta contra o racismo e os estereótipos subalternizantes. É possível estabelecer entre elas uma inteligibilidade mútua, fazendo com que estejam permeando o mesmo universo simbólico, configurando um jornalismo antirracista.

Algumas outras possibilidades de pesquisa futuras foram abertas e identificamos três principais. A primeira, investigar como a questão algorítmica que, através dos grandes conglomerados do meio digital, interdita a comunicação pela liberdade ao monetizar conteúdos para as plataformas e dissemina um racismo difícil de ser detectado. Mesmo que o jornalismo contra-hegemônico tente se opor à agenda da mídia corporativa, ainda há barreiras para se estabelecer esse embate e muitas delas estão nesse campo e precisam das plataformas digitais para dar alcance ao seu conteúdo. A segunda, é possível olhar para as mídias negras por meio da análise de discurso, observando quais elementos da construção textual contribuem para a formação de um jornalismo antirracista; A terceira diz respeito a uma metodologia de abordagem centrada na recepção para pesquisar como esse discurso tem chegado às pessoas negras. Poderia ser mensurado através dos comentários e interações dos seguidores de mídias negras. Nossos próximos passos vislumbram desenvolver alguma dessas ideias, principalmente com a produção de artigos para publicação, apresentação em congressos ou pesquisa pós-doutoral. Nosso objetivo central nesta tese foi verificar a possibilidade de desenvolver um olhar metodológico para as mídias negras sob a base política dos quilombos e identificar suas características.

Longe de idealizar o trabalho das mídias negras, nossa leitura é de que ainda há desafios consistentes que enfrentam, como a remuneração dos trabalhadores, a aquisição de financiamento para investimentos no site e a estabilidade enquanto veículos de comunicação que centralizam a questão racial, mas que também contribuem para a realização jornalística com outros focos sociais. O estudo apresentado mostrou que o sonho de um jornalismo antirracista é a principal motivação para os profissionais que,

muitas vezes, não são remunerados pelo seu trabalho e seguem adiante por causa de um sonho em comum. Mesmo no caso daqueles que são completamente (como o Alma Preta e Geledés) ou parcialmente (como o Negrê e Notícia Preta) pagos pelas suas produções, ainda há desafios para conciliar um grande volume de trabalho em equipes que são menores do que em veículos da grande mídia.

Esta investigação buscou responder à seguinte pergunta: é possível propor um movimento metodológico em comunicação inspirado na potência política dos quilombos? Para isso, traçamos uma linha histórica que liga os quilombos do período colonial aos quilombos virtuais atuais, que se manifestam em diferentes âmbitos - artístico, político, cultural, jurídico, religioso e midiático. Este último foi o foco da proposta de tese apresentada aqui: se, de acordo com Beatriz Nascimento (2008, p.91), os quilombos eram brechas no sistema imperialista, logo, podem ser entendidos como um símbolo atemporal e político que ecoa resistência, luta e afirmação em diversos períodos da história brasileira. O aquilombamento virtual midiático mostrou ser possível a proposição desse movimento metodológico.

Assim como os quilombolas precisavam abrir caminhos nas clareiras, buscamos caminhar em três rotas metodológicas do AVM. Primeira rota: movimento do Sankofa, quando reconhecemos que o olhar para referenciais de pesquisa racializados deve contemplar perspectivas da história afrobrasileira. Segunda rota: escrevivências, pois reconhecemos que um texto desenvolvido por um corpo negro precisa reconhecer suas vivências e subjetividades como parte da construção epistêmica sem que haja uma invalidação da dimensão científica por isso. Terceira rota: balaio de vozes, desenvolvido no reconhecimento de que este texto é construído por muitos olhares e vozes, incluindo os interlocutores(as) diretos da pesquisa, autores citados - como os jornalistas das mídias negras -, com os colegas e professores que estimularam nossas reflexões e construções durante os anos de doutorado, nos diálogos em grupos de pesquisa, com os(as) docentes integrantes das bancas avaliadoras e na relação entre orientadora e orientanda.

No caminho para entender se é possível a construção de um movimento metodológico em comunicação inspirado na potência política dos quilombos, nossa trajetória de pesquisa foi guiada por quatro objetivos específicos descritos a seguir:

O **primeiro objetivo** da pesquisa foi contextualizar as atuais mídias negras e sua dimensão decolonial. Refletimos sobre como o colonialismo imperial existe ainda hoje através da colonialidade que, embora em outros moldes, não pode ser considerada sutil. Perceber como o racismo foi construído na base colonial auxilia a percepção de que a luta antirracista também envolve características decoloniais. Nesse espaço tentamos diferenciar conceitos que podem se confundir, como pós-colonial, descolonial e decolonial, embora todos tentem se colocar em oposição às condições impostas pela colonialidade. As hierarquias raciais criadas no eurocentrismo são combatidas pelas mídias negras ao buscarem protagonizar a escrita da própria história e romper com imagens pré-fixadas. Com inspiração no giro decolonial, propusemos a composição do aquilombamento viral midiático como um movimento metodológico circular, trazendo ao centro da roda os debates sobre a comunicação.

Discutir o jornalismo e, por conseguinte, um conjunto de noções importantes para os estudos étnico-raciais, foi nosso **segundo objetivo**. O que encontramos ao seguir esse objetivo foi que, embora o racismo nunca deixe uma pessoa negra esquecer que é um corpo racializado, a visão sobre a importância política desse autorreconhecimento veio com a leitura de mulheres negras como Beatriz Nascimento, Lélia González, Carolina Maria de Jesus, Conceição Evaristo e Sueli Carneiro. O planejamento para este capítulo surgiu nos debates do grupo de estudos Epistemologias Subalternizadas e Comunicação - DesCom e de um debate sobre racismo e sexismo sob o olhar de Lélia González na disciplina Direitos Humanos, Diversidade Culturais e Relações Étnico-Raciais, a convite do professor Daniel Meirinho no Departamento de Comunicação Social da UFRN, em novembro de 2021. Ao responder a esse objetivo, consideramos relevante a contextualização de algumas ideias importantes para os estudos de mídia e questões étnico-raciais, como o preconceito racial no Brasil, genocídio, epistemicídio e contra-hegemonia. Essas reflexões nos auxiliaram a produzir o entendimento sobre o que é um jornalismo antirracista.

Além disso, buscamos estabelecer rotas metodológicas inspiradas em uma perspectiva quilombólica como **terceiro objetivo**. Para atingir esse objetivo, articulamos os capítulos quatro e cinco e fundamentamos a construção do aquilombamento virtual midiático como proposta metodológica. Partimos do nosso percurso de pesquisa desde

o início de 2020, quando pensamos em realizar um mapeamento e passamos para a ideia do AVM. Esse exercício envolveu o reconhecimento da ancestralidade e das práticas afrodiáspóricas como necessidade contemporânea. Evocar o aquilombamento faz parte da resistência negra no Brasil desde o período colonial, seja em espaços físicos ou em organizações virtuais de oposição à colonialidade. No caso das mídias negras, aquilombam-se pela comunicação e organizam novos caminhos possíveis para o imaginário social a respeito de corpos negros. Aqui entendemos os quilombos como uma forma de comunicação circular através do tempo.

Por fim, o **quarto objetivo** específico da pesquisa foi refletir sobre as mídias negras enquanto espaços de comunicação antirracista. Articulamos, primeiramente, as rotas do AVM para interpretar como o silenciamento de pessoas negras ao longo do tempo no Brasil é algo que reverbera no apagamento da nossa história. Entre as opressões da colonialidade, estar no lugar de silêncio minimiza nossas possibilidades de existência. Percebemos que as mídias negras rompem o silenciamento porque ocupam o espaço da comunicação para produzir novas escritas de mundo e sinalizar outros caminhos de visibilidade para pessoas negras. Concluímos que a reivindicação é por espaços de fala orientados por suas próprias referências e longe da precarização que a colonialidade impôs, o que pode ser percebido em suas formas de operação e da prática de um jornalismo antirracista. O empenho em desenvolver um caminho metodológico aquilombado nos traz a expectativa de contribuir de algum modo com os estudos de mídia e questões étnico-raciais.

Esta pesquisa é resultado de uma trajetória acadêmica inquietante e de uma raiz ancestral. Portanto, valoriza-se aqui uma proposta acadêmica de caráter político, pois comprehende-se que é papel da universidade refletir acerca dos pontos que perpassam as subjetividades e reconfigurações das práticas sociais neste período marcado pela ubiquidade e celeridade da internet como espaços de disputa de narrativas. Simas, Rufino e Haddock-Lobo (2020, p.181) nos fazem pensar que “a ancestralidade é o fiar cotidiano da partilha, do passar adiante, da amarração do elo entre aquele que já fez o caminho e o outro que ainda irá caminhar (...) é o alargamento do presente, o não esquecimento e a vida pulsando”. A ancestralidade negra nos deixou diretrizes de resistência para que nós, negros e negras brasileiros(as), possamos resistir onde quer

que estejamos. No campo da comunicação, (re)existem as mídias negras (PINHEIRO, 2019); na fotografia, diversos fotógrados negros instauram novas referências estéticas (MEIRINHO, 2021); na poesia, literatura e outras expressões artísticas, diversos artistas recriam cotidianamente modos de expressar seu lugar no mundo em um ponto de vista coletivo; nas universidades, estudantes, pesquisadores(as), professores(as), gestores(as) e servidores(as) resistem, cada um de seu lugar, tentando romper com a colonialidade epistêmica que insiste em interditar o debate racial, subalternizar nossos corpos e emudecer nossas vozes.

Após três anos juntas nessa trajetória, nós, pesquisadora e orientadora, traçamos um caminho de vivências e partilha coletiva fundamental para a construção deste trabalho. A interlocução entre tantas pessoas mencionadas nestas linhas foi o que tornou possível a conclusão da tese e a titulação de doutora para mais uma mulher negra no Brasil. A dimensão das escrevivências revelou que é possível encontrar relações acadêmicas que rompem com a matriz positivista, cientificamente; e hierárquica, humanamente. É por isso que a tese apresentada reflete uma liberdade epistemológica de um ser-estar. Enquanto pesquisadora negra, estou inscrita como parte viva das páginas deste texto. Assim como não há caminhos democráticos sem passar pela grande curva da luta antirracista, não é possível que seja feito um trabalho de escrita acadêmica por uma mulher negra sem que haja atravessamento de suas subjetividades.

O compromisso com o desenvolvimento de um procedimento metodológico com base na política existencial dos quilombos parte do princípio de que cada realidade é individual, possui suas características e modos de se desenvolver. Por conseguinte, avalia-se que fenômenos contemporâneos abrem espaço para novos procedimentos metodológicos e diferentes formas de leitura interpretativa acerca de determinado objeto empírico ou teórico.

Busca-se um olhar predominantemente voltado para as epistemologias negras, compreendendo a leitura de pesquisadores brancos, cisgênero, heterossexuais e hegemônicos como importante e basilar, em algumas ocasiões, mas não a única – como comumente é posto pelo cânone hegemônico científico. Neste percurso, valorizamos os saberes de grupos sociais comumente marginalizados. “Em outras palavras, o negro não deve mais ser colocado diante deste dilema: branquear ou desaparecer, ele deve poder

tomar consciência de uma nova possibilidade de existir" (FANON, 2008, p. 95). Produzir ciência a partir de uma episteme majoritariamente negra pode ser, entre outras possíveis, uma nova possibilidade de existir. Levadas por essa lógica, a escrita das mídias negras que confluí para a prática de um jornalismo antirracista é lâmina afiada que corta a carne colonial e deixa o racismo escancarado em carne viva.

A atuação desses grupos nos leva a compreender que, assim como os quilombos foram importantes para a sobrevivência e resistência dos povos negros africanos e afrobrasileiros escravizados, as experiências de comunicação antirracista na internet são necessárias para que a busca por justiça social seja inclusiva, democrática e global. Para compreendê-las, o aquilombamento virtual midiático tentou apresentar-se como um movimento metodológico que amplia os sentidos diante de um fenômeno que tem raízes antigas em nossa herança ancestral, mas busca novas formas operativas ao longo do tempo. Através das mídias negras, os quilombos estão em eco. Daqui, deste tempo-espacço tão distante, ainda conseguimos ouvir.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?** Rio de Janeiro: Editora Letramento, 2019.

ALAKIJA, Ana. Mídia e Identidade Negra. In. **Mídia e Racismo**. Orgs. Roberto Carlos da Silva Borges e Rosane Borges. Petrópolis, 2012.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

_____. **O que é racismo estrutural**. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ALMEIDA, Renata Cardoso. **Transmetodologia como identidade**: uma epistemologia transformadora. XX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul – Porto Alegre - RS, 2019. Disponível em:

<<https://www.portalintercom.org.br/anais/sul2019/resumos/R65-1538-1.pdf>>. Acesso em: 02 mar. 2023.

ALVES, Yago; M. BITAR, Marina. **Novas formas de financiamento no jornalismo sem fins lucrativos**. Revista Prisma, n. 33, p.72-89, 2016. Disponível em: <<https://brapci.inf.br/index.php/res/download/87421>>. Acesso em: 01 fev. 2023.

APTHEKER, Herbert. **American negro slave revolts**. New York: Int. Publishers Co. Inc., 1952.

ATTON, Chris. **Alternative media**. London: Sage Publications, 2002.

BALLESTRIN, Luciana. **América Latina e o giro decolonial**. Revista Brasileira de Ciência Política. Brasília, n. 11, p. 89–117, 2013. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/DxkN3kQ3XdYYPbwwXH55jhv/>>. Acesso em: 25 dez. 2022.

BARBOSA, Marialva. **Escravos e o mundo da comunicação**: oralidade, leitura e escrita no século XIX. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016.

BARCELLOS, Zanei Ramos; GONZATTO, Rodrigo; BOZZA, Gabriel. **Jornalismo em segunda tela**: Webjornal produzido com dispositivos móveis em redação virtual. Sur le journalisme, About journalism, Sobre jornalismo, vol 3, n.2, 2014. Disponível em: <<https://revue.surlejournalisme.com/slj/article/view/185/245>>. Acesso em: 15 fev. 2023.

BARROS, Laura Pozzana de; KASTRUP, Virgínia. Cartografar é acompanhar processos. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da. **Pistas**

do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2014. p.52-74.

BARTHES, Roland. **Prazer do texto.** São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BASTIDE, Roger. A imprensa negra do Estado de S. Paulo. In: **Estudos Afro-Brasileiros.** Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Coleção “Estudos”, Sociologia, nº 2. São Paulo: Editora Perspectiva, 1983.

BAUDRILLARD, Jean. **Tela Total:** mito-Ironias do virtual e da imagem. 5ed. Porto Alegre: Editora Sulina, 2011.

BENTES, Ivana. **Mídia-Multidão:** Estéticas da comunicação e biopolíticas. Rio de Janeiro: Mauad X, 2015.

BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSFOGUEL, Ramon. **Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

BIRMGHAM, David. **A Conquista Portuguesa em Angola.** Lisboa: A Regra do Jogo, 1974.

BONIN, Jiani Adriana. **Metodologia no processo investigativo:** a construção da arquitetura teórico-metodológica de uma pesquisa de recepção cinematográfica. Interin (Curitiba), v. 13, p. 1-18, 2012.

BORGES, Pedro. **É tempo de se aquilombar.** Portal Alma Preta, São Paulo, 30 abr. 2019. Editoria O Quilombo. Disponível em: <<https://www.almapreta.com/editorias/o-quilombo/e-tempo-de-se-aquilombar>>. Acesso em: 30 abr. 2020.

BORGES, Rosane. Das perspectivas que inauguram novas visadas. In: HOOKS, bell. **Olhares negros:** raça e representação. São Paulo: Elefante, 2019b.

_____. Mídias, racismos e outras formas de destituição: elementos para o repositionamento do campo da comunicação. In: GUIMARÃES, Laura (Org.). In: GUIMARÃES, Laura (Org.). **Vozes negras em comunicação:** mídia, racismos, resistências. Belo Horizonte: Autêntica, 2019a.

_____. O papel das mídias negras na implosão de imaginários. In: **Mapeamento da mídia negra no Brasil.** Fórum Permanente Pela Igualdade Racial (Fopir), 2020. Disponível em: <http://fopir.org.br/wp-content/uploads/2020/08/ebook_mapeamento_da_midia_negra-1.pdf> Acesso em: 07 ago. 2020.

BORGES, Rosane; SILVA, Roberto Carlos da. (Orgs.). **Mídia e racismo.** Brasília: ABPN, 2012.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **A construção política do Brasil:** sociedade, economia e Estado desde a Independência. São Paulo: Editora 34, 2016.

BUENO, Winnie de Campos. **Processos de resistência e construção de subjetividades no pensamento feminista negro:** Uma possibilidade de leitura da obra Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, And The Politics Of Empowerment (2009) a partir do conceito de imagens de controle. 2019. 169f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS, São Leopoldo, 2019. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/8966/Winnie%20de%20Campos%20Bueno_.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 07 mai. 2020.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas:** notas para uma teoria performativa da assembleia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CAMPOS, Deivison Moacir Cezar de. **Do disco à roda:** a construção do pertencimento afrobrasileiro pela experiência na festa Negra Noite. 2014. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação. Universidade do Vale dos Sinos, São Leopoldo, 2014.

CARDOSO FILHO, Jorge Cunha; GUTMANN, Juliana Freire. **Performances como expressões da experiência estética:** modos de apreensão e mecanismos operativos. Intexto, Porto Alegre, UFRGS, n. 47, p. 104-120, 2019. Disponível em: <<https://www.seer.ufrgs.br/intexto/article/view/81918/53002>>. Acesso em: 01 ago. 2021.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A Construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser.** Feusp, 2005.

_____. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil.** São Paulo: Selo Negro, 2011.

_____. Sobrevivente, testemunha, porta-voz. Entrevista concedida a Bianca Santana. Revista Cult, São Paulo, p.12-20, 2017.

CARNEIRO, Edison. **O quilombo dos Palmares.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1947.

CARNEIRO, Edison. **Singularidade dos quilombos.** In: MOURA, Clóvis (Org.). Os quilombos na dinâmica social do Brasil. Maceió: EDUFAL, 2001.

CARRERA, Fernanda. Racismo e sexismo em bancos de imagens digitais: análise de resultados de busca e atribuição de relevância na dimensão financeira/profissional. In: SILVA, T. (org.). **Comunidades, Algoritmos e Ativismos Digitais:** olhares afrodiáspóricos. São Paulo, Literarua, 2020.

CARRERA, Fernanda; MEIRINHO Daniel. **Mulheres Negras nas artes Visuais:** Modos de resistência às imagens coloniais de controle. Revista ECO-Pós. v. 23, n. 3, p. 55-81, 2020.

CARVALHO, Denise. **O legado do sistema colonial escravagista como base para a gênese do sistema capitalista no Brasil:** a persistência do racismo no cotidiano da população negra. Cadernos Cemarx, Campinas, SP, v. 14, n. 00, 2021. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/cemarx/article/view/15223>. Acesso em: 1 jan. 2023.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da internet:** reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

_____. **A sociedade em rede.** São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. **Redes de indignação e esperança:** movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CÓDIGO de Ética dos Jornalistas Brasileiros. Federação Nacional dos Jornalistas, 2007. Vitória – ES. Disponível em: <https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2014/06/04-codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2020.

COLLINS, Patricia Hill. **Aprendendo com a outsider within:** a significação sociológica do pensamento feminista negro. Spcoedade e Estado, v.31, n.1, p.99-127, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69922016000100099&script=sci_abstract&tlang=pt>. Acesso em: 01 jan. 2021.

_____. **Pensamento feminista negro:** conhecimento, consciência e a política de empoderamento. São Paulo: Boitempo, 2019.

COUTINHO, Eduardo Granja (org). **Comunicação e contra-hegemonia:** processos culturais e comunicacionais de contestação, pressão e resistência. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

CRENSHAW, K. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero.** Estudos Feministas, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2021.

DALFOVO, Michael Samir; LANA, Rogério Adilson; SILVEIRA, Amélia. **Métodos quantitativos e qualitativos:** um resgate teórico. Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, Blumenau, v.2, n.4, p.01-13, Sem II. 2008. Disponível em <<https://goo.gl/EdoZCE>> Acesso em: 28 fev 2019.

DE PERRA, Hija. **Interpretações imundas de como a Teoria Queer coloniza nosso contexto sudaca, pobre de aspirações e terceiro-mundista, perturbando com novas construções de gênero aos humanos encantados com a heteronorma.** Revista Periódicus, [S.I.], v. 1, n. 2, p. 291-298, jan. 2014. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/12896/9215>>. Acesso em: 08 Jun. 2019.

- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs**. V.1. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.
- DI FELICI, Massimo. **Net-ativismo**: da ação social para o ato conectivo. São Paulo: Paulus Editora, 2017.
- EVARISTO, Conceição. A escrevivência e seus subtextos. In: DUARTE, C. L; NUNES, I. R. **Escrevivência: a escrita de nós - reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo**. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020. P.27-46.
- _____. **Olhos d'água**. Rio de Janeiro: Pallas: Fundação Biblioteca Nacional, 2016.
- _____. **Poemas da recordação e outros movimentos**. Rio de Janeiro: Malê, 2017.
- FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- _____. **Pele negra, máscaras brancas**. Rio de Janeiro: Editora Fator, 1983.
- _____. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.
- FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista. In: SOUZA, Jessé (org). **Democracia hoje**: novos desafios para a teoria democrática contemporânea. Brasília: UnB, 2001.
- GARCÍA, Xosé López; Fariña, Xosé Pereira. **Convergencia Digital**: reconfiguración de los Medios de Comunicación en España. Santiago de Compostela, Universidade de Santiago de Compostela, 2010.
- GOHN, Maria da Glória. **Sociologia dos movimentos sociais**: indignados, Occupy Wall Street, Primavera Árabe e mobilizações no Brasil. São Paulo: Cortez, 2013.
- GOLDSTEIN, Catherine. Um é o outro: por uma história do círculo. In: SERRES, Michel (Org.). **Elementos para uma história das ciências I** - da Babilônia à Idade Média. Lisboa: Terramar, 1989.
- GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. In: SILVA, L. A. et al. Movimentos sociais urbanos, minorias e outros estudos. Ciências Sociais Hoje, Brasília, ANPOCS n. 2, p. 223-244, 1984.
- GROSFOGUEL, Ramón. **Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais**: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 80, p. 115-147, 2008.
- _____. Para uma visão decolonial da crise civilizatória e dos paradigmas da esquerda ocidentalizada. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSFOGUEL, Ramón. (Orgs). **Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

GUIMARÃES, Laura (Org.). **Vozes negras em comunicação:** mídia, racismos, resistências. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

JACINO, Ramatis. **Frente Negra, Ação Integralista e o conservadorismo como estratégia de enfrentamento ao racismo – 1930-1937.** Revista de História, [S. l.], n. 181, p. 1-29, 2022. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/189271>. Acesso em: 28 jan. 2023.

JENKINS, Henry. **Cultura da convergência.** São Paulo: Aleph, 2008.

hooks, bell. **Olhares negros:** raça e representação. São Paulo: Elefante, 2019.

KILOMBA, GRADA. **Memórias da plantação:** episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

KOLODZY, Janet. **Convergence Journalism:** writing and reporting across the news media. Rowman & Littlefield Publishing Group Inc.: Lanham, Maryland, USA: 2006.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo.** São Paulo: Cia das Letras, 2019.

LACERDA, Juciano de Sousa. **Inclusão digital e cidadania:** um exercício de pesquisa sobre telecentros. Razón y palabra, ISSN-e 1605-4806, Nº. 82, 2013. Disponível em <<https://goo.gl/7MgqNX>>. Acesso em: 01 mar. 2019.

LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber:** eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas Latino Americanas. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: 2005.

LEITE, Ilka Boaventura. **Os quilombos no Brasil:** questões conceituais e normativas. Revista Etnográfica [Online], vol. 4, 2000. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/etnografica/2769>>. Acesso em: 17 out. 2022.

LEITE, Patricia Paixão de Oliveira; VELOSO, Ana Maria Conceição; LIMA, Nataly de Queiroz. **Violación de derechos humanos na mídia:** o caso Diana no jornal Aquí PE. Hachetepé - Revista científica de educación y comunicación, n. 23, p. 01-14, 2021.

LEMOS, A. **Espaço, mídia locativa e teoria ator-rede.** Galaxia (São Paulo, Online), n. 25, p. 52-65, jun. 2013. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/download/13635/11399#:~:text=Rede%20%C3%A9%20aqui%20um%20conceito,%C3%A9%20tecido%20em%20dada%20associa%C3%A7%C3%A3o.>>. Acesso em: 01 mai. 2020.

LÉVY, Pierre. **O que é o virtual?** São Paulo: Editora 34, 1996.

LIMA, Venício de A. **Os mídia e o cenário de representação da política.** Lua Nova, n.38, p.239-271, 1996. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/ln/a/MTwhR4BGz3sVnBPTx3ngGgL/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 12 fev. 2023.

LOPES, Helena Theodoro; SIQUEIRA, José Jorge; NASCIMENTO, Beatriz. **Negro e Cultura Negra no Brasil**: pequena enciclopédia da cultura brasileira. Rio de Janeiro: Unesco, 1987.

LOPES, John Willian. **#VOTELGBT**: Ciberativismo por representação política no Brasil. 2018. 236f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Mídia) – Programa de Pós-graduação em Estudos da Mídia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, Natal, 2018.

LORDE, Audre. **Irmã outsider**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

LUHMANN, Niklas. **Introdução à Teoria dos Sistemas**. Petrópolis: EditoraVozes, 2009.

MACHADO, Sátira Pereira. Mídia, infância e negritude: Cidadania de afrodescendentes no Brasil. In: BORGES, Rosane; SILVA, Roberto Carlos da. (Orgs.). **Mídia e racismo**. Brasília: ABPN, 2012.

MALDONADO, Alberto Efendi. A perspectiva transmetodológica na conjuntura de mudança civilizadora em inícios do século XXI. In: MALDONADO, Alberto Efendi; BONIN, Jiani A; ROSÁRIO, Nísia Martins do. (Orgs.). **Perspectivas metodológicas em comunicação**: desafios na prática investigativa. João Pessoa: EDUFPB, 2008.

_____. **Transmetodología en tiempos de fascismo social**. Chasqui. Revista Latinoamericana de Comunicación. Nº 133, 2016. (Sección Ensayo, p. 211-227). Disponible em: <<https://goo.gl/ySzBNB>>. Acesso em: 02 mar. 2021.

_____. Pesquisa em comunicação: trilhas históricas, contextualização, pesquisa empírica e pesquisa teórica in: MALDONADO, Alberto Efendi [et. al.] **Metodologias de pesquisa em comunicação**: olhares, trilhas e processos. 2 ed. p. 277-303. Porto Alegre: Sulina, 2011.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GÓMEZ; SANTIAGO; GROSFOGUEL (Orgs.). **El giro decolonial**: reflexiones para uma diversidad epistêmica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos, Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.

_____. Analítica da colonialidade e decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSFOGUEL, Ramon. **Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

MALINI, Fábio; ANTOUN, Henrique. **A internet e a rua:** ciberativismo e mobilização nas redes sociais. Porto Alegre: Sulina, 2013.

MARCONDES FILHO, Ciro. **A Questão da Comunicação.** PAULUS: Revista De Comunicação da FAPCOM, v. 3, n. 5, p.17-26, 2019. Disponível em: <<https://fapcom.edu.br/revista/index.php/revista-paulus/article/view/87>>. Acesso em: 07 ago. 2021.

MARCONI, Eva Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MATURANA, H. R; VARELA, F. J. **A árvore do conhecimento:** as bases biológicas da compreensão humana. São Paulo: Palas Athena, 2005.

MBEMBE, Achilli. **Crítica da Razão Negra.** Lisboa: Editora Antígona, 2014.

_____. **Necropolítica:** biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MEIRINHO, Daniel. **Aquilombamentos artísticos contemporâneos.** Revista Contemporânea de Comunicação e Cultura. v. 19, n.03, 2021. P.157-178. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/article/view/45810/26713>>. Acesso em: 13 out. 2022.

MIGNOLO, Walter. **Historias locales/disenos globales:** colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo. Madrid: Ediciones Akal, 2003.

_____. **Local Histories/Global designs:** essays on the coloniality power subaltern knowledges and border thinking. Princeton: Princeton University Press, 2000.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro.** 2ed. São Paulo: Perspectiva, 2019.

_____. **Quilombos: resistência ao escravismo.** São Paulo: Expressão Popular, 2020a.

_____. **Rebeliões da senzala:** Quilombos, insurreições, guerrilhas. São Paulo: Anita Garibaldi, 2020b.

_____. **Os quilombos e a rebelião negra.** Coleção Tudo é História. São Paulo: Editora Dandara, 2022.

MUNANGA, Kabengele. **Origem e histórico do quilombo na África.** Revista USP, n. 28, p. 56-63, 1996. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/28364>>. Acesso em: 10 mai. 2020.

_____. Identidade, Cidadania e Democracia: Algumas Reflexões sobre os Discursos Anti-racistas no Brasil. In: QUINTAS, Fátima (org.). **O Negro: Identidade e Cidadania, Anais do IV Congresso Afro-Brasileiro**, Fundação Joaquim Nabuco, Recife, Editora Massangana, 1995.

_____. Origem e histórico dos quilombos em África. In: MOURA, Clóvis. **Os quilombos na dinâmica social do Brasil**. Maceió: EDUFAL, 2001.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. **O quilombismo**: documentos de uma militância pan-africanista. 3ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2019.

NASCIMENTO, Beatriz. O conceito de quilombo e a resistência afro-brasileira. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin. **Cultura em movimento**: matrizes africanas e ativismo negro no Brasil. p. 71-91. São Paulo: Selo Negro, 2008.

_____. **Uma história feita por mãos negras**. Org.: Alex Ratts. 1ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

_____. **Quilombola e intelectual**: possibilidade nos dias de destruição. São Paulo: Diáspora Africana, 2018.

NOBLE, Safiya Umoja. **Algorithms of oppression**: How search engines reinforce racism. NYU Press, 2018.

NOGUERA, Renato. **O ensino de filosofia e a lei 10.639**. Rio de Janeiro: Pallas: Biblioteca Nacional, 2014.

OLIVEIRA, Camila Ken de. **Breve introdução ao giro decolonial**: poder, saber e ser. II Seminário Científico da Facig - sociedade, ciência e tecnologia. Minas Gerais, nov. 2016. Disponível em: <<http://www.pensaracademicofacig.edu.br/index.php/seminariocientifico/article/viewFile/5/38>>. Acesso em: 20 ago. 2019.

ÔRÍ. Texto e locução: Beatriz Nascimento. Roteiro: Raquel Gerber. São Paulo: Angra Filmes Ltda., Fundação do Cinema Brasileiro, 1989. Color. Disponível em: <<https://negrasoulblog.wordpress.com/2016/08/25/309/>>. Acesso em: 31 dez. 2021.

PAIVA, Raquel. Contra-mídia-hegemônica. In: COUTINHO, Eduardo Granja (org.). **Comunicação e contra-hegemonia**: processos culturais e comunicacionais de contestação, pressão e resistência. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

PINSKY, Jaime. **A escravidão no Brasil**. 21ed. São Paulo: Contexto, 2019.

PORTE GONÇALVES, Carlos Walter. **A ecologia política na América latina:** reapropriação social danatureza e reinvenção dos territórios. R. Inter. Inter-disc. INTERthesis, Florianópolis, v.9, n.1, p.16-50, Jan./Jul. 2012. Disponível em:<https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/viewFile/1807-1384.2012v9n1p16/23002>

RAMOS, Alberto Guerreiro. **Introdução crítica à sociologia brasileira.** Rio de Janeiro: Editorial Andes Limitada, 1957.

RAMOSE, Mogobe. **Sobre a legitimidade e o estudo da filosofia africana.** In: Ensaios Filosóficos, Volume IV, out. 2011.

RECUERO, Raquel. **Redes Sociais na internet.** Porto Alegre: Sulina, 2014. 2ed.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?.** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

_____. **Pequeno manual antirracista.** São Paulo: Cia das Letras, 2019.

_____. **Quem tem medo do feminismo negro?.** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

_____. **Feminismo negro para um novo marco civilizatório.** Revista Internacional de Direitos Humanos, v.13 n.24, p. 99-104, 2016. Disponível em: <<https://sur.conectas.org/wp-content/uploads/2017/02/9-sur-24-por-djamila-ribeiro.pdf>>. Acesso em: 27 fev. 2023.

ROLNIK, Suely. **Cartografia Sentimental da América:** produção do desejo na era da cultura industrial. 250f. Tese. (Doutorado em Psicologia Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, 1989.

RUFINO, Luiz Rodrigues Junior. **Pedagogia das encruzilhadas.** Revista Periferia, v.10, n. 1, p.71-88. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/periferia/article/view/31504>>. Acesso em: 10 fev. 2021.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente:** contra o desperdício da experiência. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **A gramática do tempo:** para uma nova cultura política. 3ed. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **Na oficina do sociólogo artesão.** Aulas 2011-2016. São Paulo: Editora Cortez, 2018.

_____. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENEZES, Maria Paula. (orgs.). **Epistemologias do Sul.** São Paulo: Cortez, 2010.

- _____. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social.** São Paulo: Boitempo, 2007.
- _____. **Um discurso sobre as ciências.** 5ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- SANTOS, Boaventura de Sousa; MENEZES, Maria Paula. (orgs.). **Epistemologias do Sul.** São Paulo: Cortez, 2010.
- SHIVA, Vandana. **Monoculturas da Mente:** perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. São Paulo: Gaia, 2003.
- SILVA, Fernando Firmino da. **Jornalismo móvel digital:** o uso das tecnologias móveis digitais e a reconfiguração das rotinas de produção da reportagem de campo. 2013. 408 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Culturas Contemporâneas) – Faculdade de Comunicação Social, Universidade Federal da Bahia –UFBA, Salvador, 2013.
- SILVA, Fernando Firmino da. **Jornalismo móvel.** Salvador: EDUFBA, 2015.
- _____. **Transmutações no Jornalismo.** Campina Grande: EDUEPB, 2016.
- SILVA, Tarcízio. **Comunidades, algoritmos e ativismos digitais:** Olhares afrodispóricos. São Paulo: LiteraRUA, 2020.
- SILVERSTONE, Roger. **Por que estudar a mídia?** São Paulo: Edições Loyola, 2002.
- SIMAS, Luiz Antonio; RUFINO, Luiz. **Fogo no mato:** a ciência encantada das macumbas. Rio de Janeiro: Mórula, 2018.
- SIMAS, Luiz Antonio; RUFINO, Luiz; HADDOCK-LOBO, Rafael. **Arruaças:** uma filosofia popular brasileira. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.
- SODRÉ, Muniz. **A ciência do comum:** notas para o método comunicacional. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.
- _____. **Antropológica do Espelho:** uma teoria da comunicação linear e em rede. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- _____. **Pensar Nagô.** Rio de Janeiro: Vozes, 2017.
- _____. **Comunicação e Racismo.** Cultne, [S.I.], 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/3tEYGGK>>. Acesso em: 19 ago. 2021.
- SOUZA, Jorge Pedro. **Fotojornalismo:** introdução à história, às técnicas e à linguagem da fotografia na imprensa. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004.
- SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro:** as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascenção social. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso:** da escravidão a Bolsonaro. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019.

_____. **A elite do atraso:** da escravidão à Lava Jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

TIBURI, Márcia. **Feminismo em comum.** Rio de Janeiro: Editora Rosa dos tempos, 2018.

TRINDADE, L. V. P. Mídias sociais e a naturalização de discursos racistas no Brasil. In: SILVA, T. (org.). **Comunidades, Algoritmos e Ativismos Digitais:** olhares afrodispóricos. São Paulo, Literarua, 2020.

TUFEKCI, Zeynep. **Algorithmic harms beyond Facebook and Google:** Emergent challenges of computational agency. Colo. Tech. LJ, v. 13, 2015.

VELOSO, Maria do Socorro Furtado. **Imprensa e contra-hegemonia:** 20 anos do Jornal Pessoal (1987-2007). Belém: Paka-Tatu, 2014.

VELOSO, Maria do Socorro Furtado; ANDRADE, Alice Oliveira; CONDORELLI, Antonino. **Insubmissas mulheres negras:** comunicação e interseccionalidade contra o epistemicídio. Revista Esferas, n.18, v.6, 2020. Disponível em: <<https://portalrevistas.ucb.br/index.php/esf/article/view/11916>>. Acesso em: 27 dez. 2022.

WALSH, Catherine. **Interculturalidad, Estado, Sociedad:** Luchas (de)coloniales de nuestra época. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar, Ediciones Abya-Yala, 2009.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura.** Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

WYNTER, Sylvia. **Unsettling the coloniality of being/power/truth/freedom:** Toward the human, after man, its overrepresentation— an argument. New Centennial Review, n. 3 (3): p. 257–337, 2003.

APÊNDICE: ESCREVIVÊNCIA DA TESE EM TRÊS TEMPOS

Eram meados de 2020 quando esta tese começou a ganhar corpo. Isso porque, embora eu tenha ingressado no doutorado em 2018, minha trajetória no Programa de Pós-graduação em Estudos da Mídia aconteceu em três tempos.

No primeiro, ingressei no doutorado para pesquisar jornalismo móvel e tecnologias digitais como continuidade da investigação desenvolvida no mestrado. Descobri que meu projeto de entrada não seria aceito pela orientação – o que aconteceu com os seis seguintes – e levei um tempo para encontrar novos caminhos. Além de um projeto, também me era vedada a ideia de existir no ambiente acadêmico, mesmo que eu já vagasse por aqui há alguns anos. Nessa época, descobri ser sombra de alguém que me estimulava a pensar que eu só conseguiria ocupar esse lugar se fosse em silêncio e em segredo. Ouvi que não poderia ministrar palestras, mas teria que lavar a louça ou fazer café. Não poderia dar aulas, mas sim prepará-las para que dessem por mim. Não estava pronta para fazer concursos, mas teria que ajudar a construir projetos de ensino, pesquisa e extensão sem meu nome. Não poderia assinar textos, mas poderia escrevê-los. Não poderia existir, mas poderia estar, desde que ninguém visse ou soubesse.

No entanto, o *estar* não é suficiente para quem sonha com o *ser*.

No segundo tempo, percebi que o acontecido nos semestres iniciais são algumas das consequências possíveis para quem é mulher e negra na universidade. Deslegitimização, silenciamento, subalternização e servidão são palavras que não faziam parte do meu glossário conceitual até então, mas moldavam as minhas vivências. Foi quando individualizei a dor. Pensei que tudo era comigo, sobre mim, uma realidade exclusiva da minha subjetividade, algo que apenas me acontecia por infelicidade das minhas próprias escolhas e relações. Mais adiante me culpei por esse olhar individualista, mas acho que há, inevitavelmente, um pouco de egoísmo nos momentos de dor – que pode ser superado com a maturidade do olhar, a leitura de mulheres negras e a própria passagem do tempo.

É curioso pensar que quando nos apresentamos a alguém pela primeira vez, é comum dizer quem somos atrelado ao que fazemos. Por exemplo: sou Maria, professora. Sou Antônio, engenheiro. Sou Helena, jornalista. E quando o que fazemos não é visto

com nitidez, o “ser” fica difuso. A ruptura com os dois primeiros tempos em uma troca de orientação me fez, por um período mais longo do que esperava, deixar de fazer. Ao menos não fazia na forma que tinha aprendido desde o início: sendo sombra. Sair da sombra não é tarefa fácil, ainda mais para mulheres negras. Isso porque assumir o protagonismo das próprias escolhas amplia o medo de não encontrar legitimidade ou qualidade naquilo que se faz. E, se eu não fazia, não sabia mais ser. Não ser sombra me fez pensar que não conseguiria ser outra coisa. Eu não estava pronta para um terceiro tempo ainda. Então foi aqui o tempo das desistências: da pesquisa, da escrita, da universidade, do sonho da docência, de ser feliz no processo, de vislumbrar o novo, até que desisti completamente de ser.

Por muitos meses me questionei se a pós-graduação me era um lugar merecido ou se consegui estar aqui por uma combinação de sorte e vontade de quem me acompanhava no primeiro tempo – como tantas vezes me foi dito, lembrado e reforçado. Sentir-me em dívida por ter a “sorte” de estar nesse espaço porque me escolheram, e não porque eu realmente merecia, me levou ao mesmo lugar de servidão que conheci nos escritos de Lélia González. Aqui eu não era a mulata, hipersexualizada; não era a mãe preta, cuidando dos filhos da casa-grande. Era algo perdido no meio de tudo isso. Era a alforriada que, em dívida com seu amo, servia por opção. Ainda estava, como me foi dito, para sempre “acorrentada aos pés da sua mesa”. Em algum momento, a dívida se transformou em receio: e se estivesse certo? Eu saberia ser outra coisa além de sombra?

No meio do segundo tempo, ainda tivemos uma pandemia. Pensei que esse seria meu limite. Foi quando declarei para mim mesma que a escrita desta tese não seria mais possível. Fui sufocada pelo medo de decepcionar os que vieram antes de mim e os que vêm junto comigo. Diante do adoecimento psíquico, desistir é covardia ou coragem? É autoabandono ou autoamor? É regredir ou progredir?

Lendo Audre Lorde (2020), descobri que diminuir a distância entre o pensar e o sentir não necessariamente me invalidaria neste espaço. Refletir academicamente sobre minhas dores não era egoísmo, mas me possibilitaria conexões e trazer elementos da vida de mulheres negras às discussões teóricas. Afinal, ao estarmos ocupando qualquer espaço, ainda assim somos marcadas pelo corpo que carregamos. Quando Lorde lidava com um diagnóstico de câncer, tratou publicamente sobre a importância de vencer o

medo e falar. Ela nos ensinou a transformar o silêncio em linguagem e ação. Dei-me conta de que minhas dores e silêncios de tantos anos poderiam, em vez de me paralisar, se tornarem compromisso de um olhar mais sensível e decidido.

Para me reencontrar com meu *ser* e entender que minha existência vai bem além do *fazer*, dentro do segundo tempo precisei dar uma pausa. Na ponte entre tantos tempos, não havia conexão precisa com a escrita ou condições cognitivas para as miradas necessárias na pesquisa. Após dois tempos tão exaustivos, não havia mais energia para qualquer outra coisa além de me manter sobrevivente.

Até que, aquilombando-me, percebi que já estava em um terceiro tempo. O encontro com minha orientadora, a querida professora Socorro Veloso, foi um sinal imprescindível de que um novo momento seria possível. Mesmo não me sentindo pronta, ela me deu as mãos e me ajudou na reerguida. Em toda a sua imensa generosidade experimentada por mim e por tantos, Socorro me mostrou que eu poderia me (re)descobrir na universidade. Certa vez ela me disse: “você precisa deixar os fantasmas no passado e enxergar o futuro bonito que pode construir”. Como quem gira uma chave, percebi que a dor é potente, mas não é definitiva ou determinante. Foi nesse exemplo de professora, mulher e ser humano que me inspirei para entender que estava em um novo tempo, bem longe da sombra.

Além disso, lá do fundo de onde me encontrava, finalmente dei ouvidos a tantas vozes que há muito tempo me chamavam na superfície. Vozes, na sua maioria, de mulheres racializadas. Ouvi o chamado de Ângela, minha mãe; de Andrielle, Manu, Ana Paula, Allyne e Denise. Escutei o que diziam tão generosamente Maria, minha avó; Antônio, meu avô; Luciana, Patrícia, Jadeanny e Cledivania. Se tornaram nítidas as palavras de Luiz, meu pai; Socorro, Antonino, Aline e Yargo. Comecei a visualizar, com os olhos ainda nublados, que nadar sozinha não me dava direção. Permiti-me a chance de uma nova tentativa.

Entendi que minha dor não era individual, mas coletiva. Não era sobre mim, e sim sobre questões estruturais. Era sobre racismo, machismo, violência simbólica e psicológica, assédio moral e misoginia, pois para superar e combater as coisas é preciso nomeá-las. O que me aconteceu é uma realidade compartilhada e se soma a uma triste paisagem de relatos semelhantes na universidade, em diversas áreas. Está escrito aqui,

mas também em livros e textos de autoras negras; nas cartas de desistência de pós-graduações; na evasão de mulheres – muitas delas mães – das salas de aula por falta de condições de permanência e oportunidades. Escolhi não deixar a dor ser maior, mas escolhi também não ignorá-la para que não se repita.

Conheci as mídias negras e encontrei nelas o aprendizado de que é preciso construir nossos próprios espaços e nos fazer ouvir, pois não há quem fale sobre nós melhor do que nós mesmos. Romper com imaginários coloniais, recontar a história e construir outras narrativas, imagens e matrizes de visibilidade é uma necessidade civilizatória da atual geração de pessoas negras, ainda com raízes históricas na existência dos quilombos, e quis me juntar a elas da maneira que podia.

Escrevi com afeto, mas também com raiva. Com alegria pelas ideias e descobertas, mas também com dor pelas memórias e fracassos. A pós-graduação pode ser um ambiente adoecedor para pessoas racializadas dependendo das condições em que nos encontramos, mas não precisa ser. Não é uma regra. Minha experiência individual não define minha trajetória inteira ou a de qualquer outra pessoa. Cada emoção nos mobiliza de uma forma, porém, se soubermos canalizá-las, é possível driblar a estagnação.

União. Agregação. Partilha. Generosidade. Essas são algumas das palavras-chave que abriram a fechadura de um baú no qual aprisionei meus sonhos nos primeiros tempos. Por coincidência ou não, também têm a ver com os quilombos. É difícil reorganizar o olhar em um ambiente quando passamos tanto tempo no escuro. O dilatar da pupila leva um tempo e não há nada a fazer para acelerar além de confiar e não desistir de novas tentativas.

Durante o terceiro tempo, minha orientadora-mentora sugeriu fazer um exercício que me foi um marco: não olhar apenas para minhas experiências de dor na universidade que tanto me prendiam ao passado, mas também para as numerosas descobertas, conexões e vivências que tive nesse mesmo espaço. Decidi seguir seu conselho e, pela primeira vez, me permiti acreditar no estudante preto que dizia se inspirar em mim. Na jovem mestrandona negra que agradecia pelos conselhos dados. Na turma que me abraçava por gratidão pelo semestre. No e-mail escrito por uma aluna preta agradecendo pelo nosso encontro. Nos ensinamentos que adquiri no grupo de estudos Descolonizando

a Comunicação (DesCom). Nas palestras que ouvi, nos livros que li, nas oportunidades que tive. Deixei de ouvir o eco de quem me assegurou ser impossível e passei a ressoar a voz daqueles que me encorajavam. Segurei nas mãos de quem me incentivou a ir além e me permiti ser guiada. E também guiei.

Como mulher negra na universidade, pensei não ser possível para mim estar quando necessário em espaços medianos. Se minhas condições psíquicas não me permitiam fazer o melhor, eu não enxergava a importância de me dedicar ao possível. Pensei que sempre estaria no lugar sombrio de insuficiência até abrir as janelas e deixar entrar os raios de esperança. O ordinário pode ser caminho para o excelente, eventualmente, em algum momento. O importante é não paralisar.

Retomei a escrita da tese após um período em que me desconectava do *fazer* para me entender como *ser*. Precisei aprender a me perceber novamente na universidade e a ver que sou um pequeno broto entre muitas árvores frondosas, mas que ainda assim tenho minha função – e essa função é muito mais coletiva que individual.

Este texto inicialmente seria removido da versão final da tese, pois aborda pontos que não necessariamente têm a ver com a pesquisa, de uma dimensão pessoal que não interessa à acadêmica. No entanto, foi mantido por orientação da banca de defesa, pois não há como uma mulher negra ocupar o espaço acadêmico sem ser completamente atravessada por suas subjetividades. No texto que foi apresentado nesta tese, não pretendi focar nos momentos de dor, embora eles tenham que aparecer em trechos específicos, porque esta pesquisa considera a dimensão do *sentir* como metodológica. Não escrevi sobre mim, apesar de que, em certos momentos, usei a primeira pessoa do singular para sinalizar melhor alguns pontos de vista. Esta tese está longe de ser uma autobiografia, pois segue ritos e elementos acadêmicos necessários para caracterizá-la como científica. Porém, a escrita deste tópico de escrevivência, nos termos da escritora Conceição Evaristo, foi necessária para que eu pudesse me reconectar com minha eu-pesquisadora, com o texto da tese e com o fato de que eu devo, aos meus ancestrais e a mim mesma, o fechamento deste ciclo.

Decidi compartilhar com a banca e com quem se propôs a ler este documento que meu olhar sobre o aquilombamento veio não apenas das referências que li, mas também daquilo que vivi, ouvi e do que aprendi em cinco anos de doutorado, três anos nesta

pesquisa e aquilo que pareceu uma vida inteira de convivência com tantas pessoas que me ensinaram a potência da coletividade. Enxergar-me no lugar de escuta foi tão importante quanto assumir meu lugar de fala.

Certo dia, abri um caderno e lá estavam as palavras de Milton Nascimento que me acompanham desde a infância: “nada a fazer senão esquecer o medo”. Desde então, fui lembrada sobre essa meta. A pesquisa apresentada aqui é o resultado de um esforço que precisei fazer sozinha em alguns momentos, mas o impulso veio de muitos que me empurraram até conseguir estar de volta ao eixo desse movimento circular. A escrita desta tese foi um constante olhar em volta e uma prática, por si só, de aquilombamento. Logo, aqui há rastros de muita gente e de tanta coisa.

ANEXOS: ENTREVISTAS⁸⁸



PESQUISA AQUILOMBAMENTO VIRTUAL MIDIÁTICO: UMA PROPOSTA METODOLÓGICA PARA O ESTUDO DAS MÍDIAS NEGRAS

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)
 Programa de Pós-Graduação em Estudos da Mídia (PPgEM)
 Área de Concentração: Comunicação Midiática
 Entrevistadora: Alice Andrade (A.A)
 Entrevistado: Pedro Borges – Jornalista
 Plataforma: chamada de voz telefônica

ENTREVISTA 01 – ALMA PRETA - SP

A.A: Gostaria de saber como surgiu o Portal Alma Preta.

RESPOSTA: Essa história é uma história gostosa de ser contada, porque é uma história de amigos, né? Então, em determinado momento, eu estava em Bauru, na UNESP, no final de 2014. A gente tinha acabado de fundar um coletivo de estudantes negros da faculdade e a gente estava em um momento muito pulsante do debate sobre política de cotas, porque as estaduais Paulistas foram as últimas universidades a adotar cotas no Brasil e aquilo tava movimentando muito os jovens negros naquela universidade, se organizando num coletivo, e o campus da UNESP de Bauru é um campus marcado pelos cursos de comunicação e o coletivo tinha muito disso e tinha muitas pessoas nos cursos de Comunicação, jornalistas, designers, enfim. Eu provoquei dois colegas, o Solon e o

⁸⁸ As entrevistas foram transcritas com linguagem e escolhas lexicais obedecendo o que foi dito nos relatos orais pelos(as) colaboradores(as) da pesquisa. Neste item do trabalho, portanto, trechos coloquiais podem ser encontrados.

Vinícius, para participar comigo do coletivo, do grupo, do Alma Preta. Eu falei para eles: "Mano, vamos fazer alguma coisa junto. A gente está vendo que a mídia é assim, a mídia é "assado". Vamos fazer o nosso negócio?". Não era bem essa palavra né, não era negócio, era tipo negócio, não no sentido mercado, era "Vamos fazer uma um projeto nosso. Ah vambora né". Então, passou um tempo e os dois voltaram pra mim assim, os outros dois jornalistas né, o Solon e Vinícius Martins, aí eles vieram pra mim: "Pô, a gente está morando com outro moleque, o Vinícius Araújo, e ele é designer. A gente comentou com ele sobre a ideia e ele adorou. Será que tem como ele participar?". Eu falei: "Pô demorou, chama ele". Então, foi assim que a gente surgiu. Pra partir muito de uma coisa de amigos assim, mas dentro desse contexto político da Universidade e do Brasil e tudo mais, mas ele surgiu muito nessa coisa, tanto que a gente tem uma relação de muito afeto entre nós, nós quatro. Dos quatro, eu que dei essa provocada, e que sigo até os dias de hoje né, tocando o projeto. O Vinícius Araújo, o designer, ele tá com a gente até os dias de hoje, esse designer. O outro Vinícius, ele está mais numa posição de conselho, e o Solon também. Então eles não estão tanto no dia a dia assim, mas estão sempre acompanhando a gente né. E é isso, a relação de amizade e confiança persiste.

A.A: E hoje em dia são quantas pessoas no Alma Preta?

RESPOSTA: Hoje em dia a gente está em 13 pessoas.

A.A: São 13 pessoas fixas, ou é contando com colaboradores?

RESPOSTA: Não, tô falando de pessoas fixas, pessoas que trabalham no Alma Preta, tem uma ou duas delas que só trabalham só com o Alma Preta, e uma boa parte delas trabalha no Alma Preta e pega freelas, boa parte não vai, uma ou outra também, tem uma gente tipo eu e Natali, uma parte do Alma Preta trabalha só no Alma Preta e é isso, paga suas contas assim.

A.A: Então o trabalho de vocês é sua subsistência, do que vocês vivem, vocês conseguem tirar o sustento disso?

RESPOSTA: Para mim tem um tempo já isso, mas para muitas pessoas agora é assim, é dessa maneira. O Alma Preta se transformou nisso, essa era a minha preocupação desde o início do Alma Preta. Eu olhava mais para a parte de negócio do que com a parte editorial do projeto, era sempre o que me deixava mais preocupado, porque o editorial eu sabia que ele ia fluir de uma maneira natural, com tranquilidade. Não é à toa que a gente, jornalisticamente, é reconhecido. Mas a questão para mim sempre foi a grana. “E aí, como nós vamos nos pagar”, entendeu?

A.A: Quais são as formas de financiamento de vocês hoje?

RESPOSTA: A gente presta muitos serviços, então a gente presta serviços para outros canais de mídia: Yahoo Notícias, UOL Notícias, a gente presta, vira e mexe, também serviço para o Intercept, serviço para Folha de São Paulo, a gente basicamente, a nossa ideia é uma ideia de diversificar.

A.A: Vocês sempre produzem material para outros portais, nessa perspectiva racial?

RESPOSTA: Isso, isso é uma das maneiras, mas não é a única maneira, a gente também empresta outros serviços de comunicação, a gente está começando a trabalhar com a parada da publicidade também, mais publicidade dentro do Alma Preta. A gente está trabalhando, e a gente também recebe apoio de organizações de direitos humanos né, de fundos também. Então essas são as principais maneiras como a gente se desenrola.

A.A: Como é essa divisão de trabalho, de funções entre a equipe? É todo mundo repórter ou há uma divisão?

RESPOSTA: Eu sou editor-chefe do Alma Preta e fico um pouco no cargo vamos dizer assim de diretor executivo da empresa mas eu tenho por exemplo a Elaine que é minha parceira braço direito total que é quem toca comigo a parte administrativo financeiro do

Alma Preta e a Natalie Simões que é a nossa editora né então assim é cada um no seu quadrado no Alma Preta a gente não é uma equipe só formada de jornalistas Esse é um erro crasso que eu acho que a mídia comete a mídia Negra Não só mídia Negra né a mídia independente mas a gente também comete esse erro de achar que você juntar um monte de jornalista é a maneira para você montar um portal mas não é verdade porque são várias os tipos de conhecimento que você precisa para ter um canal de comunicação um canal de mídia Negra né um canal de mídia funcionando então a gente tem um profissional de marketing tem profissional de administração de empresas tem, Deixa eu pensar aqui, tem uma moça que é especializada na construção de projetos, tem o designer, tem o cara que é o videomaker, tem a menina que é formada em Relações públicas e trabalha principalmente na parte de gestão de redes sociais porque é a especialidade dela então é mais ou menos assim que funciona nossa divisão é bem cada um no seu quadrado e eu gosto de trabalhar com especialista na área.

A.A: Como é a rotina de trabalho? Vocês costumam se encontrar? Sei que agora estamos na pandemia, mas geralmente como é?

RESPOSTA: Então, a gente sempre teve um formato de redação virtual, mas agora isso tá, isso ia mudar né, porque a gente ia ter uma sede. A gente ia ter um espaço físico em São Paulo, mas por enquanto o que a gente tava fazendo, a gente estava fazendo encontros mensais presenciais né, do Alma Preta, e a gente tá fazendo agora isso de maneira virtual. Mas a ideia é que a gente tenha uma sede muito em breve, se tudo der certo ano que vem, a gente vai ter, tendo vacina para todo mundo a gente vai ter.

A.A: Quais são os gêneros jornalísticos que vocês costumam produzir?

RESPOSTA: Reportagem, release, algumas vezes a gente escreve artigos, editoriais, A gente também publica algumas crônicas, a gente vai publicar agora com o nosso amigo poeta uma novela no Alma Preta, então vão sair episódios dessa novela. Cada dia vai sair um episódio nas redes sociais, a gente trabalha com muitos muitos gêneros, e isso tô falando da parte de texto, no audiovisual para além do formato entrevista, mas a gente

trabalha com muitos gênero e nas diferentes plataformas. Então podcast, vídeo, enfim, fazemos boletins também.

A.A: O trabalho de vocês é imenso, né? São 13 pessoas e fazem tanta coisa assim.

RESPOSTA: As pessoas não acreditam, quando eu fui conversar com o Mídia Ninja ano passado, e a gente era, sei lá, ano passado ou retrasado, a gente era uma equipe na época de umas cinco, seis pessoas. Eles achavam que a gente era 20 pro tamanho de um tanto de coisa que a gente fazia.

A.A: Eu também imaginei umas 20 ou 30 pessoas.

RESPOSTA: Não, a nossa equipe ela é pequena, porque eu não gosto de ficar chamando pessoas que eu não vou pagar para trabalhar, entendeu? Então se você vir tramar comigo, pelo menos te pagar o seu texto eu vou pagar.

A.A: Então todos recebem, nenhum trabalho é voluntário, né?

RESPOSTA: Não, nenhum é voluntário, eu quero que a pessoa se dedique. Mano, tão feliz quanto vem a repercussão do bagulho é ver as pessoas recebendo dinheiro e sendo pagas, e bem pagas para fazer o que elas estão fazendo.

A.A: Geralmente o trabalho das mídias negras é voluntário. Entrevistei algumas aqui do nordeste com essa condição.

RESPOSTA: Não é só no Nordeste não, é uma regra para o Sudeste também.

A.A: Pedro, você considera o Alma Preta, com essa atividade da comunicação, como parte do movimento antirracista?

RESPOSTA: Com certeza, o Alma Preta compõe a coalizão negra por direitos, né? Que hoje é o grande guarda-chuva de organizações do movimento negro. Eu acho que a gente trabalha dentro de uma noção de mídia que é uma mídia de causas, né? A gente tem nossa causa, a gente tem nosso lado, a gente defende nosso lado. Então assim, a gente segue a tradição da imprensa negra, que sempre foi muito orgânica ao movimento negro. A gente tem uma relação orgânica pra caramba, principalmente eu, uma relação muito orgânica. Participo de movimento, participo de construção de manifestação, participo de formulação de documento, participo de tudo. Não são todas as pessoas que têm essa participação que eu tenho, mas como eu tô na frente da parada, isso contamina tudo, né? Então eu tenho sim essa relação e considero a gente como parte.

A.A: Quando você teve essa provocação para os seus colegas, para fundar o Alma Preta, você se inspirou em algum coletivo de imprensa negra?

RESPOSTA: Na época em Bauru, a gente tinha uma menina que tinha montado um blog antes da gente, chamava Que negra é essa, Aline Ramos. E aí a gente havia se inspirado nela, assim, era uma inspiração próxima e a gente tinha se inspirado nela, porque não tinha muitas referências ali.

A.A: Você já tinha essa inserção nesse debates étnico-raciais antes de fundar o Alma Preta, ou foi a partir dele que você foi entrando?

RESPOSTA: Foi um pouco antes, foi um pouco antes. E aí a partir daí a gente, mas a partir do Alma Preta a coisa deslanchou muito. Principalmente por conta do coletivo negro, né? Como eu tinha dito, a gente tinha montado um coletivo negro tipo uns cinco meses antes da criação do Alma Preta, então o coletivo negro influenciou muito.

A.A: Você considera que o Alma Preta é um veículo de comunicação contra-hegemônica?

RESPOSTA: Com certeza, com certeza. A hegemonia é a supremacia branca, a gente se coloca como uma mídia antirracista. Não é antirracista porque a *hashtag* é bonita, porque é marketing, mas porque a gente é mesmo, entendeu? É uma mídia que foi formada por mulheres e homens pretos. Tem um compromisso real com a luta de pessoas. A gente produz para esse público-alvo, é nosso principal público, mas não só. Eu também quero que o branco leia o Alma Preta, porque o branco disputa o imaginário do branco e do preto, os caras fazem uma lavagem cerebra na cabeça do povo, eu quero fazer na deles também, entendeu? Mas majoritariamente o nosso foco é para o público negro. É a grande maioria do público do Alma Preta. Mas eu acredito que o Alma Preta sirva hoje como forma de educação, pra muitas pessoas brancas.

A.A: Na sua opinião, de forma geral, o que você considera como mídia negra?

RESPOSTA: Uau, essa pergunta é foda heim. Mídia negra eu considero como uma mídia que traga consigo o marcador racial, que paute a questão racial, como pano de fundo de todas as suas ações e que seja formada majoritariamente por mulheres e homens negros. É assim que eu entendo. Quase como se fosse uma junção de uma linha editorial, e uma questão representativa.

A.A: Gostaria de saber se o seu trabalho no Alma Preta faz parte de uma estratégia de aquilombamento.

RESPOSTA: Eu tenho certeza disso, porque em torno do Alma Preta, para além da equipe, que a gente já tem um quilombo aí né, 13 pessoas. Além disso, a gente se conecta numa rede muito forte, então eu tenho certeza disso, tenho certeza que a gente participa, e eu acho que a gente junto faz uma força muito forte, e a gente faz muito barulho em conjunto, então acredito super nessa conexão, nesse quilombismo. Gosto muito do Abdias Nascimento, acho que você tá pegando uma referência excelente para poder trabalhar com as mídias negras, e me sinto lisonjeado de que você considera a gente apto e para estar aí no seu trabalho de pesquisa.



Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)
 Programa de Pós-Graduação em Estudos da Mídia (PPgEM)
 Área de Concentração: Comunicação Midiática
 Entrevistadora: Alice Andrade (A.A)
 Entrevistado: Jonas Pinheiro – jornalista
 Plataforma: Google Meet

PESQUISA
AQUILOMBAMENTO VIRTUAL MIDIÁTICO:
 UMA PROPOSTA METODOLÓGICA PARA O ESTUDO DAS MÍDIAS NEGRAS

ENTREVISTA 02 – REVISTA AFIRMATIVA (BA)

A.A: Gostaria de saber, Jonas, há quanto tempo você faz parte da Revista Afirmativa.

RESPOSTA: Então, eu entrei mais ou menos, entrei em 2014 no primeiro ano, então 6 anos aí que eu tô fazendo.

A.A: Você poderia me dizer como foi a fundação?

RESPOSTA: Na verdade, como eu conhecia as meninas, então eu meio que acompanhei uma parte do processo. Mas basicamente, é, eu já tinha me formado, e aí Alane e outros colegas ainda estavam, adiaram a formatura por causa de estágio, essas coisas, né?

Daí, a Alane conta que ela teve, ela tava estagiando na pró-reitoria de políticas afirmativas, e aí que surgiu essa ideia de fazer uma publicação que dialogasse com os estudantes, né? Uma coisa que ela conta bastante é que o pessoal não sabia a história das políticas afirmativas e a UFRB é uma universidade majoritariamente negra justamente por causa das políticas afirmativas desde a fundação, que se aplica integralmente a lei de cotas, né? E a lei de cotas foi aprovada já mais tarde e tava uma certa projeção, né, digamos, de que as universidades escolheriam quando elas aplicariam integralmente. A UFRB, no caso, ela aplicou logo de cara, em 2006, 2005, a fundação da UFRB aplicou logo de cara. Daí você tinha aquele contexto, né, um bocado de, a gente entrou em 2010 na universidade, no primeiro Enem tinha uma galera nova, a galera preta, assim, e a galera não sabia a história da política de cotas, muita gente lutou pelas políticas de cotas, eu também não conhecia, quando entrei, não conhecia. Daí, a ideia dela inicialmente era justamente isso, por isso, afirmativa, né? A ideia era fazer uma publicação que dialogasse com os estudantes sobre essas políticas afirmativas e sobre as pessoas que lutaram pelas políticas afirmativas. E aí é a primeira edição impressa é bem isso, a primeira edição impressa não tava ainda, mas é quando surge daí. Surgiu uma verba da PROAE, né, que é uma das primeiras pró-reitorias de política afirmativa e assuntos estudantis do país. E aí, nessa verba da PROAE, ela fez o projeto da afirmativa, seria uma publicação contando a história da política de cotas para os estudantes, inicialmente para os estudantes, e aí essa verba acabou não chegando, mas como tinha, como o pessoal foi bem simpático à ideia, pediu para ela fazer um projeto, ela chamou Rose, Rosemeire, e Morgana Damásio, as colegas da gente que ainda estavam por lá, e aí com todo o projeto, e aí eles começaram a medir mão no projeto, e com o projeto pronto apresentou à PROAE, que decidiu lançar. E aí lançou no dia 20 de março de 2014 a primeira edição da Revista Afirmativa, foi lançada no encontro de negros e negras da UFRB, se não me engano, foi um encontro, tem isso na minha dissertação isso aí, posso procurar depois, é logo no início.

A. A Então surgiu na universidade como projeto de extensão, foi isso?

RESPOSTA: Não chega a ser um projeto de extensão, porque não era tipo, não tinha esse vínculo com um grupo de extensão com um professor, entendeu? Tinha a ideia de Alane, ela era estagiária da PROAE. Ela fez o projeto e aí a PROAE financiou. E aí, no que financiou, lançou. Então, não era necessariamente um grupo de extensão dos professores. Então, a ideia foi, a idealizadora foi a Alane que chamou colegas, fez as matérias e aí saiu. A primeira edição ela fala, é, a maioria das reportagens é sobre cotas, né, sobre a história das cotas. Vou ver se eu acho aqui. E aí, tanto que a primeira edição, a capa é sobre cotas na pós-graduação. Só tenho uma edição, só tenho um exemplar dela, acho que nem Alane nem tem mais.

A.A: Então surgiu como uma publicação impressa inicialmente, né? Vocês não tinham site.

RESPOSTA: Isso, o que acontece, eu até falei isso na dissertação. E aí, a capa é "Cota na Pós-Graduação". Até então, eu não participava da revista, né? Mas, como eu levantei a história para dissertação, já se vislumbrava esse contexto de internet, entendeu? Daí, ela, assim que lançou o impresso, já lançou um site que, inclusive, tá na própria edição impressa. Você tem um endereço que acabou sendo outro endereço, né? A ideia era o endereço que vem na revista, na primeira revista, é uma extensão do site da UFRB, mas eles não conseguiram. Não sei muito bem o que aconteceu e aí era só um site na Wix que foi o nosso primeiro portal na internet. Daí, todas as matérias que saíram no impresso foram para o virtual, mas a ideia era o impresso. E aí, quando a gente perguntar a Alane por que impresso, ela comentou porque ela sempre gostou de revista, sempre leu várias revistas, é o formato que ela gosta de comunicação e que as outras pessoas também gostavam, é o caso de Rose, Morgana, Rafael e Amanda, se não me engano. Era a primeira equipe. E aí, lançou o impresso.

A.A: Eram cinco pessoas na primeira equipe?

RESPOSTA: Vou só confirmar aqui. Eram seis pessoas: Alane, Rose, Rafael, que era o designer responsável pelas edições e pela diagramação, Amanda, Diogo Oliveira, e

Morgana. Se tiver alguma dúvida sobre essas questões, na dissertação em um trecho que eu falo só do histórico da Afirmativa, entendeu? Duas a três páginas. A dissertação é longa, mas a parte teórica é longa. Essa parte da história é bem curta. Mas enfim, aí tinha essas seis pessoas na primeira edição. Eu já tinha me informado, tinha acabado de retornar para Irará, tinha passado num concurso aqui que era para auxiliar administrativo. Na época, já estava em Irará, não achei emprego na área e fui para Irará. Daí eu acompanhei de longe. Eu vi “Poxa massa” e eu era, como continuei próximo delas. Aí elas me mandaram, eu vi a página do Facebook bombando, alcançando muita gente, tanto que teve uma reimpressão, teve uma impressão inicial, se eu não me engano, 2.000 exemplares, e aí teve uma impressão posterior, já pela Sepromi, secretaria de promoção e igualdade racial do Estado da Bahia, da mesma revista, porque teve um alcance bem legal e a ideia era para os estudantes da UFRB. Mas aí, ganhou tanta aprovação que passou-se a enviar, e aí mais ou menos quando eu entro na revista, passou-se a enviar via correio para várias pessoas em diversos lugares do país. E aí, eles só pagavam o frete e aí a gente enviava. A galera pagava o frete, a gente enviava os exemplares, e aí teve essas duas impressões, né? E aí é quando Luzileite, que atualmente não está na revista, é quando ela me chama para participar da revista. Eu perguntei a ela, tinha até ido em Cachoeira resolver alguma coisa de diploma. Aí eu falei, parabenizei, aí ela falou: “Poxa velho, você não quer participar?”. Aí eu aceitei, aí é quando eu entro na Afirmativa, no mesmo ano.

E aí, como o alcance tinha sido legal na primeira edição, a gente já começou a preparar a segunda edição para o mesmo ano e aproveitar também o alcance que tinha tido a revista, né? A ideia era, pelo menos, fazer de 6 em 6 meses ou 3 em 3 meses, ter uma periodicidade e tudo mais. Só que a segunda edição já foi mais conturbada, o processo, sobretudo, porque quem iria financiar. E assim, tinha um grande lance que nessa segunda edição, que é quando eu entro, no próprio editorial, a gente fala isso. A ideia era romper com os muros da universidade. Então, na primeira edição, você tinha pautas voltadas para dentro da própria UFRB, por sinal, que era o quê? Cota na pós-graduação era uma discussão que estava se iniciando na época, hoje foi aprovada recentemente. Eu falo isso até na dissertação, como de certa forma, a revista meio que construiu isso, né, e pautou esse debate lá dentro da própria UFRB. E aí, a primeira

matéria, a primeira capa, era cota na pós-graduação, se discutia isso. Aí você tinha história das cotas na UNEB, que acho que antes da própria UFRJ, foi a UFRJ a primeira? É contado como se a UFRJ tivesse tido a primeira iniciativa, né. UFRJ ou a UERJ, se não me engano, não lembro, mas nos anos 2000, a UNEB foi uma dessas precursoras também no mesmo período, também já estava discutindo. Tinha uma reitora negra e já estava discutindo também cotas. E aí, se aprova lá no conselho discente as cotas. Na segunda edição, ela demora para ser produzida e demora para ser impressa. O que acontece? Por ter feito determinado sucesso, ter tido um certo alcance, começa a ser uma certa disputa, assim, né, que é a UFRB querendo de certa forma que a revista se tornasse meio que um veículo da própria UFRB. É por isso que eu tô dizendo: no início, era a extensão, mas não era uma extensão vinculada à UFRB, era uma ideia de estudantes que queriam jogar essa publicação, insistiram, conseguiram a verba, aí lançou. Aí, nessa segunda edição, teve esses pequenos embates políticos, né? O pessoal queria que a Revista Afirmativa se tornasse meio que vinculada institucionalmente à UFRB e pautasse as coisas, até para justificar a verba. Porque, até então, acho que isso é importante: nenhum dos estudantes que fez as matérias ou que trabalham na revista tinha ganhado nada por isso. A única contrapartida da Universidade foi a impressão. E aí, na segunda edição, novamente teria a impressão contrapartida deles. Eles pagaram a impressão, seria a PROAE novamente que pagaria a impressão. E aí, eles queriam meio que interferir de certa forma nas pautas, né, porque inicialmente viram que a gente tinha produzido e não tinha pauta de dentro da Universidade, tinha falado nada da UFRB, era falando de outros temas mais externos e tudo mais. Aí, enfim, aí ficou nesse embate, a gente conseguiu imprimir, né, já em novembro. A ideia era para a gente imprimir o que, a gente tinha lançado a primeira em março. A ideia era junho, só que a gente só conseguiu lançar efetivamente ela com tudo isso e aí tem espaço no bom trabalho, revisão e tudo mais, só em novembro. Aí, a Alane tirou essa segunda edição em novembro, da revista. E aí, quem tinha restado da UFRB, né, quem dos estudantes tinha restado da UFRB, é quando eles perdem vínculo, se formam e perdem vínculo institucional com a universidade e a gente acabava visitando, enfim, aquela coisa, aquela relação que a gente tem com a universidade, né, você sai, mas não sai, né, acaba sendo convidado para eventos e tudo mais, mas institucionalmente a gente não tinha mais

ligação. A PROAE já tinha tido, não a PROAE em si, mas o lance do financiamento já tinha sido complicado, por causa dessa revista, né, e uma coisa que Alane sempre me fala, é que não queria que a revista virasse uma revista de assessoria da universidade. A gente queria uma revista fosse de fato o que a gente acredita, né? Essa segunda revista já é muito mais externa, tem outras pautas. E aí foi inclusive a capa, eu que escrevi a matéria que é sobre racismo religioso e ela também alcançou muita gente. Velho, muita gente adorou, tem uma capa maravilhosa.

A.A: Quem faz a diagramação da revista?

RESPOSTA: Era nesse período aqui que era com Rafael Rafael Bacelar, aí ele nem tá mais com a gente, mas a gente tá com uma menina maravilhosa também, que editou a terceira né, que diagramou a terceira. Mas aí nessa a gente lançou em novembro já com certo atraso, e mesma coisa né? É só pedindo bastante, só que aí a tiragem foi menor, por causa dessa disputa de impressão mesmo. A tiragem foi menor, uma parte ficou com a própria UFRB, enfim, os entraves que rolaram, mas a revista era totalmente para frente, assim só tem uma matéria sobre a UFRB, com uma professora da UFRB, é uma entrevista assim, mas as demais matérias é tudo, essas de racismo religioso mesmo. Eu lembro que na época não se chamava de racismo religioso, e falavam muito em intolerância religiosa. Isso é 2014, hoje até se fala daí. Eu lembro, entrevistei mãe da Ibiata, ela morreu ano passado, do Rio de Janeiro. Não, ela na verdade é da Bahia e tava no Rio de Janeiro, mas enfim, acho que é a mãe da Ibiata. Aí ela fala isso né, que as pessoas chamam de intolerância religiosa, mas a intolerância religiosa é o que há com o espiritismo, por exemplo, o que acontece com a gente é racismo religioso mesmo, e tal.

Aí por isso que acaba que o racismo religioso é o caça às bruxas no Brasil contemporâneo, e aí foi essa segunda edição né. E aí começou-se a labuta né, a gente perdeu o vínculo, não se se tinha mais vínculo com a Universidade, a gente perdeu esse vínculo. Eu já não tinha o vínculo na época, aí as meninas que ainda estavam lá, saíram.

E aí fica essa labuta, a gente fazendo mil reuniões de como tornar o projeto rentável, porque muita gente gostou. Eu lembro que a nossa página no Facebook na época deu um salto assim enorme, acho que 10 mil curtidas, 12 mil curtidas. Isso naquele

período que o Facebook estava se popularizando no país, era um veículo de mídia alternativa com esse número de curtidas era maravilhoso, era muita gente curtindo, e muita gente pedindo, tanto que acabou as revistas, pessoal pedindo para mandar no correio, acabou. A gente tentou ver uma reimpressão e não conseguiu. E aí a luta foi essa né, tentar viabilizar o projeto para o projeto se tornar rentável, para que a gente, já como jornalista, pudesse ganhar dinheiro com isso também, e também conseguir lançar a terceira impressão, para manter.

A gente gosta do impresso, e aí tinha um site, mas a gente às vezes publicava nunca no site. E a ideia era manter o impresso. E aí fez várias reuniões, produziu mídia kit, e tentou ver patrocinador. E aí começa uma luta, né? Aí a Alane começou também a se especializar um pouco na parte de projetos, e a buscar. Começou a escrever projetos para financiar a revista, esses projetos de ONG, de fundos, do próprio governo, que na época ainda existiam esses projetos do governo. E se eu não me engano, em 2015 ou 2016, a gente ganhou o prêmio de mídia livre do Ministério da Cultura. Foi no final de 2015, a gente ganhou o prêmio de mídia livre do Ministério da Cultura, era um valor de R\$40.000. Daí a gente já tinha, e tipo, você não precisava prestar contas como você presta contas com o projeto normal, entendeu? Não precisaria dessa prestação de contas. Como era um prêmio, não era um projeto para ser executado, você tinha liberdade de executar o projeto de acordo com a necessidade da revista. E a gente fez vários planos: comprar uma câmera, investir muito em vídeo. Já tinha essa ideia de que o vídeo era uma nova tendência, então a gente tinha que pensar numa TV Afirmativa, enfim. Tinha o orçamento de tudo, pagar os jornalistas, todo esse trabalho a gente tinha tido até então, a gente não tinha sido pago por nada, então era o primeiro dinheiro que a gente ia tirar com a Afirmativa. E aí, eis que foi no final de 2015 que a gente ganha, né? Vem o ano conturbado de 2016, que aí o Minc já vai perdendo verba. E aí começa tudo aquela coisa do processo de impeachment, de golpe, né? E aí havia um golpe, a Alane tentou contato comigo algumas vezes, tentou reunir uma galera daqui da Bahia que tinha ganhado, veio tentar contato com eles, contratar advogado. Mas enfim, um calote veio. Teve gente que conseguiu receber a primeira parcela do prêmio e só. Meu amigo da gente, que recebeu a primeira parcela, a gente não recebeu nem 1^a parcela, nem segunda, nem nada, enfim. A gente tá loteado. Nessa, a gente volta a se organizar,

tentando. E aquele ano de 2016 a gente sempre assim, sobretudo por Alane, né, sempre nessa expectativa. A Alane já tava se envolvendo com outros projetos, com outras instituições, como o Odara, que hoje ela faz parte, e ela tava começando a pegar os macetes para escrever projetos, mesmo com a gente, né? E aí, nesse período, a gente ficou chamando a dissertação de um hiato, né? Esse hiato de publicações, a gente buscava formas de tornar o projeto rentável.

E aí, enquanto isso, mantinha publicação no Facebook, aí fez o Instagram, aí ficava publicando as coisas no Facebook, tinha um site. O site era bem feinho, era o Wix. A gente perdeu o domínio, aí eu aprendi a mexer e publicava textos, fazia uma matéria ou outra, ia publicando. Acho que esse Wix ainda tá online, eu vi ele outro dia, fui procurar uma matéria antiga minha e achei nele. Mas enfim, a gente, tipo, fazendo o que podia. Eu tava trabalhando aqui, tava trabalhando no setor de licitações da prefeitura aqui, para você ter ideia. Então era um negócio bem doido, então não tinha nem muito tempo de fazer, de estar fazendo jornalismo. E aí, nessa luta, acho que em 2016 mesmo a gente consegue ser contemplado por um projeto do Fundo Brasil de Direitos Humanos, que era "A Juventude Negra Comunica o Direito à Vida". E aí, o valor era de R\$40 mil, mais desconto dos impostos e tudo mais, cerca de R\$30 mil assim de grana, mas o projeto era imenso assim. Então era o tanto que a gente queria tentar planejar para comprar alguma coisa para revista, como uma câmera. A gente não tem uma câmera até hoje. É assim: vou comprar uma câmera, montar um negóciozinho legal mesmo, para a gente ter uma base para continuar a revista. Só que o projeto foi enorme. O projeto tinha uma websérie que a gente fez, então a gente fez uma parceria com a Tela Preta. A gente pagou muito abaixo do que se pagaria, né, mas como eles eram nossos amigos, nossos parceiros na realidade, a galera do Tela Preta. E a gente sempre divulgou eles desde a primeira edição. Aí eles produziram junto com a gente, foram diretores aí. Tem três. A websérie "A juventude negra comunica o direito à vida" tem três episódios disponíveis na internet. E tem a terceira edição. A terceira edição penou para sair, porque o que acontece: o projeto era um concurso de jornalismo para jovens negros e o tema era "A juventude negra comunica o direito à vida". E a gente selecionou do país todo dezenas de reportagens.

E aí, a reportagem de capa dessa revista seria a vencedora do prêmio, né, do prêmio que a gente fez, o concurso. E aí, sai a terceira edição, eu já estava no mestrado quando saiu a terceira edição. O que aconteceu, tinha essa matéria, mas o processo atrasou muito em relação ao que a gente tinha planejado. E aí, por exemplo, a gente conseguiu o edital de 2016, o dinheiro só chegou lá meados de 2017. E aí, a gente começou a execução, nessa conclusão, sair a revista em 2018, final de 2018, que aí, a gente pegou, a gente lançou um novo site, e isso aí já foi com dinheiro do Fundo Brasil, foi o primeiro grande dinheiro assim, foi a primeira vez que a gente foi pago pelo nosso trabalho, mesmo que muito abaixo do que seria no mercado, mas a primeira vez que a gente foi pago com o nosso trabalho. E aí, a gente lançou esse site, um novo site, lançou a websérie e lançou a terceira edição em novembro de 2018. Eu já tava até no mestrado, tava estudando já até a própria revista, e aí, matérias da gente, e com a matéria fruta da "Juventude negra comunica o direito à vida", pra você ter ideia da amplitude do que era o projeto. Essa websérie que a gente fez, a gente selecionou três jovens comunicadores, de acordo com os roteiros que eles procuraram. E aí, a gente fez tipo um estágio assistido na produção. Então, é fruto de dentro desses três jovens que foram selecionados também nesse projeto, né, "A juventude negra comunica o direito à vida". Aí, saiu de 2014 a terceira edição, e por todos esses problemas que teve no percurso, veio saindo em 2018.

E aí, já com um novo site, e tal, a gente passou a dar mais dinâmica a isso também, e a instância de escrever projetos. E é o que a gente tem feito até hoje, né? Porque, por mais que a gente já tenha tentado viabilizar patrocínios e tudo mais, a gente tá tentando monetizar o site agora, mas grana para executar mesmo, não tô falando de "oh, muita grana", mas para executar o básico. E aí, você pega o que acontece. Eu até falei isso numa entrevista com a menina da ABI que fez comigo. É que a gente tem uma equipe extremamente reduzida, a gente tá tentando fazer mais gente. Da equipe original, tem eu e a Alane, né? Aí, os demais foram saindo aos poucos, né, porque foram procurando emprego, outras demandas, e assim. Você pega a Alane, e eu, que sou funcionário público em Irará, então queira ou não, acaba sendo uma atividade secundária a revista para mim. Teve um período que eu saí para o mestrado, foi até um período mais tranquilo, mais folgado, porque eu só tinha, como tava ganhando bolsa, só tinha o mestrado e a revista, tava estudando a própria revista, então dava para dedicar mais tempo. Mas a

Alane é do Odara e tem outras participações né, militantes. Então, ela tá nesse outro corre, também entrou no mestrado. E aí, Naiara, que é companheira da Alane, entrou também no meio do percurso, se não me engano em 2016. Depois que ela gostou muito do projeto, quando ela conheceu a Alane, e aí a Alane convidou ela para entrar, aí ela entrou. Essa trinca aí, no período que tinham só nós três na revista, foi um período de execução do Fundo Brasil, e a gente foi tentando trazer mais gente, né? A gente ficou tentando trazer. Tem a Mariana, Patrícia, uma galera que a gente tá tentando trazer agora para ajudar a gente nessa labuta.

A.A: Hoje em dia são quantos, Jonas? Quantas pessoas?

RESPOSTA: Eu tenho até que olhar, mas esse ano mesmo tem sido bastante, relativamente né, do fim do ano, do fim de 2019 relativamente né, do fim do ano de 2019 pra cá, tem sido relativamente positivo porque a gente conseguiu contratar, que já é também do Círculo militante, uma gestora de redes sociais, e a gente conseguiu um avanço muito grande nas redes sociais. Essa página tinha 2 mil e pouquinho no Instagram, a gente está batendo quase 30 mil agora, 29 mil e pouco, e aí é quando a gente começa a atingir mais gente. Então, a gente tem eu, tem a Alane, tem Naiara, aí tem Jész Hipólito, que é responsável pelas Redes sociais e é gestora de redes sociais que trabalha com isso e tal, e tem feito parte da equipe. Assim, é muito notório o salto que a gente deu depois da entrada dela. Daí você tem Mariana e Patrícia. Então, você tem seis na equipe. E aí tem alguns colaboradores que estão surgindo agora. Essa parte aqui é onde eu me perco né, porque é uma galera que tá entrando agora. Thalita, por exemplo, é uma jurista de Goiânia que tem feito lives rotineiramente na página da revista, um quadro, tem feito. Ela entrou, ela chegou mais junto aqui nesse período de pandemia né, no começo das lives e tal. Ela se chama Thalita Monteiro. E aí tem duas figuras que isso aí já é do momento que a gente tá vivendo na revista agora. Por todos esses entraves né, produzir matéria própria era muito difícil. De vez em quando eu vou e produzo uma. Aí eu tento evitar fazer muito texto opinativo para não mudar muito o perfil né. Mas o que acontece é que muita gente tem mandado um texto para a gente. E aí, com esse crescimento das redes sociais e tudo mais, eu passei a tentar manter uma rotatividade

no site e aí eu tô mantendo essa rotatividade com os textos que a gente tá recebendo. A gente recebe os textos, eu os edito, às vezes são tipo artigos acadêmicos, mas não são acadêmicos. Porém, tem a pegada acadêmica por causa de algum professor ou mestrando e tal. Aí eu edito, adequo ao site, e aí publico.

E aí tem duas que, duas pessoas que tem mandado muito texto para gente que é justamente a Mari Ferreira e a Monique. Elas são duas colaboradoras que estão nessa reformulação do site que a gente tá fazendo. Elas são como meio da equipe, né? Como elas estão escrevendo constantemente. Então, são espécie de colunistas assim, que mandam textos. Amari, ela mora nos Estados Unidos, ela discute muito a questão. Ela faz muito esse diálogo Estados Unidos e Brasil, e aí ela manda textos mensalmente. Já a Monique não manda texto semanalmente. Ela é advogada e tal, aí ela manda semanalmente. Ela manda texto para gente, e aí a gente, eu tô tentando fazer pelo menos a constância de publicar dois textos por dia, entre release e esses textos opinativos. Aí é desse novo período também muito, de conseguir um pouco de tempo. Uma pandemia de estar em casa e tudo mais, e aí a gente tem tentado manter essa rotatividade no site para manter o projeto vivo. E aí nesse período também, depois da terceira edição, teve alguns outros projetos que a gente conseguiu uma grana para executar. Teve um projeto que era de reforma política mesmo, que foi tipo R\$ 5 mil o projeto que a gente teve. A gente fez uma série de matérias sobre reforma política. Aí, eu fiz um, Alane fez outro. A gente contratou um pessoal, pediu pra Mariana, e tal. Aí foram cinco matérias, se não me engano, todas CP, reforma política, na saúde, tudo com esse tema, era de uma plataforma dessas da reforma política. Não lembro exatamente o nome. Aí, teve agora recentemente, a gente tá terminando essa semana ainda terminando um projeto que é o "Lab Afirmativa de Jornalismo". Que a gente selecionou um grupo de 9 estudantes de comunicação ou recém-formados para fazer um laboratório de jornalismo. E aí, a gente separou eles em três grupos, cada um com a monitoria, tipo eu faço a monitoria de um, Alane faz a monitoria de outro e Naiara faz de outro. E aí o fruto dessa monitoria é uma grande reportagem multimídia, em formato multimídia. Então, tem texto, tem vídeo, tem áudio. E aí a gente vai publicar próxima semana o laboratório.

A.A: São estudantes negros?

RESPOSTA: Isso, estudantes negros. Na verdade, a maioria é de mulheres, só tem um homem. E aí, foi da casa, isso né. E aí, a gente, de vez em quando, consegue alguns, e tem sido isso né. A gente tem feito muito esse papel de procurar projetos financiadores, como ela está trabalhando com isso em outras instituições. Ela tem esse papel de procurar projetos financiadores e mandar nosso projeto. E aí, teve esses dois últimos projetos, ela mandou um, ontem, ela mandou um. Enfim, o pessoal tenta captar recursos para nós conseguirmos produzir de fato.

A.A: Jonas, como é a divisão das funções dentro dessa equipe? Vocês fazem um pouco de tudo? Você disse que faz reportagem e edita, né? Existe uma divisão no geral?

RESPOSTA: Antes, nas primeiras, nos primeiros anos, a gente fazia de tudo, né. A ideia era uma rotatividade; Alane até comenta isso, né, e inicialmente a ideia era tipo: a primeira edição ela foi editora chefe; aí na segunda edição ela passou para Morgana, companheira da gente, para ser editora chefe. Só que, enfim, com todos esses embaralhamentos, acabou não; a gente acabou só lançando a terceira, quatro anos depois. Aí foi mudando de configuração, como foi mudando de equipe, né. Aí o que acontece hoje: todo mundo faz um pouco de tudo, mas assim, a gente tem hoje tem umas divisões mais claras, né, mais evidentes, no caso. Porque você tem, por exemplo, eu sou responsável pelo site, então eu publico no site, sou eu quem edita as publicações do site e tal, as publicações no site, e sou responsável por editar tudo que chega, né, até as matérias mesmo. Então, essa parte de edição de texto, praticamente só sou eu que faço, às vezes. Porém, Alane faz, né, às vezes ela recebe o texto, ela já não manda editado, né "ó, já editei, só publicar". A Alane ela tá muito nesse papel de que seria a editora executiva, né, que é um papel de angariar fundos, fazer projetos, é. Essa parte, a gente vai até discutir isso; a gente tava conversando com ela ontem, né, ela disse que quando terminar a dissertação, a gente vai fazer uma reunião para definir mais claramente as funções, mas hoje é basicamente o que ela faz, só que ela também faz reportagem, faz

matéria, como um rolê, nesse projeto mesmo, ela foi monitora. Então, ela foi editora, então ela e Naiara me mandaram uma reportagem que elas fizeram esses dias aí, eu publiquei e tal. E aí você tem Naiara também muito nesse papel de auxiliar a Alane, né, de execução dos projetos e tudo mais, coordenação. E tem a Jész, que é gestora de redes sociais. Aí, basicamente, essa é a sua função. Essas são as funções. Aí, você tem Patrícia. Eu sou péssimo de sobrenome, depois tu confere no site, na moral. E tem Mariana aí. Mariana tá na UFBA ainda. Aí, de vez em quando, ela manda um texto para gente, uma matéria para gente, mas não é algo, não chega a ser algo rotineiro, mas então ela faz parte da equipe também. E Patrícia, a mesma coisa. Patrícia escreveu recentemente sobre o Julho das Pretas, né? Uma matéria para gente. A gente vai, eu vou editar e colocar as imagens, tudo certinho, jogar no site. Então, basicamente, são essas funções né que a gente tem. E aí, ela, a Alane, tem visto, né, toda essa questão de conseguir projetos. Esse projeto que a gente conseguiu do Fundo Elas, que foi de coberturas e tal. E aí, tipo Patrícia e Mariana mesmo, para todo o texto que ela quiser, a gente consegue pagar alguma coisa, né, pagar na pegada freelancer mesmo. Elas fazem um texto, e a gente paga R\$ 100, R\$ 200. E enfim, tá nessa perspectiva. E a gente tem mirado fundos maiores, de maior grana, que dê para a gente, por exemplo, planejar um ano e nesse ano falar "Sua função é essa, tem que fazer isso, tantas matérias por mês e tal. Vai receber tanto por mês" para dar uma segurança também e um ânimo para o pessoal fazer, né? E também porque a gente acaba fazendo assim, quando quando tem tempo, por não ser do que a gente vive mesmo. A gente faz quando tem tempo. A gente faz uma matéria quando tem tempo. Eu tô querendo fazer uma matéria agora sobre racismo no futebol, mas aí eu vou procrastinando, vou protelando, né. Acho que é basicamente isso. Acho que as funções hoje são essas.

A.A: Como é a rotina de trabalho de vocês? Vocês se encontram mesmo que virtualmente? Há reunião de redação?

RESPOSTA: A gente tentou fazer uma reunião. Nessas várias tentativas, né, de tentar manter periodicidade e tudo mais, a gente tentou fazer uma reunião de pauta de 15 em 15 e eu toda segunda-feira. Aí, não gerou. Rolou as primeiras, saiu umas matérias das

primeiras, mas não gerou, mas para, por exemplo, projeto... a gente fez uma reunião ontem e aí foi sobre... foi uma reunião de avaliação do Lab Afirmativa, foi com os meninos que tinham sido selecionados e já terminaram as matérias, a gente fez uma reunião de avaliação. E aí, vai sempre que surge um novo projeto “não, fomos selecionados em tal projeto, vai entrar tanto”, aí a gente faz uma reunião para execução. E aí, vai fazendo reuniões, a gente sempre fez reuniões virtuais e presenciais, tem coisas que a gente sempre preferiu fazer presencial. Por exemplo, quando saiu que a gente tinha selecionado no projeto do Fundo Brasil mesmo, a gente fez uma reunião presencial para planejar, fez uma reunião de pauta, isso tudo presencial, fez uma reunião para avaliação, reunião de planejamento de método. A gente fez isso lá no... acho que foi no final do ano passado, a gente fez isso né, por incrível que pareça, deu muita coisa certa, apesar do ano adverso, mas enfim a gente sempre se reuniu né, virtual e presencialmente, só que atualmente muito virtualmente né, tem se reunido bastante.

A.A: Há uma periodicidade nessas reuniões? Ou vocês fazem quando tem necessidade?

RESPOSTA: Quando tem necessidade, basicamente é isso. A gente tentou manter uma periodicidade, porém não conseguimos muito por demanda, né velho. Por exemplo, por Naiara e Alane fazerem parte do Odara, é cheio de demanda, já observei isso, e não só da área, mas tem outra: ela faz parte. Naiara mesmo faz parte do Fopi. Aí, você pega, tem a Frente de Mulheres Negras do Nordeste, o Julho das Pretas mesmo, é quase impossível encontrar essas meninas com disponibilidade. E aí, no mestrado, Alane no mestrado, então piora a situação. Aí, a gente não conseguiu manter uma periodicidade.

A.A: E quais são os gêneros jornalísticos que vocês trabalham, além da reportagem? Dessas matérias jornalísticas você falou que fizeram uma websérie documental, vocês fazem vídeos também?

RESPOSTA: Então, a ideia, como eu falei lá, desde aquele prêmio que a gente foi caloteado pelo Ministério da Cultura, a ideia era dialogar com vários formatos, né? Manter

o impresso, a gente tem esse fetiche pelo papel, a gente gosta do material impresso, mas dialogar com outros formatos, como vídeo, como... não seria telejornalismo, mas seria pequenos vídeos, audiovisual, e no site, assim, de gênero jornalístico, problemática que tem essa ideia de gênero, né, mas a gente, pela lupa racial, a gente tenta falar de música, de cultura, violência, de saúde, tentar pegar todos os gêneros, assim, através da lupa racial. O que tem rolado muito ultimamente são textos opinativos, artigo de opinião, por causa dessa perspectiva que eu te disse, muita gente enviando texto e tudo mais. Mas é, agenda de lançamento de livro de literatura negra, a gente tenta estar sempre lançando, e as lives, agora, né, tem duas que são permanentes: a do "Juridiquês ao Pretoguês", que é esse de Thalita, que é o que eu te disse, que ela traz temas do jurídico de uma forma mais para o "pretoguês", né, e tem a da "Branquitude", que é "Deu Branco", que é discutindo questões da branquitude, que acontece às segundas-feiras, que é Joice Lopes, ela tem feito. E aí, o Instagram, velho, tem, assim, eu acho que eles são um pouquinho também já metendo no seu trabalho, talvez, nessa perspectiva que você tá trabalhando. Eu acho que isso é muito da perspectiva das novas mídias, né, da midiatização, alguns chamam. Porque o que acontece é que, quando observa na internet o que tem acontecido, cada vez menos você procura algo que você quer, talvez você vai no site que você quer, você é direcionado por alguns canais que são essas redes sociais que mediam esse processo, né? Então, você tem o Instagram, Facebook. Hoje é mais do Instagram, do Twitter. Então, os conteúdos, essas redes sociais. Elas têm feito de tudo para que os conteúdos se concentrem nelas. Então, o Instagram mesmo é muito disso, né? No Instagram, você não tem como colocar link, por exemplo. Então é no Instagram que você tem que assumir aquilo. No Instagram, é um multiformato que prioriza o visual e o audiovisual, imagem e audiovisual. Mas a ideia é que você consuma nele. Então, por isso, que eu acho muito importante esse crescimento nas redes sociais, que a gente já pode, por exemplo, colocar link em Story para direcionar para o nosso site. Mas acho que os principais canais hoje da revista é essa parte do Instagram. Acho que é uma ferramenta muito interessante de você entender um pouco do funcionamento, porque lá a gente vai colocar aquele vídeo que irrita, aquele vídeo que irrita, no sentido de propagação, de ter muita propagação. Então lá, a Jész vai averiguar, tipo, ontem foi Dia do orgulho, eu até me esqueci. Então, ela falou "Se vocês acharem um conteúdo legal,

me fala". Aí ela vai fazer o cardzinho, publica. Eu pego uma frase muito interessante, muito famosa de algum intelectual negro ou intelectual negra, aí vai publicar. Então, a ideia, acho que hoje a gente tem tentado, como a gente tem conseguido manter uma certa periodicidade, como tem conseguido aumentar a propagação do site, aumentar a propagação da página. A ideia da gente é a gente agora pensar que rumos tomar e que formatos priorizar e o que produzir, né? Eu acho. Mas esse diálogo entre diversos formatos, diversos gêneros, eu acho que existe desde sempre, né? Na revista, você pegava os impressos. Tem na segunda revista mesmo, tem sobre racismo religioso, tem sobre cabelo black, então uma seção de Beleza. Então, lá no meio da revista, tem uma receita de como hidratar o cabelo, seu cabelo crespo. Tem sobre esporte, então tem uma matéria sobre o mito do negro mais forte, né, no esporte, como isso é uma teoria científica e tal, que dialoga com uma certa eugenia e tudo mais. Aí tem sobre racismo religioso, denúncia no caso, e aí tem sobre violência policial "Vexame de tantas Marias" com a matéria de Mariana Morgana, que ela conversa com pessoas com falas sobre revistas vexatórias, "Vexame de tantas Marias", nome da matéria. Então, esse diálogo de gênero, sempre teve presente, apesar da gente falar sobre a ótica racial, sobre a temática racial, a gente tenta trazer temas que, no jornalismo, na verdade, temas mais leves. Então, a gente tenta fazer isso bastante, a gente busca fazer matéria desse gênero. Nas matérias que a gente fez agora do Lab, a gente orientou, editou, tem uma matéria sobre cultura, né, sobre os trabalhadores artistas periféricos e tal, que não tem, não ganham com Live, a situação deles nessa pandemia, né, porque, na verdade, o projeto foi readequado pela pandemia e, assim, sobre temas, sobre favela, era Lab na temática da favela. Só que, como teve a pandemia e tal, aí a financiadora ela sugeriu ou usar o dinheiro, a gente podia usar o dinheiro para readequar o projeto ou devolver. Não lembro direito, mas enfim, a gente escolheu readequar o projeto, e colocou nessa perspectiva de fazer, de tratar dos temas da pandemia, né, a gente fez pautas direcionadas à pandemia.

A.A: Jonas, antes de participar da revista você já tinha uma vida na militância do movimento negro? Ou você acha que com a revista você foi aprofundando nesse caminho?

RESPOSTA: Sem dúvidas com a revista, porque eu, tipo, dentro da universidade, eu discuti as temáticas, mas eu, por exemplo, não fazia parte do coletivo. Lá na universidade, tinha um coletivo de estudantes negros, e eu nunca participei de um coletivo assim ativamente. Eu acompanhava as discussões, ia em algumas reuniões, mas eu não era, nunca participei da militância. E inclusive, eu comento muito isso antes de eu ter descoberto a imprensa negra, a história da imprensa negra, na revista e na universidade, eu não tinha tido acesso, nunca tinha escutado falar. E aí, na revista, é quando descubro. Assim, acho que minha história de “militância”, de uma forma de militância, vem muito da revista, quando eu entro na Afirmativa. Eu passo a, apesar de sempre discutir, sempre escrever sobre o tema, sempre escrevi sobre racismo, sempre apostei no Facebook, minhas indignações, pequenos textos e tal, nunca tinha de fato trabalhado com mídia negra, ou com outro tipo de militância.

A.A: Além dos editais que vocês participam, existe alguma outra forma de financiamento da revista?

RESPOSTA: Por enquanto, não. A gente tem pensado. Por incrível que pareça, essa é uma labuta que de fato se iniciou lá em 2015 e até hoje perdura, porque a gente já fez media kit, a gente também já tentou essa perspectiva de então, financiamento colaborativo é uma das coisas que a gente tem conversado para começar. Ano passado, a gente conversou com os editores executivos, coordenadores, coordenadores executivos da Catarse, que tava oferecendo para a gente, né, esse esquema de financiamento coletivo. A gente ainda não conseguiu esse lance do financiamento coletivo, mas a gente tem buscado pensar em alternativa. Eu acho que inclusive um dos pontos que talvez, a Júlia agora, é que como a gente tem conseguido um certo alcance nas redes sociais né, no Instagram sobretudo, e tem conseguido levar essa galera para o site, começar a pensar nessas propostas, inclusive na formulação do site, a gente já pensou no espaço que é “colabore com a afirmativa”, tudo indica que vai ser o Catarse, alguma dessas financiadoras, né, mas a gente tem pensado em estratégias. Porém, inicialmente são projetos. A gente só financia a revista, o que ainda mantém a revista viva: projetos e vontade.

A.A: Você considera que a Revista Afirmativa faz parte do movimento negro antirracista?

RESPOSTA: Sem dúvida, eu acho que algo que eu acabo discutindo até na dissertação é como muitas vezes parte da militância negligencia o papel da comunicação. Isso não só no movimento negro, mas nos próprios partidos de esquerda e nos movimentos de esquerda. Acho que não se atenta à importância da comunicação para atingir seus objetivos. E se você observar a história dos jornais e revistas da imprensa negra, eles sempre fizeram parte dos movimentos negros, de certa forma atrelados a eles. Então, por exemplo, a Fundação do Movimento Negro Unificado em 1978, o jornal "A Abertura", que era um jornal da imprensa negra, fez parte da reunião que fundou o MNU. Hoje, o Alma Preta faz parte da Coalizão Negra e a Afirmativa assinou o Manifesto de Mídia Negra da FOPI, entre outros manifestos. Então, acho que as mídias negras, a imprensa negra sempre foi uma parte dos movimentos negros. Se você olhar a dimensão maior do movimento negro, como fala Petrônio Domingues, desde a existência do quilombo, passando pela Frente Negra, chegando ao MNU, são movimentos, organizações, pessoas organizadas que têm a pauta racial como ponto principal e buscam enfrentar o racismo, portanto, são antirracistas. Acho que sim, a Afirmativa e as demais mídias negras fazem parte desse processo.

A.A: Você considera que a Afirmativa, nessa perspectiva, é um veículo de comunicação contra-hegemônico?

RESPOSTA: Sem dúvida, inclusive eu costumo dizer que quase todas, quase tudo, quase todas, porque tem outros que não, mas enfim, a maioria dos jornais de imprensa negra e mídia negra ou revistas, eles surgem justamente pelo descontentamento dessas pessoas com o que se produz na hegemônica. Então, a Afirmativa tinha isso muito no

início, no "sobre", nos primeiros editoriais da revista sempre se diz que o que é produzido na mídia hegemônica, ou mídia tradicional ou grande mídia, não contempla as populações negras como deveria. Por isso, a Afirmativa surge para ocupar esse lugar. Então, isso chama muito nos stories, então a Afirmativa bem como eu acho que outras também, elas surgem com esse descontentamento do que é produzido nessa mídia hegemônica que tá discutindo racismo, digamos, agora. Tá querendo discutir racismo agora, depois de mais de cem anos, sei lá, de negligência, de vários anos de negligência. Tá querendo discutir racismo agora, então acho que muito das mídias negras surgem muito nessa perspectiva: que o hegemônico não me contempla, então vou criar uma coisa que seja ou contra-hegemônico ou fora do hegemônico, isso aí depende da discussão que você travar, do caminho que você travar, porque rola essa discussão. Agrada, faz isso, né? Ela faz isso de não ser só o contra, né? De tentar fazer algo mais, tentar ser algo positivo. O Williams, eu uso (desculpa aí), mas falando da dissertação aqui, é do lance de contra-hegemonia, né, que Williams travava, né, e a minha orientadora, ela perguntava muito sobre isso, né, falava muito sobre isso de como o contra-hegemônico às vezes pode fortalecer o hegemônico. Então, o movimento que a gente fazia no início (e que hoje faz menos, e ainda bem, mas ainda faz) a gente fazia muito de tipo: "determinado jornal foi racista", né? "Ou você não tem âncoras negros". E aí você fazia um texto falando "pô, não há âncoras negros na Globo", não sei o quê lá, "ah, porque a Globo e folha de São Paulo, isso, e isso". E aí você está sendo contra-hegemônico e você está fortalecendo o hegemônico de certa medida, fortalecendo ele, então. Até para o hegemônico existir, ele precisa desse contra-hegemônico. Daí ela faz essa provocação, né? O que é feito para além desse contra-hegemônico? Então, acho que de certa forma, hoje, bem naturalmente, a Afirmativa e outras mídias negras têm feito isso, porque elas têm produzido suas coisas sobre sua própria cultura, sobre culturas negras, populações indígenas, sem necessariamente estar o tempo todo tensionando a mídia hegemônica, mesmo que tense, porque a gente está sempre lá discutindo que a Globo é sim racista, que a Globo tá tentando mudar de postura agora, mas não é porque ela quer, é porque tá sendo pressionada, foi pressionada historicamente a isso. Entendeu? Mas a gente é um contra-hegemônico que busca uma coisa para além do contra-hegemônico.

A.A: Entendi, até porque muitas vezes esse “hegemônico” parece que vem como uma onda, quando se discutem essas questões, né? A gente viu muito em junho a questão do George Floyd e “bombaram” as discussões, depois desapareceram. Teve o caso do Miguel também [menino negro morto em Recife por negligência de uma mulher branca], a questão racial foi pouquíssimo trabalhada na mídia hegemônica. Aqui no Rio Grande do Norte, eu não sei se você chegou a ter essa notícia, mas faleceu mais ou menos há um mês e meio um jovem, Gabriel, que primeiro foi dado como desaparecido. Passou 15 dias desaparecido, um jovem negro da periferia. A governadora, que é a única governadora mulher do Brasil, Fátima Bezerra, uma mulher negra, cobrou eficácia da polícia nesse caso. A mídia hegemônica deu a notícia do desaparecimento, mas se não fossem as notícias das mídias contra-hegemônicas pra gente estar sabendo, principalmente nas redes sociais, a gente não teria notícia. Ontem descobriu-se que quem matou foi a polícia que o confundiu com um bandido que tinha assaltado um parente de um policial.

RESPOSTA: Eu vi, eu lembro de ter visto o sumiço. Quando... sobre o sumiço, porque eu participei de um podcast. E aí, a menina que falou no podcast, ela me mandou, né? Ela falou de... porque ela falou de um outro Gabriel. Para você ver como são as coisas, né? Sempre rola uns dois João Pedro, Gabriel, enfim. Eu tava falando de um outro Gabriel daqui de Salvador e eu achei que era esse, era o Gabriel de Salvador que foi que aconteceu com ele: ele foi preso, acusado de ter feito um assalto e ter roubado um carro, sendo que ele nem sabia dirigir. E aí, até ganhou uma certa propaganda. Mas enfim, que doido. E é isso, velho. Sobretudo hoje, apesar de sempre ter que ser sempre desconfiado pela internet, mas a possibilidade de você ter mais meios, mais mídias negras, mais medidas alternativas pressionando as instituições e as próprias mídias hegemônicas, faz com que elas tenham que se pautar, às vezes, porque tipo, tem um assunto que está sendo batido o tempo todo.

A.A: Você acha que a Revista Afirmativa, e outras mídias negras, têm essa função de aquilombar? De fazer com que pessoas negras produzam os próprios discursos

a respeito de si para outras pessoas negras, nessa perspectiva da união, de aquilombamento?

RESPOSTA: Acho que, sem dúvida, o que a imprensa negra faz, historicamente, é o que a gente faz. O que outras mídias... uma frase que a gente sempre - eu sempre falo, né - você já viu outras falas minhas. Os nossos passos vêm de longe. Então, o que é afirmativa faz, o que o Alma Preta faz, o que tantas outras mídias negras fazem, atualmente, não é novidade. Primeiramente, não vem do nada. Isso vem de um histórico de resistência, de aquilombamento, mesmo, em que pessoas negras se organizaram para fazer diferente, fazer diferente disso, do que você chama de mídia hegemônica, e do que é mídia hegemônica, que é a mídia tradicional. Então, sem dúvidas, a Afirmativa é uma maneira de se aquilombar e tentar proteger e proteger os seus e tentar mudar um pouco da realidade. Né, você acabou de citar um caso de mais um assassinato de um jovem negro pela polícia militar. Então, a gente tem esse processo no país que o próprio Abdias chama, né, de genocídio do negro brasileiro, que é por várias instâncias, por várias necropolíticas, para usar o termo da moda de agora. Da moda, não, é um termo muito bom de Mbembe, mas você tem várias necropolíticas e que elas ensinam diversas formas nas populações negras. Então, acho que o que nos resta, meio que muito menos por escolha do que qualquer outra coisa, é simplesmente se juntar para se lutar. Então, você vai pegar os projetos de mídia negra aí, dificilmente é uma pessoa que produzia sozinho e tudo mais, ou até a pessoa que produz sozinho, sozinha, essa pessoa, ela estava buscando alterar a realidade de um coletivo, né? Quando você trabalha a temática racial, está buscando de certa forma o que as mídias negras fazem desde o seu princípio é justamente tentar alterar essa realidade. E, logicamente, de forma coletiva, tentar alterar uma realidade que é coletiva e que é comum às pessoas negras brasileiras. Então, a Afirmativa e demais mídias negras são frutos sim de aquilombamentos. Essa ideia que você teve de olhar por esse caminho, por essa ótica, acho que é muito acertada. Porque, como tantos outros movimentos negros, para além das mídias negras, essas tecnologias forjadas para resistência, né, também são formas de aquilombamento.



Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)
 Programa de Pós-Graduação em Estudos da Mídia (PPgEM)
 Área de Concentração: Comunicação Midiática
 Entrevistadora: Alice Andrade (A.A)
 Entrevistada: Alane Reis – jornalista
 Plataforma: Skype

PESQUISA
AQUILOMBAMENTO VIRTUAL MIDIÁTICO:
 UMA PROPOSTA METODOLÓGICA PARA O ESTUDO DAS MÍDIAS NEGRAS

ENTREVISTA 03 – REVISTA AFIRMATIVA (BA)

A.A: Para começar, gostaria que você falasse sobre você, sua formação, sua idade e o histórico da revista.

RESPOSTA: Então, primeiro falar que é uma felicidade saber de você e da sua pesquisa. Eu cito, inclusive, faço uma referência na minha dissertação. Acabei de escrever e entregar, vai ser dia 19 a defesa, inclusive. Se você quiser assistir, eu te mando o link. Eu cito né, que, como você fala um pouco de mim, no meu processo lá na introdução, de ser uma mulher negra jovem, né, oriunda de duas cidades que são majoritariamente negras: Salvador, capital da Bahia, mas precisamente de Amaralina, que é um bairro de periferia, uma das maiores periferias de Salvador, que tem todo histórico de violência do

Estado, violência policial, e as outras violências, fruto do racismo. E a minha outra matriz, né familiar, é Cachoeira, que é uma comunidade rural. Sou alguém que acessou a Universidade, como muitas outras pessoas negras da minha geração, fruto das políticas afirmativas. Fui cotista na universidade, entrei na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, em 2010, no curso de Jornalismo. E sendo Cachoeira uma cidade de maioria negra, a UFRB, que já se declarava e era, naquele momento, a universidade com maior número de pessoas declaradas pretas ou pardas no Brasil, uma universidade que já nasceu com políticas afirmativas. Só que ainda no início, nos meus primeiros dias de aulas, eu me dei conta de que, além de mim, tinha no máximo cinco ou seis outras pessoas negras numa turma de 40 pessoas, no curso de jornalismo, que, naquele momento, era ainda considerado um curso elitista e ainda é. A gente sabe, de 10 anos para cá, né, nos últimos dez anos, esse cenário se modificou, fruto principalmente das políticas afirmativas. E a gente vê muita gente preta e jovem que consome jornalismo, mas, há 10 anos atrás, não era essa realidade. Por exemplo, na UFRB, que já era a universidade com maior número de estudantes negros do Brasil. Enfim, né, eu acabei nesse processo de estar na universidade logo quando eu entro na universidade eu tenho o contato também com um núcleo de estudantes negros que se organizavam na universidade, que era o Núcleo de Estudantes Negros e Negras da UFRB. O núcleo Acofena era uma coisa de movimento negro estudantil. Aí, já na minha primeira semana de aula, também ingressei nesse núcleo. Fiz parte desse núcleo aí durante todo o meu processo de graduação. E aí, uma coisa interessante que eu vim também ter acesso ao histórico da Imprensa negra no Brasil a partir desse núcleo que era formado em maioria por estudante de História, de Ciências Sociais e áreas do conhecimento que têm mais familiaridade com o histórico da imprensa Negra. Eu acabei me tornando amiga de um professor de história, Antônio Liberac Simões Filho. Não sei se você conhece, mas ele é uma ótima referência aí para os estudos sobre a imprensa Negra Paulista no início do século XX. Ele é professor da UFRB e tem um livro sobre isso, "As Associações dos homens de cor e a imprensa negra no início do século XX, a imprensa Negra Paulista". Alguma coisa assim. Posso te mandar a referência certinha depois. E aí ele também é um professor da universidade. Ele era próximo desse desse núcleo e eu era de Jornalismo, era a única pessoa de jornalismo nesse núcleo. Ele me deu um livro de

presente, que era esse livro dele. Eu deveria ter 19 ou 20 anos e foi a minha primeira experiência com imprensa Negra. Foi quando eu descobri que existia aí desde o início do século XX, ainda no século XIX, porque foi bem na mesma época que Ana Flávia Magalhães Pinto lançou também o livro dela. Foi em 2010 que ela lançou o livro da dissertação dela, que ela defendeu em 2006. Nessa época foi quando a gente começou a falar assim mais entre os núcleos de movimento negro desse histórico da Imprensa negra no Brasil que era gigantesco, né, já se soma quase 200 anos aí. Aí sim, isso me empolgou muito, porque eu sempre gostei muito de Jornalismo. Eu sempre fui uma pessoa que circulei muito entre a História e o Jornalismo. Pensei aí, até prestei vestibular para História duas vezes, mas acabei decidindo fazer Jornalismo. Acho que foi por questão de caminhos e ancestralidade mesmo. Foi um processo de retornar para Cachoeira de um outro lugar, porque a Cachoeira que eu conhecia era a Cachoeira da minha família, da zona rural, que é uma comunidade Quilombola, com certificação e tal, mas tem características de Quilombo, é afastada. Quando eu fui para Cachoeira para estudar, eu conheci uma outra Cachoeira, inclusive o processo de resistência negra lá é muito forte. Aí, nesse processo, eu gostava muito do curso de Jornalismo, mas me identificava muito pouco com as disciplinas, com os professores. Tinha alguma coisa de que, nesse momento aí, o debate racial na universidade ainda não era tão bem aceito, sabe? As pessoas que tinham discursos mais radicais em relação ao anti-racismo, ao combate ao racismo, sofriam um pouco de perseguição. A gente tinha uma coisa meio de estigma na universidade por sermos desse grupo, assim, por causa de gente aí, pós-adolescente, jovem, adolescente radical, que achava que chamando todo mundo de racista e tocando fogo aí iria conseguir denunciar o racismo em uma instituição que era de maioria negra. Eu julgo extremamente importante, hoje com a maturidade que tenho, acho que nós poderíamos ter outras práticas mais abertas, digamos assim, nem sei se mais tranquilas, e um pouco menos raivosas, eu diria. E aí, por esse motivo, por exemplo, os veículos laboratoriais do curso de Jornalismo tinham meio que um ranço do debate racial também. Tudo que a gente levava de proposta nas disciplinas, de escrever sobre racismo, de escrever sobre questões raciais, não era bem aceito pelos professores que coordenavam essas disciplinas e tal. E aí, eu estagiava. Teve um momento da minha graduação que eu estagiei na PROAE, que é a Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas

Estudantis da UFRB. Estagiei lá por mais um ano, e aí eu trabalhava com uma professora negra, Denise Ribeiro, que era coordenadora de um setor dessa Pró-Reitoria. E aí, a gente tava organizando essa Pró-Reitoria, tava organizando um encontro de estudantes negros, cotistas, quilombolas, indígenas. A gente começou a organizar em 2013, e o encontro aconteceu em março de 2014. Nessa história do que eu tava ajudando ela e as outras pessoas que trabalhavam nesse setor, a gente tava organizando esse encontro, ela falou que tinha um recurso lá de impressão que ela não sabia meio que o que fazer: um recurso da Universidade que poderia voltar para a União, porque não seria executado. E aí, quando eu ouvi essa conversa, eu fui lá e falei com ela: "E aí, Denise, o que você acha que a gente, um grupo de estudantes, poderia criar, uma revista para falar sobre as políticas afirmativas? Será que a universidade se interessaria em imprimir?" E aí, ela falou que era interessante a ideia e que era para eu fazer o projeto para apresentar para ela e ela apresentar para o pró-reitor. Aí, eu fiz isso, chamei uma amiga inicialmente, Rose Cerqueira, e conversei com Rose: "Vamos fazer uma revista, Nossa, para falar sobre as políticas afirmativas." Porque ainda tinha uma coisa assim: esse ano de 2014 foi dois anos depois que o STF tinha julgado a constitucionalidade das políticas afirmativas. Porque o DEM entrou na justiça contra as cotas na UnB e tal. Inclusive, desse processo, que se criou a lei de cotas no Brasil. E aí, na UFRB, tinha uma coisa que, mesmo tendo muita gente cotista, mesmo a universidade já sendo criada com cotas, existia 50% de cotas para negros, existia dois imaginários que me incomodavam muito, assim, que já me interessavam pelo debate, por causa do movimento negro e tal: que as cotas eram um benefício criado pelo Partido dos Trabalhadores do Brasil, porque foi o ano que o debate pegou fogo. Foram uns anos que o debate pegou fogo, porque as universidades aderiram, né? Foi a partir do primeiro governo Lula, a partir de 2003, foi a partir desse ano que as universidades aderiram. Porém, a gente sabe, né, que a luta por políticas afirmativas é uma luta de décadas e que o único protagonista que tem de fato nesse processo são os movimentos negros organizados, é quem pautou isso e tal, mas o PT naquele momento se aproveitava desse discurso para dizer que era um ato de benesse dele para a população negra durante o governo Lula e o governo Dilma. Isso era umas coisas que me motivou: que essa revista precisaria falar sobre políticas afirmativas. E uma outra coisa é que o discurso de que os cotistas estavam entrando pela janela, de

que a presença dos cotistas iria prejudicar o ensino das universidades públicas, da pesquisa e tal, era uma coisa que fazia com que muitos estudantes da UFRB não se reconhecessem enquanto cotistas, não falar né, mesmo tendo acessado a universidade com as cotas. E também não se reconhecessem enquanto negros, não afirmavam, apesar de se falarem pardos, não entendiam, mas não politizavam a identidade como a gente vê hoje. Que o cenário da juventude brasileira negra é outra né, a gente tem um grande número, assim, incomparável. Engraçado isso porque mesmo a gente sendo jovem, a gente consegue perceber que existe uma mudança na sociedade brasileira em relação à afirmação racial, ao debate racial. Muito grande de cinco anos pra cá, não quero nem falar de dez, tem uma diferença. E eu acho que esse processo de engajamento da juventude com a questão racial, a afirmação racial da juventude é um dos fatores, e as políticas afirmativas também é um dos principais fatores que fez essa mudança aí do cenário da população brasileira. E aí, nesse processo, Rose Cerqueira topa, a gente convida uma outra pessoa, alguns estudantes no final de 2013, a gente lança a revista mesmo em março de 2014, nesse encontro. Mas aí, a gente começa a pensar: "Qual seriam as pautas? Convidar outros colegas para fazer parte do processo." A gente começa a fazer isso mais para o final de 2013, e aí a gente já pensa também que não seria interessante a gente fazer só uma revista, seria interessante a gente fazer também um site, um blog. Naquele momento, ainda foi um blogspot, não foi nem um site no formato que a gente tem hoje, mas a gente pensa que também seria interessante, porque aí a gente, para além do que seria publicado das reportagens, a gente poderia publicar outras coisas e seguir com a ideia de um veículo de comunicação. Enfim, as coisas seguem, a gente foca que essa primeira revista teria o objetivo de contar o histórico das políticas afirmativas e falar quais eram as perspectivas de políticas afirmativas naquele momento. E aí, a gente faz nossa matéria de capa sobre cotas na pós-graduação em 2014, e é muito interessante de ser lido, a gente percebe que em 2018, quatro anos depois, novamente o STF cria uma outra lei, da não obrigatoriedade das cotas nas pós-graduações nas universidades brasileiras. É legal, porque a gente percebe que naquele momento, todo mundo jovem, a gente tem uma perspectiva visionária de entender que esse debate das cotas na pós-graduação era uma coisa, era um novo desafio das políticas afirmativas, e aí sim, é isso, é assim que a "Afirmativa" surge em março de 2014.

Novamente, em Outubro, a gente lança a segunda edição. A gente já terminou a primeira pensando que nós queríamos fazer a segunda e a segunda já amplia o debate. A gente já não fala tanto sobre políticas afirmativas. As políticas afirmativas nunca deixaram de ser uma prioridade editorial nossa e é até hoje, mas a gente percebe que o que a gente tava projetando naquele momento era uma capacidade de veículos de comunicação, de veículos de Jornalismo, que deveriam ser criados. E aí, a gente vai focar, principalmente na segunda edição, nas comunidades tradicionais. A gente vai falar muito sobre intolerância e racismo religioso. A gente quer falar muito sobre comunidades quilombolas e comunidades indígenas. Desde a primeira edição, mesmo falando sobre políticas afirmativas, a gente tinha uma centralidade. E isso só aumenta, o tempo de produzir jornalismo que denunciasse o genocídio da população negra de maneira bem ampla, não como naquele momento era feito muito, associando o genocídio ao extermínio da juventude em si, mas falando das outras formas de genocídio da população negra. Isso é uma pauta de propriedade editorial que nos acompanha nos últimos seis anos, é isso. E aí, teve essa edição em Outubro de 2014, e também a gente tá passando por um processo de formação. Eu formei no final de 2014 para o início de 2015, tirei o vínculo da universidade. As outras pessoas também foram formando e a universidade, a gente já não tinha. Também teve uma mudança de cenário. As pessoas que ocupavam a pró-reitoria, a PROAE, que eram vinculadas ao movimento negro, eram uma pessoa que a gente desligava, outras pessoas entraram nessa gestão. E aí, a gente cortou o vínculo institucional com a UFRB e seguiu com o site. O site seguiu durante esse tempo, muitas pessoas começaram a sair, outras entraram. O Jonas entrou logo na segunda edição, ele não participou da primeira. Ele era amigo da gente, colega de turma, nós somos da mesma turma de graduação. Aí ele não participou da primeira, mas, assim que a gente lançou a primeira, ele se interessou e a gente convidou ele. Ele colou e ele já escreve para segunda. E aí já fica também desde então. Hoje eu e ele somos as pessoas, do início, que se mantém até hoje na revista. As outras pessoas saíram, foram fazer outras coisas. Aí, além de nós dois, somos mais três pessoas: Jéssica, que você conversou, não foi? Naiara Leite também, Patrícia Rosa também. Hoje, somos essas cinco pessoas aí, meio que já estão em processo, só que a gente também tem já colaboradores. Tem mais três colaboradoras fixas, o outro tá em Goiânia, o outro tá em São Paulo, outra que

tá em Nova York. Mas hoje a gente funciona muito no esquema, o que garante, né, a roupa a continuidade hoje da Revista Afirmativa, é que muitas pessoas que gostam de escrever, jornalistas ou não, entraram em contato, entram em contato. A gente faz essa chamada e novas pessoas também chegam, para contribuir com seus textos. Hoje a gente publica muito antigo. Segue publicando reportagem e matérias. Esse é o nosso foco, nosso objetivo. A gente quer ter condições para fazer isso, só que, nesse tempo aí, também do final de 2014 para cá, eu entendo que, para manter um sonho de fazer jornalismo de utilidade pública, que tem a maioria da população brasileira como prioridade de perspectiva, que é a população negra nessa nossa produção, eu não poderia pensar apenas no jornalismo. Eu precisaria pensar em dinheiro para seguir fazendo isso, né. E aí eu começo a acompanhar essas coisas de processo e de editais, como é que funcionava, como é que funciona essa coisa de financiamento, de ação de comunicação, comunicação que defende os direitos humanos, enfim. Nesse processo, a gente já sempre vem escrevendo. A gente ainda é um coletivo. Temos a perspectiva de organizar uma identidade jurídica, um perfil jurídico, porque isso facilita no processo de organização, de mobilização de recursos, e tal. Não, não fizemos isso ainda, porque não tivemos condições, mesmo financeiras, sobretudo. Mesmo a gente tendo outras ocupações, outros empregos, seguindo estudando, que essa é a vida de qualquer pessoa negra. A gente nunca faz uma coisa só. A gente faz várias coisas ao mesmo tempo, mas hoje eu sei que isso é uma prioridade, né. Mas nesse processo, a gente ganhou alguns editais, inclusive a terceira edição, que a gente lança em novembro de 2018, foi fruto desse processo de captação de recursos através de editais. A gente ganhou um edital do Fundo Brasil de Direitos Humanos em 2016, que a gente encaderna essa revista 2018. Um edital da fase que a gente também acabou conseguindo o apoio da Cesí, que é a Coordenadoria Ecumênica de Serviço, que funciona na Bahia. E aí, a gente acabou nesse processo. Assim, eu tava falando sobre os editais. A gente, em algum momento, também se inscreveu e ganhou outras coisas, mas acabou não ganhando. Fez um edital do Ministério da Cultura, não sei se você se lembra, se você acompanhou, foi em 2015. Com o final do governo Dilma, aquele processo de que cai o ministério, o pagamento não rolou. A gente ganhou, foi premiado, não, mas foi selecionado, como um ponto de mídia livre do Brasil. Só que a gente não recebeu. O Ministério da Cultura deu um calote, aí, em

várias pessoas. E isso fez a gente se balançar um pouco, porque a gente tava muito na esperança de que ajudaria a organizar as coisas, não rolou. Mas enfim, também essas coisas acontecem. E quando a gente dialoga com a institucionalidade, isso é muito possível de acontecer. 24m48

A.A: Vocês são cinco pessoas. Existe uma divisão de funções específica, ou todo mundo faz um pouquinho de cada função?

RESPOSTA: Assim, basicamente, no cotidiano, existe, mas todo mundo faz um pouquinho de tudo. Hoje, nossa sobretudo, minha intenção é que a gente consiga fechar melhor essa divisão de tarefas, né? Que cada um tenha a sua função específica, e que a gente consiga se remunerar a partir disso, né, com essa coisa de captar recursos, né, no diálogo e tal. A gente tem conseguido manter, por exemplo, uma ajuda de custo para a gente e para algumas pessoas que colaboram, mas isso é muito esporádico, não é sempre, sabe? É, gente, vai, e a gente ganha e tal, ganha uma coisa, alguma coisa. Aí, a gente faz, como dizem, das tripas coração, sendo um projeto para desenvolver em um ano e gastar aquele recurso em um ano. A gente vê uma forma de multiplicar aquele dinheiro para dois anos, mas a gente vem recebendo muito menos do que seria o valor. Hoje, eu venho tentando me organizar financeiramente dessa forma, enquanto a gente não consegue melhorar, né? Ganhar mais corpo. Só que hoje, basicamente, a gente funciona assim: a gente tem dois editores do cotidiano, que somos eu e Jonas. A gente é quem lê os textos, revisa os textos de colaboradores, a gente é que constrói pauta, procura pessoas para escrever. Por exemplo, recentemente, eu entrei em contato com você, pedindo uma resposta que você indicou a Aline, que foi maravilhosa, que fez um texto ótimo sobre participação política das mulheres negras aí no Rio Grande do Norte. Hoje, a gente tá assim nesse esquema de tentar também atrair pessoas novas a se empolgar, a se interessarem pela ideia, a querer aderir, porque eu falo muito isso: que o que a mídia negra no Brasil é o que nós fazemos, né, com toda dificuldade que é manter uma mídia, é fazer dos nossos sonhos. Porque a Afirmativa é o sonho da minha vida. Eu quero que isso vire uma empresa de jornalismo mesmo, e que esteja a serviço do movimento social, e que esteja a serviço das demandas da população negra, porque a

gente é mídia negra, e aí percebendo a obstinação dos produtores da Imprensa negra de 1833, quando Francisco de Paula Brito, com 23 anos, lançou um jornal, "O Homem de Côr", para cá é que nós, jornalistas negros, fazemos dos nossos sonhos na imprensa negra, na mídia negra, a janela dos sonhos de outras pessoas negras. O que a gente faz é que essa narrativa, as narrativas de sucesso, bem-estar, coletividade, organização política, as denúncias da crueldade e do racismo, da forma que é, sem ficar pinçelando como uma grande emissora, as grandes empresas fazem. Só quem faz isso é a gente, ninguém mais no Brasil, mesmo as mídias da esquerda, as mídias progressistas. Então, a gente tem inclusive um avanço. A gente tem ótimas experiências, por exemplo, a Ponte Jornalismo, que é uma mídia de maioria de pessoas brancas, é uma mídia gestada por pessoas brancas, tem brancos e negros, mas não é uma mídia negra, faz uma cobertura muito boa da violência do Estado, da violência policial. A gente tem avanços, mas ainda assim, quem faz isso hoje de maneira prioritária, no Brasil, somos nós da imprensa negra, da mídia negra. Hoje, a gente está muito nessa coisa de mobilizar pessoas, outros jornalistas, estudantes do jornalismo, para se interessar, para colaborar, para contribuir, ou para ingressar mesmo no coletivo, se tiver interesse. A gente faz isso, a gente constrói a pauta. Essa coisa mesmo que eu cheguei em você, que você me indicou Aline, a ideia era construir uma série, várias matérias no Brasil, na região Nordeste, sobre a participação política das mulheres negras, sendo a região Nordeste como foco. Aí, o que eu faço? Eu dialogo com as pessoas. Eu pergunto: "Quais são as características do seu local? O que é possível? O que é que rende? O que é que tem aí? O que é que tem valor-notícia, não o valor-notícia que a gente estuda, que tem toda uma característica burguesa de hierarquia, do que é ou não valor-notícia. O que é interessante da organização política negra, da denúncia do racismo nesses Estados?" E aí, a gente tem um processo de parcerias com os repórteres, assim, identificar "Quais são as demandas? O que é que naquele momento rola?" A gente construiu a pauta, eles mandam uma foto para a gente, aí a gente ajuda com indicação de fonte, depois com a leitura e a edição. Quem faz esse miudinho aí, digamos assim, de fazer o jornalismo funcionar hoje? Quem faz essa tarefa somos eu e Jonas. Naiara entra também muito nessa coisa de editar matéria e acompanhar as pessoas, mas o mais em contextos especiais assim, quando a gente, por exemplo, acabou de produzir uma experiência que foi muito boa, que foi o "Lab Afirmativa

de Jornalismo Respeita a Favela". Que foi curto também, tinha um edital que a gente ganhou Fase, uma organização, 12 mil reais. E, ao que parece, foi o primeiro laboratório de mídia negra no Brasil. A gente já tava pensando em fazer presencial, acabou fazendo online, mas o que foi esse laboratório? A gente fez uma chamada pública, selecionou 9 pessoas entre estudantes de comunicação, não necessariamente focado no jornalismo. A gente comprehende que é importante e fundamental que a gente tenha jornalistas, mas existem pessoas de outras áreas da comunicação que é necessário também estar com a gente, que criem expertise assim, nessa coisa de comunicar. Fazer jornalismo sem necessariamente ter passado pela graduação do jornalismo. A gente abriu aí foram estudantes e profissionais da comunicação recém-formados, todo mundo negro, em maioria mulher. Foram oito mulheres e um homem, porque a gente tem uma veia aí da feminidade também. A gente sempre foi composta em maioria por mulheres e aí a gente seleciona essas pessoas. Repassou para eles uma ajuda de custo, de parte desse edital, para a produção de matérias, mas aí a gente fez dois meses de formação profissional em relação ao jornalismo, por exemplo, oficina de texto, oficina de edição de texto, de fotografia, uma coisa mais técnica e principalmente focada nas especificidades, né, do que é fazer jornalismo antirracista, do que é fazer jornalismo de mídia negra, como é que a gente aborda as fontes, quem são nossas fontes prioritárias, quem é nossas editorias prioritárias. A gente fez isso. Aí desse processo, depois deles passarem por essa formação mais técnica, teve também uma formação que a gente chama de formação política, né, porque aí a gente vai debater racismo, discriminação racial, preconceito, sexism, uma coisa mais ampla em relação a quais são as agendas políticas do movimento negro, do movimento de mulheres negras nesse momento. Aí depois, a gente entrou com um processo de monitoria que era para acompanhar eles no processo das reportagens, que saíram reportagens muito boas sobre os impactos da pandemia do Coronavírus no dia a dia da população negra, moradora de favela, aqui da Bahia. Cada grupo acompanha. Aí, nesse momento, que a gente fez essa demanda maior, aí Naiara vem como a editora também para segurar esse rojão, mas hoje ela fica um pouco mais também nesse processo de dialogar, ajudar no processo de articulação política, porque é uma pessoa que também tem essa experiência de construção política maior, com mais tempo do que as outras pessoas de nós que fazemos parte, né? Hoje eu tô fazendo essa

coisa da edição com o Jonas, e além disso ele também cuida do site. Hoje ele é a pessoa aí que cuida do site totalmente, publica as coisas e tal. Ele tem feito a maior parte desse processo aí de publicação, eu atuo basicamente nessa coisa de pensar recurso, de pensar em articulação política e mobilização de recurso. E Jéssica que tá com a gente desde março desse ano, ela vem também para essa coisa da gestão das redes sociais que eu também colabro com ela. Hoje quem faz a gestão, basicamente, das redes sociais da Afirmativa somos eu e ela. E Patrícia que é repórter, Patrícia hoje, basicamente, de vez em quando ela também colabora nessa coisa das redes da gente. Todo mundo colabora um pouco mesmo, quem assume a maioria somos eu e Jéssica. Patrícia se concentra mais hoje também na produção do texto, na produção de jornalismo. Mas a ideia é que hoje a gente está muito focada nessa coisa do fortalecimento institucional. A gente quer ver se a gente consegue um recurso para institucionalizar, identificar as funções de fato, quando a gente tem condição também de remunerar as pessoas. Porque boa parte do nosso trabalho é feita de maneira militante, né? Não gosto muito de chamar de voluntário, porque acho que essa coisa de voluntário é legal, mas tem uma lógica muito Estados Unidos, Europa, que as pessoas vão doar seu tempo para causas sociais. Nossas causas sociais somos nós mesmas, nossas famílias, nossas comunidades. E aí eu acho que não se aplica muito a ideia do voluntariado, mas tá muito mais a ideia da militância. Que é assim: hoje nós somos profissionais militantes da mídia negra, né.

A.A: Nessa rotina de trabalho, vocês têm uma periodicidade de publicações, ou vão publicando conforme vai aparecendo? Vocês fazem reunião de pauta?

RESPOSTA: A gente faz, a gente tem tentado fazer reunião de pauta uma vez no mês ou quando vai surgindo. Por exemplo, agora a gente vai reunir para pensar o que é que vai ser a nossa produção do conteúdo de eleições. A eleição está aí na porta, mas ainda assim, de agosto, do início de setembro para cá, a gente já... tá, talvez até antes, aqui na Bahia, porque a gente esse ano teve na Bahia um cenário especial em relação ao debate racial e as eleições. A gente já vem produzindo muita coisa sobre eleições, sobre participação política da população negra, mas a gente tem tentado um momento e as

grandes datas comemorativas, celebrativas da memória que a gente tem uma preocupação muito grande. Com essa coisa da memória da resistência negra, a memória do movimento negro, a memória das resistências no período dos escravocrata, a gente tem muito essa preocupação e aí a gente gosta de usar as datas também para produzir matérias, produzir outros conteúdos, aí que rememorem e re-elaborem essa memória coletiva sobre a população negra no Brasil. Mas a gente tem feito muito a ideia de tentar manter reunião de pauta. Hoje a gente tem tentado mensal, só que muitas vezes também não é possível por conta da própria dinâmica de todo mundo, né? Todo mundo ninguém tem menos de dois trabalhos, quem trabalha na Afirmativa. Às vezes, a gente tem o nosso trabalho em outro lugar, tô terminando o mestrado, Nayara trabalha em outros lugares, Jonas também, Jéssica também. A gente tem uma vida muito dinâmica em relação a essa coisa do que fazer e aí a gente acaba fazendo mais reunião quando tem uma coisa mais específica, mas necessária, ou a gente faz uma reunião mais geral para falar dos nossos vários assuntos e aí a gente faz também essa reunião de pauta nesse momento. Mas como quem fica nesse processo de edição né? De coordenar essa nossa redação virtual? Somos eu e o Jonas. A gente conversa muito, a gente troca sim. Ele vem com uma ideia de uma pauta. E aí, a gente pensa quem pode fazer: se a gente mesmo, ou eu chego no grupo com a ideia, a gente faz mais uma reunião, que pode chamar de reunião.

A gente dialoga muito no WhatsApp, faz as chamadas quando é necessário. Mas essa coisa de pensar os conteúdos fica muito mais entre mim e Jonas. Naiara, quando tem condições, também, só que eu e o Jonas cotidianamente tocamos essa ideia da manutenção. Aí, assim, a gente... os artigos, como hoje a gente tem uma rede de colaboradores, a gente tem que fazer essa pesquisa, essa sistematização. Eu sei que a gente tem mais de 20 pessoas aí no Brasil todo que colaboram com artigos. Aqui a gente costuma receber muito, e aí as coisas, a gente tem conseguido publicar diariamente. As matérias, as reportagens, coisas mais factuais, mais diretas, a gente também produz quando acontece um grande caso, mas hoje a gente tem centrado na produção de reportagens de grandes reportagens, né, que vai falar sobre um problema específico que é do contexto, que é factual. Mas aí a gente tem, como falei, essa preocupação de trazer o resgate histórico dessa língua política, desse problema, de dialogar com o máximo de fontes possível, de tentar trazer uma linguagem que seja uma linguagem que não tenha

o padrão jornalístico daquela dureza da pirâmide invertida, que você precisa ter uma matéria de uma página, que todas as informações vão estar no primeiro e segundo parágrafos. A gente tem uma escrita mais livre, a gente dialoga muito com a perspectiva do jornalismo literário. Eu tenho defendido na minha dissertação de que a gente faz um jornalismo de escrevências. Porque o que a gente fala é, ou faz parte diretamente da nossa vida, ou atravessa nossas experiências familiares, nossas comunidades e tal. E aí, não é esse tipo de jornalismo, não é o tipo que a gente faz como as grandes redações, né? Que publicam cinco ou seis matérias por dia, no mínimo. Às vezes, a gente leva 15 dias ou um mês produzindo uma reportagem. Hoje, é basicamente assim que a gente tem funcionário, mas também temos conseguido ter uma dinâmica de publicação diária, seja pelas reportagens, seja por essa coisa dos artigos que recebemos. E aí, não é esse tipo de jornalismo, não é o tipo que a gente faz como as grandes redações, né? Que publicam cinco ou seis matérias por dia, no mínimo. Às vezes, a gente leva 15 dias ou um mês produzindo uma reportagem. Hoje, é basicamente assim que a gente tem funcionário, mas também temos conseguido ter uma dinâmica de publicação diária, seja pelas reportagens, seja por essa coisa dos artigos que recebemos.

A gente sabe que nem todo mundo, por mais que se interesse pelo tema, não só a juventude, né? Mas, naquela dinâmica em que as pessoas recebem uma carga de informação muito grande na internet, estão sempre fazendo muitas coisas. Mas a gente sabe que nem todo mundo vai no site ler a reportagem, mesmo sendo um assunto que interessa, né? A minoria das pessoas vai. Então, qual é a estratégia que a gente tem entendido como importante, principalmente nesse debate das memórias, né, das memórias negras, das negras importam, das denúncias rápidas? É trazer os conteúdos para a rede social. Tem muita gente nesses sites aí, nos sites gerais do jornalismo. Eu percebo que as pessoas não dão muito conteúdo nas legendas desses sites, em geral, no jornalismo. Eu percebo que as pessoas não dão muito conteúdo nas legendas, porque querem que as pessoas vão para o site ler. É importante, só que a gente acha mais importante que a informação seja difundida do que necessariamente que a pessoa vá lá no site ler. E aí, a gente tem feito, por exemplo, a preocupação de trazer legendas mais robustas, de trazer legendas com mais informações. Aí, bota "leia mais no site", mas às vezes a gente vai na própria postagem e bota. Quando é uma coisa de até três

parágrafos, a gente bota toda no Instagram, no Facebook e não bota no site, necessariamente, porque isso vai fazer com que aquela informação chegue a mais pessoas, sobretudo na juventude.

A.A: Vocês têm outras formas de financiamento, como o coletivo?

RESPOSTA: Não, eu tenho pensado muito nessa ideia do financiamento coletivo, né? Muitas amigas têm feito. Notícia Preta faz, Alma Preta faz, o Blogueiras Negras faz também, apesar de não fazer campanha, uma grande campanha. Mas elas têm uma doação fixa. Hoje, o nosso principal, a nossa principal via, né, de pensar em recursos, são os editais. Mas isso é um imitador, isso é uma coisa que a gente precisa melhorar e pensar em outras formas, aí, né, como dizem as pessoas mais ligadas nessa coisa do comercial. É pensar em modelos de negócio que caibam na amiga Negra. A gente não se dedica a pensar nisso, né, como é que, por exemplo, as pessoas que gostam e cobram quando a gente fica um tempo desanimada e não publica as coisas: "ah, vocês têm que voltar." Como fazer com que esse público também retroalimente o trabalho, compreenda que o trabalho é um trabalho, que a gente gasta tempo, que a gente se forma, que a gente, né, investe nossas expertises profissionais. Isso aí é uma coisa que eu tenho pensado muito, mas a gente ainda não tem outra outra via de mobilização de recursos que não seja os editais. Mas eu tenho pensado como é que isso pode acontecer. Eu acho que essa coisa do financiamento coletivo é interessante. A gente já recebeu uma proposta do Catarse para fazer uma coisa de assinatura. Muitos veículos negros trabalham dessa forma. Só porque a gente também tem direito à comunicação da população negra, à comunicação de uma forma geral, como uma agenda. É a nossa prioritária, né, é o direito à comunicação, direito à informação. Eu não acredito nessa história das assinaturas de conteúdo para quem paga. Eu não gosto. Eu acho que para a gente que faz mídia negra e tá trazendo a ideia do direito à comunicação, democratização da informação, essa coisa de conteúdo exclusivo para pagantes não é uma coisa que acho é o nosso perfil. Acho que o tempo faz com que cada pessoa entenda o que é melhor para si, mas não é a nossa perspectiva política. Como conseguimos

dinheiro além dos editais, que são esporádicos? Nessa questão dos editais, esbarramos muito e perdemos muito, acho que isso tem a ver com a não compreensão das pessoas sobre o direito à comunicação como um direito humano básico e fundamental e o direito à informação. Produzimos comunicação como um coletivo e a maior parte da nossa produção também funciona no diálogo com redes sociais, mas a maior parte da nossa atuação é na internet. Muitas pessoas que administram esse tipo de financiamento, não entendem ou não priorizam esse tipo de coletivos, como os nossos coletivos de militância, que precisam ser apoiados e que fazem um trabalho necessário que precisa ser perpetuado. É nas nossas mídias que os movimentos sociais, especialmente os menores que ainda não têm o nível de institucionalização, conseguem dialogar com mídias maiores. São as nossas mídias que dão visibilidade, assistência de comunicação e noticiam iniciativas né? A gente sabe que um coletivo, uma associação de bairro, um coletivo de jovens, um sarau no interior da Bahia, a gente adora essas coisas, assim de pautar processos de organização de política negra em lugares que são lugares não centrais, né, que não estão no centro da geopolítica do poder do país e dos estados. A gente sabe que esses coletivos, essas organizações, só encontram apoio de comunicação e jornalismo nas nossas mídias, mas ainda sim, eu acho que por essa não difusão da comunicação como um direito humano básico e fundamental, a gente esbarra muito em muita dificuldade nesse processo da aprovação dos editais. E aí é mais uma razão que nos mostra que a gente precisa pensar em outra forma de mobilizar recursos para se manter, né? Porque você montou um site, anualmente você paga hospedagem, você paga domínio, você precisa pagar as pessoas para fazer os seus trabalhos. As pessoas colaboram, mas a gente quer ser remunerado, a gente quer remunerar as pessoas, a gente dialoga, mas a gente é muito franca: todo mundo que colabora, ó, quando rola grana, rola grana para todo mundo, a gente distribui esse dinheiro da forma mais possível, mas também, quando não tem, aqui é um coletivo de militância, quando você quer colaborar, você quer escrever da mesma forma. E aí, o legal é que a gente tem sim muita gente que comprehende isso e que colaboram com dinheiro ou sem dinheiro, mas a ideia de ter dinheiro para continuar é uma prioridade hoje. Eu tenho pensado mais em ter dinheiro para fazer isso, porque como é que produz jornalismo de fato, porque uma coisa não consegue caminhar sem a outra.

A.A: A Revista Afirmativa faz parte do movimento antirracista?

RESPOSTA: Sem dúvida, sempre foi, né? A comunicação é uma estratégia, e mais do que uma estratégia, a comunicação é uma instituição do movimento negro organizado no Brasil historicamente, né? Desde o fim dos marcos iniciais que a gente tem de mídia negra, e o Jonas define isso na dissertação dele, Ana Flávia também. Eu reforço na minha dissertação que a gente tem dois grandes marcos do início da imprensa negra, em 1833 com o jornal "O Mulato, Homem de Côn", e um anterior, em 1798, com a revolta dos Búzios, aqui em Salvador. Às vezes, quando a gente fala em "revolta dos búzios", as pessoas têm a primeira impressão de que foi um movimento armado, que as pessoas foram fazer levante nas ruas, e não foi. A revolta dos Búzios foi um movimento de comunicação. Óbvio que houve interesse na revolta armada, na expulsão dos portugueses, mas basicamente, o que gerou aquele grande furor na cidade, na província de Salvador, né, século 17, com mais de 600 pessoas envolvidas, foi um movimento de comunicação, que era a história dos boletins escritos nas paredes, falando do processo da independência e tal. E aí, desde então, com a imprensa negra no século 19, de novo com as associações. Uma coisa bem interessante, por exemplo, é que a gente tem de movimento negro pós-escravidão, e que a gente pensa primeiro, são as chamadas associações dos homens de cor, né? A gente tinha muitas associações em São Paulo, mas a gente também tinha em outros lugares, no Rio Grande do Sul, na Bahia, em Pernambuco, com certeza tinha em todos os estados, isso se os historiadores não tiraram isso da memória, porque a gente tá em todo lugar, e a gente tem que estar se organizando para a garantia de direitos. Mas essas associações em São Paulo, que é o lugar que mais tem registro, que mais foi estudado, quase todas as associações tinham um jornal, que era a forma como ela divulgava as suas atividades, convocava outras pessoas negras e tal, ou essas associações colaboravam, tinham relações de parceria estreita com o Jornal da Imprensa Negra. E aí é isso. Acho que mais do que ter uma ferramenta, eu tenho refletido muito sobre isso, mais do que uma ferramenta do movimento negro, a mídia negra é uma expressão do movimento negro. A gente se organiza a partir das demandas das agendas do movimento negro. Temos, por exemplo, a experiência do

Jornal Ioiú. O jornal já nasceu em 1996 como uma ONG, já era uma ONG que fazia outras coisas, que fazia informação política, fazia uma advocacia que acompanhava o legislativo e também é um jornal. Hoje, eles funcionam como centro de memória, não é mais um jornal. A gente, que é um coletivo de jovens negros jornalistas, comunicadores, também atua como um movimento social. Acho que é basicamente isso. Acho que a gente faz parte sim do movimento. A gente é mais do que ferramenta, porque a gente também é uma expressão. Os movimentos negros brasileiros são muito diversos. Uma coisa que a gente tem muito bonita no século 21 é isso, de compreender que não existe uma forma única de fazer movimento negro, existem milhares de expressões ali, e uma das expressões é a mídia negra.

A.A: Para você, a mídia negra é uma mídia contra-hegemônica?

RESPOSTA: Com certeza, porque quando a gente vai pensar em o que é a hegemonia no Brasil, mesmo sendo um país de maioria de população negra, a hegemonia é formada por pessoas brancas, sobretudo homens brancos, cis, heterossexuais. É o grupo humano que concentra as riquezas, que concentra os lugares do poder, diversos poder político, o poder econômico, o poder de controle da mídia, né. A velha informação que a gente ouve, em qualquer lugar que se debate sobre democratização da comunicação, é que cinco famílias brancas dominam 90% das empresas de comunicação do Brasil. Isso é hegemonia. Nós, da mídia negra, somos a contra-hegemonia, ou a hegemonia alternativa. A gente também tem o processo de disputar a hegemonia. A gente não quer ser o pequeno sempre, né? A gente quer ser grande. A gente fica muito legal, muito feliz, por exemplo, com a experiência do Alma Preta, do site Mundo Negro, que estão no diálogo hoje de disputar mesmo. A gente, como maioria da população, quer atuar, quer recurso, falar sobre política, cultura, economia, enfim, os mais diversos assuntos de uma sociedade, de um país. A gente quer falar. Sendo a maior parte da população brasileira, que é a população negra, como fonte, tendo nossos estudiosos como fonte, tendo as demandas da população como assunto, e a nossa população como fonte, é isso que a gente faz, né? A gente faz um jornalismo de maioria, sendo contra-hegemônico, porque a hegemonia é a minoria do país. Eu odeio essa expressão, "ah, a população negra é

minoria social". Eu acho que a gente come muito esse discurso, socialista, da esquerda, e que isso acaba nos enfraquecendo, né? Como disse Lélia na campanha de deputada federal dela no Rio de Janeiro em 1980, "nós somos maiorias silenciadas", né? Nós não somos a minoria, como a sociologia branca marxista tenta nos enquadrar.

A.A: Gostaria de saber se você acha que as mídias negras compõem esse movimento de aquilombamento, se vocês realmente fazem trocas entre si e se fortalecem entre si também.

RESPOSTA: Então, eu acho que falta muito. Algumas iniciativas, a gente vem passando por um processo de progresso de conquistas em relação a essa coisa da organização política, mas eu acho que ainda falta muito dessa coisa de mais solidariedade, de mais trocas, né? A gente teve um Marco no ano passado e esse ano que foi protagonizado pelo Fopir, que é a história do mapeamento que você já teve acesso, né? Que aquilo foi muito importante. Em outubro, no passado, a gente conseguiu reunir aí sobre a organização do Fopir, dezenas de mídias negras do Brasil inteiro, em Belo Horizonte. A gente fez um Manifesto "ninguém vai calar o grito de liberdade" que eu acho que é o primeiro documento mesmo assim da nossa história do Brasil, que várias mídias negras conversaram, dialogaram, fizeram uma coisa em comum. A gente encontra iniciativas aqui, assim enrolado assim, de diálogos entre mídias, mais basicamente. A gente ainda tem uma, eu acho que no interior, as mídias, nesse movimento quilombista, ele acontece muito. A gente tem aí uma relação de coletivo de irmandade, solidariedade dentro da afirmativa, por exemplo, e que eu sei que em outras mídias todas devem enrolar também, mas entre nós acho que ainda falta isso. E hoje, eu não sei se você leu um texto que escrevi no Manifesto, mas eu falo muito sobre isso. Assim, que o nosso desafio, muita gente acha que o nosso desafio maior é dinheiro. Dinheiro é um grande desafio, essa coisa da sustentabilidade, mas mais do que isso, eu acho que o nosso desafio é nos constituir como um movimento político, como uma associação, enfim, porque isso vai inclusive nos fortalecer para conseguir dinheiro, para aumentar a nossa disputa narrativa que a gente faz com as mídias hegemônicas, né. Mas existe ainda alguns fatores que nos impede. Por exemplo, a gente, querendo ou não, vive com uma sociedade capitalista

que estimula muito esse movimento da competitividade. Né, que as pessoas, elas, quando elas dialogam no mesmo ecossistema, e aí não é só da mídia, mas de qualquer área, na arte, no cinema, da própria academia, de que você faz uma coisa parecida com outra pessoa, né, que você necessariamente é concorrente dessa pessoa. Por exemplo, no universo acadêmico, isso é muito feio e rola muito. E aí, eu acho que nós, pessoas negras, a gente também incorpora essa mentalidade colonizadora capitalista de que existe um processo de disputa entre pessoas que dialogam no mesmo campo, que constroem experiências no mesmo campo. Eu acho que vencer isso é um desafio para que a gente consiga, de fato, botar em prática mais o exercício do quilombismo.

A.A: E dentro da própria Afirmativa, você acha que esse movimento existe?

RESPOSTA: Com certeza, a gente tem que ter, né? Porque senão a gente não consegue se manter. Também assim, a gente tem muito esse processo. Não à toa que a gente acaba se aproximando, constituindo laços de amizade. Né? Hoje nós somos pessoas amigas na Afirmativa. Jéssica chega por uma questão de amizade, Naiara chega por uma questão de que a gente, ela também é jornalista, a gente é do movimento social, ela também é minha companheira, estamos em um relacionamento. E aí, nesse processo, ela vem e também contribui. Jonas, eu fico falando para ele que a gente é praticamente irmãos, que a gente se conhece há 10 anos. Da vida a gente conhece desde 2010. Ou seja, é muito tempo a gente acaba constituindo laços de festividade com essas pessoas, né? Patrícia também, uma pessoa que hoje é muito minha amiga. Esse movimento aí, a gente faz e é necessário, porque senão a gente também não permanece, né? As pessoas vão fazer outras coisas, que é um dos objetivos do movimento social. Mesmo que, às vezes, essas influências aí da cultura branca façam com que esses espaços, às vezes, sejam um espaço de apoio, mas tem um processo de repelir o que a gente faz. E aí, muito inspirada no movimento de mulheres negras, porque somos uma revista formada por mais mulheres negras, e de todas as mulheres negras que estão na Afirmativa, também fazem parte de outros movimentos de mulheres negras. Eu acho que a gente já colhe muito isso do movimento de mulheres negras, que é necessário que o nosso

espaço seja fácil, acolhedor, um espaço de solidariedade, um espaço de generosidade, pra gente suportar mesmo, seguir na caminhada que não é Nutella, né?

A.A: O que é mídia negra para você?

RESPOSTA: Então, para mim, Alice, mídia negra é toda experiência de comunicação social organizada por pessoas negras que tenha como centralidade de pauta os direitos da população negra ou as experiências da população negra no combate ao racismo e que tenha como objetivo de anunciação né que tenha como destino público outras pessoas negras. Eu acho que, por exemplo, hoje a mídia negra são obviamente os portais, as revistas, os jornais, é o farol né, os veículos de jornalismo é o farol de onde se parte mídia negra. Mas, por exemplo, eu acho que os blogueiros, as blogueiras, os YouTubers, as pessoas que fazem vídeos na internet e que têm o debate das relações raciais da população negra como foco, também se caracterizam como mídia negra. As pessoas que são influências nos seus perfis, as acadêmicas negras que usam o seu tempo para dialogar com pessoas, as páginas. Tem muitas páginas negras, tem muitas páginas que eu considero como mídia negra né, Pretitudes, Preta Acadêmica. Tem uma página que eu amo profundamente que é a Preta Acadêmica e que é uma página que tem tipo mais de 100 mil seguidoras né, deve ser maioria mulher obviamente, e que vai lá trazer questões sobre a experiência da população negra, não é uma focada nas mulheres, mas vai trazer a experiência da população negra nessa disputa da Universidade. Isso é uma mídia negra, com um outro perfil editorial, mas é também eu acho que é isso, que mídia negra é qualquer experiência de comunicação social né que tem aí uma amplitude, as rádios comunitárias, os fanzines, é uma experiência muito diversa, porque a linguagem e as técnicas também nos permitem que o formato seja muito diverso. Só que essas mídias precisam ser gestadas por pessoas negras para se manterem seus conteúdos como prioridade pessoas negras e que seu público alvo também sejam pessoas negras, não exclusivamente né, porque a gente quer é que a

questão racial, o racismo, seja abolido por toda a sociedade, mas tipo, que a gente comece aí com as nossas pares e nossos pares né.

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)
Programa de Pós-Graduação em Estudos da Mídia (PPgEM)
Área de Concentração: Comunicação Midiática
Entrevistadora: Alice Andrade (A.A)
Entrevistada: Larissa Carvalho – jornalista
Plataforma: Google Meet



**PESQUISA
AQUILOMBAMENTO VIRTUAL MIDIÁTICO:
UMA PROPOSTA METODOLÓGICA PARA O ESTUDO DAS MÍDIAS NEGRAS**

ENTREVISTA 04 – NEGRÊ (CE)

A.A: Eu gostaria que você falasse seu nome completo sua idade e sua formação por favor.

RESPOSTA: Larissa Carvalho Primo, tenho 24 anos. Daqui a pouco, eu vou fazer 25 em dezembro e sou graduada no curso de jornalismo pela Universidade de Fortaleza (Unifor) e atualmente estou cursando especialização em literaturas africanas de língua portuguesa pela Unilab.

A.A: Como surgiu o portal Negrê?

RESPOSTA: A idealização do Negrê, né, a ideia ela surgiu em 2018, assim, no segundo semestre de 2018, quando eu fazia um curso promovido pelo sindicato dos jornalistas daqui do Ceará, o Sindjorce. Esse curso se chama Abdias Nascimento: Comunicação e Igualdade Racial. A gente estudava questões raciais no curso e, para finalizar o curso e ter o certificado, a gente tinha que montar um projeto de comunicação e executá-lo, né. E aí, poderia ser um site, um ensaio fotográfico, com uma campanha publicitária, né. E aí, as pessoas que estavam comigo, a gente decidiu que fosse um site, né. Eu tinha muito essa vontade e aí, na época, a identidade, a primeira identidade visual do Negrê, não era marrom, era preto e branco, nem sei, tipo, a gente não tinha muito domínio de projeto gráfico, de design gráfico na minha equipe. Eram quatro pessoas e o site deu um problema também na época. A gente conseguiu apresentar o trabalho, concluiu o curso, pegou o certificado, mas na época mesmo, no site, em finais de 2018, o site deu problema no servidor, aí eu tava muito atarefada com a faculdade. Estava em dois estágios, né. Eu queria juntar dinheiro para ir na África, então foi sempre priorizando outras coisas que eu ia encerrando, em breve, no caso 2019 foi o último ano de faculdade, então, em 2018, eu tava com dois estágios e, no final de 2018, eu saí de um deles, né, e continuei só em um estágio em 2019, até julho, e de julho, de agosto para dezembro, foi o TCC, que foi um livro-reportagem, foi muito pesado e aí não tive condições de trazer o projeto de novo, assim, por conta dessa questão. E o Negrê, quando ele surgiu, a ideia dele era de ser uma amiga negra cearense, né, regional mesmo, não abranger outros estados do Nordeste, era essa a ideia, a ideia de ser cearense, né. E aí, originalmente era para ser cearense, né? Enfim, terminei a faculdade, fui para a África do Sul, passei três meses lá. Teve uma experiência de trabalho e algumas outras experiências, né, que me levaram a refletir. E quando eu voltei em abril desse ano, né, eu fui em janeiro e voltei em abril. Teve muita movimentação na internet, né, quando estava na pandemia, como nós estamos em pandemia, a gente tinha um contato com as pessoas pela internet. Então, eu fui fazendo muitos, muitas amizades no Twitter, no Instagram. E no Twitter, a gente viu uma movimentação muito grande com relação ao "Black Twitter", né. Mas aí, eram pessoas do Nordeste querendo querendo ser vistas, querendo não ser mais invisibilizadas pela

xenofobia no Brasil. E aí, uma amiga daqui de Fortaleza deu a ideia da gente montar uma hashtag chamada "Black Twitter Nordestino". E aí, quando a gente subiu essa hashtag, a gente começou a encontrar pessoas negras de vários estados do Nordeste. Eu nunca pensei que tinha tanta gente negra do Nordeste, né. Surgiu esse movimento, teve outras razões também, né, a morte do George Floyd, tipo, tornou mais latente o movimento negro no Brasil e nos Estados Unidos e no mundo, né. E aí, eu sempre fui preocupada com questões raciais, assim, desde que comecei a faculdade. Me descobri negra aos 18 anos, né. E aquela coisa. Participei de grupo de pesquisa, então já tinha tido um pouco de leitura. E aí, o curso no sindicato dos jornalistas só tornou isso mais viável, né. Abriu mais a mente para ver que é possível se fazer uma mídia negra antirracista, né. Em 2019, eles fizeram outro curso também que eu fiz, que era o "Dandara dos Palmares: gênero, raça e etnia na comunicação". Esse curso era mais voltado para mulheres, mas os homens que se inscreveram estavam meio que as vagas foram mais direcionadas para elas. A gente fez, né, desse curso também surgiu outro projeto que é o "Quilombo dos Podcast". Eu tinha abdicado do "Quilombo dos Podcast" para gerir o "Negrê", mas foi um podcast que eu tava no meio da idealização. E aí, o sindicato dos Jornalistas daqui do Ceará incentivou muito né. Você tem "O Quilombo", tem "O Ceará Crioulo", enfim. Aí né, esse ano, com essa movimentação na internet, eu fui vendo cada vez mais a necessidade de ter essa mídia negra também, tendo em vista essa minha inquietação de que muitos jornais demitiram jornalistas. E se você puxar a estatística, não sei se existe essa estatística, mas se puxar, a gente vai ver que a maioria dos jornalistas desempregados são negros e isso me irrita. Eu sou o número dessa estatística, né. Terminei a faculdade, terminei o estágio e não me contrataram. Voltei ao Brasil desempregada, então, fiquei pensando em criar o meu próprio mercado ou entrar no mercado que provavelmente seria mais receptivo para mim, né. Assim que seria esse mercado da mídia negra. Porque já havia tendo conexões do pessoal da "Notícia Preta", do "Alma Preta Jornalismo" e eu vejo, sabe, essa rede sendo levantada, sendo cada vez mais fortalecida, e eu fico muito feliz, sabe? E aí foi muito nesse sentimento, nesse feeling, né, e todas essas movimentações na internet, de inquietações pessoais, minhas e profissionais, né, de montar o Negrê, de lançá-lo esse ano. Aí foi aquela questão de pensar uma nova identidade visual, né, das cores marrom, né, que para mim, o marrom representa muito

o tom de pele negra brasileira, né, que nós somos bem misturados. Infelizmente, a nossa pele definitivamente não é da cor da pele de um africano. Pelo menos, a maioria dos brasileiros negros, né. Claro que eu já vi gente bem preta no Brasil, mas não é algo tão comum. Eu acho que o marrom representa muito isso: o marrom, o caramelo, que é um pouquinho mais claro, né. A gente foi pensando nesses tons, né, numa textura também que tá ao fundo. E aí, eu paguei uma pessoa para fazer o site também, e foi pensando tudo isso. Tá bem como esse movimento do Black do Inter Nordestino. Eu fui caçar jornalistas no Twitter, colocando publicações lá, e as pessoas marcavam as outras. E aí, ia rolando, né. E tá rolando até hoje.

A.A: Então tudo isso foi em 2020 ainda, que surgiu Negrê?

RESPOSTA: Foi este ano, né, que lançamos ele no dia 18 de julho, que é aniversário de Nelson Mandela. Eu quis escolher esta data, e durante o mês anterior ao 18 de julho, a gente ficou trabalhando muito, de eu achar de outros estados, pensar em pautas, pensar em editorias - cada editoria tem um propósito -, fazendo reuniões online com as pessoas, né. E por aí que vai, assim então a gente foi trabalhando durante um mês e pouquinho, um mês e meio, para que esse site pudesse ser lançado no dia 18 de julho, que foi quando aconteceu, né.

A.A: A amiga que você citou, a Stephanie que criou a hashtag?

RESPOSTA: A Stephanie Souza, exatamente ela que criou a hashtag.

A.A: Então vocês são amigas?

RESPOSTA: A gente tem uma amiga em comum, na verdade, mas como ela é uma preta muito maravilhosa, das vezes que eu encontrei ela a gente teve uma troca de ideia muito boa. E virtualmente também né, atualmente a gente não pode se ver tanto né, mas a gente é amiga sim, pela vida pessoal mesmo.

[Conversa sobre BlackTwitter]

A.A: Larissa, quantas pessoas fazem parte do Negrê?

RESPOSTA: Da última vez que eu tinha contado, era um pouco mais de 20. Eu posso contar e te falar direitinho, mas é um pouco mais de 20 pessoas. A gente tem jornalistas, repórteres de todos os estados do Nordeste. Né, a gente não lançou o site com repórteres de todos os estados, mas eu fui procurando e mais ou menos um mês e um pouquinho depois, eu consegui mais pessoas, porque estava faltando Alagoas, Sergipe, Paraíba, Rio Grande do Norte. Na verdade, estava faltando. E aí, eu consegui essas pessoas e a gente tem essa equipe de pouco mais de 20 pessoas. Eu te passo esse número bem direitinho, mas é bastante gente. Assim, porque eu quero monetizar o Negrê. Ele precisa ser monetizado para ele continuar existindo. Né, como eu te disse, já recusei trabalho para estar lutando pelo Negrê. Ele vai precisar ser monetizado e eu não sei se eu vou conseguir pagar essas 20 pessoas já a princípio, porque eu também quero pagar bem, sabe. E aí, eu vou ver como vai ser essa questão. Né, porque já é o número considerável de 20 funcionários. Foi uma empresa. Já abri CNPJ e vim com funcionários. É muito para quem é pequeno ainda.

A.A: São 20 pessoas fixas? Como é a divisão das funções?

RESPOSTA: A gente tem quatro colunistas, né? E aí, eles publicam semanalmente ou quinzenalmente, vai depender também da produção deles. Né. Eu não sou uma pessoa que fica assim: "terminou o texto, terminou o texto". Eu não fico apertando a mente das pessoas. Então, os comunistas são bem livres. E aí, semanalmente ou quinzenalmente, tem os comunistas que publicam as colunas, né? São quatro, né. A gente vai ter mais uma, que é a Ashley da Bahia. Ela vai entrar como colunista. Eu só estou aguardando o primeiro texto dela. E aí, a gente tem editores. Tem eu, Editora executiva e CEO do Negrê, né? Tem a Caroline Cardoso, que é editora de conteúdo comigo. Assim, ela está diariamente comigo, de segunda a sexta. Na verdade, comigo, né. Às vezes, no fim de semana, ela trabalha, porque ela acompanha a fórmula 1. Então, ela sempre está fazendo

alguma coisa sobre o Lewis Hamilton, né. E aí, às vezes, ela acaba fazendo alguma coisa no domingo, mas, em geral, é de segunda a sexta que a Carol trabalha, pela manhã. Eu fico à noite e à tarde, dependendo da demanda. E tem um editor de audiovisual, que é o Paulo Cardoso, que é um jornalista, baita de um jornalista, também que trabalhou comigo no jornal que eu trabalhei aqui no Ceará. E ele fica responsável por editar os vídeos, a tela preta. A gente tem uns vídeos no igtv, que já tem algumas semaninhas que não estão saindo por algumas questões. E aí, tem o Paulo, que edita esses vídeos e edita stories também. Se surgir alguma demanda, ele está responsável por ser o editor de áudio visual também do Negrê. E aí, depois disso, a gente tem os repórteres, né. Tem repórter da Bahia. A gente teve um repórter da Bahia, mas entrou outro, vai entrar mais gente. Então, a gente tem quatro repórteres da Bahia. Ceará, acho que eu tenho uns três repórteres do Ceará. E aí, eu tenho uma amiga cearense que está nos Estados Unidos, que é nossa correspondente nos Estados Unidos, né. E aí, eu tenho repórter do Rio Grande do Norte, Sergipe, Alagoas Maranhão, Piauí, Paraíba, Bahia, como já citei. Acho que Pernambuco também, são muitos Estados.

A.A: Você já tem repórter em todos os estados?

RESPOSTA: Eu já tenho a repórter em todos os estados e, também de Pernambuco, eu tenho uma moça da letras que, de vez em quando, ela faz uns textos sobre Indicação de livro. Ela tá como colaboradora do Negrê, né? E no Rio Grande do Norte, além da repórter, eu tenho uma articulista que, uma vez por mês, publica um artigo no Negrê. Que a Sara ela é urbanista, né? E aí ela tem esse olhar da questão racial sobre a cidade, eu acho fantástico, né? E aí o que mais da nossa hierarquia posso te mandar, isso bem direitinho por escrito. A Sara, que é a minha sócia, né, que na época do curso era da minha equipe, a Sara Souza, que é uma das repórteres do Ceará, né. Ela não consegue atuar como editora porque ela trabalha numa instituição pública aqui no Ceará, então ela não consegue atuar como editora, mas ela tá comigo nas decisões que a gente tem que tomar. A nível organizacional, digamos assim, né, eu não posso tomar nenhuma decisão sem ela, então, além de repórter, ela é co-fundadora do Negrê. E além dela, a gente tem a Carla que é uma RP das relações públicas da Bahia que está comigo, com relação

também essa questão organizacional, porque eu quero montar um financiamento coletivo. A gente quer montar uma campanha em cima disso, tem umas meninas da publicidade que é umas três meninas que a gente também dá para fazer uma reunião para montar uma campanha para o financiamento coletivo do Negrê, e aí a Carla ela tá nessa parte organizacional comigo, assim né. E aí além disso, a gente ainda tem o Lucas que é advogado, que é negro, que é aqui do Ceará, que é a pessoa que tá no jurídico, assim, que tá montando os contratos de voluntariado, de freelancer, recibos, toda essa parte burocrática, ele que tá montando, né. E aí, a gente tem o Lucas também, e por fim, mas não menos importante, jamais menos importante, a gente tem um correspondente na África agora que é o Baba, é um amigo meu, jornalista, que se ofereceu e eu disse a ele: "Baba, eu não tenho dinheiro para pagar ninguém ainda." E ele disse: "Não, mas me manda um contrato voluntário. Eu assino, eu me voluntário." E aí, eu tá certo, se você está se oferecendo aí. O Baba, a mãe dele é de Gana e o pai é nigeriano, são dois países próximos, ele tem dupla nacionalidade e tem muito contato. E aí, ele tá sendo correspondente de Gana e Nigéria para o Negrê. Né? Essa semana já saiu uma matéria que ele fez, assim, muito impecável sobre protestos que está tendo na Nigéria. E aí, eu fico muito feliz assim das pessoas quererem chegar junto, né? E além dos estados do Nordeste, eu tenho uma estagiária que é do Distrito Federal, de Brasília, que é estudante de jornalismo e pediu uma oportunidade, né? É negra e aí eu resolvi dar, mesmo ela não sendo nordestina, não vi problema nisso. E aí, ela tá super atuando no Negrê também. E aí, a gente vai no próximo mês, vai entrar uma menina de Minas Gerais que também faz mestrado nessa área, né? E quer estudar, não tem experiência como repórter e pedir uma oportunidade e eu tá bom, mandei o contrato de voluntariado para ela e ela aceitou. E aí, a gente tá expandindo, né? Aos poucos, tá meio que escapando das minhas mãos do meu controle e eu fico muito feliz assim.

A.A: É muito bom ver você tão jovem, mas uma mulher tão potente. Que mobiliza tantas forças no Brasil, no mundo. Isso é muito maravilhoso. Eu fico realmente feliz porque é muito importante a gente ter espelhos, né? A gente se vê, se sente representada nessa comunicação. Infelizmente, a gente faz o curso de Jornalismo e aprende a ser peão, não aprende a ser empresário, como você está fazendo

sozinha, autonomamente, e não aprende a agregar os nossos, né? Então isso é bem bonito.

RESPOSTA: Alice isso é muito assustador, tem dias que eu vou dormir muito assustada porque não me ensinaram isso na faculdade.

A.A: É mais desafiador ainda porque você está fazendo tudo, aprendendo fazendo né?

RESPOSTA: Exatamente assim, tipo, tem uma jornalista americana que solicitou um serviço da gente que é para a gente contribuir para a newsletter dela. Ela tem uma newsletter de notícias sobre a população negra brasileira para os americanos. É o pessoal que tá de olho no Brasil. Aí, ela pediu valores e tal e eu fiquei sem saber o que fazer. Pensei "Meu Deus, quanto eu vou cobrar para isso?" É tipo isso, são vários tipos no escuro que eu dou diariamente. Aí, vai aprendendo e fazendo. É o jeito né, tem que ir.

A.A: Você falou sobre monetização. Hoje o Negrê não tem nenhuma fonte de renda? Não recebe por vídeo, pelo material que vocês produzem? Todo mundo é voluntário?

RESPOSTA: Então, o Tiago fez o site. Eu tinha uma grana guardada e paguei para fazer o site. Ele cobrou um valor que não é de mercado, porque ele disse que acreditava no projeto e tudo. Aí, ele pediu para eu não falar isso para ninguém, porque senão as pessoas vão querer pagar o mesmo que eu paguei. Mas enfim, eu tinha guardado a grana e paguei para ele fazer o site e o projeto gráfico. Quem fez o projeto gráfico foi a Sâmia Martins, que é a nossa designer gráfica. Ela já fez outros trabalhos com ela, então eu já conhecia o trabalho dela. Eu também paguei para ela fazer o projeto gráfico e as peças, não é? E a Suelen é ilustradora e já matou algumas peças para o Instagram, como fotos de capa para matéria. Então, eu também já paguei algum serviço dela. Acho que foram só esses três que eu consegui pagar do meu bolso, digamos assim, um investimento

mesmo de empresária. E aí, com relação à monetização, a gente botou uma propaganda no ar semana passada que durou uns três dias mais ou menos. Dessa propaganda, surgiu uma grana. E aí, vai ter mais propagandas ainda que a gente vai colocar no site, e assim, a gente vai conseguindo um dinheiro. Em breve, a gente tá lançando o financiamento coletivo, que vai ser feito de duas formas, pelo Picpay e pelo Apoie-se. As pessoas vão poder aderir e incentivar a mídia negra. Espero que as pessoas se conscientizem e fortaleçam essa rede, porque eu quero muito apoiar essas pessoas, me pagar, e gerar renda e emprego.

A.A: E como é a rotina de trabalho de vocês? Vocês fazem reuniões virtuais de redação? Cada um trabalha livremente? Você mencionou que fica pela tarde e noite e sua sócia pela manhã, como é a divisão?

RESPOSTA: Então, a gente se comunica mais pelo grupo do Telegram e do WhatsApp, né? O grupo do WhatsApp tem colunista. Então, nem sempre a gente tá conversando sobre matérias ali. Então, do Telegram, que é mais organizado para falar só sobre pauta, né. Uma vez por mês é para ter reunião de pauta. Esse mês eu não consegui fazer reunião de pauta, assim tava atolada de muita coisa, porque a gente montou um especial, uma série de reportagem sobre a África e deu muito trabalho. Então, não conseguimos montar a reunião de pauta esse mês e aí eu fiquei atualmente delegando a eles as faltas. Às vezes, alguém aparece com uma pauta já pronta. Eu acho ótimo, mas a maioria das vezes eu mando uma falta. Parece estagiárias, né. Beatriz, que é estagiária, a Flávia também de Pernambuco, e a Andressa também, porque eu disse para as meninas que, se elas quisessem ser estagiárias e a gente quiser um certificado, é importante que elas fizessem umas duas ou três matérias por semana. E aí, realmente, toda semana, toda alegando matérias para elas, né. Tem algumas pessoas que estão meio afastadas, né. Infelizmente, por ser voluntário, as pessoas não conseguem estar todo dia ali, porque elas têm outras demandas, né. E aí, tem gente que já faz um mês, um mês e meio, e nunca mais me entregou a matéria, né. Eu vou até conversar com as pessoas para poder saber quem vai continuar ou não, porque acaba sendo chato, né. E você joga uma falta no grupo e ninguém responde, ou fala com uma pessoa e ela disse que não está

podendo. Então, fica difícil, né. E aí, a Carol ela corrige as matérias pela manhã, né? A Beatriz realmente entrega matéria à noite. Beatriz começa a estragar 4 horas da tarde era entrega matéria à noite. A Flávia também, geralmente. E aí, a Carol vai e edita e, às vezes, à noite, quando eu já estou online fazendo alguma coisa, eu também gosto de escrever e, às vezes, eu também já programo alguma matéria para o dia seguinte, para entrar no site, no Instagram, no dia seguinte. Mas, em geral, assim, as pessoas entregam a matéria e aí eu tô aqui ou online e vou e corrojo, às vezes 2 horas, 3 horas da tarde, a Carol não tá mais trabalhando, pois ela tem outras demandas também, e eu vou programa e faço a matéria. Quando a matéria é para entrar no fim de semana, eu faço só programar também. Assim, em geral, está sendo ótimo programar as matérias fora da manhã, porque não precisa acordar tão cedo para editar, montar a peça, para poder divulgar e tudo. E aí, a Carol, quando ela está de manhã, ela programa matérias, às vezes programa matéria sexta-feira, fixo, que sai a tela preta. Alguém já entrega alguma coisa ou eu faço, e aí a Carol já programa para sexta-feira, às 9:00 da manhã, já entrar. Às vezes, a gente adianta trabalho e isso é bom, porque dá uma folguinha. Então, a Carol fica nessa dia de dar matéria, conversa com o repórter, conversa comigo, manda a peça e joga para o Instagram. E eu, quando eu entro pela tarde, às vezes até pela manhã mesmo, já começo, e eu digo que trabalho à tarde, mas de manhã já faço algo. Aí eu pego e divulgo nas matérias no Twitter e no LinkedIn, e fico procurando pautas, procurando ideias para a gente sempre estar trazendo, alimentando as diretorias, né.

A.A: Você tem uma ideia de quantas pautas por mês vocês produzem? Tem uma média?

RESPOSTA: Agora você me pegou, porque eu não faço ideia, para ser sincera. Mas eu posso também contabilizar isso, porque esse mês a produção tá bem menos do que Agosto e Setembro, quando a gente dançou o site era, eu recebendo matéria do pessoal o tempo inteiro, não precisava nem pedir, sabe? As pessoas já estavam fazendo e já jogava no e-mail, pronto. Mas agora, as pessoas estão mais dispersas e eu não sei se o momento é de enxugar a equipe, infelizmente. Até porque, inicialmente, eu não vou ter grana para pagar todo mundo e aí provavelmente isso pode acontecer, né? Eu vou ter

que conversar com eles bem direitinho para saber quem vai continuar ou não. Mas eu posso pesquisar esses números para ti de média, né, do tanto de conteúdo que tá saindo por mês.

A.A: Quais plataformas vocês estão atuando além do site?

RESPOSTA: Quais são as plataformas?

A.A: Instagram, Twitter, Facebook...

RESPOSTA: Instagram, Twitter, Facebook, LinkedIn - a gente quer montar uma newsletter, né? E essa newsletter provavelmente vai chegar por e-mail, provavelmente vai entrar nessa plataforma por e-mail. A plataforma do Gmail, na verdade, e também é possível montar uma newsletter, acredito. Eu fiz um grupo no Telegram para as pessoas entrarem para divulgar também matérias lá, né, como se fosse uma newsletter também pelo Telegram. Aqui também é algo que tá na lista para organizar, né. Eu acho que é isso.

A.A: Hoje todos vocês têm outras ocupações para se manter já que o trabalho é voluntário?

RESPOSTA: É mais ou menos assim: as estagiárias, elas são estudantes, então, elas estão em busca dessa experiência profissional. Então, elas fazem matérias, mas eu tô ali, supervisionando, falando alguma coisa, sempre dando algum retorno, algum feedback. E as outras pessoas em geral, tem trabalho fora, né, além do Negrê, que são remunerados. E, no meu caso, eu estou só com Negrê. Eu estou desempregada, estou só com Negrê, e eu sou uma das pessoas que tem dedicação exclusiva para Negrê, mas as estagiárias elas estão com estágio remunerado.

A.A:Você considera o Negrê hoje como parte de um movimento negro antirracista?

RESPOSTA: Eu considero, considero sim, antirracista e dentro da mídia, né, dentro da mídia. Porque o que a gente faz no Negrê é tentar desconstruir estereótipos e narrativas que são muito ruins sobre o nosso povo. Assim, jamais vai ter uma editoria de polícia no Negrê, sabe? Não tem necessidade de estar noticiando morte de pessoa negra que morreu com policial ou tráfico, sei lá o quê, sabe? Mas é adoecedor ainda para o nosso povo. Então, eu acho que a gente tá na contramão desse discurso, que já é enraizado na mídia tradicional, na mídia brasileira, e algumas outras particularidades também. O Nordeste fala do Nordeste, não como uma coisa só, né? O Nordeste tem nove estados. Então, a gente tem a editoria 'Black Nordeste'. Então, tem um espaço para cada estado, então é sempre importante a gente tá trazendo notícias sobre a negritude de cada estado, porque é particular também, né? E, além disso, a gente tem uma editoria internacional do mundo que é mundo. Eu quero muito falar de Estados Unidos, Jamaica, Inglaterra, Cuba, porque são países que têm contexto racial, né? E a gente tem a editoria 'Atlântico' que é para falar só sobre África, para falar dos 54 países, porque a África não é uma coisa só. E as pessoas realmente vendem a África na mídia brasileira como uma coisa só, homogênea. E tem aquele discurso de guerra, miséria, e não é por aí. Então, a gente tá buscando desconstruir esses discursos, com relação a várias questões do negro brasileiro, o discurso que a mídia retrata o negro no Brasil, como a mídia retrata a África, como as pessoas retratam o Nordeste do Brasil, também, que é invisibilizado pela xenofobia, infelizmente. E aí, o Negrê é muito dessas inquietações de quebrar muito essas estruturas com o tempo, né, vai ser com o tempo.

A.A:Você considera que o portal Negrê é um veículo de comunicação contra-hegemônica?

RESPOSTA: Considero, considero também, muito em razão do que falei anteriormente. Né, da gente ter essa necessidade de quebrar esses discursos que são hegemônicos, porque a mídia tradicional brasileira é a maior, né? E a que mais emprega, a que mais tem grana, a que mais tem audiência. Então, acaba que eles são hegemônicos, né? Não

tem para onde correr. E aí, a gente surge dentro dessa atmosfera, a gente surge na periferia, ao redor, mas a gente quer, não sei te dizer se é o objetivo do Negrê ser uma mídia hegemônica um dia, né. Acho que nosso objetivo é mais realmente quebrar muito desses estereótipos, desses discursos que já são enraizados. Acho que é muito por aí.

A.A: Eu gostaria de saber se você acha que o Negrê faz parte de uma estratégia de aquilombamento, se você se considera aquilombada com outras mídias negras.

RESPOSTA: Como eu te disse, com essa questão do entre jornalistas e provavelmente a maioria dos que estão desempregados são negros, né? Então, eu considero também que a gente acaba entrando na ideia desse conceito, porque é uma empresa 100% negra, né? Todos os funcionários, todas as pessoas que estão chegando, são negros. É essa tentativa de gerar renda, de gerar emprego para pessoas negras, principalmente. Né, tô chegando que um dia eu não vou contratar um branco. Pode ser que aconteça, se a demanda surgisse e eu gostar do trabalho da pessoa, pode ser que aconteça de eu contratar, mas a minha preferência, meu objetivo principal, é contratar pessoas negras. Eu acho que a gente acaba sendo uma família. Os meninos criaram grupos fora do grupo central que a gente tem no Negrê, criaram grupo e trocam ideias, conversam sobre masculinidade negra, sobre afeto entre homens. Então, a gente vai trocando muita ideia, e isso é muito bom. Eu acredito que é assim uma forma de aquilombamento em meio ao desemprego, ao racismo, há tanta coisa, tanta coisa complexa que vem acontecendo no Brasil, né.

A.A: Em relação a outras mídias negras, você acha que o Negrê é aquilombado com essas mídias? Existe essa ajuda mútua, uma partilha, você percebe isso?

RESPOSTA: Sim, eu senti porque a nossa propaganda que a gente veiculou no Negrê, a gente conseguiu com o pessoal da Alma Preta, que colocaram a gente dentro da ideia, botaram a gente em contato com a agência, a ZYgon, que fez e ajudou tudo nesse suporte de instalar essa propaganda no site. O pessoal do Notícia Preta também, eles têm financiamento coletivo. Então, eu já vim trocando essa ideia com eles também, para ter

um pouco de noção, a partir da experiência deles. Alma Preta Jornalismo, Notícia Preta da Bahia foram os que eu mais tive contato para trocar ideia. O Mundo Negro fez uma matéria quando a gente lançou o Negrê também. Eu já fui repórter do Ceará Crioulo, então conheço algumas pessoas do Ceará Criolo, que também estavam no mesmo curso que eu fiz, então a gente vai trocando ideia. Twitter também, às vezes, estou conversando com alguém lá, e acho que é por aí.

A.A: Larissa, como é a relação de vocês com as fontes? Vocês priorizam pessoas negras para dar entrevista, por exemplo?

RESPOSTA: Sim, eu priorizo pessoas negras. Né, é interessante a gente trazer esses profissionais negros para dizer que a gente não sabe só sobre racismo, só sobre racismo, né. A gente tem uma agenda negra atualmente. Eu fui montando essa agenda pelo Twitter, pelo Instagram, entrando em contato com médicos, advogados, gente de várias áreas. Na verdade, eu tenho essa agenda negra de pessoas negras, né, assim, do Brasil e várias áreas. Eu fico muito feliz por cada vez mais encontrar. Tem até um médico negro cardiologista, sabe, assim, não tem todas as especialidades que seria muito, mas espero um dia ter. Então, se quiser fazer uma matéria sobre alguma coisa com relação ao coração, tem esse médico cardiologista na agenda, né. E aí, quando a gente não encontra fontes negras sobre tal assunto, a gente vai atrás de pessoas brancas, mas é muito raro. Em geral, já está priorizando falar com esses profissionais, interrogar o trabalho deles também. Assim, a gente entrevistou o nutricionista e foi ótimo. A matéria acabou que eu contratei ele para ser meu nutricionista, sabe? Então, é algo que vai girando assim em torno, né. É muito da essência do black money também, né.

A.A: E a relação com a oralidade com a religiosidade isso existe nas matérias de vocês no modo como vocês constroem os textos?

RESPOSTA: A gente tem uma editoria que ela tá um pouco paradinha, que é ancestral, né? Que é para trazer matéria sobre conhecimento ancestral, né? E aí, religiões e matrizes africanas, elas entram bastante, assim né, mas atualmente a gente não está

produzindo nada, sobre... não está produzindo muita coisa sobre ancestralidade e religiosidade, infelizmente, né. São demandas que é para serem colocados e a real é que é para ser mudado em breve, e eu acho que é isso. A gente não tem feito ainda, não, sobre religiões de matriz africana no Maranhão. A gente ainda não sentou para fazer isso ainda, mas é uma boa ideia.

A.A: Existe uma liberdade para quebra de texto? Aquele texto jornalístico que a gente aprende o lead, existe essa liberdade para vocês quebrarem esse padrão?

RESPOSTA: O texto em geral tá sendo bem jornalístico, mesmo com dados, lead e tudo, mas a gente busca trazer uma linguagem inclusiva, por exemplo, de neutralizar o gênero da palavra "negro". Por exemplo, às vezes a gente coloca "negres". Então, ao invés de colocar o "x", porque o "x" tem uma questão do Twitter, que quem é deficiente visual não consegue ler, o aparelho não consegue ler o "x", então a gente coloca o "e" para neutralizar o gênero né, então a gente tem essa linguagem inclusiva dentro do texto. Não é todo repórter que se adaptou ainda a fazer, mas muitos repórteres fazem. Às vezes eu altero, porque também é um pouco complicado. As pessoas vão achar que é um erro de ortografia, se eu colocar, sei lá, "instituição lança edital para profissionais negres". As pessoas vão achar que é um erro ortográfico, mas eu tô colocando ali para neutralizar o gênero e a gente contemplar as pessoas que não se consideram binários. Tem isso, né? E aí, a gente vai trazendo essa linguagem inclusiva. Mas, teve uma matéria, por exemplo, da capoeira, e foi bem assertiva que a Sara fez, sobre a capoeira. E aí, ela acabou falando da experiência pessoal dela dentro do texto. Já fez uma matéria sobre reggae também e, no final, colocou uma saudação também. E eu não tirei, deixei. Ficou bem bacana, mas não é uma regra.

A.A: Larissa só para finalizar, agora gostaria que você dissesse com suas palavras: o que é mídia negra para você?

RESPOSTA: O que é mídia negra para mim? Eita, acho que é uma mídia. Um tipo de mídia que é feito por pessoas negras, para pessoas negras, por jornalistas negros para

pessoas negras, né? É importante salientar isso, porque às vezes as pessoas querem fazer o trabalho de jornalista e eu não acho isso legal. É a mesma forma de uma pessoa que não é médica querer operar. Quem pode operar é o médico, né? Quem pode fazer o trabalho de mídia e jornalístico é o jornalista. Então, eu acredito que é um espaço, uma mídia que é feita de jornalistas negros para leitores negros, para pessoas negras, para a população negra, em prol dessa comunidade negra. Falando de um modo bem resumido, eu acredito que é muito isso, e usar a voz do jornalismo assim para melhorar a vida do nosso povo, da nossa comunidade, porque a informação é poder, informação melhora a vida das pessoas, a falta da informação piora a vida das pessoas, a qualidade de vida das pessoas. Então, acho que é pensar, usar as ferramentas do jornalismo, né, para poder transformar e poder melhorar a qualidade de vida dos nossos, né? Então, acho que é pensando muito nisso sim, sabe? Eu acredito que esteja muito por aí a questão da mídia negra, feita pelo nosso povo, para o nosso povo.



PESQUISA

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

Programa de Pós-Graduação em Estudos da Mídia (PPgEM)

Área de Concentração: Comunicação Midiática

Entrevistadora: Alice Andrade (A.A)

Entrevistada: Thais Bernardes – jornalista

Plataforma: WhatsApp

AQUILOMBAMENTO VIRTUAL MIDIÁTICO:

UMA PROPOSTA METODOLÓGICA PARA O ESTUDO DAS MÍDIAS NEGRAS

ENTREVISTA 05 – NOTÍCIA PRETA (RJ)

A.A: Eu gostaria que você falasse como surgiu o Notícia Preta e qual é o objetivo do portal.

RESPOSTA: Oi, Alice, perdão... mil perdões mesmo, é porque você mandou isso em janeiro e passou batido, mas eu vou responder agora. Como que surgiu o Notícia Preta, qual é o objetivo do portal... O Notícia Preta ele surgiu em 2018, quando eu ainda era coordenadora de comunicação da Secretaria de Estado de Direitos Humanos aqui do Rio de Janeiro, e aí a maioria das demandas que estavam, chegavam de imprensa para mim era sempre a imprensa querendo a mãe chorosa, descabelada, porque perdeu seu filho, eles querendo fazer matérias dentro da casa das mães, para mostrar pobreza, miséria, desgraça, e aquilo me incomodava demais, demais. Eu tenho uma trajetória que eu venho do Hard News né, eu fiquei muitos anos, muitos anos, muitos anos, dois anos na Band News cobrindo factual de polícia e morte, e então eu já vinha nessa pegada da Imprensa

e pessoas naturalizam né, a violência, e naturalizam corpos pretos violentados. E aí eu estava trabalhando, olhei para o lado e falei para o meu designer, na época eu falei assim: “você sabe fazer um site?”, ele falou assim: “sei”, eu falei: “vê quanto é e faz um para mim, eu quero um site, não um blog, um site de notícias que eu vou escrever as notícias, da forma que eu acho que tem que ser” e na verdade que eu tava querendo dizer que eu ia fazer jornalismo antirracista, e eu tinha estagiários, e eu sempre na minha equipe eu sempre contratei pessoas pretas e periféricas então todos eram pretos ou periféricos. E aí eu falei: “bom, galera, vamos se organizar aqui, vamos fazer todas as demandas de trabalho”. E aí o momento aqui do dia a gente vai sentar e a gente vai fazer jornalismo antirracista né, a gente vai escrever as matérias como a gente acredita que tem que ser, e foi assim que nasceu o Notícia Preta.

A.A: Em quais plataformas vocês atuam?

RESPOSTA: O Notícia Preta é um portal de notícias, então a gente tem um site, e o maior desafio na verdade é levar as pessoas das redes sociais para o site, porque a gente até fez uma pesquisa recentemente, agora não lembro de cabeça os dados, mas eu posso te passar, a maioria das pessoas consome informações pelas redes sociais, né, e aí elas acham muitas vezes que o Notícia Preta é uma página de Instagram, e não é, é um portal de notícias que tá no Facebook, Twitter, no LinkedIn, e também no Instagram.

A.A: Quantas pessoas fazem parte do Notícia Preta?

RESPOSTA: Nós somos um coletivo de jornalistas e comunicadores, eu sempre falo isso porque muitas vezes a gente cobra, né, uma formação com diploma e tem muita gente aí que é comunicador e comunica super bem na sua favela, na sua periferia, e não tem um diploma, e a gente integra essas pessoas. No Notícia Preta mais de 60 colaboradores já passaram nesses três anos, e como que a gente funciona: a gente tem as turmas da incubadora, que a gente abre e vem 30 comunicadores de todos os lugares do país e passam por essa informação e escrevem notícia preta. E isso é ao longo do ano, as turmas vão abrindo e as turmas vão fechando. Fixo no Notícia preta, na redação a gente

tem quatro, tem uma pessoa de rede social, tem uma pessoa do comercial, e uma pessoa do administrativo, e toda a parte de TI né, o pessoal do site, é terceirizado.

A.A: Como é feita a divisão das funções de trabalho?

RESPOSTA: A divisão das funções: a gente tem o mesmo organograma de uma redação tradicional. Ou seja, eu sou a CEO, né, eu fico com toda a parte de gestão, captação de recursos, a gente tem um editor, que sobe de matérias para o site, a gente tem os coordenadores regionais das cinco regiões do Brasil, cada região com um coordenador, e a gente tem os repórteres né, paralelo a isso, como eu falei anteriormente, a gente tem uma pessoa do comercial, uma pessoa do financeiro, um designer, é nosso também, e uma equipe que é terceirizada, que faz toda a parte de manutenção do site. A gente agora tá refazendo o site é essa equipe faz também todo *back-end*, eles que fazem. Nossa estrutura é igual de uma redação.

A.A: Como é a rotina de trabalho? Vocês têm redação ou se articulam virtualmente?

RESPOSTA: O Notícia Preta não tem uma redação física porque a gente atua nas cinco regiões do Brasil. Então assim, semanalmente a gente tem uma reunião de pauta que é toda segunda-feira, onde a gente traz as pautas da semana. Eu trago para toda a equipe os rumos comerciais do Notícia Preta, todo mundo sabe o que acontece, todo mundo, é, sabe qual matéria é publicidade, qual matéria não é publicidade, o que que tá entrando, o que não tá entrando, as pessoas elas têm noção de como funciona, diferente de uma redação. Aqui todo mundo sabe como que faz tudo: a menina que faz rede social, ela já foi repórter e ela entende. Acaba que eu concentro as funções burocráticas, mas no geral todo mundo sabe como que funciona tudo. Então essa reunião de segunda-feira é para cada um dizer o que tá fazendo e trazer suas pautas, diferentes da mídia tradicional, que o editor vem pautando, no Notícia Preta cada um se pauta, porque a gente entende que se você está numa determinada localidade e aquilo ali é relevante e importante para sua localidade, você tem que trazer aquilo. Eu tô no Rio de Janeiro e eu sou editora, como que eu vou falar para menina de Pernambuco o que que é importante que acontece na

cidade dela? Ela traz isso para mim, ela sabe disso muito melhor do que eu. Então no Notícia Preta as pautas são livres né, o fluxo, eu sempre falo que o fluxo é ao contrário. Quantas pessoas entram lá e fala assim: ai me dá a pauta, qual é a pauta, eu falo: você que tem que mandar e a gente diz como que a gente vai trabalhar essa pauta, se essa pauta tá dentro da nossa linha editorial, se isso é relevante, né, ou não é, para o que se propõe no jornal, mas você que traz a pauta, é o seu olhar sobre a informação.

A.A: Quais são as formas de financiamento?

RESPOSTA: hoje a gente se mantém com as publicidades né, as matérias que a gente vende, o pupli que é a matéria paga, é muito raro a gente fazer um publi post, assim, a gente já fez, mas de uma grande marca do varejo, mas se não, a gente sempre pega o cliente e transforma ele numa pauta, e faz aquilo ali uma informação. Então a gente tem esse modelo, a gente também tem um patrocinador, que patrocina a gente no início do ano, que essa verba deve manter os custos fixos do Notícia Preta durante até o final do ano, que é o Carrefour, e a gente tem as assinaturas do Notícia Preta também.

A.A: Você considera o Notícia Preta como parte de um movimento antirracista?

RESPOSTA: Eu sempre falo que não existe um movimento negro, existe os movimentos negros. Existem diversas, diversos projetos, diversas ações, isso historicamente, que atuam no combate direto ao racismo, muitos muitos muitos, né, e eu acho que o Notícia Preta é uma dessas ferramentas, que atua no combate ao racismo. O Notícia Preta é uma mídia independente né, e eu gosto muito de frisar isso, que eu sou uma mídia independente, mas que eu sou um jornal, assim, um portal de notícias né, assim como o G1, UOL, Terra, e é importante a gente frisar esse lugar, para a gente não ser nichado, e a gente sabe muito bem o que acontece quando a branquitude coloca pessoas pretas e projetos e ações, as pessoas pretas em caixinhas. “Ai que legal racista”. E aí eles não leem a gente como um jornal como portal de notícia, porque eles consideram isso inferior, na cabeça deles né, só na cabeça deles. O que eu faço é jornalismo anti racista, e isso faz parte de um movimento muito maior, né, de movimentos, eu sou um grãozinho de

areia dentro de tantos movimentos que tem, então não existe um movimento negro, existem movimentos negros, e todos eles juntos é o que faz com que a gente hoje tenha avanços na temática racial, e que a gente ainda vai ter muito, muito, muito mais.

A.A: Você considera o Notícia Preta como uma mídia contra-hegemônica?

RESPOSTA: Essa pergunta sempre me fazem, se o Notícia Preta é uma mídia contra-hegemônica, e eu faço algumas ressalvas, porque quando você pensa o que é hegemonia, hegemonia quer dizer supremacia. Então quando você acredita que tem uma mídia contra-hegemônica, é porque você acredita que existe uma mídia da supremacia, uma mídia né, de influência, uma mídia de autoridade soberana, que são os sinônimos de hegemonias, e eu me recuso a classificar a mídia tradicional como uma mídia da supremacia. É uma mídia predominante, porque quando a gente pensa em comunicação fora da TV Globo, o que é a comunicação, né? Tem localidades, por exemplo, que não tem televisão. Mas que ali você tem veículos de comunicação, formas de se comunicar daquele grupo, então eu sempre questiono: que hegemonia é essa? Tv Globo? É essa a hegemonia, TV Globo? Seria uma mídia que vai contra tudo isso. Eu me questiono muito ainda em relação a isso, porque a gente faz jornalismo há muito tempo, nós pessoas negras, a gente não pode esquecer do Homem de Cor de 1833, que foi o primeiro jornal brasileiro a tratar de questões raciais, então a gente já faz jornalismo há muito tempo, então eu diria: é muito difícil responder essa ideia de hegemonia né, mas é uma questão minha, Taís, essa minha questão com a palavra hegemonia, supremacia, acho que é porque algo que é sinônimo de supremacia me incomoda muito. Mas eu acho que a gente faz um jornalismo como ele tem que ser: o jornalismo antirracista, e que eu já vou responder a última pergunta, na verdade ele é o jornalismo não violento, né? Então eu sou uma mídia contra-hegemônica, eu sou mídia independente, a gente faz um jornalismo que não é estereotipado, um jornalismo que não é transfóbico, que não é lgbtfóbico, que não é misógino, que leva em consideração a pauta indígena e as questões indígenas, um jornalismo que não estereotipa, sabe, o jornalismo que não é violento com as suas imagens. Isso é um jornalismo antirracista, que informa sem pré-conceitos, sem reproduzir clichês, como por exemplo, a gente vê diariamente na mídia tradicional, e eu sempre bato nesse ponto: “Fulano tinha antecedentes criminais”. Acontece um crime,

acontece uma chacina, em vez da mídia tradicional levantar a ficha de quem matou, ela levanta a ficha de quem morre, isso é para culpabilizar a vítima. Quando você diz “Fulano morreu porque tinha antecedentes criminais”, isso você tá querendo dizer “ele mereceu morrer, olha, é boa pessoa ele não era”, sabe, esse jornalismo é um jornalismo que a gente não faz. E se esse jornalismo dos antecedentes criminais for esse jornalismo da hegemonia, pode ser que eu faça um jornalismo contra hegemônico, porque esse jornalismo que estereotipa e justifica a morte de pessoa preta periférica, né, e marginalizada, é um jornalismo que a gente não faz.

A.A: Você acha que o trabalho do Notícia Preta faz parte de uma estratégia de aquilombamento?

RESPOSTA: Essa pergunta me faz pensar várias coisas né? Eu sou uma mulher negra criada por uma família branca, eu fui adotada, cresci num bairro de classe média, onde a minha família né, branca, era considerada classe média, mas os meus pais sempre fizeram de tudo - eu vou falar um pouco de mim para poder chegar sobre esse negócio de aquilombamento - eles sempre fizeram de tudo para que eu tivesse acesso a coisas das pessoas ricas, então eu frequentava late Clube, porque às minhas amigas do balé onde meus pais me colocaram para fazer balé -eu fiz 15 anos de balé clássico - frequentavam e late Clube, então frequentava, meus pais me colocaram no piano, né. Eu sou cotista da UERJ mas eu fui morar na França, fiquei oito anos na França, fiz minhas duas faculdades na França, então eu sempre digo que meus pais me deram uma educação muito da branquitude, mas eu sempre soube que eu era preta, porque a gente sabe né, a gente sabe, não tinha um letramento racial, fui ter esse letramento racial muito mais quando eu tava na França, quando comecei a conhecer os africanos né? E lá é uma outra estrutura social, completamente diferente do Brasil, e o debate racial é completamente diferente do Brasil, porque ele tem muito, ele é muito xenofóbico né, o debate racial. Mas enfim, então eu acho que de uma maneira inconsciente, muito inconsciente, eu, Taís, fui me aquilombando quando eu comecei a frequentar a religião de matriz africana de uma maneira muito natural. A minha mãe já ia, mesmo ela sendo branca, aquilo pra mim foi muito natural, então ao longo da minha vida é essa estratégia

de ir me encontrando, ela foi acontecendo. E o Notícia Preta foi mais uma estratégia de encontrar o meu e os meus, e a forma como eu queria me ver nesse jornal, e ver os meus nesses jornais. Então pensando por isso, eu acho que o Notícia Preta é uma forma de aquilombamento, é algo feito por pessoas pretas, não apenas para pessoas pretas, porque o racismo é pauta de todo mundo que acredita que quer uma sociedade mais justa e menos desigual né, então o Notícia Preta ele faz parte sim de um processo de aquilombamento que começou muito como parte do meu aquilombamento, eu tentando me encontrar nessa mídia, e aí vindo outras pessoas também pretas. E é muito engraçado que nas nossas reuniões de pauta, tem um momento que às vezes elas viram uma grande sessão de terapia, porque as pessoas do nada, do nada, vem alguém falar "nossa eu tô muito chateado hoje, porque aconteceu tal caso comigo, não sei o quê" e aquilo ali, o que era só para a gente bater pauta vira uma grande terapia, e para mim isso é um espaço de aquilombamento, porque é um espaço onde a gente se sente seguro para falar, onde a gente sente confortável, independente das pautas assim, sabe? Sempre falam que uma vez Notícia Preta, sempre Notícia Preta. A gente tá com uma série agora de depoimentos que tá no nosso YouTube, e a gente tá botando também no Instagram, de pessoas que já passaram pelo Notícia Preta e falam sobre a experiência, Notícia Preta é muito mais do que o portal de notícias, ele é muito mais uma incubadora que forma comunicadores antirracistas, o Notícia Preta é um grande espaço de terapia, né a gente faz sessões terapêuticas incríveis, e uma reunião de pauta, porque a gente se entende, então nunca me fizeram essa pergunta, essa pergunta é muito legal, mas eu acho que sim, eu acho que o Notícia Preta é um espaço de aquilombamento né, além do jornalismo, é um espaço onde a gente também traz as nossas questões, as nossas dores, e a gente debate ali enquanto um grupo de colegas, essas 60 pessoas que passaram pelo Notícia Preta, mais de 60 nesses três anos, a gente tem, eu tenho um carinho muito grande por cada uma delas, e cada uma delas compartilhou um pouquinho de si ali dentro.

A.A: Para você, o que é mídia negra?

Para finalizar, o que é mídia Negra. A mídia negra que você vê hoje ela é só a continuidade de tudo que os nossos vem fazendo desde o século XIX, né. Como eu falei para você do jornal O Homem de Cor, ela é o resultado de todas as formas que a gente tinha de se comunicar entre a gente né. Mesmo quando a gente não era letrado, né. Porque quando a gente pensa em jornal, principalmente quando a gente fala jornal do século 19, o negro liberto, por exemplo, muitas vezes ele não sabia ler, então era importante a gente ter um jornal? Sim, mas a nossa cultura ela passava muito, e passa até hoje, pela oralidade né? Eu sou umbandista e eu sempre falo do poder que tem as cantigas, os pontos, de um bando de Candomblé, porque ali eles contam uma história, e quando a gente pensa em mídia, sempre que eu falo em mídia, na verdade eu falo de formas de se comunicar, porque essa mídia tradicional, do papel, muitas vezes ela não foi acessível para nós. Mas nós, pessoas negras, a gente tinha diversas, a gente tinha e tem diversas estruturas e formas e maneiras de se proteger, de se comunicar né, a gente se comunica muitas vezes porque a gente tem algo em comum né, a gente se comunicava antigamente pela oratória, pelas cantigas então, eu já me perdi um pouco, mas eu acho que a mídia negra, ela vem evoluindo com o tempo e tem uma coisa muito em comum entre o jornal O Homem de Cor de 1833. Tinha vários outros, já tinha Brasileiro Pardo, tinha O Criolinho, O Cabrito, nossa, tinha vários jornais né, que falavam das nossas, das nossas causas né, desde lá do período colonial, e eles dão muito questionamentos sobre a escravidão né, questionavam da gente ser visto né como inferiores, e aí teve um período, teve um período, que agora eu não me lembro a data, foi um período grande, que a imprensa foi proibida, por uma determinação da coroa portuguesa. Mas aí tinha os panfletos, os folhetins, os livros, e a gente não pode esquecer da importância, por isso, é isso, esse lugar que eu estava querendo chegar. Quando a gente fala sobre mídia, não pensar numa mídia tradicional, e sim pensar nas diversas formas que a gente tinha de se comunicar, porque por exemplo, quando a coroa portuguesa ela suspendeu os jornais, e os negros baianos fizeram a revolta dos Búzios, eles usavam panfletos e manifestos que eles colavam nas casas assim, no muro, como forma de se comunicar né, era daquela forma que eles se comunicavam durante a revolta é dos Búzios, então mesmo quando, no início do século 19, aí depois do início do século 19, essa proibição foi revogada, mas a gente tinha diversas formas de se comunicar.

Então é isso, pensar em mídia negra, eu acho que a gente tem que pensar historicamente em formas que a gente sempre encontrou para se comunicar, seja com panfleto manifesto na porta das casas, no muro né, pra poder como forma de aglutinação, para gente se comunicar, seja através dos primeiros jornais, seja através das cantigas de Umbanda e Candomblé, a gente sempre encontrou formas de se comunicar. Então acho que a comunicação, a nossa comunicação negra, ela é um conjunto disso tudo, e a mídia negra que a gente vê hoje, também é um conjunto disso tudo.

Sobre a relação, a gente se conhece né, a gente fala “mídia negra” porque isso tipo, segregar, coloca a gente numa caixinha, eu não gosto de falar “eu sou uma mídia negra” sabe, porque nós somos jornais, somos portais de notícias sabe, e eu defendo esse lugar, nós somos portais de notícias que têm informação não violenta e racializada né, entendo a importância da mídia negra ao longo da história, mas eu acho que hoje a gente tem que batalhar por esse lugar de ser lido como imprensa, e não colocado na caixinha na mídia negra. “Vocês só falam de coisas de preto”, porque não é isso. Você pega qualquer uma das nossas mídias e a gente fala de tudo, porque a pauta racial é uma pauta transversal, a gente fala de política, a gente fala de economia, a gente fala de educação, a gente não fala só de causa racial, porque a pessoa pensa que “tá falando de causa racial, tá falando de racismo”, não. O racismo é uma pauta transversal, a gente fala de tudo, então eu diria que a minha relação com outros veículos que tem uma visão antirracista da informação, eu colocaria nesse lugar, ela existe porque tipo, a gente se fala, se comunica, conheço as pessoas, mas assim, não tem pauta em comum. Às vezes pode ter, às vezes não, mas não tem uma, né. Eu tenho grandes amigas, por exemplo, Blogueiras Negras elas são muito minhas amigas; a Revista Afirmativa da Bahia, é muito minha amiga pessoal, assim, e aí vira e mexe a gente se comunica entre a gente, troca informação, enfim, uma relação normal né, mas não tem uma, não tem uma rivalidade, não existe, até porque isso é um ponto muito bom de botar, muito bom, não somos todos iguais. Quando você fala mídia negra, parece que é um bloco que todo mundo é igual. Nós não somos todos iguais enquanto pessoas, enquanto veículos. Nós não somos todos iguais, somos todos portais de notícias ou jornais com recorte racializado da informação, mas definitivamente quando você lê, você vê que somos completamente diferente uns dos outros, e essa pluralidade é o que faz que seja muito

incrível o que a gente faz, tirar a gente de caixinhas que colocam a gente, sabe, “vocês são tudo mentira negra, vocês só falam de racismo”, é muito importante tirar a gente desse lugar, para a gente poder evoluir, porque a gente consegue evoluir, mas quando colocam a gente em caixas, quando resume a gente, quando acham que a gente é tudo igual, isso é ruim: “ah, não vou chamar o Notícia Preta, não vou chamar o outro, e o outro lá”, sabe, que é de preto, “Os Pretos já estão representados aqui” quando alguém faz isso não entende a nossa pluralidade.

A.A: Entendi, Thaís. Muito obrigada pela explicação.

RESPOSTA: Ah, tô pensando aqui o que eu falei sobre mídia negra. Não é que a gente não tem que usar esse termo, é que muitas vezes a branquitude usa esse termo para segmentar a gente sabe? A gente entende perfeitamente, mas eles usam esse termo para segmentar, e várias vezes ele já falaram isso para mim assim “ah Taís mas você não foi em tal lugar porque eu convidei outra mídia negra”, porque eles acham que a gente é tudo igual, então ter esse cuidado é importante, a gente sabe, mas eles usam isso pra gente, é, a branquitude, e usa isso o tempo inteiro, usa isso de uma maneira comercial. Quer ver uma coisa que sempre acontece? Eles vêm e me pedem um anúncio “x” aí eu dou, aí eles falam assim: “então, ‘fulano de tal’ que é um outro site capitaniado por pessoas pretas, cobrou x” na hora, na hora eu pego o meu telefone e eu ligo, eu falo para minha amiga que é dona do jornal e tal, “amiga, olha só, tá fechando com fulano? Tá falando aqui para mim quanto tá cobrando, heim?” Porque é branquitude faz isso, eles acham que a gente é tudo igual, eles querem que a gente comece a competir e se degladiar entre nós, isso a gente não faz, isso eu acho muito bacana. Eu nunca, nunca, em quase quatro anos de Notícia Preta, tive um problema com nenhuma mídia negra, não existe, não existe assim, não teve um episódio, muito pelo contrário. Às vezes, por exemplo, Renê, do Vozes da Comunidade, meu amigo pra caramba, entrou em contato num outro dia tá aí “vamos fazer uma parada junta, não sei o que lá, com uma matéria”, e para mim aquilo foi ótimo, porque ele tava cobrindo, ele tava no lugar que eu não tava. Teve uma vez, um evento no teatro municipal do Rio de Janeiro que a Sílva do Mundo Negro me ligou e falou “mano tu consegue lá cobrir para o Mundo Negro? Faz pro Notícia

Preta também" eu fui para o evento no Teatro Municipal, fiz para o Mundo Negro e para o Notícia Preta, sabe, Revista Afirmativa de Salvador, a gente fez um consórcio que era As blogueiras, consórcio de imprensa pra gente conseguir dinheiro no Google, Netícia Preta, Blogueiras Negras e Revista Afirmativa. Hoje mesmo no Notícia Preta, "As meninas da Revista Afirmativa conseguiram dinheiro do fundo bábábá", peguei e fiz matéria no Notícia Preta. Botei lá, faz isso aí que é matéria das meninas, fechamento do caramba, entendeu? Então assim, isso é incrível, e não é feito de maneira forçada, eu não sei explicar. A gente não se fala com frequência, mas essa relação ela é construída, sabe? E não tem uma competição né, tipo, nunca teve. "Mas você vai anunciar no Fulano e não vai anunciar no..." Mano, anuncia aí e dane-se, entendeu? Nunca teve, enfim, é só para falar que isso não teve, e eu acho que é porque a gente faz um jornalismo diferente, e porque nós somos diferentes. A mesma matéria que você vai ver no Notícia Preta, você vai ver em outros veículos, tem um outro recorte, e o tema é o mesmo, sabe? E isso é muito, isso é muito, muito, bacana, isso é algo nosso, porque a gente faz é jornalismo não violento, e a gente é muito diverso. Entender essa nossa pluralidade é tão importante para não resumirem a gente numa caixinha negra, e aí eles vão na lógica muito perversa, que é um por vez. Fica na política. Vamos eleger um candidato negro, sabe? Um negro, uma mídia negra, só que a gente tá chegando de bonde, a gente não está um por vez, sabe, então quando eles praticam essa lógica obviamente eles vão pensar "Ah, tem um evento, vou chamar uma mídia negra" não precisa chamar mais, que hoje é tudo mídia negra, é tudo igual. Eles partem desse princípio, porque na cabeça da branquitude você tem que ter uma ali que é para representar. Eu sempre falo: não quero representatividade, eu quero equidade. Então quando você chama o Notícia Preta, chama o Mundo Negro, chama o Alma Preta, chama todo mundo, porque quando você chama uma coletiva de imprensa você vai falar assim "eu chamei o G1, não vou chamar UOL"? Claro que não, você vai chamar o G1, o UOL, a Folha, a Globo, todo mundo. Aí porque que a mídia negra né, você vai chamar um só? Porque na mídia negra todo mundo é completamente diferente, a gente é completamente diferente. Então esse, é isso que eu pondero quando, eu falo que tem que ter cuidado, pra branquitude não colocar a gente numa caixinha, porque nós somos diversos, e nós somos diversos mesmo.



PESQUISA
AQUILOMBAMENTO VIRTUAL MIDIÁTICO:
 UMA PROPOSTA METODOLÓGICA PARA O ESTUDO DAS MÍDIAS NEGRAS

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)
 Programa de Pós-Graduação em Estudos da Mídia (PPgEM)
 Área de Concentração: Comunicação Midiática
 Entrevistadora: Alice Andrade (A.A)
 Entrevistada: Silvia Nascimento – jornalista
 Plataforma: WhatsApp

ENTREVISTA 06 – MUNDO NEGRO (SP)

A.A: Eu gostaria que você falasse como surgiu o Mundo Negro e qual é o objetivo do portal.

RESPOSTA: Minha querida, bom dia, desculpa ter demorado para responder. Eu tô com uma pessoa da minha família doente, eu tô em Campinas, não tô nem em São Paulo, ontem passou o dia acabei esquecendo. Mas vamos lá, como surgiu o site: eu fiz jornalismo na PUC né, de Campinas, e no último ano de faculdade é que chegou a internet no Brasil, que foi em 98. E aí, bom, era uma maneira diferente de se comunicar, e na época só tinha a revista Raça Brasil, que tinha sido o tema do meu TCC né, e depois na faculdade, eu fui para os Estados Unidos para estudar inglês, tinha contato com a imprensa negra de lá, as revistas a Betim na televisão, e falei: Poxa seria muito legal fazer algum outro veículo né, usando a internet né, porque era um meio barato se comunicar e que era novo né, então foi uma grande, uma grande, felicidade assim convergir, chegar na internet né, eu tava me formando em jornalismo, e aí o site de surgiu,

isso na primeira versão, deve ter saído no final de 99, mas eu considero que o site nasceu mesmo no ano 2000.

A.A: Em quais plataformas vocês atuam?

RESPOSTA: A gente além do site, a gente trabalha presente em algumas redes sociais que são Facebook, o Twitter, o Instagram o Tik Tok e o Pinterest, e a gente também tem um canal no YouTube que não é muito, que não é muito ativo né, porque é difícil manter várias redes sociais, mas um detalhe interessante é que eu acredito que a comunidade negra é muito presente no Facebook, então lá é onde entrega a maior parte dos nossos textos, assim, porque acredito que o nosso público é muito, é de uma geração de texto mesmo, então nossa entrega no Facebook acaba sendo a nossa rede principal, depois vem o Instagram, e em terceiro lugar do Twitter.

A.A: Quantas pessoas fazem parte do Mundo Negro?

RESPOSTA: Sobre a equipe, olha só, o site agora tá com 21, 22 anos né, eu vou falar para você aqui, durante os 16 anos do site era só eu mesmo, às vezes recebia algum texto de colaboradores, mas eu cuidava do site sozinha, e agora eu tenho uma equipe fixa com quatro pessoas, e além do webmaster que é terceirizada, uma empresa, na verdade que eu terceirizo, e eventualmente né a gente contrata freelancer, mas a equipe fixa hoje além de mim são quatro pessoas, então nós somos em cinco.

A.A: Quais são as formas de financiamento do site?

RESPOSTA: Sobre financiamento: é publicidade, a gente usa o sistema do Google ADS para ganhar dinheiro em cima da visualização do site, a grana é em dólar então é uma coisa que ajuda, mas o grosso mesmo ele vem de publicidade, de matérias pagas, de públi-editoriais né. que a gente faz bastante, e de patrocínio. Eu até pensei já em alguns momentos fazer campanha de financiamento coletivo, mas eu entendo que o meu público, você sabe a comunidade negra é um público muito carente né, e eu nunca me

senti à vontade de pedir dinheiro para essas pessoas. Nada contra quem pede, mas a gente conseguiu manter o site de uma outra maneira.

A.A: Como é feita a divisão das funções de trabalho?

RESPOSTA: Então, uma coisa interessante sobre o site é que eu sou a única pessoa de São Paulo, que é onde eu moro, e é onde a empresa é seria né, porque a empresa foi fundada aqui, mas eu nunca tinha escritório. Eu senti uma realidade de freelancer né, eu nunca fui registrada, então assim que eu me formei na faculdade eu trabalhei em outros lugares assim, até entrar no ramo da maternidade, que foi em 2005, eu sempre trabalhei em casa. Trabalhei fora, mas depois da maternidade eu consegui arranjar freelancers que eu trabalhava em casa, então isso para mim sempre foi natural. O que a gente vive no momento hoje, as pessoas trabalham em Home Office, sempre foi a minha realidade, e a minha equipe é de fora, então eu tenho uma pessoa em Brasília, uma pessoa em Recife, um no oeste da Bahia e uma pessoa de Campinas. A gente agora com o crescimento do site, eu pretendo contratar mais pessoas esse ano, mas eu planejo contratar pessoas de São Paulo, pelo menos para conseguir reunir com elas eventualmente. Uma coisa sobre equipe também, é que apesar de ter essas cinco pessoas fixas, eu tenho pelo menos 10 colaboradores que são pessoas que eventualmente escrevem pro site mas sem nenhum contrato físico, sem nenhum modelo fixo assim, além de pessoas que fazem vídeos também, a gente tem chefes que manda uma receita para gente, tem uma pessoa de turismo que manda vídeos, então a gente tem colaboradores mas são pessoas que às vezes ficam semana sem mandar nada, não são as pessoas fixas mesmo desse grupo. A maioria é tudo fora de São Paulo, o esquema sempre foi virtual.

A.A: Quais gêneros jornalísticos são produzidos por vocês?

RESPOSTA: Sobre os gêneros, a gente teve uma primeira parte do site que o site era muito mais político, quando nasceu. Eu era mais jovem, e eu entendia que o que a gente precisava naquele momento né, porque a gente tá falando de do começo dos anos 2000,

e o contexto lá era que no IBGE, a gente não era metade da população como a gente tinha hoje, e ainda tinha uma outra questão que as pessoas não se identificavam como negras, então eu sentia uma necessidade de fazer um conteúdo um pouco mais político assim, de letramento racial, e de falar o que estava acontecendo mesmo né, então uma boa parte né da história do site foi durante o governo Lula, e a Fundação Palmares era ativa, a gente tinha o CEPIR que era ativo, então a gente tinha muita coisa acontecendo assim né, politicamente. Depois chega uma uma fase, que foi até uma mensagem de uma leitura nossa mais velha, que falou “poxa o site só tem notícia ruim né”, e aquilo foi uma coisa que me fez refletir. Eu sou uma pessoa que eu trabalho com uma comunicação para comunidade assim, se você for olhar o site, eu não falo muito sobre mim né. Não quero ser influenciadora, apesar de que esse negócio de influenciadora é muito recente né, mas eu sempre escutei a minha comunidade. E aí quando você começa a notar que o seu conteúdo é muito sobre o aspecto do racismo, eu falei “dá para a gente falar sobre outras questões né”. Então nos últimos 10 anos o site tem se voltado muito mais para essa parte cultural, e muito mais recentemente para a parte de entretenimento. A gente fala sobre beleza, a gente fala sobre o comportamento, a gente fala sobre cinema - muito sobre cinema - que é uma coisa que nosso público gostar bastante, porque é onde a gente se vê mais representado, principalmente se a gente falar do cinema americano, nos streamings da Netflix, Prime Amazon. Então no nosso conteúdo eu acredito que as boas notícias elas também são revolucionárias, né, porque você se sente representado, você se sente parte do mundo. E só que se a gente não fala sobre as coisas boas, a gente acha que ser negro é só ruim, então nossa linha editorial é muito nesse sentido.

Levando em conta país que a gente vive, tudo é meio que política né, tudo é meio que ligado, todo o conteúdo que a gente produz ele não tem um uma razão que também não passe um pouco sobre o que é ser negra no mundo né. Então, para você ter uma ideia, ontem a gente tava falando sobre o Big Brother, que é um programa que a gente infelizmente tem que cobrir, porque é um programa de alcance popular, e a gente é a maior parte da população e tem umas representatividade negra lá, questionável, mas existe, então a gente tem uma discussões tipo, meu, como que a gente vai saber se tem uma pessoa considerada negra não, né. Ano passado, por exemplo, quando teve a Pocah, a gente tava “meu Deus, ela é ou não é” né. E esses questionamentos editoriais

que a gente tem, eles perpassam pela questão política, e eles passam pela questão do ativismo. E então não tem como ser desassociado, né? Até quando a gente vai negociar parcerias comerciais, essa questão também perpassa a: qual histórico dessa empresa? O que que a gente consegue falar que né há leques sobre tais coisas, ou vão boicotar conteúdo de empresas, ou pessoas que têm uma história com racista, então, não tem como fazer comunicação negra mesmo que o veículo não seja um veículo político como o Mundo Negro não é, se você for comparar com Alma Preta, que é bem político e o Notícia Preta, mas não é que a gente escreve livremente, não, o meu time, eu como diretor de conteúdo, a gente sempre vai ter um recorte que faça sentido para nossa comunidade do ponto de vista político também.

A.A: Você considera o Mundo Negro como uma mídia contra-hegemônica?

RESPOSTA: Olha, eu nem penso na mídia hegemônica quando eu produzo meu conteúdo, para ser bem sincera. Eu leio a mídia hegemônica como jornalista que lê tudo, mas eu não me baseio muito nem na mídia hegemônica nem branquitude, assim como se a gente vivesse em Wakanda mesmo, na hora de produzir o meu conteúdo assim. O que a gente tem é uma dificuldade de abranger, de chegar na verdade né, uma entrega como a mídia hegemônica tem, mesmo a gente sendo um veículo que representa a maior parte da população, mas aí a gente sabe como é que esses meios funcionam para entregar os nossos conteúdos nas redes sociais, e tudo mais né, mas não que eu pense em dar uma resposta a veículos grandes e tal, o que a gente consegue né, como meus 20, mais 20 anos de jornalismo, é fazer, ter muita credibilidade na nossa comunidade e ter acesso também de Germânica não tem né, de dar, eu já dei vários furos, por exemplo de pessoas me procurarem e eles não vão procurar Folha, eles não vão procurar a Fátima Bernardes em primeiro lugar né, eles não procurar aqueles que confiam né. Então nesse sentido, é um jornalismo independente do que mídia hegemônica faz, assim a gente vive na nossa própria bolha da negritude mesmo.

A.A: Para você, o Mundo Negro faz parte de uma estratégia de aquilombamento?

RESPOSTA: Sobre aquilombamento, no momento foi, hoje eu entendo também que a minha comunicação, apesar de não ser pensada para um público não negro, ela tem que chegar em todo mundo então né, é aquela história que nem das bonecas né, de a gente dar bonecas negras até a crianças não negras, porque a gente tem que normalizar algumas coisas, normalizar algumas pautas, então a gente nunca vai normalizar se a gente fechar os portões de Wakanda mesmo né, apesar de ter falado tanta questão, mas se a gente fala “não você não vai consumir” a gente distribui esse conteúdo para todo mundo, mas desde historiamente a gente só pensa nos nossos né. Se porventura esse interesse, essa pauta interessar para pessoas não negras, maravilha. Mas nunca é pensado nisso, e a minha equipe também, quando as pessoas vem para trabalhar, a minha equipe 100% Negra também.

Realmente o Mundo Negro foi o primeiro, primeiro veículo de comunicação feito para comunidade negra, porque a gente nasceu no digital mesmo né, eu nasci na era, na verdade eu não nasci na era, mas o veículo nasceu, eu me tornei jornalista junto com o nascimento da internet, e eu já comecei a pensar no site até antes de me informar, e ainda tive uma sorte que meu irmão, um ano depois, entrou em Ciência da Computação também, lá na USP de São Carlos, e aí a gente meio que junto falou “meu, vamos tentar né usar o que a gente tá aprendendo para fazer uma coisa que diferencia”. Então sim, eu faço parte desse grupo de pessoas que foram disruptivas e criaram coisas da internet que causaram impactos social assim, né. E aí depois vieram outros veículos, e esses outros veículos, eu sou amiga do Pedro do Alma Preta, sou amiga da Thaís do Notícia Preta, e eles sempre falam que o Mundo Negro é uma inspiração mesmo para eles. A gente troca algumas informações, às vezes quando acontecem coisas sensíveis a gente conversa, eu já participei de eventos promovidos para Alma Preta, já participei de lives feitas pelo Notícia Preta, mas as pessoas também tem que ver o que a gente faz como modelo de negócio né, então você não vê o SBT fazendo parceria com a Globo, você não vê o Estadão fazendo parceria com a Folha de São Paulo, então a gente também vê nisso de forma muito independente, mas por trás né, se existe oportunidade e tal, a gente troca algumas figurinhas, mas institucionalmente assim, nós somos negócios muito distintos, com linhas editoriais Independentes, e mantendo o mesmo critério dos outros

veículos assim, eu não compartilho as minhas fontes, e eu gosto de dar os meus furos e eu aposto que os meus colegas também.

A.A: No seu ponto de vista, o que é mídia negra?

RESPOSTA: Então para mim mídia negra é uma coisa difícil de definir né. Mas para responder a sua pergunta, né... para mim, é imprensa que fala com público negro, mas dentro desse espectro que a gente é né, de pessoas que são diferentes, mas a gente nunca tem como desassociar de que a gente faz parte de um povo que é oprimido né, senão a gente tá produzindo um conteúdo que não faz nenhum sentido. Então por mais que, de repente, eu fale sobre celebridades, por mais que eu fale sobre tapete vermelho, a gente sempre vai ter um olhar de um povo que não tem muitas oportunidades, de um povo que tem pouca representatividade, de um povo que tá tendo acesso alguns espaços só hoje né. Então acredito que a imprensa negra, a mídia Negra é uma que dá visibilidade ao que a nossa comunidade tem feito dentro desse filtro histórico de saber de onde a gente veio, aonde a gente tá, e aonde a gente vai chegar, mas que principalmente é a mídia, os tipos de veículo que tratam o negro como humano né, não só como objeto, mas como agente de transformação social também né. Eu acho que só o jornalista negro pode fazer esse tipo de comunicação de forma genuína, porque a gente tá falando de pessoas como a gente, como pessoas da nossa família.

A.A: Para você, o que é jornalismo antirracista?

RESPOSTA: Olha, para mim o jornalismo antirracista, além daquele que não faz vista grossa para a questão racial, é que esse que consegue interpretar o mundo de uma maneira não importa né, de realmente ver, por exemplo, que nem no caso do menino lá do Leblon né, que foi acusado de injustamente ter roubado numa bicicleta de um casal, tudo que foi aquela confusão lá que a gente sabe, das pessoas realmente entenderem que não foi uma coisa por acaso né, de você contextualizar e às vezes nossas situações mesmo você identificar. O casal Branco acusou injustamente o cara negro de ter roubado

a bicicleta. A gente não pode viver no mundo que os americanos falam “color blind” assim né, raçamente cego, que a gente não perceba que algumas coisas acontecem por conta de estruturas onde os negros sempre foram oprimidos, e os brancos privilegiados né, então não é só falar sobre caso de racismo, é contextualizar. Olha, o Globo de Ouro não aconteceu por questões de racismo, de revelação de racismo, que fez isso acontecer e que impacta na indústria né, então tem que fazer essa leitura de um da maneira como ele é, como a gente tem feito muito bem nas questões de gênero, sobre falar sobre feminicídio, sobre falar sobre comentário sobre o corpo das mulheres, sobre várias outras questões, então é uma comunicação que não enxerga o mundo de uma maneira preguiçosa, de entender onde funciona as estruturas, e de toda vez que eu tô falando de um corpo negro, eu entender mesmo que o veículo não seja negro, mesmo que o meu, eu seja uma jornalista branca, de que as pessoas negras têm uma posição estrutural no Brasil, e que provavelmente esse personagem faz parte desse contexto né, apesar da gente ter várias realidades, a gente sabe que onde a maioria tá momento né. E toda vez que você vai contextualizar isso, você considerar quem é esse corpo negro no mundo numa sociedade de racista né. Eu acho que isso realmente reeduca a sociedade, porque o jornalista também tem esse pedaço, esse papel de educador.



PESQUISA AQUILOMBAMENTO VIRTUAL MIDIÁTICO:

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

Programa de Pós-Graduação em Estudos da Mídia (PPgEM)

Área de Concentração: Comunicação Midiática

Entrevistadora: Alice Andrade (A.A)

Entrevistada: Natália Carneiro – jornalista

Plataforma: Google Meet

UMA PROPOSTA METODOLÓGICA PARA O ESTUDO DAS MÍDIAS NEGRAS

ENTREVISTA 07 – GELEDÉS (SP)

A.A: Natália, qual é seu nome, idade e há quanto tempo você faz parte do Geledés?

RESPOSTA: Meu nome é Natália, sou jornalista, tenho 30 anos e eu tô em Geledés desde os 16 anos, são 12 ou 13 anos mais ou menos que eu tô na organização.

A.A: Como foi a história do surgimento do portal?

O portal Geledés ele surge como um braço do programa de direitos humanos Geledés Instituto da Mulher Negra, a organização ela tem 33 anos de idade, ele nunca se propôs quanto um veículo midiático. A ideia quando o portal Geledés surgiu, é que fosse um braço dos programas desenvolvidos pela organização. Naquele período os financiadores acreditavam que o Brasil era um país que conseguia se sustentar sozinho, então eles iriam deixar de financiar organizações da sociedade civil. Não completamente,

mas uma boa quantidade de dinheiro iria sair. Então a Sueli teve a ideia, ela conversou com um designer que é o Kaká, ele que fez toda a estrutura do site, e faz até hoje. E ela perguntou pra ele “Se algum dia a organização fechar, é possível a gente existir pela internet? E ele disse que era possível. Então foi assim que o portal Geledés surge, ele surge como uma possibilidade de reproduzir conteúdos de outros veículos. A gente é uma equipe muito pequena, então jornalista veio entrar recentemente em Geledés, por exemplo. Então durante esse período a gente só conseguia reproduzir conteúdos de outros veículos; Logo no início temas como racismo não eram colocados nos títulos das matérias, então era “Homem sofre discriminação ao ser chamado de macaco”. A gente alterava os títulos “Fulano de tal sobre racismo ao ser chamado de macaco”, então a gente resolveu, naquele período, dar novos, a gente não podia alterar o contexto das matérias, mas a gente tinha autorização para alterar os títulos. Então dar novos títulos para essas reportagens. Muitas reportagens, por escolha do editor, como bolsa de estudos, sempre vinham com uma fotografia de uma pessoa branca, então a gente alterava essas fotografias por pessoas negras, porque a gente sempre entendeu que dentro desse imaginário social, como que a mídia reforçava esses estereótipos né, de que pessoas negras não podiam ingressar nas universidades, que a gente sempre estava dentro das páginas policiais. Então a gente foi fazendo esse formato que era o único que a gente conseguia no momento, onde a gente não tinha jornalista, a gente não tinha profissionais da comunicação trabalhando com a gente. É mais ou menos assim que o Geledés surge.

A.A: O portal está no ar desde qual ano?

RESPOSTA: O portal tá no ar desde 2009.

A.A: Você é jornalista?

RESPOSTA: Eu me formei em jornalismo esse ano, e a gente tá com uma jornalista, que é a Katia Mello, há 3 anos.

A.A: Vocês produzem todas aquelas pautas ou pegam de outros portais?

RESPOSTA: A gente pega de outros portais, a gente tem parceria com a rede de historiadores negros, que fazem conteúdos exclusivos, tem a coluna Geledés no debate, que essa sim é produzida pelo pessoal de comunicação do Geledés, também tem a coluna coletiva Negras que movem, produzida especificamente pela Katia Mello, e tem toda a parte de comunicação institucional, que é essa onde eu fico, que é a comunicação de o que os projetos e os programas da organização, como que a gente vai passar isso para o público, fazer as lives sobre esses programas, essa parte que eu cuido especificamente.

A.A: Então hoje, na equipe do portal Geledés, você sabe me dizer quantas pessoas trabalham?

RESPOSTA: A gente tem um programador, e o Kaká que é o designer que está desde o início, a Katia Mello que é a jornalista, a Ester que é a conteudista. Eu que faço toda a comunicação institucional, e também contribuo com os conteúdos que são inseridos dentro do site, e o nosso ilustrador. São 6 pessoas.

A.A: Em quais plataformas vocês atuam?

RESPOSTA: Estamos no Instagram, no Twitter, no TikTok, no Youtube, no Facebook, que é a nossa maior plataforma de distribuição de conteúdos, atualmente é nossa maior plataforma.

A.A: Vocês têm alguém que fique especificamente nas redes, ou vocês dividem o trabalho?

RESPOSTA: Ficamos nas redes eu e a Ester.

A.A: Como é a rotina de trabalho de vocês? Vocês têm uma redação fixa? Ou vocês se articulam virtualmente?

RESPOSTA: Desde o início do portal a gente trabalha virtualmente, cada um em sua casa, a nossa sede, ela não tem uma estrutura de internet muito boa, a gente entendeu que trabalhando cada um remotamente na sua casa era muito mais produtivo do que ir pra sede, onde a gente não tem uma internet tão boa quanto a gente tem nas nossas residências, então cada, o que acontece nesse contexto de pandemia sempre existiu no portal Geledés.

A.A: Vocês têm reuniões de redação?

RESPOSTA: Quando é assunto de emergência, é pelo grupo de WhatsApp. Para ter um panorama semestral ou mensal, a gente faz a reunião virtual. Os encontros estão se tornando cada vez menos frequentes por causa da pandemia. Como a gente tem uma coordenadora que cuida de tudo, a Sueli Carneiro, ela é mais velha, a gente tem tentado preservá-la ao máximo possível. Então, todo o nosso encontro é remoto.

A.A: E a Sueli participa diretamente do portal, da construção?

RESPOSTA: Sim, exato! Ela tem um papel fundamental na avaliação de alguns temas que entram no portal. Eu inicio uma parceria, e depois ela avalia se essa parceria é boa ou não. Então, é ela quem diz se a gente continua ou não com uma parceria. Ela dá a palavra final de tudo, tudo passa por ela.

A.A: E quais são as formas de financiamento do portal Geledés?

RESPOSTA: Atualmente, a gente tem alguns parceiros que passam não só por Geledés, mas também pela organização. O Instituto Ubirapitanga é um dos financiadores, assim como o Google.org, que também é um dos financiadores do portal atualmente.

A.A: E quais são os gêneros jornalísticos que vocês trabalham?

RESPOSTA: Como eu te falei, a gente, a gente não trabalha especificamente com gêneros jornalísticos. Porque a gente não se propunha a ser um veículo de comunicação, diferente do Alma Preta. Por exemplo, ele nasce enquanto um veículo de comunicação. O que a gente faz é um amparo de informações que sejam fundamentais para a questão racial brasileira. Então, não tem um gênero específico que a gente trabalha dentro de Geledés.

A.A: Entendi. Você considera que o Geledés é uma mídia negra? Você acha que faz parte desse movimento ou não?

RESPOSTA: O portal Geledés nunca se propôs a ser uma mídia. Nunca se propôs a disputar com veículos de mídias negras ou com veículos hegemônicos. A nossa proposta desde o início foi ser um braço dos programas da organização. Sem querer, isso foi muito sem querer mesmo, ele foi se tornando um veículo midiático pelos seguidores que acompanhavam o Geledés desde o início. Então, para a gente, ele não é um veículo de comunicação. Ele nem tem a pretensão de ser ainda, porque a gente não tem a estrutura de um veículo de comunicação com repórteres, editores, chefes, fotógrafos, videomakers. A gente não tem essa estrutura. A gente não tem como financiar essa estrutura para viabilizar o trabalho desses profissionais de comunicação. Mas, para o público, involuntariamente, isso acabou ocorrendo. As pessoas têm Geledés como referência de mídia negra. Se você for ver dentro do nosso site, por exemplo, em nenhum momento a gente se põe como uma mídia negra. É totalmente diferente dos outros veículos de comunicação negra, como Revista Raça, Notícia Preta, Mundo Negro. São todos veículos que se colocam enquanto mídias negras. Por isso, em diversos trabalhos acadêmicos, quando a gente conversa com os pesquisadores que estão fazendo, a gente gosta de frisar isso. Porque, enquanto um veículo de comunicação, se isso fosse a nossa

intenção, existem muitas falhas comunicacionais. O nosso intuito foi sempre ser um braço dos programas institucionais. É um pouco disso.

A.A: Você acha que hoje o trabalho do portal Geledés especificamente, se soma ao movimento atirracista?

RESPOSTA: Desde o início, essa foi a proposta - inclusive de fundação - da organização. Geledés surge enquanto uma organização de mulheres negras que não aceitavam mais ser um braço do movimento negro, pra colocar sempre os homens na linha de frente. A proposta de Geledés desde o início é trabalhar com gênero e raça. Então, esses são os programas dentro da área da saúde, de educação, uma educação antirracista, programa de saúde da população negra, um programa de direitos humanos voltados para a população negra. Esse é o princípio, o norte da fundação da organização.

A.A: Então o portal teria como objetivo exatamente difundir esses temas? Não necessariamente por um viés jornalístico, né? E sim como comunicação de um modo geral.

RESPOSTA: Correto. Exatamente.

A.A: E você acha que o trabalho do portal hoje e desde a fundação, como você colocou, é um movimento contra-hegemônico?

RESPOSTA: Sem dúvida, hoje e há alguns anos, desde 2013, a mídia hegemônica tradicional não pauta, não consegue pautar mais, sem as pautas que o movimento social coloca. Eu acho que é isso desde 2013 a gente vem pautando de uma forma diferente. Hoje a gente vê veículos de comunicação que tradicionalmente não pautavam questões de gordofobia, transfobia, lgbtqifobia, as questões de raça, gênero, e isso vem muito carregado dos movimentos que surgiram na internet desde 2009. E o portal Geledés vem com essa leva, vem com uma leva de pessoas que estão sendo contra-hegemônicas desde o início, já, quando a gente tinha Lídia Arrás. Ela tinha um blog chamado "Questões

de gênero". Foi a primeira vez que eu ouvi falar sobre a questão da Gordofobia com ela, assim. Então a gente vem com esse grupo de pessoas que começaram na internet de alguma forma e começaram a mudar a forma que diversos temas eram falados, e diversas pautas eram pautadas dentro da nossa sociedade. Eu acredito que esse movimento fez muita mudança dentro da mídia hegemônica, na mídia tradicional brasileira. Então acho que é nessa linha que o portal Geledés acaba surgindo, com o avanço das blogueiras, das youtubers, com o avanço de jovens e intelectuais negros que estavam cada vez mais se colocando na internet e a gente vem junto com essa leva.

A.A: O que você acha que falta para definir o portal Geledés enquanto mídia Negra, visto que vocês têm todo esse objetivo, essa preocupação com a luta antirracista?

RESPOSTA: Eu não sei te informar se o Geledés um dia será uma mídia negra. A gente é uma organização de mulheres negras e, como te falei, o portal é só um braço da organização. Nossa sonho é ter uma redação, ter jornalistas, uma pessoa em cada canto desse país, para poder noticiar, dar notícias de alguma forma, mas sem perder os princípios básicos da organização. Por exemplo, o portal Geledés é importante e relevante para a gente e para a sociedade, mas o nosso primordial é manter a organização e não transformar o portal em uma mídia.

A.A: Entendi, a prioridade é outra, né? Mas vocês acham que hoje vocês fazem jornalismo antirracista no portal?

RESPOSTA: De certa forma, sim. O jornalismo que a gente faz com a Kátia Melo, falando sobre as mulheres que estão hoje em situação de vulnerabilidade na pandemia e que superaram suas várias questões durante a pandemia, trabalhando com essas mulheres negras. O programa "Fazemos" é outro projeto que a gente também faz. A comunicação é um projeto da Nilza Iraci, que trabalha diretamente com mulheres que foram, de certa forma, vitimadas pelo Estado, porque os seus filhos morreram. Então, trabalhando uma comunicação que não é uma comunicação digital, mas é uma comunicação interna com essas mulheres, dando acesso jurídico às pessoas. Então, isso também é uma forma de

comunicação interna que não necessariamente aparece no digital. Eu acho que o Geledés, dentro de seus programas, tem uma comunicação que é muito importante, mas que não é digital. É uma comunicação física. Hoje a gente tem sempre essa comunicação que é para fora, que é digital, mas também existe uma comunicação que é feita para os programas especificamente. Uma comunicação que vai fazer com que a comunicação também seja um processo de entendimento das pessoas. Por exemplo, "Você está sendo vítima de violência contra a mulher, como você pode se defender?" Isso você tem num plano geral dentro do portal, mas também é feito internamente com mulheres vítimas de violência doméstica, com promotoras legais populares. Como você pode contribuir para que outra mulher não seja vítima de violência doméstica? Então existem dois momentos de comunicação: essa comunicação que todo mundo vê, que é a digital, que está dentro do portal Geledés. Mas também tem a comunicação institucional, uma comunicação que a gente faz internamente e que não é pública, mas é efetiva, porque é mais para os programas. Mas que não é efetiva para quem não está dentro dos programas dos projetos desenvolvidos pela organização. Então, tem esses dois diferenciais, porque é uma organização. Então, não tem como a gente desvincular a comunicação institucional da comunicação midiática que as pessoas veem dentro do portal. São dois processos de comunicação que de certa forma se entrelaçam.

**Então você que são jornalistas e estão no portal trabalham com essa comunicação institucional que você definiria como essa voltada diretamente para o público?
Serial offline, é isso?**

RESPOSTA: Exatamente. Online ou offline. Os dois.

A.A: Você acha que o Geledés faz parte de um movimento de aquilombamento?

RESPOSTA: Eu acredito que sim, Alice. Desde quando esse aquilombamento acontece com as pessoas que trabalham dentro da organização. Com as pessoas que procuram, de certa forma, apoio jurídico, a gente tá falando de uma população. A gente está num contexto pandêmico. O Geledés recentemente fez uma pesquisa, a Sueli Carneiro, junto

com a Jaqueline Santos, fez uma pesquisa sobre como a falta de internet afetou meninas negras durante a pandemia, em idade escolar. Se a gente não pensar nessa comunicação de aquilombamento, essa comunicação offline, a gente vai estar excluindo uma boa parte da população negra que não tem acesso à internet, mesmo morando na cidade de São Paulo. Se a gente vai para territórios periféricos de mulheres, por exemplo, a gente promoveu cursos. Que a gente tinha que colocar crédito no celular dessas mulheres, para essas mulheres terem acesso ao curso. Elas não tinham internet, e algumas moravam em lugares tão remotos, que mesmo com crédito no celular, não tinha sinal para fazer o curso. Isso é um problema. O que a gente faz? Pensa só nessa comunicação, que é digital, pensa só nos programas voltados para área digital. Ela exclui essas mulheres em situação de vulnerabilidade? Se a gente tá fazendo isso, que tipo de movimento feminista, e que tipo de movimento de mulheres negras que somos? Então, essa perspectiva sempre esteve dentro de Geledés, muito antes dessa perspectiva de jornalismo, de aquilombamento dentro da esfera digital. A gente tem que pensar numa aquilombamento não só dentro dessa esfera digital, mas também no offline, porque muitas das nossas não tem essa perspectiva digital. Muitas das nossas... Saiu uma pesquisa, eu não lembro de onte foi, mas as pessoas acreditam que notícia tá dentro do Facebook. Então, como a gente vai trabalhar com as promotoras legais populares, que tem mulheres que são vítimas de violência doméstica? Como que a gente vai dizer para elas que as notícias não estão dentro do Facebook? Que é possível procurar informações sobre seus direitos em outros lugares, em outros contextos, dentro dos terreiros, dentro dos núcleos que tem em cada cidade, em cada Estado, ou em cada região aqui de São Paulo. Então, é um pouco desse aquilombamento que a gente também pensa, que vai pra muito além desse aquilombamento virtual.

A.A: Você falou que no início que no início do portal vocês trocavam alguns nomes; por exemplo, racismo por discriminação. Qual era o objetivo dessa escolha?

RESPOSTA: Discriminação por racismo. A ideia é que as pessoas entendessem. A mídia, no início, sempre tentou minimizar o genocídio da população negra, o racismo presente e existente no Brasil. Autos de resistência, por exemplo, eu lembro que no início,

quando a gente colocava autos de resistência nas matérias, as pessoas não entendiam o que era isso, o que era autos de resistência? O que eles estão querendo falar? Isso era uma busca que foi constante no site: "autos de resistência, o que é?" "Genocídio da população negra." Em 2009, esses termos não eram colocados nos títulos das matérias. E foi um pouco disso que a Sueli pedia no início, que a gente desse nome aos bois, que não minimizasse uma situação de racismo, discriminação contra pessoa negra. E foi um pouco disso que a gente estava fazendo. Eu confesso que eu era muito jovem, não entendi na época o propósito, mas o intuito da Sueli naquele momento era que esses nomes tivessem presentes, que as pessoas entendessem que aquilo que estava acontecendo era um racismo. Que aquilo que estava acontecendo era uma LGQBTfobia. Então, era por isso que a Sueli pediu para a gente fazer alterações nos títulos naquele momento.

A.A: Você faz parte do portal desde o início? 2009?

RESPOSTA: Desde 2009, eu entrei em Geledés como office-girl. Levava documentos para o banco. Naquela época, não era digital. E aí, comecei com isso nos primeiros meses. Depois, fui me interessando por essa coisa de internet. Cadastrei todos os e-mails na época, para gente mandar newsletter, e fui fazendo mailing de pessoas para conhecerem o portal Geledés. Ia mandando notícias periódicas para esses e-mails. Foi assim que a gente garantiu o acesso e manteve a permanência do portal no primeiro ano. Depois, eu passei para conteudista. Aí, me especializei nas redes sociais e, nesse ano, agora virei coordenadora de Comunicação Institucional e Redes Sociais da organização.

A.A: E você acredita que fazer parte do Geledés te ajudou a ter esse reconhecimento, auto reconhecimento racial, ou você sempre teve?

RESPOSTA: Eu sempre tive, Alice, eu vivo numa família que está dentro do movimento social. Eu ia para Geledés quando eu era pequena, desde a barriga da minha mãe, eu tô em Geledés. Trabalhando oficialmente desde os 16 anos, eu ia ao Geledés, por exemplo, para brincar com as folhas de fax. Tem um ambiente que eu sempre estive ali, sempre

vivia, nunca tive problema pelo cabelo, nunca tive problema em me reconhecer como uma criança negra, por exemplo. Apesar de não ter essa vivência na escola, num ambiente externo, eu sempre tive isso muito presente dentro do núcleo familiar. Minhas tias sentavam com a gente para falar sobre o que era racismo na escola, o que a gente poderia fazer caso acontecesse algum tipo de discriminação. A gente ia para o almoço de domingo e tinham militantes, pessoas de movimento, sei lá, projetos rappers, que passavam pela casa da nossa família... O X ia na minha casa falar com meus pais. Então era um ambiente onde eu sempre me vi e sempre me reconheci, o que é muito diferente de várias pessoas negras hoje na sociedade. Nunca tive problemas com a minha racionalidade, por exemplo.

A.A: Em relação à sua escolha de ser jornalista, você acha que estar fazendo parte dessa criação do portal teve alguma influência?

RESPOSTA: Foi um tanto quanto involuntário. Eu acho que uma vez eu tive a oportunidade de fazer uma entrevista com o Crioulo, e aí eu fui, nem sabia o que eu estava fazendo, e aí eu falei "ah, acho que é isso que eu quero fazer". E aí eu conversei com a organização se tinha possibilidade de pagar uma universidade e aí eu consegui essa bolsa da organização, e aí minha primeira formação foi em Geledés, minha formação política. Foram vários anos ali de alguma forma com elas me tutoriando, ensinando diferentes formas. E aí depois dessa formação política eu consegui uma bolsa em Geledés para uma formação acadêmica. E aí é assim que eu consigo me formar. Quando eu digo que Geledés é um espaço de aquilombamento, é isso, sabe? Eu tive uma possibilidade de formação política, possibilidade de estar com diversos pesquisadores, pessoas ativistas do movimento negro em Geledés, possibilidade de conhecer mesmo que remotamente, olha, o que é, sei lá, uma vez eu fiz uma pergunta muito... Eu era super nova, 15 anos, 14 anos, "Quem foi Zumbi?" E aí as mais velhas de Geledés me deram um monte de coisa, assim: "vai ler, vai pesquisar", sabe? Tipo, Geledés me ensinou a pesquisar. Nunca é "olha, Zumbi foi essa e essa pessoa", não. Vai pesquisar quem era Zumbi, então elas me deram todas as ferramentas para eu conhecer diversas coisas da luta negra brasileira.

A.A: Hoje todas as pessoas que trabalham no portal são remuneradas? Ou alguns trabalham voluntariamente?

RESPOSTA: Todas as pessoas que trabalham em Geledés são remuneradas.

A.A: Para finalizar, para você, o que é um jornalismo antirracista?

RESPOSTA: Acho que uma comunicação antirracista é uma comunicação que está atenta aos desafios da nossa sociedade, aos desafios da população negra. É uma comunicação que não titubeia ao denunciar o racismo existente na sociedade. É uma comunicação que está lá para, de certa forma, incomodar e também para mostrar que não estamos calados. Que nós não viemos para ficar calados. Que nós temos pesquisadores, intelectuais, pessoas que estão engajadas com a luta antirracista brasileira. Eu acho que a comunicação antirracista faz um pouco assim.